

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ARTES

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

**INFORMAÇÃO, INTERNET E CIDADANIA NA CIDADE DE CURITIBA:**

**A EXPRESSÃO LOCAL DE UM PARADOXO MUNDIAL**

MARIA LÚCIA BECKER

Campinas - 2001



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE ARTES**

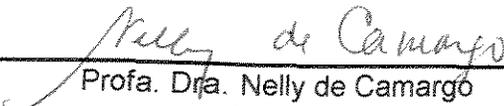
**Mestrado em Multimeios**

**INFORMAÇÃO, INTERNET E CIDADANIA NA CIDADE DE CURITIBA:**

**A EXPRESSÃO LOCAL DE UM PARADOXO MUNDIAL**

MARIA LÚCIA BECKER

Este exemplar é a redação final da  
dissertação defendida pela Sra. **Maria Lúcia  
Becker** e aprovada pela Comissão Julgadora  
em 17/01/2001

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Nelly de Camargo  
-orientadora-

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Multimeios do Instituto de  
Artes da UNICAMP como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Mestre em  
Multimeios, sob a orientação da Profª.  
Dra. Nelly de Camargo.

CAMPINAS - 2001

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

08740700

IDADE: BC  
CHAMADA: T/UNICAMP  
B.388i  
Ex  
IMBO BC/ 44355  
ROC. 16-392101  
C  D   
REC# RS1100  
DATA 10/05/01  
L.º CPD. \_\_\_\_\_

4

CM-00155199-B

BECKER, Maria Lúcia.

B388i

Informação, Internet e Cidadania na cidade de Curitiba: a expressão local de um paradoxo mundial / Maria Lúcia Becker. – Campinas, SP: (s.n.), 2001.

Orientador: Nelly de Camargo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes.

1. Internet (Redes de computação) – Aspectos sociais. 2. Cidadania. 3. Jornalismo. I. Camargo, Nelly de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes. III Título.

Para  
Dari, Ana Maria e André

Para meu pai  
e,  
especialmente, para minha mãe.



### **Agradecimentos**

- à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro e acompanhamento através dos relatórios científicos, de maio/1999 a janeiro/2001;
- à professora Nelly de Camargo, pelos importantes caminhos indicados na pesquisa teórica e prática e pela compreensão e incentivo durante o percurso;
  - ao César e à Moema, pela acolhida carinhosa em Curitiba;
- ao Dari, Ana e André, pela paciência solidária, carinho, estímulo e apoio.



## Resumo

O estudo trata da relação entre Internet e cidadania, identificando algumas condições sob as quais o acesso à Internet pode favorecer o exercício da cidadania e a ampliação da democracia. Além de trazer uma revisão teórica e histórica dos conceitos de cidadania e exclusão social, no Brasil e no mundo, assim como da relação entre desigualdade social e democracia e entre mídia e cidadania, apresenta os resultados de pesquisa realizada com jornais eletrônicos de Curitiba.

Constatando a não existência de uma relação simples e direta entre informação, Internet e cidadania, conclui, especificamente em relação aos veículos *online* analisados, que: 1) a promoção de um dos conceitos de cidadania é feita não só através da definição de um repertório de temas, mas principalmente por meio da escolha das fontes de informação, da forma de qualificar estas fontes e da determinação do caráter assumido pela presença de cada tipo de fonte no interior da matéria; e 2) há uma distância entre a pauta da cidade e a cidade da pauta, ou seja, a cidade emergente da pauta dos jornais não coincide com a cidade vivida e construída cotidiana e coletivamente pela maioria dos seus cidadãos.



## Índice

Introdução.....	15
PARTE 1	
O conceito de cidadania.....	19
1. Referenciais históricos.....	21
1.1. A cidadania clássica.....	21
1.2. Idade Média: desigualdade entre desiguais.....	30
1.3. Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau.....	37
1.4. A cidadania moderna: dimensões e interfaces.....	50
2. No Brasil, outra seqüência, outras conseqüências.....	73
2.1. “Pré-cidadania” e “Cidadania negativa”.....	73
2.2. “Cidadania regulada”.....	79
2.3. “Cidadania ativa”.....	82
3. Crise e mudança paradigmática.....	89
3.1. Pré e pós-contratualismo.....	89
3.2. “Lumpencidadania”, “desfiliação” e individualismo.....	93
3.3. A autonomização e unicidade da técnica.....	99
3.4. Espaços e tempos hegemônicos.....	104
3.5. Totalitarismo neoliberal.....	109
4. Concepções atualmente em disputa.....	115
4.1. O conceito neoliberal.....	116

	12
4.2. O conceito socialista.....	122
4.3. A cidadania ativa.....	124
4.4. A “cibercidadania”.....	127
4.5. O cidadão do mundo e o novo contrato social.....	136
PARTE 2	
Mídia e cidadania.....	143
5. Monopólio X liberdade de expressão.....	147
5.1. Vício de origem.....	147
5.2. Mercado de informação e espetacularização da política..	155
5.3. Do mercado ao monopólio.....	162
6. Brasil: a dialética do dito/não dito e contradito.....	173
6.1. Brava gente “grasnadora”.....	176
6.2. Imprensa-empresa e imprensa-operária.....	184
6.3. Um passo à frente, dois atrás.....	190
6.4. Indústria cultural e mídia alternativa.....	199
7. Jornalismo <i>online</i> : perspectivas e limites.....	213
8. A pauta da cidade e a cidade da pauta.....	221
8.1. Metodologia.....	221
8.2. Versão <i>online</i> da forma impressa.....	228
8.3. Circularidade excludente.....	231
Considerações finais.....	261
Bibliografia.....	267
Anexos.....	281

## **Gráficos e ilustrações**

Gráfico 1. Composição da amostra.....	225
Gráfico 2. Distribuição amostral – percentual por veículo.....	225
Gráfico 3. Média diária de matérias relacionadas com a cidade de Curitiba -Veículos “A”, “B”, “C” e “D”.....	226
Gráfico 4. Recorrência de temas (percentual sobre o total de matérias dos veículos “A”, “B” e “C”).....	239
Gráfico 5. Publicação de “releases” da Prefeitura de Curitiba – percentual sobre o número de matérias (Veículos “A”, “B” e “C”).....	241
Gráfico 6. Fontes de informação, por veículo (“A”, “B” e “C”) e total de citações na categoria.....	248
Gráfico 7. Fontes de informação – Veículos “A”, “B” e “C” (distribuição percentual por categoria).....	249
Gráfico 8. Fontes de informação – Veículo “D” (distribuição percentual por categoria).....	249
Gráfico 9. Fontes de informação (distribuição percentual – veículos “A”, “B” e “C”).....	253
Anexo 1. Recorrência de temas (gráficos específicos de cada veículo).....	281
Anexo 2. Tabela de incidência de temas.....	283
Anexo 3. Fontes de informação (tabelas de freqüência absoluta e percentual).....	285
Anexo 4. Impressões de telas dos sites dos jornais estudados.....	287



## **Introdução**

Este é um estudo sobre a relação entre Internet e cidadania, realizado do ponto de vista daqueles que estão na base da pirâmide socioeconômica brasileira. Tendo como objetivo geral verificar em que medida o acesso à Internet pode tornar os indivíduos mais cidadãos e a democracia mais efetiva, interarticula aspectos situados nos domínios da comunicação, da história, da sociologia, da educação e da economia.

A escolha do caminho da transdisciplinaridade, entretanto, não se deve à pretensão de abarcar as múltiplas dimensões e implicações do tema, mas à busca da configuração de um quadro inicial indicativo do significado do acesso à Internet dentro de um contexto paradoxal em que há, ao mesmo tempo, a ampliação da quantidade e acessibilidade das informações e a imposição do chamado pensamento único – que neutraliza as diferenças e reduz o que é passível de debate na orientação das sociedades.

Na tentativa de consecução deste quadro, o processo de investigação foi conduzido dentro das seguintes estratégias metodológicas: a) revisão teórica e histórica dos conceitos de cidadania e exclusão social, assim como da relação entre desigualdade social e democracia e entre mídia e cidadania; b) levantamento dos diversos aspectos implicados na relação entre globalização e comunicação atualmente; c) desenvolvimento de uma pesquisa documental com universo circunscrito a veículos de comunicação da cidade de Curitiba e material noticioso produzido pela Prefeitura local (uma vez que, nesta cidade,

postos de acesso público e gratuito à Internet permitem a inclusão do uso da rede mundial de computadores no cotidiano de moradores dos bairros de periferia); e d) utilização do instrumental de análise de conteúdo, com a aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas de forma combinada tanto na coleta e tratamento dos dados e como na análise dos resultados. Tais estratégias tiveram como desdobramento a definição da cidadania como conceito-chave e fio condutor da sistematização dos elementos obtidos no decorrer de todo o estudo e da construção desta dissertação.

Assim, o texto que aqui se apresenta está organizado em duas grandes partes, cada uma com quatro capítulos, sendo a primeira totalmente dedicada à discussão do conceito de cidadania. O objetivo do aprofundamento neste aspecto conceitual é estabelecer as bases e delimitações necessárias à identificação das confusões e armadilhas ligadas à palavra cidadania, que vem adquirindo centralidade basicamente por quatro razões: 1) o rompimento do contrato social (paradigma social, político e cultural que fundou a modernidade), a partir do qual passam a prevalecer processos de exclusão sobre os de inclusão e, na iminência da instalação de uma crise de legitimidade dos grupos hegemônicos de poder político e econômico, uma intensa manipulação do conceito de cidadania<sup>1</sup>; 2) as mudanças e limitações no papel do Estado-nação (espaço anteriormente de realização do *homo politicus*), passando os acontecimentos a serem comandados direta ou indiretamente por forças mundiais e a maioria dos problemas a serem responsabilidade de superestruturas internacionais, situação que requer a

---

<sup>1</sup> Como se pode ver nos capítulos 3 e 4.

criação de um espaço público planetário e de uma cidadania mundial; 3) a preponderância do consumo (de serviços e bens materiais e simbólicos) como sistema de referências na construção da identidade social, passando a constituir “a prática das atividades através das quais, nesta época globalizada, sentimos que pertencemos, que fazemos parte de redes sociais”<sup>2</sup> – o que esvazia o conceito de cidadania, pois o mercado diz respeito ao âmbito da escolha privada e não da escolha cívica, não conseguindo satisfazer, portanto, a aspiração ao bem comum; 4) o surgimento da Internet como um sistema de comunicação capaz de “reatualizar a democracia”, propondo a utilização do virtual (possibilidades de comunicação e informação oferecidas pelo ciberespaço) para uma efetivação real da cidadania<sup>3</sup>.

Na segunda parte, o capítulo 5 passa em revista a relação entre mídia e cidadania, desde os seus primeiros momentos, fazendo um recorte da história sob a perspectiva da contraposição “Monopólio (privado ou público) X liberdade de expressão”. Num outro recorte, restrito à realidade histórica brasileira, o capítulo 6 se propõe a resgatar a mesma relação, também desde os seus primeiros momentos, mas agora sob o crivo da presença do “alternativo” e de sua articulação com o exercício da cidadania.

O capítulo 7, por sua vez, focalizado nos anos 90 e no jornalismo eletrônico, arrisca um balanço geral e inicial do infojornalismo, cotejando as expectativas da primeira metade da década com o que vem se consolidando

---

<sup>2</sup> CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 20.

<sup>3</sup> LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Título original: *Cyberculture*. pp. 185-6.

nos últimos dois anos na disponibilização de noticiários *online*. Já o capítulo 8 cumpre o objetivo de apresentar a pesquisa que identificou, através da análise de quatro jornais *online* da cidade de Curitiba (PR), a distância entre o conteúdo disponibilizado na rede e aquele imprescindível à construção da base de conhecimentos que sustenta o exercício da cidadania. Por último, as “Considerações finais” relatam algumas conclusões possíveis a partir de todo o percurso de investigação realizado, sugerindo caminhos para a necessária seqüência dos estudos sobre o tema.

# PARTE 1

## O CONCEITO DE CIDADANIA

Conceituar cidadania não é tarefa fácil, pois não se trata de algo que tem uma existência e um fim em si mesmo, mas de uma categoria complexa (envolvendo várias dimensões e suas interfaces), polêmica (distintas concepções disputam lugar na sociedade atual) e historicamente articulada (seja simplesmente acompanhando as mudanças nas relações sociais, seja atendendo explicitamente a interesses políticos e econômicos hegemônicos em certos períodos). Isso porque sua função é conferir identidade social e sentido de pertencimento aos indivíduos, distinguindo-os, agrupando-os e garantindo-lhes autonomia e poder; o que só pode se dar dentro de uma relação direta com a realidade política, econômica, social, jurídica, cultural ou mesmo religiosa de cada sociedade, em cada época.

A construção e o exercício da cidadania implicam, portanto, um processo de identificação, que “pressupõe a existência da igualdade e da diferença, do mesmo e do Outro”<sup>1</sup>. Esse processo se desenvolve com base em um sistema de referências que fundamenta a inclusão ou a exclusão, a definição do “este” e do “não este”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 20.

<sup>2</sup> *Op. Cit.* p. 20.

Assim, na elaboração do quadro conceitual em que se inscreve essa dissertação, antes de entrar na reflexão sobre a crise paradigmática instalada nas últimas décadas e no debate das concepções atualmente colocadas na sociedade, faz-se necessária a realização de uma revisão histórica, com o objetivo de levantar elementos que revelem quais foram os sistemas de referências válidos para a concepção de cidadania em cada período, uma vez que cada sociedade tem regras próprias e distintas de funcionamento. Regras absolutamente inimitáveis, porém inesquecíveis, como explica Fustel de Coulanges:

*“Felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem.*

*O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo”<sup>3</sup>.*

---

<sup>3</sup> COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Título do original: *La cite antique*. Tradução de Frederico Ozanan Pessoa de Barros. Vol. 1, p. 30. O historiador francês Numa Denys Fustel de Coulanges, nascido em Paris no ano de 1830, publicou “*La cite antique: étude sur le culte, lè droit, lès institutions de la Grèce et le Rome*” em 1864. A obra é composta de cinco livros, dos quais os três primeiros tratam da formação da cidade e os dois últimos da sua desagregação.

## 1. Referenciais históricos

Do ponto de vista histórico, o conceito de cidadania vem acompanhando, aproximadamente desde o século VIII a.c., as mudanças nas relações entre os indivíduos e a família, a religião, a comunidade, o trabalho, o mercado, a propriedade, o direito individual e coletivo, o Estado e o consumo (de serviços e bens materiais e simbólicos).

### 1.1. A cidadania clássica

Durante séculos, “para além dos tempos chamados históricos”<sup>1</sup>, tanto na Grécia como em Roma, a família foi a única forma de sociedade, tendo cada uma seus deuses. A partir de algum progresso na idéia religiosa – a possibilidade de celebração de um culto comum –, várias famílias passaram a se reunir em grupos, chamados de *fratrias* na Grécia e de *cúrias* em Roma, tendo cada uma seu altar e seu deus protetor. Da mesma forma, posteriormente, várias *cúrias* ou *fratrias* se agruparam, formando *tribos*; e várias tribos associaram-se entre si, respeitando o culto particular de cada uma e ascendendo outro fogo sagrado na instituição de uma religião comum: “No dia em que se fez essa aliança, a cidade começou a existir”<sup>2</sup>.

Essa descrição da formação das cidades antigas, detalhada por Coulanges e apresentada rapidamente aqui – dando conta de que não

---

<sup>1</sup> COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Editora das Américas, 1961, vol. I, p. 165.

<sup>2</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, p.177.

criaram-se em círculos, ganhando sempre mais e mais periferia, mas se constituíram a partir da agregação dos muitos grupos existentes –, revela que a identidade social, nesta sociedade, desenvolvia-se através de:

. Uma religião comum: *“O cidadão era reconhecido por sua participação no culto da cidade, e dessa participação provinham todos os seus direitos políticos e civis”*<sup>3</sup>;

. Uma história coletiva revivida permanentemente: *“...escrita ou não, simples tradição ou livro, a história foi contemporânea do nascimento das cidades. Não havia cidade, por mais pequena e obscura que fosse, que não desse a maior atenção em conservar a lembrança do que se passava. Não se tratava de vaidade, mas de religião”* (...); *“Cada cidade tinha sua história especial, como tinha sua religião, seu calendário”*<sup>4</sup>;

. Um pertencimento a determinadas organizações: *“Destarte a cidade não é um ajuntamento de indivíduos: é uma confederação de vários grupos, constituídos antes dela, e que ela deixa subsistir. Lemos nos oradores áticos que cada ateniense faz parte, ao mesmo tempo, de quatro sociedades distintas: é membro de uma família, de uma fratria, de uma tribo e de uma cidade”*<sup>5</sup>.

Segundo Coulanges, com o arrefecimento do referencial da religião hereditária e todos os homens livres passando a ser cidadãos (o que aconteceu no decorrer de quase quatro séculos e custou quatro revoluções), a riqueza

---

<sup>3</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, p. 259.

<sup>4</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, pp. 231-232.

<sup>5</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, p. 179.

passa a constituir o novo sistema de referências para a cidadania. Em Atenas, a mudança ocorreu sob a direção de Sólon, que “dividiu os homens em quatro classes, e deu-lhes direitos desiguais”, passando a ser magistrado apenas quem era rico e a ter acesso ao senado e aos tribunais somente quem pertencia a uma das duas classes médias<sup>6</sup>.

Quanto aos romanos, Rousseau<sup>7</sup> relata que Sêrvio distribuiu todo o povo romano em seis classes, de acordo com a posse de bens. Essas classes foram divididas em cento e noventa e seis *centúrias*, sendo que a primeira classe (composta pela minoria mais rica) ficou com noventa e oito *centúrias*, e a última classe<sup>8</sup> (compreendendo mais da metade dos cidadãos de Roma) ficou com apenas uma *centúria*. De tal forma que, nos *comícios centúriais*<sup>9</sup> (assembléias):

*“...Só se contando os votos por centúrias, só esta primeira classe suplantava em número de votos todas as outras. Quando todas essas centúrias estavam de acordo, nem se continuava a recolher*

<sup>6</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. II, p. 116.

<sup>7</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”. In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original: *Du Contrat Social*. p. 133. Rousseau escreveu “Do contrato Social” em 1762, dedicando – a título de exemplo de como “dar e recolher os votos na assembléia do povo” – os últimos seis capítulos do quarto livro à vida política da república romana; tema que, segundo o tradutor, “destoa, indistintamente, no conjunto do Contrato Social”.

<sup>8</sup> Esta última classe, segundo Rousseau, era composta por *proletários* e *capite censi*: “Os primeiros, que não se encontravam completamente reduzidos a nada, davam, ao menos, cidadãos ao Estado e, algumas vezes, nas necessidades urgentes, soldados. Aqueles que não tinham absolutamente nada e que só podiam ser contados pela cabeça eram considerados nulos ...” (Rousseau, *op.cit.* p. 133).

<sup>9</sup> As assembléias dos cidadãos, chamadas de *comícios*, eram convocadas de acordo com três tipos de instituições: os comícios por *cúrias* se realizavam de acordo com a organização inicial (baseada na referencial da religião), os convocados por *centúrias* seguiam a divisão dos cidadãos realizada por Sêrvio; e os das tribos eram os *comícios da plebe*, que elegiam os tribunos da plebe e votavam aquilo que era do seu interesse, como se verá logo adiante no texto.

*sufrágios; o que o menor número tinha decidido passava como decisão da multidão ...*<sup>10</sup>.

Por outro lado, desde que a plebe conquistou o direito de ter seus chefes<sup>11</sup> (tribunos da plebe), estes passaram a convocar assembléias, de acordo com a organização por tribos, onde realizavam os plebiscitos, deliberando, no entanto, apenas sobre os interesses desta parte dos cidadãos:

*“A plebe em seus comícios era dividida em tribos; o lugar de cada plebeu era indicado de acordo com o domicílio e não de acordo com a religião ou riqueza. (...) Houve por muito tempo em Roma uma dupla série de decretos, senatus-consultos para os patrícios, plebiscitos para a plebe. Nem a plebe obedecia aos senatus-consultos, nem os patrícios aos plebiscitos”*<sup>12</sup>.

Este fato revela a possibilidade de existência de mais de um conceito de cidadania num mesmo momento em uma mesma sociedade, pois a cidadania dos patrícios tinha como referencial principal a riqueza e ganhava expressão a partir das assembléias *centurias*, enquanto a plebe organizava a sua vida em sociedade segundo suas próprias regras.

Num período imediatamente posterior, a importância da organização social, que caracterizou a fundação das cidades, fica ainda mais evidente, ampliando-se e passando a alicerçar a construção da democracia. Em Atenas,

<sup>10</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 135.

<sup>11</sup> O título de cidadãos de Roma fora outorgado aos plebeus apenas por conta de um interesse político-militar do *patriciado*, que, assim, podia passar a incluí-los nas legiões durante as guerras (Coulanges, *op.cit.* pág. 89-90). Situação semelhante, de manipulação da cidadania em função do atendimento dos interesses do Estado ou dos grupos mais poderosos, ocorrerá novamente durante o Império Romano, quando Caracalla concede a cidadania romana a todos os homens livres do império para que ficasse generalizado o pagamento do imposto sobre as alforrias e as sucessões, recurso que alimentava o caixa militar (Nicolet, 1995: 35; Coulanges, *op.cit.* vol.I, p. 189).

<sup>12</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. II, p. 88.

no ano de 505 a.c., Clístenes dá continuidade às reformas iniciadas pelo Código de Sólon, substituindo as quatro antigas *tribos* religiosas por dez novas *tribos*, que são divididas em muitos *demos* e agora incluem a plebe (e todos os demais homens livres). A organização é feita segundo o domicílio e não mais a partir dos privilégios de nascimento (antes só o primogênito de cada família era cidadão), ou seja, todos os homens livres<sup>13</sup> passam a ser cidadãos, com direitos religiosos, políticos e civis iguais. E a mesma revolução acontece nas demais cidades gregas no mesmo período<sup>14</sup>. Em Roma, inicialmente havia três tribos, subdivididas em dez cúrias e cada cúria em decúrias. Depois, passaram a ser quatro, cada uma ocupando uma colina da cidade, às quais Sêrvio acrescentou outras quinze, chamadas de tribos rústicas, por serem formadas de habitantes do campo. Mais tarde esse número de tribos se ampliou, passando a ser trinta e cinco até o final da república<sup>15</sup>.

Assim, mesmo quando a religião deixou de amalgamar as relações sociais, tratava-se de uma sociedade constituída não por indivíduos, mas por grupos sociais (organizados de acordo com o domicílio, no caso das tribos, ou de acordo com a riqueza, no caso das classes estabelecidas por Sólon, Sêrvio e outros administradores). Até porque, segundo Elias<sup>16</sup>, nas línguas clássicas não existia qualquer termo equivalente ao conceito de indivíduo. Ao contrário do que passou a acontecer nas sociedades modernas, principalmente a partir

---

<sup>13</sup> Mulheres e escravos continuam excluídos.

<sup>14</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, pp. 73-74.

<sup>15</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 131.

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. Título do original: *Die Gesellschaft Der Individuen*. Tradução de Mário Matos. O livro é composto de três partes: I. A sociedade dos indivíduos, escrita em 1939; II. Problemas da autoconsciência e da imagem do homem, escrita nas décadas de 40 e 50; e III. Transformações do equilíbrio Nós-Eu, escrita em 1987. O texto citado integra a terceira parte.

do século XVII, a identidade do “nós” (aquilo que as pessoas têm em comum) tinha primazia absoluta sobre a identidade do “eu” (aquilo que distingue as pessoas umas das outras).

*“Na prática social do mundo da Antigüidade Clássica, a identidade do Nós, do Vós e do Eles tinha ainda, comparada com a identidade do Eu, um papel demasiado importante para que pudesse surgir a necessidade de um conceito universal de pessoa singular enquanto ser quase desligado de qualquer grupo”<sup>17</sup>.*

Na Idade Média, a palavra *individuus* era usada apenas como símbolo de uma unidade indivisível, não se referindo especificamente a seres humanos, mas promoveu uma evolução na comunicação dos clérigos medievais, provavelmente passando a constituir “a ponte para a evolução do conceito moderno de indivíduo”<sup>18</sup>. Até então (da Antigüidade ao fim do período medieval), segundo Elias, não havia um antagonismo entre indivíduo e sociedade, nem um antagonismo de ambos em relação ao Estado.

Assim, é possível compreender o funcionamento da chamada cidadania clássica, que não se constituía como algo externo ao indivíduo, pois não havia distinção entre a sua vida e a da coletividade. E essa continuou a ser a situação em Atenas, mesmo depois da edição do Código de Sólon – que introduziu na lei o direito individual (para os homens) de propriedade, de herança e de testamento – e, em Roma, mesmo depois de promulgada a Lei das Doze Tábuas – que também não considera mais a propriedade como pertencente à *gens*, mas ao indivíduo –, assim como nas outras cidades, que

---

<sup>17</sup> ELIAS, *op.cit.* p. 180.

<sup>18</sup> ELIAS, *op.cit.* p. 182.

fizeram leis semelhantes<sup>19</sup>. O que não implica que se deixe de fazer distinção entre o que é uma e outra pessoa ou um conjunto de pessoas. Aristóteles, por exemplo, entendia o interesse individual como existente, porém intrinsecamente ligado ao interesse coletivo:

*“... o interesse geral reúne os homens, ao menos em quanto, de tal reunião, possa advir a cada um uma parcela de ventura. Essa é, portanto, a finalidade precípua que eles se propõem comum ou de modo individual”<sup>20</sup>.*

Isto, no entanto, não significa a existência, na prática, de apenas um interesse geral de todos os cidadãos, que só seria possível se a sociedade fosse uma reunião de indivíduos caracterizada pela absoluta igualdade social. E, desde que o referencial para a constituição da identidade social deixou de ser a religião hereditária, a sociedade passou a se organizar por classes, situação que perpassou todo o período democrático das cidades antigas, estendendo-se até a época marcada pelo fim do regime municipal e submissão ao Império Romano.

No regime democrático, a cidadania passou a se referenciar no trabalho (e não mais na riqueza) e na participação igualitária nas discussões e decisões políticas. Neste ponto, importa destacar a forma como gregos e romanos trataram a questão da desigualdade social X democracia. Coulanges explica que a igualdade de direitos políticos tornou mais evidente a desigualdade de condições e relata uma série de revoltas e escaramuças entre pobres e ricos, concluindo:

---

<sup>19</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. II, pp. 102-102.

<sup>20</sup> ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Hemus, 1966. Tradução de Torrieri Guimarães, p. 85.

*“Resultava daí que a cidade flutuava sempre entre duas revoluções, uma que despojava os ricos, outra que os fazia voltar à posse de sua fortuna. Isso durou desde a guerra do Peloponeso até a conquista da Grécia pelos romanos”<sup>21</sup>.*

Neste conturbado período<sup>22</sup> viveu Aristóteles (384 a 322 a.c.), cujas preocupações ficaram expressas em “A Política”, onde aponta a existência de cinco espécies de democracia, sendo a que lhe parece melhor aquela que se fundamenta na igualdade de direitos políticos e decide, por maioria, a legislação que deve reinar soberana. Quanto à forma de compor esta maioria, no entanto, Aristóteles levanta a possibilidade de se fazer uma combinação, pois:

*“... se a cidade é constituída de duas ordens de cidadãos, os ricos e os pobres, seja a vontade do maior número soberana em uma e outra dessas duas ordens; porém se eles tomam medidas que se contrariem, que prevaleça a vontade da maioria e dos que têm renda maior”<sup>23</sup>.*

Ou seja, para ele, deve-se aplicar uma fórmula de proporcionalidade tal que resulte numa situação onde “os pobres não disponham de maior soma de poder que os ricos”, porque, do contrário, “a maioria não deixará de se apossar, por confiscações injustas, das posses dos ricos ...”<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. II, p. 136.

<sup>22</sup> A guerra do Peloponeso, como informam as enciclopédias, ocorreu no período de 431 a 404 a.c., e a Grécia passa para o domínio romano em 146 a. c.

<sup>23</sup> ARISTÓTELES, *op.cit.* p. 219.

<sup>24</sup> ARISTÓTELES, *op.cit.* p. 218-9.

Esta polêmica (guerra entre ricos e pobres, incompatibilidade entre desigualdade social e democracia) permanece insolúvel por mais de quatro séculos, só perdendo força a partir da imposição, por parte do Império Romano, de uma mudança na natureza política da cidadania.

Engendrada durante mais de dois séculos, desde o reinado de Augusto, segundo Nicolet<sup>25</sup>, esta mudança ocorre sob o império de Caracalla, que, no ano 212 d.c., concedeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império. Aquilo que foi recebido como um privilégio tratava-se, contudo, de algo completamente diferente do que havia sido a cidadania no período da Roma Republicana. Ao invés do acesso à participação política, a cidadania significava apenas a inclusão em um sistema de garantia civil e judiciária. Ou seja, a cidadania passou a ser fundamentalmente “um estatuto civil que protegia o indivíduo face aos magistrados ou altos funcionários do Império”<sup>26</sup>. Além disso, em menor medida, o fato de ser cidadão romano abria, diante do indivíduo, a possibilidade de acessar os grupos dirigentes, seja para obter uma graduação numa legião militar, ou para trabalhar como funcionário de uma autoridade, ou ainda sonhar em tornar-se magistrado, senador (se essa fosse a vontade do imperador) etc. Em outras palavras, o Império é o “regime do secreto”, onde as decisões são tomadas pelo imperador e seus conselhos.

*“...ela (a cidadania) perdeu o que era seu traço essencial sob a República: a participação política. Até então, o mais humilde dos cidadãos era membro de uma coletividade soberana. Ele*

---

<sup>25</sup> NICOLET, Claudet. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1995. 2ª ed. Tradução livre.

<sup>26</sup> NICOLET, *op.cit.* p. 35.

*deliberava, escolhia os magistrados, decidia com seu voto o seu próprio destino: era senhor da “res publica”, ou seja, de seus próprios interesses. Sob o Império, não resta deste poder mais que palavras.”<sup>27</sup>.*

## **1.2. Idade Média: desigualdade entre desiguais**

Durante a Idade Média, com as invasões dos povos chamados “bárbaros”, a constituição de novos impérios e a posterior descentralização do poder, a ruralização e a utilização do trabalho servil, o sistema de referências que fundamenta a cidadania passa por novas transformações. Instala-se, segundo Castel<sup>28</sup>, um sistema de interdependências, uma vez que a autonomia individual e mesmo da comunidade consiste em ameaça constante, pois priva de proteções frente às crises de subsistência (fome, doenças etc.) e devastações das guerras.

Mas esse sistema, que garante uma “proteção máxima contra os acasos da existência”<sup>29</sup> e impede o rompimento da coesão social<sup>30</sup>, é o mesmo em que, nas palavras de Rousseau<sup>31</sup>, “a espécie humana só se degrada e o nome de homem cai em desonra”. Isso porque se torna comum, a partir do século VIII, a

---

<sup>27</sup> NICOLET, *op.cit.* p. 36.

<sup>28</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. Título original: *Les metamorphoses de la question sociale*. Tradução de Iraci D. Poleti. © 1995.

<sup>29</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 55.

<sup>30</sup> Trata-se de um sistema que, de acordo com Castel, controla os riscos de “desfiliação”. O termo “desfiliação” foi cunhado por Castel para substituir “exclusão”. Segundo ele, assim “se evita a armadilha de tratar a exclusão como um fenômeno existente por si mesmo”. O conceito de desfiliação compreende ausência de trabalho e isolamento social, ou seja, quando o indivíduo perde (ou é privado de) seus suportes e suas proteções (citado por NIEDDU, Victor. “L’exclusion: la cohésion sociale menacée”. *In TDC – Supplément d’informations culturelles pour les enseignants*, n° 721, du 1er na 15 octobre 1996.).

<sup>31</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 114.

situação na qual homens livres (proprietários de alódios) solicitem a “homenagem”, ou seja, peçam voluntariamente para ser “homem de alguém”. Castel cita um formulário-padrão, que servia de modelo para os escribas encarregados de recolher esses pedidos, onde o candidato promete servir ao seu senhor por todo o tempo em que viver, devendo-lhe trabalho, obediência e fidelidade em troca de sustento (em alimentação e vestuário) e proteção.

*“Na ausência de uma administração estruturada e de serviços especializados, a solidificação da relação pessoal sobre o juramento de fidelidade representa um primeiro tipo de proteção eficaz contra os riscos sociais. Sujeição da pessoa por meio do registro em um território: não se pretende que essa relação de dependência tenha sido absolutamente hegemônica (sempre existiram proprietários de alódios, por exemplo), mas, sim, que representa a relação social dominante ...”<sup>32</sup>.*

O sentido de pertencimento relaciona-se, então, com a terra. Em outras palavras, a construção da identidade social se dá dentro do princípio do direito de propriedade que se exerce sobre a terra e sobre o homem. Assim como, na Antigüidade, o *cliente* prendia-se à religião doméstica sob a autoridade do *patrono*, na Idade Média, o *servo* prende-se à terra, submisso ao seu senhor; assim como o *cliente* não pode abandonar a *gens*, não pode casar-se fora da *gens*, e o seu *patrono* pode reapossar-se da terra que ele cultivava e do dinheiro que possui, o *servo* também não pode abandonar a gleba, casar-se fora da

---

<sup>32</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 54.

aldeia, e fica sujeito a um senhor de pai a filho, ou seja, tudo o que ele possui pertence ao seu senhor, inclusive o direito de sucessão<sup>33</sup>.

Neste período, a cidadania configura-se, portanto, dentro dos limites do direito feudal, caracterizado pelo tratamento desigual aos desiguais. Ou seja, as condições das relações sociais são determinadas diretamente pelas posições das partes na hierarquia social. Os proprietários dos meios de produção (nobreza, clero) são sujeitos privilegiados de direitos, podendo (somente eles) praticar determinados atos; enquanto “os produtores diretos são apenas sujeitos de deveres: somente eles devem praticar determinados atos”<sup>34</sup>.

Os senhores feudais formam a nobreza rural, participando dos conselhos políticos que exercem o poder juntamente com o rei, o que, segundo Rousseau, origina a idéia moderna de representação, uma vez que esses conselhos dos feudatários dos reis seriam os ancestrais diretos dos parlamentos dos Estados modernos e, nas antigas repúblicas (Roma, Atenas etc.) e monarquias, “jamais teve o povo representantes, e não se conhecia essa palavra”. Idéia à qual Rousseau se opõe, baseando-se no fato de que não se pode querer por outra pessoa; pode-se apenas exprimir a vontade alheia, desde que esta tenha sido claramente explicitada:

*“A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade*

---

<sup>33</sup> COULANGES, *op.cit.* vol. I, p. 46.

<sup>34</sup> FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 54.

*geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio termo*<sup>35</sup>.

Quanto à desigualdade social, não constitui problema, ao menos durante toda a chamada Alta Idade Média (séculos V a XI). Numa civilização dominada pelo cristianismo, dois mecanismos tornam-se eficazes na manutenção pacífica da ordem desigual: 1) a “economia da salvação”, que reconhece a pobreza como necessária, justifica a sua existência e a socorre: o pobre é o “meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade, e para permitir-lhe, dessa maneira, que obtenha sua salvação”<sup>36</sup>; 2) a “solidariedade de condição”, produzida a partir da mensagem evangélica de amor ao próximo: “...o pequeno camponês ou o trabalhador urbano pode pensar que só será excluído se um dia também se tornar totalmente carente e, então, faz atuar uma solidariedade de condição”<sup>37</sup>. Além disso, a institucionalização da assistência é iniciada pela Igreja já no século VI, através da chamada *matricula* (lista nominal dos pobres que são mantidos pela igreja local).

Nos séculos XII e XIII, ainda segundo Castel<sup>38</sup>, a emergência de duas novas categorias sociais – a dos “pobres envergonhados”<sup>39</sup> e a dos “mendigos válidos”<sup>40</sup> – indica que a sociedade já conhece os fenômenos da desclassificação social (mobilidade descendente) e do subemprego (trabalhadores entregues à

<sup>35</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* pp. 113-4.

<sup>36</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 64.

<sup>37</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 82.

<sup>38</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 95.

<sup>39</sup> Pessoas cultas, intelectuais, artistas etc., que “realizavam mais o trabalho do espírito do que o das mãos” e ficaram na miséria. São “envergonhados” porque consideram a pobreza indigna para um homem de qualidade e, mesmo estando na miséria, não se lançam ao trabalho braçal, pois o consideram “tarefa degradante” (CASTEL, *op.cit.* p. 89).

<sup>40</sup> Trabalhadores (urbanos ou rurais) que não obtêm o suficiente para a subsistência da própria família.

mendicância). Mas é principalmente a partir da peste negra (1348) que uma nova mudança nas relações sociais se evidencia. A propriedade da terra se fragmenta e passa a mudar constantemente de mãos, engendrando dois fenômenos, chamados por Castel de “bipolarização do mundo rural” e “mobilidade incontrolável”: alguns proprietários rurais iniciam um processo de ascensão social, tornando-se burgueses, enquanto os camponeses despossuídos alugam-se aos mais ricos ou migram para as cidades.

*“Massas de coitados fazem a experiência negativa da liberdade de escapar às inscrições tradicionais. Uma parte desses desfiliaados migra para a cidade. Mas esta perdeu a relativa capacidade de acolher que tinha em seu período de maior expansão, quando o desenvolvimento do artesanato e do comércio criava, diríamos hoje, empregos. (...) Principalmente porque os imigrantes rurais representam uma mão-de-obra sem nenhuma qualificação, pouco apta a entrar no quadro de aprendizagem dos artesanatos urbanos”<sup>41</sup>.*

O referencial para a inserção social passa a ser, então, o trabalho. Principalmente após as medidas tomadas por alguns governantes, na tentativa de minimizar o problema da mobilidade, entre as quais se destaca o “Estatuto dos Trabalhadores”, promulgado por Eduardo III, rei da Inglaterra, em 1349. A lei torna o trabalho obrigatório – sob pena de detenção – e tenta restaurar o sistema de interdependências, exigindo que o trabalhador permaneça em seu emprego, “salvo se convier ao empregador dispensá-lo”, e que o desempregado

---

<sup>41</sup> CASTEL, *op.cit.* pp. 112-3.

aceite “a primeira injunção que lhe for feita nos limites territoriais”, assim como ressaltando que isto vale tanto para os homens livres quanto para os servos<sup>42</sup>.

No entanto, já enfraquecida, a sociedade feudal não reage e surge a questão da exclusão, ou “desfiliação”, ou “inutilidade social”: surge um proletariado (os que só dispõem da força de seus braços para sobreviver), porém não há mercado de trabalho.

*“De agora em diante, vai ser preciso contar com indivíduos que ocupam, na sociedade, a posição de supranumerários: não têm nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada. São os ancestrais dos supranumerários de hoje”<sup>43</sup>.*

O que antes era exercício da caridade torna-se, desde esse momento, política de assistência social de responsabilidade dos governos locais (cidades), situação que é acentuada nos séculos XIV e XV. De acordo com Castel, “a pobreza constitui objeto de um amplo debate público alimentado pelas controvérsias do Renascimento”<sup>44</sup>.

Junto com o nascimento da cidade medieval ocidental é engendrada a concepção liberal de cidadania, que, segundo Max Weber, foi um dos resultados e também um dos pressupostos do desenvolvimento capitalista. Isso porque “a cidade medieval, em contraste com a cidade antiga, desenvolveu-se

---

<sup>42</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 98.

<sup>43</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 96.

<sup>44</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 73.

como coletividade de produtores individuais que introduziram nova concepção e nova prática de legitimidade política”<sup>45</sup>.

Para Weber, a cidade se constitui a partir da associação de interesses burgueses; ou seja, a partir da formação da “comunidade urbana”, que não era apenas uma fortaleza, “que, no sentido político-administrativo, supunha um direito particular dos habitantes”; assim como não era uma “cidade” no sentido somente econômico (presença de um mercado). Na concepção weberiana, a cidade passa a ser considerada como tal quando conta com a presença local de:

*“... estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondessem estas características: 1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio, 4) caráter de associação e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma”<sup>46</sup>.*

Concebida assim, a cidade medieval foi “a primeira entidade política moderna, precedendo o próprio Estado moderno ao qual se opunha”, pois era autônoma. Esta cidade, fundada nos interesses individuais de cada cidadão, “esteve na origem do capitalismo moderno de empresa e de trabalho livre, da sociedade liberal, do racionalismo formal, do individualismo”<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 147.

<sup>46</sup> WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade”. Tradução: Antônio Carlos Pinto Peixoto. In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 82.

<sup>47</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 148.

### **1.3. Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau**

No século XVI, as cidades já contavam com um conjunto bem estruturado de políticas municipais dirigido ao atendimento sistemático da indigência, que incluía “o ensino de um ofício às crianças pobres e a distribuição de auxílios a famílias sem emprego ou que não ganham o suficiente para garantir a sobrevivência”. E, no século XVII, essas políticas são assumidas pelo Estado, através de legislações nacionais<sup>48</sup>, medida que não resolve, porém, o problema do desemprego e da fome.

Assim, o século XVII é marcado pela eclosão de inúmeras revoltas e insurreições populares. Este é o caso da Inglaterra, realidade a partir da qual Hobbes escreve “Do cidadão”, publicado em 1642 (ano em que começa uma guerra civil em seu país), e “Leviatã”, publicado em 1651. Daí, segundo Ferreira<sup>49</sup>, ser ele um pensador preocupado com a localização do poder, “o *locus* de onde emanam as normas necessárias ao convívio social dos homens”. Normas que, segundo Hobbes, somente são obedecidas sob a força de uma autoridade centralizada, que tenha “um poder tão grande sobre cada cidadão individual quanto cada homem tem sobre si mesmo se formos considerá-lo fora do estado civil: isto é um poder supremo e absoluto...”<sup>50</sup>.

Opondo-se a Aristóteles, para quem o homem é um ser social, Hobbes defende que toda associação acontece apenas dentro da relação custo/benefício, ou seja, da opção pela anarquia social ou pela submissão a um poder maior (o Estado) e a conseqüente renúncia à liberdade.

---

<sup>48</sup> CASTEL, *op.cit.* pp. 73-74.

<sup>49</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 47.

<sup>50</sup> HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Título do original: *De Cive*. Tradução de Renato Janine Ribeiro, p. 132.

*“...A origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros”<sup>51</sup>.*

Explicando que a primeira “lei fundamental de natureza” consiste em procurar a paz, Hobbes<sup>52</sup> infere daí uma outra lei natural: a renúncia ao direito a todas as coisas – “alguns desses direitos devem ser transferidos ou renunciados”, pois, do contrário, se todos têm direito a tudo, há a disputa e a guerra. Neste contexto, Ferreira<sup>53</sup> esclarece que:

*“Uma das conseqüências desta renúncia (ao direito natural da sua própria liberdade) é que os indivíduos abrem mão da ação política, condição ‘sine qua non’ para que exista um governo, cuja legitimidade procede de uma decisão coletiva”<sup>54</sup>.*

Abrindo mão da ação política (e esta renúncia vai sendo herdada de geração em geração), não há o exercício da cidadania em sua dimensão política, assim como não há também responsabilidade social; pois, sem participação numa decisão, é possível apenas cobrar obediência, nunca o compromisso para com ela.

Para Hobbes, o indivíduo está na origem e no centro de tudo e o privado se sobrepõe naturalmente ao público, cabendo ao Estado a conciliação dos dois tipos de interesses: “... não há razão por que cada homem não deva dar

---

<sup>51</sup> HOBBS, *op.cit.* p. 32.

<sup>52</sup> HOBBS, *op.cit.* p. 46.

<sup>53</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 59.

<sup>54</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 60.

prioridade a seus negócios particulares sobre os públicos...”<sup>55</sup>. A sociedade é composta de indivíduos, que só passam do estado de natureza para o estado civil através de pactos. Assim, a democracia se constitui através de pactos recíprocos de indivíduos entre si, pactos que “têm de ser feitos entre cidadãos individuais, para que cada qual contrate submeter sua vontade à vontade da maioria, sob a condição de que os outros ajam também da mesma maneira”; e tanto a monarquia como a aristocracia nascem da democracia, quando esta renuncia a seu direito em favor de um homem ou de um grupo deles, respectivamente<sup>56</sup>. Defensor da monarquia, Hobbes aponta o que entende como sendo “inconvenientes” intrínsecos à democracia, podendo-se destacar, entre outros pontos: a inexperiência da maior parte dos homens que deliberam politicamente nas grandes assembleias, a eloquência, o facciosismo, a impossibilidade de se guardar sigilo e a instabilidade das leis<sup>57</sup>.

Na origem da concepção moderna de cidadania, que oferecerá as bases para as revoluções americana (1776) e francesa (1789), também está John Locke, mais identificado como precursor da chamada cidadania liberal. Segundo Ferreira, Locke coloca o direito à vida e à propriedade acima de qualquer coisa: “só quando não estão em risco é que cabe o dever de pensar nos outros”. Para ele, os conceitos de indivíduo, trabalho e propriedade são indissociáveis, na medida em que é através do trabalho que o indivíduo torna-se proprietário. E, como ninguém consegue consumir tudo o que produz, obriga-se a doar ou a ver apodrecer o resultado de seu trabalho, a não ser que

---

<sup>55</sup> HOBBS, *op.cit.* p. 192.

<sup>56</sup> HOBBS, *op.cit.* pp. 144-146.

<sup>57</sup> HOBBS, *op.cit.* pp. 188-191.

seja possível trocar bens perecíveis por não perecíveis, por exemplo, por dinheiro, desde o momento em que este passou a existir <sup>58</sup>.

A origem da desigualdade social (assim como da acumulação e da riqueza de alguns) está, então, para Locke, na produção do excedente, que só se viabiliza com o processo de troca mediado pelo dinheiro<sup>59</sup>. E a sua legitimação ocorre como desdobramento da idéia de liberdade individual. Como ninguém obriga ninguém a vender o que é seu, o trabalhador, por exemplo, participa do mercado:

*“... apenas troca aquilo que não quer mais por aquilo que quer agora: dinheiro. É livre para isso, nada o constrange a fazê-lo. Exploram-se apenas as condições legais, trocam-se equivalentes: horas de trabalho por dinheiro. (...) Assim, poder e dever se equiparam na equação liberal lockeana. O princípio de mercado funda aí suas bases: para que as trocas sejam legítimas é preciso haver liberdade individual”<sup>60</sup>.*

Locke pressupõe uma sociedade de indivíduos e não de classes, uma sociedade onde indivíduos isolados estabelecem trocas livremente; passando ao largo, portanto, de qualquer questão sobre a existência de “uma relação assimétrica de poder e de liberdade entre o capitalista e o trabalhador”<sup>61</sup>.

Quanto às diferenças sociais e às injustiças, por um lado, justifica-as, dizendo que a riqueza é legítima porque provem ou da herança ou do trabalho (acrescentado de esforço, talento e previdência); e, por outro lado, indica

---

<sup>58</sup> FERREIRA, *op.cit.* pp. 70-75.

<sup>59</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 75.

<sup>60</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 76.

<sup>61</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 77.

formas de correção do problema, argumentando que “cabe aos juizes, mediante mecanismos legais, corrigir injustiças e erros, reequilibrando a sociedade”<sup>62</sup>.

Neste ponto entra, então, a origem e o papel do Estado, pois, para Locke, o poder governamental é, essencialmente, de natureza judicial:

*“A designação de um juiz comum está, portanto, na origem da sociedade política, que resulta da associação dos indivíduos, de modo a formar um só corpo, com um sistema jurídico e judicial comum, ao qual podem recorrer e que tem competência para dirimir as disputas individuais”*<sup>63</sup>.

Desta forma, assim como no pensamento de Hobbes, o cidadão renuncia à ação política, porém com uma diferença fundamental: Locke prevê uma renúncia limitada, através do consentimento da maioria do povo em outorgar o poder. Ou seja, o consentimento não exclui o direito de fazer oposição e até de se rebelar, caso os governantes traiam a confiança, não cumpram o contrato que fizeram com a comunidade ou conduzam o Estado para além de suas competências – por exemplo, quando se intromete na esfera privada da sociedade, quer dizer, na liberdade de mercado<sup>64</sup>. Assim, “a participação política é espasmódica e espontânea”, acontecendo só em momentos de crise: “fora disso, o Parlamento é suficiente para gerir as questões do espaço público, permitindo que os cidadãos tenham liberdade para cuidar de suas próprias vidas”<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> FERREIRA, *op.cit.* pp. 76 e 82.

<sup>63</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 82

<sup>64</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 91.

<sup>65</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 93.

Para Locke, o poder legislativo deve ter a primazia sobre os outros dois (executivo e federativo), pois cabe a ele estabelecer e promulgar leis, que serão as mesmas para todos os indivíduos:

*“Leis são a garantia de individuação, da formação de um povo como um conjunto de indivíduos autônomos. Essa visão atomista da sociedade prevalece nos ideais do Estado liberal: uma vez existindo uma ordem jurídica constituída por normas gerais emanadas do Parlamento e aplicadas por juizes independentes, fica assegurada a isonomia, a igualdade de todos perante a lei”<sup>66</sup>.*

O que significa apenas igualdade formal, sem qualquer correspondência na vida dos indivíduos, pois, no ideal liberal proposto por Locke e Hobbes, “a cidadania aparece como uma metamorfose, na qual o indivíduo concreto se torna um ser abstrato, impessoal e, por isso mesmo, igual a todos os outros”<sup>67</sup>.

Quase um século depois, em “O Espírito das Leis” (1748), Montesquieu retoma a questão da desigualdade X democracia em outras bases: para ele, a democracia está intrinsecamente ligada à igualdade e esta deve ser estabelecida em lei, porém com ressalvas.

*“A igualdade é a alma da democracia. Entretanto é ela tão difícil de estabelecer-se que não conviria sempre uma extrema exatidão a esse respeito. Basta estabelecer um censo que reduza ou fixe as diferenças até certo ponto. Além daí, caberá a leis particulares igualarem, por assim dizer, as desigualdades, através dos ônus*

---

<sup>66</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 85.

<sup>67</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 86.

*que imponham aos ricos e dos benefícios que concedam aos pobres*<sup>68</sup>.

A igualdade, por sua vez, não se viabiliza sem que haja comedimento, abstenção e amor à frugalidade, por parte de todos os cidadãos, pois, “não basta, numa democracia, que sejam iguais os quinhões de terra: é preciso que sejam pequenos, como entre os Romanos”<sup>69</sup>. Mesmo quando o país tem como atividade econômica principal o comércio, o espírito da frugalidade deve prevalecer; para isto, a lei deve estabelecer a divisão de fortunas, de forma que cada um tenha uma “condição média” e todos se mantenham fiéis ao trabalho, fugindo do luxo.

*“Assim como a igualdade das fortunas conserva a frugalidade, também a frugalidade mantém a igualdade das fortunas. Essas coisas, embora diferentes, são tais que não podem subsistir uma sem a outra. Cada qual é causa e efeito. Se uma deriva da democracia, a outra a acompanha, sempre”*<sup>70</sup>.

Para Montesquieu<sup>71</sup>, no entanto, isso não implica participação política em igualdade de condições para todos os cidadãos, pois o povo tem competência apenas para escolher seus representantes, somente para o poder legislativo e desde que a eleição se restrinja ao âmbito local. Na opinião do autor, o poder nas mãos do povo “é impossível nos Estados grandes e está sujeito a muitos inconvenientes nos pequenos”.

---

<sup>68</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: as formas de governo: a divisão dos poderes**. São Paulo: Saraiva, 1992. Tradução de Pedro Vieira Mota, p. 119.

<sup>69</sup> MONTESQUIEU, *op.cit.* pp. 120-121.

<sup>70</sup> MONTESQUIEU, *op.cit.* p. 120.

<sup>71</sup> MONTESQUIEU, *op.cit.* pp. 85-87 e 169.

Como Hobbes, Montesquieu avalia que um dos grandes inconvenientes da democracia é o fato de a maioria dos cidadãos não ter capacidade suficiente para participar das discussões e decisões políticas. Consegue, porém, escolher os “mais esclarecidos” como seus representantes em cada localidade, uma vez que: 1º) para isso, basta informar-se dos fatos “sobre os quais ele se inteira melhor na praça pública do que um Monarca em seu palácio”; 2º) conhece “muito melhor as necessidades da cidade em que se vive do que as das demais cidades”<sup>72</sup>. Daí por que, segundo Benevides, “ele preconizava a eleição por distritos – ‘em cada localidade mais importante os habitantes escolhem o seu representante’ – uma antecipação da prática eleitoral do século XIX”<sup>73</sup>.

Quanto aos representantes, Benevides explica que o seu papel, na proposta de Montesquieu, também é restrito:

*“... a questão que se coloca, para Montesquieu, é a necessidade de um corpo legislativo para fazer as leis e para fiscalizar a sua execução, e não para tomar qualquer ‘decisão ativa, coisa que ele não faria bem’. Assim, não caberia nem ao povo sem aos seus representantes o Poder Executivo”<sup>74</sup>.*

Rousseau, no entanto, que polemiza com Montesquieu em diversos pontos, dá à democracia o mesmo sentido que esta possuía na Antigüidade: “confiar o Governo a todo o povo ou à maior parte do povo, de modo que haja

---

<sup>72</sup> MONTESQUIEU, *op.cit.* pp. 86 e 169.

<sup>73</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1998, p. 50.

<sup>74</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 51.

mais cidadãos magistrados<sup>75</sup> do que cidadãos simples particulares<sup>76</sup>. Assim sendo, para que a democracia seja viável, alguns pré-requisitos se colocam:

*“Em primeiro lugar, um Estado muito pequeno, no qual seja fácil reunir o povo e onde cada cidadão possa sem esforço conhecer todos os demais; segundo, uma grande simplicidade de costumes que evite a acumulação de questões e as discussões espinhosas; depois, bastante igualdade entre as classes e as fortunas, sem o que a igualdade não poderia subsistir por muito tempo nos direitos e na autoridade; por fim, pouco ou nada de luxo ...”<sup>77</sup>.*

Por tais condições, Rousseau conclui que a democracia verdadeira não existe (“jamais existiu, jamais existirá”), dado que o povo não pode permanecer sempre em assembléia e, se delegar questões para serem discutidas em comissões, estará abrindo mão da democracia pura e estabelecendo uma forma mista. Se, em vez disso, for admitida a idéia de Aristóteles<sup>78</sup> de que a virtude política “é de todos os que não têm necessidade de um trabalho para viver”, a igualdade política acaba se estabelecendo apenas dentro do grupo de privilegiados, à custa da exclusão da maioria, tal como se concretizou nas cidades antigas: “Em Atenas, como em Roma, o corpo cívico era uma minoria que explorava uma grande quantidade de homens livres ou escravos<sup>79</sup>.”

---

<sup>75</sup> Ver discussão sobre a diferença entre “cidadãos magistrados” e “cidadãos simples particulares” no ponto sobre cidadania ativa, pp. 114-115.

<sup>76</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 88.

<sup>77</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 91.

<sup>78</sup> ARISTÓTELES, *op.cit.* p. 84.

<sup>79</sup> LORAUX, Nicole. “A cidade grega pensa o um e o dois”. In CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; e PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 11.

O que nem Rousseau nem Aristóteles podiam imaginar é que questões de ordem prática como essas um dia poderiam encontrar solução. Neste início do século XXI, pode-se dizer que se dependesse exclusivamente do lado técnico o problema estaria resolvido: as constantes inovações tecnológicas vão propiciando pouco a pouco o crescimento da produtividade, que, se distribuída eqüitativamente, liberaria todos os seres humanos de parte da sua carga de trabalho, havendo tempo livre suficiente então para as assembleias.

Da mesma forma, contra o argumento daqueles que colocam a interdependência mundial como empecilho à instituição da democracia, pois esta seria inviável com funcionamento localizado, atualmente já se vislumbram meios de minimizar o problema do tamanho da democracia, uma vez que a tecnologia digital de compressão de dados, articulada com as telecomunicações, pode vir a permitir uma participação altamente qualificada dos cidadãos em escala mundial. Do ponto de vista técnico, portanto, pode-se dizer que, mesmo não sendo um “povo de deuses”, poder-se-ia governar democraticamente<sup>80</sup>. Daí o retorno desta discussão neste momento. Os maiores empecilhos, porém, são de ordem política, ponto que será retomado mais adiante nesta dissertação.

Rousseau, entretanto, tendo como certa a inviabilidade da democracia pura, propõe uma forma mista, que exige a ratificação de cada proposta de lei por meio de consulta direta aos cidadãos (“É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei”), e, ao mesmo tempo, no caso do poder executivo, admite a representação:

---

<sup>80</sup> Alusão à célebre frase de Rousseau: “Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Governo tão perfeito não convém aos homens” (ROUSSEAU, *op.cit.* p. 92).

*“Não sendo a Lei mais do que a declaração da vontade geral, claro é que, no poder legislativo, o povo não possa ser representado, mas tal coisa pode e deve acontecer no poder executivo, que não passa de força aplicada à Lei”<sup>81</sup>.*

A partir destes pressupostos, a controvérsia entre os seguidores das doutrinas plebiscitárias de Rousseau e os partidários do princípio representativo de Montesquieu ganha expressão máxima na Revolução Francesa:

*“A esquerda radical, de inspiração rousseauísta, é derrotada pelos moderados, seguidores de Montesquieu e seduzidos pelo talento de Sieyès e Talleyrand, este responsável pela ‘feliz’ redação do artigo VI da Declaração de 1789: ‘A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de contribuir pessoalmente, ou por seus representantes, à sua formação’. Para Sieyès está claro que a ‘vontade geral’ não é inerente ao povo e somente os representantes podem formulá-la e exprimi-la adequadamente”<sup>82</sup>.*

Aqui, cabe esclarecer um ponto fundamental para a discussão do conceito de cidadania: segundo Rousseau, na condição de cidadão, o indivíduo só pode ter “vontade geral”, enquanto que, como homem, pode “ter uma vontade particular, contrária ou diversa da vontade geral que tem como cidadão”<sup>83</sup>. Ou seja, a presença da “vontade geral” é condição para a cidadania

---

<sup>81</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* pp. 114-115.

<sup>82</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 53.

<sup>83</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 41.

e só é inerente ao povo se este for concebido da forma enunciada por Rousseau: como coletivo de cidadãos. Isto fica claro na explicação que o autor faz sobre o conceito de “vontade geral”. Trata-se de algo intrinsecamente ligado ao bem comum, portanto, “está sempre certa e tende sempre à utilidade pública”<sup>84</sup>. Ao contrário da “vontade de todos”, que é apenas uma expressão numérica, “soma das vontades particulares”, portanto ligada ao interesse privado<sup>85</sup>, a “vontade geral” é a expressão do “substrato coletivo das consciências”<sup>86</sup>.

O objetivo do contrato social é, então, constituir-se como o paradigma sócio-político que fundamenta uma organização de sociedade formada não como aglomerado de indivíduos, mas como associação de cidadãos, como coletivo dotado de uma “força comum”, como comunidade. Idéia que Rousseau trouxe da cidadania grega, do cidadão como o homem essencialmente político:

*“... esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quanto são os votos da assembleia, e que, por esse mesmo ato, ganha unidade, seu ‘eu’ comum, sua vida e sua vontade”<sup>87</sup>.*

Desta forma, Rousseau – assim como Hobbes e Locke – desconsidera a composição real da “comunidade”, a existência de grupos com interesses não só divergentes, mas antagônicos. Ou seja, não considera a existência das classes sociais, não prevendo, então, “que o monopólio da interpretação do que

---

<sup>84</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 52.

<sup>85</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 53.

<sup>86</sup> Explicação do tradutor inserida numa nota da página 49 do “Contrato Social”.

<sup>87</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 39.

é o bem comum poderia passar da Igreja ou da família para a classe dominante”<sup>88</sup>.

Segue-se daí que, sendo a idéia do contrato social “o fundamento ideológico e político da contratualidade real que organiza a sociabilidade e a política nas sociedades modernas”<sup>89</sup> e sendo as lutas de classes a expressão da divergência de interesses gerada pelas relações sociais de produção capitalista, “as lutas pela prossecução do bem comum foram sempre lutas por definições alternativas do bem comum”<sup>90</sup>.

Isto porque, na modernidade, a sociedade passa a ser entendida como uma associação de cidadãos (contratantes), que “se comprometem todos nas mesmas condições e devem todos gozar dos mesmos direitos”<sup>91</sup>, ou seja, que firmam entre si um contrato. E, “como qualquer outro contrato, o contrato social assenta em critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão”<sup>92</sup>. Esta é a lógica de funcionamento da contratualização que, porém, só encontra legitimidade através da não existência de excluídos. Há, assim, uma permanente tensão entre a “lógica operativa do contrato social” e a sua lógica de legitimação.

*“Em cada momento ou corte sincrônico, a contratualização é simultaneamente abrangente e rígida. Diacronicamente, é um campo de lutas sobre os critérios e os termos da exclusão e da*

---

<sup>88</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 150.

<sup>89</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. “Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 87.

<sup>90</sup> SANTOS, *op.cit.* p. 88.

<sup>91</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 56.

<sup>92</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 84.

*inclusão que, pelos seus resultados, vão refazendo os termos do contrato. Os excluídos de um momento emergem no momento seguinte como candidatos à inclusão e, quiçá, podem ser incluídos num momento posterior. Mas, em obediência à lógica operativa do contrato, os novos incluídos só o são à custa de novos ou velhos excluídos”<sup>93</sup>.*

Importa, neste ponto, ressaltar que, nas últimas décadas, oscilando ora em direção ao chamado “pré-contratualismo” ora em direção ao “pós-contratualismo”<sup>94</sup>, deixa de estar colocado o problema da legitimação e, assim, também o da inclusão, ou, em outras palavras, a lógica da exclusão pode prevalecer sem que isso constitua qualquer incômodo, pois deixa de fazer sentido – o que será melhor abordado mais à frente, quando forem analisados os elementos envolvidos na crise do contrato social.

#### **1.4. A cidadania moderna: dimensões e interfaces**

A cidadania, como visto acima, pode ser descrita como um conjunto de critérios que definem os que são e os que não são membros de uma comunidade ou como a qualidade de membro desta sociedade comum. É, portanto, “manifestamente uma questão política”<sup>95</sup>. Uma apreciação, porém, apenas da sua dimensão política é insuficiente, pois:

---

<sup>93</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 85.

<sup>94</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.*

<sup>95</sup> BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989. Título do original: *Citizenship*. Tradução: M. F. Gonçalves de Azevedo, p. 11.

*“O problema de quem pode exercer a cidadania e em que termos não é apenas uma questão de âmbito legal da cidadania. É também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais que eles dominam e a que têm acesso. Um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade”<sup>96</sup>.*

Isso porque o desenvolvimento do conceito moderno de cidadania coincide com o desenvolvimento do capitalismo. O contrato moderno, diferentemente do feudal<sup>97</sup>, é “essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em *status*”<sup>98</sup>. Ou seja, a igualdade relaciona-se exclusivamente com os direitos e obrigações pertinentes ao *status*, sendo “*status social*” a localização ou posição do indivíduo na sociedade “em função dos valores sociais correntes”<sup>99</sup>. Assim, os direitos e obrigações não são definidos segundo algum critério universal:

*“... as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida”<sup>100</sup>.*

Neste contexto, faz sentido o fato de, na Inglaterra do século XIX, por exemplo, os direitos políticos não estarem incluídos nos direitos de cidadania,

<sup>96</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 11.

<sup>97</sup> Sobre a cidadania feudal, ver p. 23.

<sup>98</sup> MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Título do original: *Sociology at the Crossroads and other essays*. Tradução: Meton Porto Gadelha, p. 79.

<sup>99</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 151-152.

<sup>100</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 76.

embora esta já fosse universal na forma de direitos civis<sup>101</sup>. Assim como o fato de, no Brasil e demais países latino-americanos, alterando a “seqüência clássica lógica”, os direitos políticos terem se tornado presentes bem antes que os direitos civis, o que não deixou de ter conseqüências sobre a natureza destes direitos e da própria cidadania nestes locais<sup>102</sup>, como se verá mais adiante.

A separação, feita por Marshall, dos elementos da cidadania – distinguindo os direitos civis, políticos e sociais – não só facilita, então, a análise como permite uma compreensão ampliada do conceito, uma vez que as práticas associadas a cada conjunto de direitos têm “efeitos muito diferentes sobre as relações sociais e sobre a organização econômica e política da sociedade”<sup>103</sup>. Isso, obviamente, ressaltando-se que:

1º) o conceito moderno de cidadania implica mais do que uma coleção de direitos, “é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns”<sup>104</sup>;

2º) o entendimento de que Marshall apresenta uma concepção evolucionista de cidadania é polêmico, sendo que Barbalet<sup>105</sup> discorda, alegando que Marshall teria defendido uma certa elasticidade no escalonamento no tempo; Carvalho<sup>106</sup> diz que há em Marshall a idéia do surgimento seqüencial dos direitos, tratando-se não só de “uma

---

<sup>101</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 69.

<sup>102</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 11.

<sup>103</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 31.

<sup>104</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 11.

<sup>105</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 19.

<sup>106</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 11.

seqüência mais ou menos cronológica como também de uma seqüência lógica” e concorda com esta visão; enquanto Ferreira<sup>107</sup> critica o que chama de um “certo evolucionismo” de Marshall, entendendo que, em sua análise, “os direitos políticos não procedem das conquistas dos direitos civis: emanam deles, como se estivessem esgotadas etapas naturais da evolução da cidadania”.

No decorrer da sua descrição “ditada pela história”, Marshall<sup>108</sup> identifica não só os elementos civil, político e social, mas também o que seria um elemento “industrial” da cidadania, entendido como algo secundário, complementar da cidadania política e transitório<sup>109</sup> – compreensão questionada por Barbalet<sup>110</sup>, que faz outra caracterização. Além destas dimensões, na seqüência, será listada ainda a “cidadania cultural”, descrita e analisada por Canclini<sup>111</sup> como algo intrinsecamente ligado ao consumo privado de bens e aos meios de comunicação de massa.

#### **a) Dimensão civil:**

Segundo Marshall, fazem parte dos direitos civis aqueles relacionados à liberdade individual: “liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”<sup>112</sup>. Citando Marshall, Barbalet<sup>113</sup> explica que, tendo como

---

<sup>107</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 173.

<sup>108</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 63.

<sup>109</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 86.

<sup>110</sup> BARABLET, *op.cit.* p. 46.

<sup>111</sup> CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

<sup>112</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 63.

característica básica o fato de ser cada um deles “um direito permissivo da ação humana”, os direitos civis dizem respeito ao indivíduo como agente e são usados, da mesma forma, tanto “para criar grupos, associações, corporações e movimentos de todos os gêneros” (que podem questionar as desigualdades de classe) como para consolidar as relações capitalistas e o poder da classe capitalista. Em outras palavras, “embora os direitos de cidadania possam ser exercidos por todos os que os possuem, tendem de fato para servir membros de classes diferentes de maneira diferente”<sup>114</sup>.

*“A história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pela adição gradativa de direitos a um status já existente e que pertencia a todos os membros adultos da comunidade – ou talvez se devesse dizer a todos os homens (...) Esse caráter democrático ou universal do status se originou naturalmente do fato de que era essencialmente o status de liberdade e, na Inglaterra do século XVII, todos os homens eram livres”<sup>115</sup>.*

Tanto esse status inicial de liberdade como os direitos civis são possíveis porque se estabelece um pacto (contrato) que institui uma desigualdade básica na esfera política: a assimetria de poder entre o Estado e os cidadãos. E é dessa desigualdade que se origina a igualdade entre os governados, a

---

<sup>113</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 37.

<sup>114</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 40.

<sup>115</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 68.

igualdade civil. Ou, como explica Ferreira<sup>116</sup> a partir da teoria hobbesiana: “face ao Estado, todos agora são iguais em direitos e deveres”.

A partir do *status* de liberdade, foi possível conquistar o direito civil mais básico no setor econômico: o direito de trabalhar, “de seguir a ocupação de seu gosto no lugar de escolha”<sup>117</sup>. A luta por esse direito começou na Inglaterra no século XVII, sendo encerrada completamente apenas no início do século XIX com a revogação das leis elisabetianas. De um lado, a liberdade de trabalhar era negada pela *Elizabethan Statute of Artificers*, “a qual destinava certas ocupações a certas classes sociais e, do outro, por regulamentos locais, que reservavam emprego numa cidade aos habitantes da cidade, e pelo uso do aprendizado como um instrumento de exclusão ao invés de recrutamento”<sup>118</sup>.

A conquista do direito de trabalhar, contudo, não significa que a partir de então todo aquele que quiser trabalhar terá trabalho. Disto vão cuidar, bastante tempo depois, já no século XX, os direitos sociais. O desenvolvimento da cidadania civil não interfere na situação de desigualdade social, pois traz consigo “não apenas a igualdade perante a lei, mas também a lei como uma instituição independente da propriedade privada e formalmente dela separada”<sup>119</sup>. Mais que isso: além de não entrarem em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista, na sua fase inicial, os direitos civis foram de grande valia para a manutenção e ampliação das desigualdades.

*“...Os direitos civis eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo. Davam a cada homem, como parte de seu*

---

<sup>116</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 63.

<sup>117</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 67.

<sup>118</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 67.

<sup>119</sup> BARABALET, *op.cit.* p. 73.

*status individual, o poder de participar, como uma unidade independente, na concorrência econômica, e tornaram possível negar-lhes a proteção social com base na suposição de que o homem estava capacitado a proteger a si mesmo*<sup>120</sup>.

Mas o direito à liberdade e à igualdade formal perante a lei traz consigo também “um interesse crescente pela igualdade como um princípio de justiça social e uma consciência do fato de que o reconhecimento formal de uma capacidade igual no que diz respeito a direitos não era suficiente”<sup>121</sup>, o que abre caminho para os direitos políticos e sociais.

#### ***b) Dimensão política:***

O elemento político da cidadania, segundo Marshall<sup>122</sup>, é “o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo” – o que se consubstancia no início do século XIX como um produto secundário dos direitos civis e se consolida, no século XX, associando-se “direta e independentemente à cidadania como tal”<sup>123</sup>. Ou seja, a partir do momento em que os direitos civis ligados ao status de liberdade se universalizam, a liberdade passa a ser sinônimo de cidadania e a justificar que se fale de um status geral de cidadania. Com isso, passa a ser imperativa a

---

<sup>120</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 79.

<sup>121</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 83.

<sup>122</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 63.

<sup>123</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 70.

distribuição dos direitos políticos – que já existiam e “eram deficientes não em conteúdo, mas na distribuição”<sup>124</sup>.

Neste sentido, pouco ajuda a lei de 1832, que mantém os direitos políticos como privilégio de uma classe econômica limitada, embora tenha ampliado o direito de voto para os “arrendatários e locatários de base econômica suficiente”<sup>125</sup>. Só no século XX, com a Lei de 1918, é adotado o sufrágio universal, transferindo-se “a base dos direitos políticos do substrato econômico para o status pessoal”, mas não sendo resolvida por completo a situação: “Subsistiram alguns remanescentes de uma desigualdade com base em diferenças de substrato econômico até que, apenas no ano passado<sup>126</sup>, o voto plural (que já tinha sido reduzido ao voto duplo) foi finalmente abolido”<sup>127</sup>.

Ao contrário do que diz Marshall<sup>128</sup>, no entanto, a extensão cautelosa dos direitos políticos às classes menos favorecidas (que só se efetivou completamente na Inglaterra quase na metade do século XX) indica que aqueles que os estavam estendendo tinham plena consciência da magnitude da ameaça: sabiam que “os direitos políticos da cidadania, ao contrário dos direitos civis, estavam repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista”.

Afinal de contas, a questão “democracia direta e soberania popular” X “democracia representativa e soberania nacional” ainda estava longe de ser resolvida no século XVIII, que foi marcado por grandes revoluções (Americana e

---

<sup>124</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 69.

<sup>125</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 69.

<sup>126</sup> Possivelmente o ano de 1948, pois de acordo com informação colocada na introdução da edição brasileira de 1967, o *Citizenship and Social Class* foi publicado originalmente em Londres em 1950, sendo conteúdo de uma conferência realizada em Cambridge em 1949.

<sup>127</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 70.

<sup>128</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 85.

Francesa) e acirradas polêmicas entre os seguidores das idéias de Rousseau – defensor, no Contrato Social, de alguns princípios da cidadania clássica – e os partidários de Montesquieu, defensor das vantagens da representação “em oposição à democracia dos antigos”<sup>129</sup>. Em “O Espírito das Leis”, Montesquieu exalta a Constituição inglesa; Rousseau, em seguida, dirige-lhe severas críticas:

*“O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz mostra que merece perdê-la”*<sup>130</sup>.

No calor da Revolução Francesa, Robespierre, por exemplo, em defesa do direito popular sobre os mandatos, diz no artigo XIV de seu projeto de Declaração de Direitos: “O povo é soberano: o governo é obra e propriedade suas, os funcionários públicos são seus empregados. O povo pode, quando o desejar, mudar seu governo e demitir seus mandatários”<sup>131</sup>. Mas, a partir do final do século XVIII, a França também vê prevalecer em todas as suas constituições o princípio da soberania nacional: “Se a nação é representada pelo Parlamento, a ele, e exclusivamente a ele, cabe a representação política. A soberania parlamentar substitui, portanto, a soberania popular”<sup>132</sup>.

Enquanto isso, na Inglaterra, ao mesmo tempo em que eram estendidos cautelosamente os direitos políticos à população, tomavam-se outras medidas para que as classes trabalhadoras ficassem satisfeitas com a solução do

---

<sup>129</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 49.

<sup>130</sup> ROUSSEAU, *op.cit.* p. 114.

<sup>131</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 53.

<sup>132</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 54.

problema da sua proteção e progresso através dos direitos civis de cidadania. Este foi o caso do reconhecimento do dissídio coletivo: “Isto significava que se procurava o progresso social por meio do fortalecimento dos direitos civis e não pelo estabelecimento de direitos sociais”<sup>133</sup>.

**c) Dimensão industrial:**

O reconhecimento do dissídio coletivo, entretanto, abriu “o caminho para o desenvolvimento do sindicalismo ao tornar os trabalhadores capazes de se valerem de seus direitos civis coletivamente”<sup>134</sup>. Com isso, “a aceitação do direito de barganha não se constituiu simplesmente numa extensão natural dos direitos civis; representou a transferência de um processo importante da esfera política para a civil da cidadania”<sup>135</sup>.

*“O sindicalismo e a negociação coletiva com os patrões que ele permite tornaram-se um meio para elevar o status econômico e social dos trabalhadores organizados. Por outras palavras, o exercício coletivo de direitos pelos membros da classe trabalhadora ao criar e usar o sindicalismo estabeleceu ‘que a eles, como cidadãos, eram devidos certos direitos sociais’”<sup>136</sup>.*

Para Marshall, então, a partir do exercício coletivo dos direitos civis, o sindicalismo “criou um sistema secundário de cidadania industrial paralelo e

---

<sup>133</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 85.

<sup>134</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 103.

<sup>135</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 86.

<sup>136</sup> BARABALET, *op.cit.* pp. 22-23.

complementar ao sistema de cidadania política<sup>137</sup>. E, na medida em que esta cidadania industrial era usada para barganhar remuneração e condições de trabalho, acabava funcionando como afirmativa de direitos sociais básicos. O que, segundo o autor, era uma situação insustentável e “só podia ser transitória”<sup>138</sup>, posto que, durante o século XX, as reivindicações de salários e condições mínimas para os trabalhadores foram aceitas como direitos genuínos de cidadania social.

Barbalet, porém, caracteriza a cidadania industrial como algo não transitório e independente em relação aos direitos sociais. Afirma que os direitos industriais não são obrigatoriamente orientados para o consumo (como são, no seu entendimento, os direitos sociais), mas direitos que permitem a ação e organização coletiva e lembra que nos países capitalistas avançados há um conjunto de leis que conferem direitos industriais.

*“Estes não são equivalentes aos direitos sociais nem estão logicamente ligados a eles, como sugere Marshall. (...) A cidadania industrial é um status que limita a conformação das pessoas com o emprego e, portanto, inclui o direito de influenciar as condições de emprego e de trabalho e o nível salarial, e é também o direito a desenvolver e manter os meios independentes de alcançar estas coisas através da organização de associações ou sindicatos”<sup>139</sup>.*

Esta mesma independência ocorre em relação aos direitos civis, pois, embora o direito industrial de associação seja “coexistente com o direito civil de

---

<sup>137</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 86.

<sup>138</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 103.

<sup>139</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 46.

reunião”, são cruciais as diferenças entre eles<sup>140</sup>. Na cidadania civil, há a primazia dos direitos do indivíduo, só sendo justificada a ação coletiva como expressão dos direitos civis se for preservado o direito do indivíduo. Esta condição, porém, não está garantida na cidadania industrial, por duas razões: 1) para que o sindicato funcione, o direito individual de cada filiado deve subordinar-se aos direitos da coletividade; 2) a atuação do sindicato, ao impedir a produção e o comércio por meio de uma greve, infringe “os direitos de propriedade e contrato”, além de “invadir as prerrogativas da administração”, quando influencia “rotineiramente os salários e as condições de trabalho”<sup>141</sup>.

*“A cidadania industrial na Grã Bretanha pode datar-se a partir da legislação de 1906 (Lei das Querelas Comerciais), que declarava que um sindicato não podia ser processado ‘em relação a qualquer ato lesivo comprovadamente cometido por ou em nome de um sindicato’, e o ílibava de conspiração civil, de quebra de contrato e de infração por serviço aos piquetes”<sup>142</sup>.*

Entre os aspectos que Barbalet cita como fatores de inclusão dos direitos industriais no status de cidadania estão: a) são direitos universais, pois oferecem alguma proteção a todos aqueles que estão a serviço de outrem, ou seja, são acessíveis a todos que precisem recorrer a eles; b) embora sejam usados pelos trabalhadores contra os patrões, conformam a participação num sistema funcional unificado.

---

<sup>140</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 47.

<sup>141</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 49.

<sup>142</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 48.

**d) Dimensão social:**

O que Marshall chamou de “elemento social da cidadania” inclui desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança até o “direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”<sup>143</sup>. Por esta razão, Barbalet propõe tratar os direitos sociais não como “elemento social” da cidadania, mas como “direitos secundários de cidadania”, uma vez que seriam meios através dos quais a cidadania se realiza. “Os direitos de cidadania são direitos a uma igual participação numa comunidade nacional, o que é um fim em si mesmo”. Já os direitos sociais seriam um meio “para partilhar uma herança social que inclui o exercício de direitos civis e políticos”. Ou seja, “os direitos sociais, como direitos aos serviços sociais e à educação, dão possibilidade aos cidadãos de tomarem parte na comunidade nacional a que o seu status lhes dá direito”<sup>144</sup>.

De uma forma ou de outra, a origem dos direitos sociais, na Inglaterra, está ligada à “participação nas comunidades locais e associações funcionais”, assim como à *Poor Law* e, posteriormente, ao sistema *Speenhamland* de assistência aos pobres<sup>145</sup>.

*“O sistema Speenhamland oferecia, com efeito, um salário mínimo e salário-família garantidos, combinados com o direito ao trabalho ou sustento. Estes, mesmo pelos padrões modernos, constituem*

---

<sup>143</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 63-64.

<sup>144</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 109.

<sup>145</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 70-71.

*um conjunto substancial de direitos sociais, indo além do que se poderia considerar como terreno próprio da Poor Law*<sup>146</sup>.

De acordo com o relato de Castel (1998), o *Speenhamland Act* de 1795 era “a fórmula mais completa das políticas assistenciais organizadas desde a Idade Média em torno da necessidade do pertencimento comunitário”, pois determinava que cada paróquia se responsabilizasse por seus pobres – assegurando-lhes uma renda mínima e “garantindo um complemento de recursos calculado com base no preço dos cereais, se o salário for insuficiente” –, que o financiamento desta política fosse garantido através de “contribuições obrigatórias dos habitantes da paróquia” e que, portanto, os beneficiários dos auxílios ficassem fixos em território de origem<sup>147</sup>.

Neste sentido, por afrontar a liberdade individual (direito de ir e vir) e principalmente por “tentar ajustar a renda real às necessidades sociais e ao *status* de cidadão e não apenas ao valor de mercado do seu trabalho”, esta medida e as demais *Poor Laws* do século XVIII infringiam o princípio individualista do livre contrato de trabalho e, portanto, caminhavam na contramão do espírito predominante da época<sup>148</sup>.

Na seqüência, então, pela Lei de 1834, a *Poor Law* deixa de interferir no livre mercado, passando a tratar as reivindicações dos pobres “não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles”: oferecia assistência somente aos idosos e doentes. De forma semelhante, os primeiros *Factory Acts* (leis que regulamentavam as atividades fabris) – embora

---

<sup>146</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 71.

<sup>147</sup> CASTEL, *op.cit.* p. 80.

<sup>148</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 71-72.

tenham levado “a uma melhoria das condições de trabalho e a uma redução das horas de trabalho em benefício de todos aqueles empregados nas indústrias” –, limitavam-se às mulheres e às crianças. A superação destes argumentos aconteceu só no final do século XIX “e o código industrial se tornou um dos pilares do edifício de direitos sociais”<sup>149</sup>.

A educação, entretanto, teve trajetória diferente, porque, “numa época de individualismos”, não batia de frente com os direitos civis, “que se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso que aprenderam a ler e escrever”, sendo um pré-requisito necessário da liberdade civil. Além disso, no decorrer do século XIX, a sociedade foi paulatinamente tomando consciência de que: a) havia a necessidade de um eleitorado educado; b) a produção científica exigia técnicos e trabalhadores qualificados; c) o “dever de auto-aperfeiçoamento e de auto-civilização” é um dever social e não somente individual; e d) a cultura é uma unidade orgânica e a civilização uma herança nacional: “Depreende-se disto que o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX constituiu o primeiro passo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX”<sup>150</sup>.

#### ***e) Dimensão cultural:***

A defesa da existência de uma componente cultural da cidadania faz parte da discussão feita por Canclini sobre o consumo, onde levanta a hipótese

---

<sup>149</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 72-73.

<sup>150</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 74.

de que através da seleção e apropriação de bens “definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade”<sup>151</sup>.

Também segundo Baudrillard, os bens e objetos, assim como as palavras, “constituem um sistema global, arbitrário e coerente de signos, sistema cultural que vem substituir o mundo contingente das necessidades e dos prazeres, a ordem natural e biológica, a ordem social de valores e de hierarquia”<sup>152</sup>. Isto é, o consumo consiste na reorganização do nível primário – necessidades e utilidade natural dos bens e objetos – em um sistema de signos: “A circulação, a compra, a venda, a apropriação de bens e de objetos/signos diferenciados constituem hoje a nossa linguagem e o nosso código, por cujo intermédio toda a sociedade *comunica e fala*”<sup>153</sup>.

De acordo com Canclini, esta visão coincide com estudos realizados nos Estados Unidos, que tentam responder à insatisfação atual com o sentido jurídico-político dado à cidadania (relação da cidadania apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território) e estendem o conceito na direção da abrangência das “práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento”<sup>154</sup>.

*“A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim*

---

<sup>151</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 21.

<sup>152</sup> BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995. Título do original: *La Société de Consommation*. Tradução: Artur Morão, p. 79.

<sup>153</sup> BAUDRILLARD, *op.cit.* p. 80.

<sup>154</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 22.

*podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos o Estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e limitado) a essa variedade de participações na vida pública; atualmente o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através da ordem do consumo*<sup>155</sup>.

As formas de exercer a cidadania, segundo Canclini, “sempre estiveram associadas à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los”. Dada a desigualdade no acesso, as diferenças eram compensadas pela “igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou um sindicato”<sup>156</sup>.

Porém, principalmente na última década do século XX, constata-se a crise do contrato social e uma “transição paradigmática” caracterizada, entre outras “turbulências”, pela perda de centralidade do Estado, perda de primazia do espaço-tempo nacional, intersubjetividade transmutada em interobjetualidade, contratualização falseada (liberal individualista), reemergência de princípios pré-modernos e predominância dos processos de exclusão sobre os de inclusão<sup>157</sup>.

Estas são transformações que, decorrendo direta ou indiretamente do chamado “consenso liberal”, têm entre os seus impactos mais decisivos o fato de as decisões passarem a ser tomadas desde instâncias globais inalcançáveis, o que resulta numa situação em que “os interesses sindicais e nacionais quase

---

<sup>155</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 24.

<sup>156</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 13.

<sup>157</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* pp. 91-96.

não podem ser exercidos”<sup>158</sup>. Junto com isso, há a degradação da política e a descrença em suas instituições e as pessoas passam a configurar a sua identidade e a resolver as questões relacionadas aos seus interesses como cidadãos “mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos”<sup>159</sup>. Estes pontos serão retomados no capítulo “Crise e mudança paradigmática”.

### ***f) Interfaces e conflitos: cidadania X desigualdade social***

As diferentes componentes ou dimensões da cidadania mantêm entre si relações complexas, que variam de acordo com as circunstâncias, sendo às vezes harmoniosas, outras vezes conflitantes. Isso porque “o relacionamento lógico entre diferentes tipos de direitos está ligado com as relações sociais na sociedade em geral e, em parte, reflete-as”. Os direitos civis, por exemplo, se apresentam como algo imprescindível para o bom funcionamento da economia capitalista e, ao mesmo tempo, como uma oportunidade usada pelos trabalhadores na sua organização e contestação de alguns aspectos do próprio capitalismo<sup>160</sup>.

A interface da cidadania com a desigualdade social, porém, é dada pelos direitos sociais e não pelos direitos civis, como aparentemente estes sugerem. Segundo Marshall, os direitos civis apenas conferem a capacidade legal de

---

<sup>158</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 19.

<sup>159</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 13.

<sup>160</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 49.

lutar por aquilo que o indivíduo gostaria de possuir, mas não garantem a posse de nada.

*“Um direito de propriedade não é um direito de possuir propriedade, mas um direito de adquiri-la, caso possível, e de protegê-la, se se puder obtê-la. (...) Da mesma maneira, o direito à liberdade de palavra possui pouca substância se, devido à falha de educação, não se tem nada a dizer que vale a pena ser dito, e nenhum meio de se fazer ouvir se há algo a dizer. Mas essas desigualdades gritantes não são devidas a falhas nos direitos civis, mas à falta de direitos sociais”<sup>161</sup>.*

A inexistência de um tipo de direitos, então, pode impedir um outro de sair da formalidade para a efetividade. Foi o que aconteceu, de certa forma, com os direitos civis nos séculos XVIII e XIX, quando a igualdade perante a lei não se realizava porque os preconceitos de classe “caracterizavam a distribuição da justiça” e, além disso, a ação processual era muito cara. Só em 1846 o direito social de “justiça barata” foi colocado à disposição da população, através dos Tribunais dos Condados, e só no início do século XX foi desenvolvida a justiça gratuita<sup>162</sup>.

Da mesma forma, no âmbito dos direitos políticos, sem o direito (social) a um sistema de educação pública e de boa qualidade, tende a prevalecer nas classes menos favorecidas – como aconteceu na Inglaterra por muito tempo – a idéia de que “os representantes do povo e, ainda mais, os membros do governo

---

<sup>161</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 80.

<sup>162</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 81-83.

deveriam ser recrutados das *élites* que nasceram e foram educadas para a liderança”<sup>163</sup>.

Na modernidade, os direitos de cidadania mantêm íntima relação com o Estado, porém, nesta relação, direitos civis e sociais se colocam em lugares distintos, designados de acordo com as obrigações do Estado para com seus cidadãos.

*“Para que as pessoas atuem como cidadãos têm de haver liberdades que o Estado não pode invadir e, portanto, ações que ele não pode empreender; para que as pessoas consumam como cidadãos, o Estado deve proporcioná-lo, e é, portanto, obrigado a empreender certas ações específicas”*<sup>164</sup>.

Segundo Barbalet, para Marshall os direitos sociais são fortemente individualistas e “dizem respeito aos indivíduos como consumidores e não como agentes” (ao contrário dos direitos sociais, os direitos civis, referindo-se aos indivíduos como agentes, seriam destinados ao exercício do poder). A busca de direitos sociais, no entanto, é o que leva os indivíduos a exercerem o seu direito civil de livre expressão ou associação, por exemplo. E, ao mesmo tempo, é a conquista de direitos sociais que permite aos indivíduos o exercício dos seus demais direitos de cidadania – tal como foi abordado anteriormente no item “Dimensão social”.

A conquista da cidadania social promove o “divórcio progressivo entre as rendas real e nominal”, tornando as desigualdades sociais aceitáveis. Ou seja, “o Estado garante um mínimo de certos bens e serviços essenciais, tais como

---

<sup>163</sup> MARSHALL, *op.cit.* p. 81.

<sup>164</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 38.

assistência médica, moradia, educação ou uma renda nominal mínima ...” Com isso, ocorre o que Marshall chama de “igualização qualitativa”: a universalização dos serviços sociais como direito de cidadania leva a grande maioria dos cidadãos a estar sujeita ao mesmo processo pelo qual os serviços são fornecidos e recebe essencialmente o mesmo benefício. Havendo uma igualdade de *status* entre os indivíduos, há uma redução da distância social e do que Marshall chama de “ressentimento de classe”. Além disso, há um enriquecimento do *status* de cidadania: “o serviço oferecido, não o serviço que se compra, se torna a norma do bem-estar social”<sup>165</sup>. E, como “a cidadania não é oposta à desigualdade como tal, mas à desigualdade ilegítima, à desigualdade que não pode ser justificada na base de direitos de cidadania iguais”<sup>166</sup>, a elevação do *status* da cidadania contribui para a diminuição da desigualdade social.

Mas, apesar da concessão de benefícios, que poderão aumentar o rendimento real dos cidadãos, a principal determinante do bem-estar econômico continua a ser a riqueza, uma vez que: a) baseada na posse de bens físicos e financeiros (e a posse de propriedades não é diretamente alterada pela cidadania social), “proporciona oportunidades e poderes muito mais amplos do que os oferecidos pelo recebimento de um salário ou ordenado”; b) como capital nos meios de produção, a propriedade privada é o que confere poder para uma classe sobre as outras “na determinação da natureza e acessibilidade dos empregos, da segurança econômica dos que neles estão empregados e da qualidade e preços dos meios de vida”. E isto permanece

---

<sup>165</sup> MARSHALL, *op.cit.* pp. 93 a 111.

<sup>166</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 78.

intocado pelo “divórcio progressivo entre os rendimentos real e em dinheiro”. Deste ponto de vista, a análise de Marshall sobre a modificação da estrutura de classe pela cidadania social é incompleta<sup>167</sup>.

*“Parece evidente que o aumento do rendimento real por meio da concessão de direitos sociais universais poderia eliminar a função econômica da desigualdade apenas em certas áreas do consumo pessoal. As funções econômicas da riqueza pessoal e do capital privado não são tocadas por estes desenvolvimentos e a sua importância para o modelo total de desigualdade de classe continua igual”<sup>168</sup>.*

Por outro lado, um efetivo exercício da cidadania política pela maioria da população poderia interferir neste modelo. Daí a existência de uma disputa entre concepções diversas de cidadania atualmente na sociedade – como será visto no quarto capítulo.

---

<sup>167</sup> BARBALET, *op.cit.* pp. 84-88.

<sup>168</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 87.



## **2. No Brasil: outra seqüência, outras conseqüências**

Examinando a história do Brasil desde 1500, Carvalho<sup>1</sup> constata que aqui se deu maior importância a um tipo de direitos de cidadania em detrimento dos demais e que, do ponto de vista do modelo “cronológico e lógico” trabalhado por Marshall na análise da sociedade inglesa, houve uma alteração da seqüência em que se estabeleceram os direitos no Brasil: por exemplo, no Império, os direitos políticos antes dos direitos civis e, nas décadas de 30 e 40, os direitos sociais antes dos direitos políticos. O que pode ter resultado numa alteração da “própria natureza dos direitos e, portanto, da cidadania”<sup>2</sup>.

### **2.1. “Pré cidadania” e “cidadania negativa”**

Do período colonial, o Brasil herdou “uma população analfabeta, uma sociedade escravista, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado policial e fiscalizador”. E nada de cidadania. Pode-se dizer que nem ao menos os senhores de escravos foram cidadãos: “faltava-lhes o verdadeiro sentido da cidadania, o conceito de que todos são iguais perante a lei. (...) Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos estavam limitados a uma parte muito pequena da população e ainda não se falava de direitos sociais”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. México: Colegio de México, 1995. Tradução livre.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.* p. 11.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.* pp. 15-19.

Com a independência, instalou-se no país um descompasso entre o país legal e o país real: as leis, “inspiradas em modelos ocidentais, europeus ou norte-americanos, desde o princípio incorporaram os direitos civis e políticos”, porém a realidade ficava muito aquém dos textos<sup>4</sup>.

De acordo com Benevides, as leis do Império incluíam alguns dispositivos que podem ser considerados precursores da democracia semidireta. “O texto do decreto de 16 de fevereiro de 1822 estabelecia a possibilidade da perda do mandato dos eleitos, por iniciativa de seus eleitores”. Embora esta primeira tentativa de intervenção direta do eleitor tenha durado pouco – de junho de 1822 a abril de 1823 –, a Constituição de 1824, no seu artigo 157, restabelece a participação do cidadão mediante ação popular: “Por suborno, peita, peculato e concussão, haverá contra eles a ação popular, que poderá ser intentada dentro de ano e dia pelo próprio queixoso ou por qualquer do povo, guardada a ordem do processo estabelecida na lei”<sup>5</sup>.

Por outro lado, os brasileiros recém transformados em cidadãos eram os mesmos que viveram três séculos em condições completamente desfavoráveis ao desenvolvimento da cidadania:

*“Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um periódico, um decreto governamental, uma disposição judicial, uma ordem municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% viviam em zonas rurais, sob o domínio ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades,*

---

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.* p. 24.

<sup>5</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1998, p. 112.

*um grande número de votantes era empregados públicos controlados pelo governo*<sup>6</sup>.

Além disso, apesar de liberal, a Constituição de 1824 desconsidera completamente a escravidão e, mesmo entre os indivíduos livres, institui a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos inativos ou cidadãos simples<sup>7</sup>, onde os primeiros são possuidores de direitos civis e políticos e os últimos apenas de alguns direitos civis – por exemplo, não podiam votar nas assembleias paroquiais<sup>8</sup> “os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas”<sup>9</sup>.

Situação que piora a partir da reforma de 1881, que aprofunda as diferenças entre cidadãos ativos e cidadãos simples: eliminou o primeiro turno nas eleições, proibiu o voto dos analfabetos e elevou a renda mínima exigida de 100.000 para 200.000 réis – fato de menor relevância, pois era sabido que a exigência de alfabetização constituía “barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado”<sup>10</sup>. Ou seja, de uma só vez, o eleitorado foi reduzido em 90%, o que permaneceu de forma ainda mais perversa na Constituição de 1891<sup>11</sup>:

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.* p. 25.

<sup>7</sup> Sobre a diferença entre o conceito atual de cidadania ativa e a noção expressa na Constituição imperial de 1824, ver ponto “Cidadania ativa”, nas págs. 115-116.

<sup>8</sup> A eleição se realizava em dois turnos, sendo que “a massa dos cidadãos ativos” elegia nas assembleias paroquiais “os eleitores de províncias e estes os representantes da nação e província” (Constituição do Império, 1823: artigo 90).

<sup>9</sup> Constituição do Império, 1823: artigo 91.

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op.cit.* p. 44.

<sup>11</sup> Além de reduzir o eleitorado, a Constituição de 1891 restringiu a democracia formal também ao eliminar todos os mecanismos de democracia semidireta que estavam presentes na Constituição do Império. Os que constavam das constituições estaduais foram retirados nas primeiras duas décadas do século XX (BENEVIDES, *op.cit.* p. 115).

*“A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito”<sup>12</sup>.*

Assim, na primeira eleição para presidente da República (1894), votaram apenas 2,2% da população; “na última eleição presidencial da primeira República (1930), quando o voto universal, incluído o feminino já havia sido adotado na maioria dos países europeus, no Brasil votou 5,6% dos habitantes”. E, em 1945, votaram nas eleições presidenciais 13,4% dos brasileiros, “porcentagem só ligeiramente superior à de 1872”<sup>13</sup>.

Esta quase inexistência de “povo político”, do ponto de vista da participação eleitoral, porém, não significa a inexistência de noções de cidadania e muito menos ainda a inexistência de participação popular. Já no início da República, desenvolveram-se e entraram em acirrada disputa por espaço na sociedade várias concepções de cidadania: o conceito liberal, que era defendido pela elite civil republicana, que tentava, de todas as formas, restringir a democratização; o conceito positivista, que levava seus defensores a falarem em direitos sociais e, ao mesmo tempo, a recusarem a ação política que levaria à conquista destes direitos; a posição dos anarquistas, que não admitia a idéia de cidadania “a não ser no sentido amplo de fraternidade universal”, pois entendiam ser ilegítima a ordem política estabelecida; e o

---

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1987: 45.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 30-1.

conceito socialista democrático, que era o único a conduzir seus adeptos à proposta de “ampliação dos direitos políticos e sociais dentro das premissas liberais”<sup>14</sup>.

Quanto à participação popular, independentemente do critério constitucional (de classificação dos cidadãos em ativos e inativos), as manifestações de caráter político sempre foram freqüentes, sendo ‘os cidadãos profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetava a vida cotidiana’<sup>15</sup>. Neste sentido, Maria do Carmo Carvalho<sup>16</sup> explica que todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação popular; uma “participação conquistada”, cujas formas

*“... se diferenciam segundo as questões reivindicadas, segundo as formas possíveis, definidas tanto pelos usos e costumes de cada época, pela experiência histórica dos atores protagonistas, assim como pela maior ou menor abertura dos negociantes ao diálogo e à negociação”<sup>17</sup>.*

Essa participação ganha grande impulso nas primeiras décadas do século XX, quando, apesar de a classe operária ser pequena e de recente formação, o movimento operário constituiu um progresso, sobretudo no que diz respeito aos direitos civis, pois lutava por direitos básicos, como o direito à manifestação e organização, à escolha de um trabalho e à declaração de greve. Lutou também por direitos sociais como o seguro contra acidentes de trabalho

---

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1987: 64.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1987: 91.

<sup>16</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo, Instituto PÓLIS, 1998.

<sup>17</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A., *op.cit.* p. 8.

e aposentadoria e por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal e as férias.

Mas os direitos civis conquistados não foram colocados a serviço dos direitos políticos, porque predominava, de um lado, a posição dos anarquistas (contrários a qualquer relação com o Estado) e, de outro, a posição “de estreita cooperação defendida pelos amarelos”<sup>18</sup>. Nos dois casos, o impedimento à construção da cidadania política estava colocado. Quanto aos direitos sociais, nesta época “predominava um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países, segundo o qual não cabia ao Estado intervir nas relações de trabalho nem promover a assistência social”<sup>19</sup>.

José Murilo de Carvalho (1995) chama de “cidadania informal”, “pré-cidadania” ou “cidadania negativa” as formas de manifestação externas aos mecanismos de representação política praticadas pela população durante os anos do Império e da primeira República, tais como: a Revolta dos Cabanos, nas províncias de Pernambuco e Alagoas em 1832; a Balaiada, no Maranhão, em 1838; a Cabanagem, iniciada no Pará, em 1835; as revoltas nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do norte contra o sistema métrico estabelecido pelo governo e contra a forma de recrutamento para o serviço militar; a organização da comunidade de Canudos, no interior da Bahia; o Contestado, no Paraná; a revolta do vintém no Rio de Janeiro; a Revolta da Vacina, em 1904; e várias outras. Apesar, então, de não participar da vida política oficial, a população tinha alguma noção do que deveria ser o dever do Estado e os direitos dos cidadãos. Sua atuação política, no geral, se

---

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 46.

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 46-7.

fazia “como reação contra o que considerava arbitrariedade das autoridades. Era, pode-se dizer, uma cidadania negativa”<sup>20</sup>.

## **2.2. “Cidadania regulada”**

O conceito-chave para a compreensão do período seguinte (1930 a 1945) é o de “cidadania regulada”, cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos<sup>21</sup>, que se fundamenta num “sistema de estratificação ocupacional” definido em lei.

*“... São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade”<sup>22</sup>.*

No governo Vargas, a cidadania define-se no interior de três parâmetros: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público: “O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico”<sup>23</sup>. Assim, a associação entre cidadania e ocupação engendra os conceitos de marginalidade

---

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 50-63.

<sup>21</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 3ª edição.

<sup>22</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *op.cit.* p. 68.

<sup>23</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *op.cit.* p. 69.

e de mercado informal de trabalho, “uma vez que nestas últimas categorias ficaram incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas”<sup>24</sup>.

Mais que isso: a relação estabelecida por essa noção de cidadania entre os indivíduos e o Estado seria “uma relação de proteção, que remete às relações entre pais e filhos, nas quais se exige a obediência e a aquiescência”<sup>25</sup>. Tratar-se-ia então de uma “cidadania filial”. Porém, nos anos 30 e 40, é o Estado que ocupa toda a cena social: “É através dos canais criados e geridos pelo Estado que o cidadão consegue ser ouvido, ou até mesmo é somente por esse meio que ele alcança a possibilidade da fala”<sup>26</sup>. Neste contexto, lançando mão do conceito de “estadania” – desenvolvido por José Murilo de Carvalho<sup>27</sup> – Duarte amplia a análise, caracterizando a relação cidadão-Estado como “estadania filial regulada”:

*“O trabalhador só é reconhecido quando sua função/ocupação estiver regulamentada pelo Estado e ele se coloca sob sua proteção através da carteira de trabalho. Sem risco de exagero, é possível denominarmos globalmente a relação dos trabalhadores com o Estado e vice-versa como uma estadania filial regulada, contemplando-se aí as fórmulas não excludentes da estadania, da ‘proteção’ e da regulação, através das quais o trabalhador é*

---

<sup>24</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *op.cit.* p. 68.

<sup>25</sup> DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 1999, p. 118.

<sup>26</sup> DUARTE, *op.cit.* p. 118.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1987: 50.

*percebido e qualificado. A cidadania possível era definida pelo Estado: fora dela estava a exclusão social*<sup>28</sup>.

Sobre o que Santos chamou de “sindicato público”, cabe lembrar, com Carvalho, que toda a legislação sobre sindicalização, elaborada nas décadas de 30 e 40, estabelecia que “as relações entre capital e trabalho deviam ser harmoniosas, e cabia ao Estado garantir essa harmonia, exercendo funções reguladoras e de arbitragem”. Ou seja, o sindicato não devia mais ter uma função reivindicativa e classista, devia ser um “organismo de cooperação com o Estado”<sup>29</sup>.

Apesar disso, o período 1930-1945 pode ser chamado de “a época dos direitos sociais”, pois foi quando se introduziu no Brasil a maior parte da legislação trabalhista e previdenciária, excluindo-se os trabalhadores rurais. Com isso, novamente foi invertida a ordem clássica: o governo introduziu o direito social antes do direito político e os trabalhadores foram incorporados à sociedade “mediante leis sociais, não através de sua ação independente no âmbito sindical ou político”<sup>30</sup>.

Esta anteposição dos direitos sociais teve como desdobramento o populismo, que significava um progresso, pois atraía as massas para a política, mas colocava os cidadãos em uma posição de dependência ante os líderes. Ou seja, por meio desta anteposição, os direitos (algo independente da atuação do

---

<sup>28</sup> DUARTE, *op.cit.* p. 119.

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 86.

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 91-2.

governo) passavam a não ser direitos e sim “um favor que reclamava gratidão e lealdade. Daí se originava uma cidadania incompleta e falseada”<sup>31</sup>.

### **2.3. “Cidadania ativa”**

Mudanças significativas nesta situação, do ponto de vista do conceito de cidadania, no entanto, terão início apenas na segunda metade do século, quando:

*“Apesar das relações de tutela e do atrelamento dos movimentos sociais promovidos tanto pelos políticos tradicionais e populistas como pelo ‘centralismo democrático’ do partido comunista, os anos 50 e 60 são marcados por intensa mobilização social, que se expressa no movimento sindical, nas Ligas Camponesas e numa ampla reivindicação por ‘reformas de base’ de cunho democrático, popular e nacionalista”<sup>32</sup>.*

Começa a surgir uma nova cultura participativa, contrária à tendência “de cúpula” e de “vinculação governista”, que caracterizava a maioria dos movimentos sociais anteriormente, destacando-se, neste contexto, a proposta de educação popular de Paulo Freire. Tratava-se de uma “mobilização através da alfabetização”, pois se entendia que a democracia continuaria sendo “parcial e seletiva” enquanto a maioria da população não tivesse acesso ao direito de saber ler e escrever<sup>33</sup>. Como uma resposta, no plano educacional, “à

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995: 93.

<sup>32</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A., *op.cit.* p. 9.

<sup>33</sup> FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 7ª edição, p. 18.

necessidade de uma autêntica mobilização democrática do povo brasileiro”, são organizados os “círculos de cultura”, inicialmente no Nordeste, em 1962; depois, a partir da capacitação de milhares de coordenadores, estava prevista para 1964 a instalação de 20.000 círculos em todo o país, que deveriam realizar dois milhões de alfabetizações a cada três meses. O que não aconteceu, porque Paulo Freire foi acusado pelo governo militar de disseminar “o gérmen da revolta”<sup>34</sup>, passando a proibir e reprimir a construção da cidadania ativa.

*“Os homens do povo que tomaram parte nos círculos de cultura fazem-se cidadãos politicamente ativos ou, pelo menos, politicamente disponíveis para a participação democrática. Esta atualização política da cidadania social e econômica real destes homens excluídos pelas elites tradicionais contém implicações de amplo alcance. E as elites foram as primeiras a percebê-las”*<sup>35</sup>.

Nos anos 70, o Estado burocrático-autoritário destrói os “espaços públicos e da cidadania tão custosamente construídos”<sup>36</sup>, fechando até mesmo os mais precários canais de negociação até então existentes. Sem canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais. Iniciativas populares surgem por todo o país, “criando comitês de luta contra a carestia, na década de setenta, deslocando a luta do terreno da reivindicação salarial para o terreno das políticas públicas, através dos movimentos populares, criando milhares de

---

<sup>34</sup> FREIRE, Paulo, *op.cit.* p. 11.

<sup>35</sup> FREIRE, Paulo, *op.cit.* p. 18.

<sup>36</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 9.

comitês pela anistia e pela constituinte, as classes dominadas reinventaram a política ...”<sup>37</sup>.

Neste momento, quebrando a seqüência indicada por Marshall em relação ao estabelecimento dos direitos civis, políticos e sociais e enfrentando os desafios impostos pelas conseqüências da alteração anterior do modelo “cronológico e lógico” ocorrida no Brasil<sup>38</sup>, os chamados “novos movimentos sociais” lançam-se em direção a todo tipo de direitos, tanto buscando a reconquista de direitos antigos, subtraídos à população, como para a inscrição legal de novos direitos. Com isso, passam a ocupar a agenda pública, “provocando a constituição da esfera pública”<sup>39</sup> e garantindo, em resumo, o direito de cidadania.

*“Esses novos sujeitos constroem uma vigorosa cultura participativa e autônoma, multiplicando-se por todo o país e constituindo uma vasta teia de organizações populares que se mobilizam em torno da conquista e da ampliação de direitos, tanto os relativos ao trabalho como à melhoria das condições de vida no meio urbano e rural, ampliando sua agenda para a luta contra as mais diversas discriminações como as de gênero e raça”<sup>40</sup>.*

Exemplo expressivo desse novo jeito de fazer política é a ação no sentido da superação do “populismo sindical” no meio operário nas décadas de 70 e

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Francisco de. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 64-65.

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de, 1995:11.

<sup>39</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 10.

<sup>40</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 11.

80, assim como no início dos anos 90. Em São Bernardo do Campo (SP), as diversas formas de ação grevista dos metalúrgicos (greve “ao pé da máquina”, “operações tartaruga”, greve “vaca brava”, greve “abelha”) “destoam do padrão de ação sindical tipicamente populista, uma vez que exigem muita organização, disciplina e autoconfiança dos operários”<sup>41</sup>. Esta ação sindical – que não só se desenvolve independentemente da tutela do Estado, mas se defronta com o Estado – desdobra-se na formação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores, cuja criação “representa um início de ruptura com a inércia partidária própria do estatismo populista”<sup>42</sup>.

A mobilização democrática da sociedade brasileira (realizada por milhares de associações de bairros, ONGs, sindicatos e centrais sindicais, movimentos populares urbanos e rurais, associações profissionais de classe média, Pastorais sociais da Igreja Católica, partidos políticos) culmina na organização de diversas formas de influência sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que redigiu a Constituição mais democrática de toda a história do Brasil. A chamada Constituição “cidadã” consagrou o princípio da democracia semidireta (combinação de representação com formas de democracia direta) no parágrafo único do seu primeiro artigo: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”<sup>43</sup>. E o artigo 14 estabelece as formas de participação popular direta: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e,

---

<sup>41</sup> BOITO JR. Armando.. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 63.

<sup>42</sup> BOITO JR. *op.cit.* p. 62.

<sup>43</sup> BENEVIDES, *op.cit.* p. 130.

nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular”<sup>44</sup>.

A participação popular neste processo de reordenamento institucional e as lutas dos movimentos sociais no decorrer dos anos 90 impulsionaram uma nova compreensão do conceito de cidadania, calcada na necessidade e possibilidade de tomar parte no poder de gestão dos rumos que a sociedade deve seguir:

*“Não reivindicam apenas obter ou garantir direitos já definidos, mas amplia-los e participar da gestão desses direitos, não apenas ser incluídos na sociedade, mas participar da definição do tipo de sociedade em que se querem incluídos, participar da invenção de uma nova sociedade”*<sup>45</sup>.

Concretamente, na década de 90, esta concepção teve como desdobramento a construção do que passou a ser chamado de “espaços de co-gestão” das políticas públicas<sup>46</sup>, com a instituição dos Conselhos setoriais (de Saúde, Criança e Adolescente, Assistência social, Emprego, Segurança Pública e outros), com a implementação de “orçamentos participativos” em muitos municípios, com a realização de parcerias com o Estado e a iniciativa privada etc. O que implicou o desenvolvimento de “redes movimentistas” (formadas a partir de uma articulação dos movimentos sociais com ONGs, universidades, centros de pesquisa, entidades profissionais, órgãos de mídia, empresas etc.)

---

<sup>44</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 14.

<sup>45</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 12.

<sup>46</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 13.

com o objetivo de capacitar técnica e politicamente as lideranças populares para ocuparem os espaços de co-gestão conquistados<sup>47</sup>.

Esta concepção de cidadania, que será retomada no capítulo 4 (ponto 4.3), desenvolve-se, no entanto, em disputa com outras concepções, num período em que tem lugar no Brasil e no mundo o que Santos<sup>48</sup> chamou de “crise do contrato social”, cujas características, causas e conseqüências serão discutidas no próximo capítulo.

---

<sup>47</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.* p. 17.

<sup>48</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.*



### **3. Crise e mudança paradigmática**

A conceituação de cidadania neste final de século requer, além de uma compreensão histórica, principalmente o empreendimento de uma reflexão sobre a crise paradigmática que tem se evidenciado nas últimas décadas: a crise do contrato social<sup>1</sup>, também entendida como “desmodernização” ou “contramodernização”<sup>2</sup>.

A importância de uma incursão neste âmbito está no fato de tratar-se não apenas de uma crise, mas de uma transição paradigmática – do contrato social para uma “contratualização individualista” – com conseqüências diretas e decisivas sobre o exercício da cidadania.

#### **3.1. Pré e pós-contratualismo**

A crise do contrato social consiste, segundo Boaventura de Souza Santos, na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão, sendo que a condição de incluído fica reservada para grupos cada vez mais restritos. O que se desenvolve por meio de dois processos:

- O pós-contratualismo – *“...pelo qual grupos de interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer*

---

<sup>1</sup> Sobre o contrato social, ver páginas 40 a 42.

<sup>2</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. “Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 102.

*perspectiva de regresso. Os direitos de cidadania, antes considerados inalienáveis, são-lhes confiscados e, sem estes, os excluídos passam da condição de cidadãos à condição de servos*<sup>3</sup>;

- O pré-contratualismo – *“bloqueamento do acesso à cidadania por parte de grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania e tinham a expectativa fundada de a ela aceder*<sup>4</sup>.

O desenvolvimento destes dois processos é demonstrado no “Relatório Mundial sobre o desenvolvimento humano – 1998”, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) do Banco Mundial, através da comparação de dados das três últimas décadas. Neste relatório, pela primeira vez o PNUD utiliza o IPH-2, um novo indicador de pobreza criado “para avaliar a escalada da exclusão no mundo desenvolvido”<sup>5</sup>. A existência de um “pós-contratualismo” fica evidente quando o relatório indica que a pobreza atinge entre 7% e 17% da população dos países industrializados e que esta situação tem pouca relação com a renda média dos países em questão; ou seja, os Estados Unidos, por exemplo, “que figuram no topo da classificação dos países industrializados segundo a renda média, são também um país onde a pobreza humana é comum”. Em outras palavras, sub-consumo e miséria deixaram de ser características apenas dos países em desenvolvimento:

---

<sup>3</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* pág. 96. O mesmo fenômeno é denominado por Robert Castel de “vulnerabilidade de após-proteções” (CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. Título original: *Les metamorphoses de la question sociale*. Tradução de Iraci D. Poleti), p. 593.

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 96.

<sup>5</sup> De acordo com VIDAL, Dominique. “Dans le Sud, développement ou régression?”. *Le Monde Diplomatique*, octobre 1998, p. 26. Tradução livre.

*“De fato, nos países ricos, mais de 100 milhões de pessoas suportam destino análogo. A esperança de vida de quase 200 milhões de indivíduos não deverá ultrapassar os 60 anos. Mais de 100 milhões não têm moradia. E ao menos 37 milhões estão sem emprego, situação freqüentemente sinônimo de exclusão”<sup>6</sup>.*

Da mesma forma, a instalação de um processo de “pré-contratualismo” é constatada nas estatísticas apresentadas pelo Relatório do PNUD, que demonstram, em relação aos países em desenvolvimento, os chamados países do Sul, a atual insuficiência do conceito de “menor desenvolvimento” e a necessidade de falar em regressão:

*“Não menos de 100 países – todos em desenvolvimento ou em transição – tiveram um recuo econômico sério no curso dos últimos trinta anos. Em consequência, a renda por habitante é inferior à que eles tinham há dez, quinze, vinte, trinta anos (...) Entre 1995 e 1997, apesar do crescimento espetacular da renda de um grande número de Asiáticos, somente 21 países em desenvolvimento no mundo viram seu PIB por habitante aumentar em pelo menos 3% ao ano – ritmo necessário para introduzir as condições de um recuo da pobreza”<sup>7</sup>.*

Outro dado, demonstrativo do que se pode chamar de regressão, é o aumento da concentração de renda em escala mundial: “Em 1960, os 20% da população mundial que vive nos países mais ricos tinha uma renda 30 vezes

---

<sup>6</sup> VIDAL, *op.cit.*

<sup>7</sup> VIDAL, *op.cit.*

superior à dos 20% mais pobres. Em 1995, sua renda era 82 vezes superior<sup>8</sup>. Enquanto isso, “na África subsaariana, o número de pessoas sub-alimentadas mais que dobrou, passando de 103 milhões em 1970 para 215 milhões em 1990”<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo em que metade da humanidade situa-se abaixo da linha de pobreza – perto de três bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia e cerca de 1,3 bilhão vivem com menos de um dólar por dia –, na outra ponta:

*“...a fortuna das três pessoas mais ricas do mundo ultrapassa o Produto Interno Bruto (PIB) acumulado dos 48 países em desenvolvimento mais pobres; a dos 15 mais ricos iguala-se à produção de toda a África subsaariana; o patrimônio dos 32 mais ricos é superior ao PIB da Ásia do Sul; os bens dos 84 mais ricos suplantam os da China com seus 1,2 bilhão de habitantes”<sup>10</sup>.*

No Brasil, um acentuado processo de concentração de renda tem sido a marca das quatro últimas décadas. Apesar de todas as transformações econômicas e na estrutura ocupacional pelas quais o país passou no período, o perfil da apropriação da renda se manteve semelhante ao de 1960; ou pior, agora ainda mais concentrado na cúpula dos 10%, o que pode ser observado na tabela reproduzida a seguir:

---

<sup>8</sup> Segundo Ignácio Ramonet, que destaca pontos do Relatório do PNUD no editorial do jornal *Le Monde Diplomatique* de novembro/98, concluindo que “a fome torna-se uma arma política. De agora em diante não há fome gratuita. Uma verdadeira estratégia da fome é introduzida ...” (RAMONET, Ignacio. “Stratégies de la faim”. *Le Monde Diplomatique*, novembre 1998, p. 1. Tradução livre).

<sup>9</sup> VIDAL, *op.cit.*

<sup>10</sup> VIDAL, *op.cit.*

**Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas  
com rendimento – Brasil – 1960/1990<sup>11</sup>**

<b>Ano</b>	<b>50% mais pobres</b>	<b>10% mais ricos</b>	<b>10% mais pobres</b>
<b>1960</b>	17,7	39,7	1,2
<b>1970</b>	15,0	46,5	1,2
<b>1980</b>	14,1	47,9	1,2
<b>1990</b>	11,9	48,7	0,8

Esse aumento no grau de desigualdade da distribuição de renda tem seu impacto agravado com o crescimento do PIB a taxas menores do que 3%, nas décadas de 80 e 90. O que se desdobra numa situação onde, mesmo após o Plano Real, cerca de 35% da população continue abaixo da linha de pobreza<sup>12</sup> e o índice de Gini<sup>13</sup> se mantenha maior do que 0,5 (em 1999, foi 0,575), com o 1% mais rico da população abocanhando 13,8% da renda total, e os 50% mais pobres ficando com apenas 13,5%<sup>14</sup>.

### **3.2. “Lumpencidadania”, “desfiliação” e individualismo**

O modelo da contratualização social da modernidade capitalista colocou o trabalho, sob a forma de emprego assalariado, como a via de acesso à

<sup>11</sup> Fonte: Gonçalves, 1998, citado por MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 11.

<sup>12</sup> RELATÓRIO POBREZA. **Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999.

<sup>13</sup> O índice de Gini mede a concentração de renda – quanto mais essa taxa se aproxima de 1, mais concentrada é a renda.

<sup>14</sup> IBGE, 2000. “Síntese de indicadores sociais 99”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 28/04/00. <http://www.ibge.gov.br/>

cidadania, podendo-se falar, de acordo com Castel<sup>15</sup> em “sociedade salarial”, pois as prerrogativas inseridas a partir do trabalho assalariado “acabaram por proteger, contra os principais riscos sociais, além dos trabalhadores e suas famílias, os não assalariados e mesmo a quase totalidade dos inativos”<sup>16</sup>. O que levou, até o início dos anos 70, a um equilíbrio entre o econômico e o social, que, apesar de “conflitual e frágil”, garantia as condições necessárias para a produção das riquezas e “a proteção dos que as produzem”<sup>17</sup>.

Com a erosão crescente destes direitos, a partir do “efeito cumulativo do pré-contratualismo e do pós-contratualismo”, de acordo com Boaventura Santos<sup>18</sup>, ocorre a substituição do estatuto de cidadania dos trabalhadores por um estatuto de “lumpencidadania” e, mais que isso, há a emergência de “uma subclasse de excluídos”, que pode ser maior ou menor dependendo da posição mais central ou mais periférica de uma determinada sociedade no sistema mundial. Isso porque, “para a grande maioria destes trabalhadores trata-se de uma passagem sem regresso, do contratualismo para o pós-contratualismo”; ou, em muitos casos, quando o estatuto de cidadania dos trabalhadores já era precário, há uma passagem direta do pré ao pós, parecendo que é do contratualismo para o pós-contratualismo apenas porque se faz um “manuseio retrospectivo de expectativas”. Ou seja, há um aprofundamento do processo de

---

<sup>15</sup> CASTEL, Robert. “Le Monde du travail”. *Le Monde Diplomatique*, septembre 1998, pp. 24-25. Tradução livre. Artigo publicado pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, escrito por Robert Castel para uma obra coletiva, intitulada “O mundo do Trabalho” e editada pela La Découverte (Paris, outubro/98), sob a direção de Jacques Kergoat e Danièle Lienart. No texto, Castel contesta os autores que diagnosticam o fim do trabalho, mostrando como ele continua sendo “o modo de inserção social dominante”. Ao invés do fim do trabalho, Castel defende a existência de uma “degradação” ou metamorfose da sociedade salarial, tese sobre a qual discorre detalhadamente no livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários”, também citado na bibliografia.

<sup>16</sup> CASTEL, Robert, “Le Monde du travail”, *op. cit.*

<sup>17</sup> CASTEL, Robert, “Le Monde du travail”, *op. cit.*

<sup>18</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op. cit.* p. 99.

exclusão, na medida em que é imposta à maioria dos trabalhadores que conseguem entrar ou retornar ao mercado de trabalho – em muitos países – uma inclusão segundo a lógica da exclusão, quer dizer, sem quaisquer direitos; “e a falta de expectativas de melhoria futura impede que se considerem sequer candidatos à cidadania”<sup>19</sup>.

Os termos “exclusão” e “inclusão”, no entanto, apesar de passarem a ter uso corrente a partir da década de 90, não constituem consenso entre os autores. Castel chama a atenção para a necessidade de se tomar precauções em relação à palavra “exclusão”, entendendo que não se trata de uma ausência de relação social, pois “não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas”<sup>20</sup>.

Classificando os integrantes da sociedade atual em “excluídos”, “vulneráveis” e “integrados”, Castel argumenta que não existe uma linha divisória clara entre essas situações, uma vez que os excluídos são, geralmente, ex-vulneráveis e os vulneráveis são ex-integrados, que se desestabilizaram e tiveram suas condições de trabalho e de vida precarizadas. Ou seja, as três categorias constituem o todo da estrutura social. Neste contexto, o autor propõe o termo “desfiliados”, em substituição a “excluídos”:

*“Encontram-se desfiliados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. É por isso que dizer que a questão*

---

<sup>19</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op. cit.* p. 100.

<sup>20</sup> CASTEL, 1998a, p. 569. O autor descreve os “excluídos” como: “antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc”.

*suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo o mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas, sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo da sociedade salarial*<sup>21</sup>.

Este abalo, degradação ou metamorfose da sociedade salarial evidencia-se como desdobramento da “quebra de hegemonia da condição de assalariado”, situação a partir da qual o trabalhador obtinha “garantias e direitos, bem como o acesso ao consumo além da satisfação das necessidades vitais”<sup>22</sup>.

Em outras palavras, entendendo, com Castel, que “as proteções decorrem da participação em coletivos” e que a promoção do salariado é também a promoção do individualismo<sup>23</sup>, a crise se instala quando se rompe o “frágil equilíbrio” realizado pela sociedade salarial “entre a promoção do indivíduo e o pertencimento a coletivos protetores”<sup>24</sup>.

Um “frágil equilíbrio” que foi possível, ainda de acordo com Castel, com a promoção do que ele chama de “desindividualização”<sup>25</sup> (no período do contrato social), que colocou limites ao “individualismo de mercado”, surgido no século XVI e consolidado com o apoio do liberalismo, no fim do século XVIII, através da revolução industrial e política<sup>26</sup>. Essa “desindividualização” passa a ocorrer quando o trabalhador é inserido “em regimes gerais, convenções

---

<sup>21</sup> CASTEL, 1998a, p. 569.

<sup>22</sup> CASTEL, 1998a, p. 594.

<sup>23</sup> Trata-se do período que foi também o da “urbanização e do domínio da natureza pela técnica, da promoção do mercado e do laicismo, dos direitos universais e da democracia” (CASTEL, 1998a, p. 594).

<sup>24</sup> CASTEL, 1998a, p. 595.

<sup>25</sup> Sobre o conceito de indivíduo, ver páginas 18 e 19.

<sup>26</sup> Segundo Alan Fox, citado por Castel, o “individualismo de mercado” trabalha a figura de “um indivíduo senhor de seus empreendimentos, que persegue com obstinação seu próprio interesse e é desafiador diante de todas as formas coletivas de enquadramento” (CASTEL, 1998a, p. 596).

coletivas, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social”. Assim, a sociedade salarial não se constitui como uma sociedade de indivíduos, mas como

*“... um encaixe hierárquico de coletividades constituídas na base da divisão do trabalho e reconhecidas pelo direito. Ainda mais que, sobretudo nos meios populares, a vida extratrabalho é também estruturada pela participação em espaços comunitários, o bairro, os amigos, o boteco, o sindicato ...”<sup>27</sup>.*

A partir da década de 70, começa a se romper essa complexa articulação entre coletivos, proteções e regimes de individualização, havendo uma “diluição dos enquadramentos coletivos e dos pontos de identificação que valem para todos”<sup>28</sup>.

Nas palavras de Bourdieu, desde então, impõe-se o que pode ser chamado de “a essência do neoliberalismo”, ou seja, “um programa de destruição metódica dos coletivos”, que, baseado na utopia neoliberal de um mercado puro e perfeito, visa “questionar todas as estruturas coletivas capazes de colocar obstáculos à lógica do mercado puro”; por exemplo, a nação, os grupos de trabalho (através da individualização dos salários e das carreiras em função das competências individuais e a resultante atomização dos trabalhadores), os coletivos de defesa dos direitos dos trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas e até a família<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> CASTEL, 1998a, p. 600.

<sup>28</sup> Segundo Castel, esta diluição não se limita às situações de trabalho (CASTEL, 1998a, p. 601).

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. “L’ essence du néolibéralisme”. *Le Monde Diplomatique*, mars 1998, p. 3. Tradução livre. Artigo onde o autor propõe que o Estado (nacional ou supranacional), com a ajuda dos sindicatos, organize a elaboração e a defesa do “interesse público”.

Uma “contratualização falseada” substitui, assim, segundo Boaventura Santos, aquela que foi fundada na idéia moderna do contrato social. Falseada, porque:

*1º - “... trata-se de uma contratualização liberal individualista, moldada na idéia do contrato civil, entre indivíduos e não na idéia do contrato social entre agregações coletivas de interesses divergentes”;*

*2º - “O Estado, ao contrário do que se passa no contrato social, tem uma intervenção mínima, de assegurar o cumprimento do contrato enquanto ele não for denunciado, sem, no entanto, poder interferir nas condições do que foi acordado”;*

*3º - “...a nova contratualização não tem qualquer estabilidade, podendo ser denunciada a qualquer momento por qualquer das partes”;*

*4º - “... a contratualização liberal não reconhece o conflito e a luta como elementos estruturais do combate. Pelo contrário, substitui-os pelo assentimento passivo a condições supostamente universais consideradas incontornáveis”<sup>30</sup>.*

---

<sup>30</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 95. De acordo com o autor, o chamado consenso de Washington, por exemplo, se configura um contrato social, porém apenas entre os países centrais. “Para todas as outras sociedades nacionais, ele apresenta-se como um conjunto de condições inexoráveis de aceitação acritica sob pena de implacável exclusão. São essas condições inelutáveis globais que depois sustentam os contratos individuais de direito civil”.

### 3.3. A autonomização e unicidade da técnica

Os processos descritos acima estão intimamente relacionados com o fato de o capitalismo ter se apossado “por completo” dos destinos da tecnologia, instalando-se o que Gilberto Dupas denomina de “autonomização da técnica com relação a valores éticos e normas morais definidos pela sociedade”. Para Dupas, a capacidade de gerar inovações e saltos tecnológicos confere à ciência atual uma “auréola mágica e determinista que a coloca acima da moral e da razão”<sup>31</sup>.

O problema de o saber atual estar a serviço do capital é que este não tem qualquer compromisso com o bem estar da população, visando tão somente o retorno maximizado do seu investimento e, para isso, agindo sob o imperativo da competitividade. Ou, como explica Milton Santos:

*“Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. (...) O imperativo da competitividade, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada ‘nova ordem mundial’, onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas ...”*<sup>32</sup>.

O discurso da **competitividade** toma, atualmente, segundo Milton Santos, o lugar ocupado pelo **progresso** no início do século e pelo

<sup>31</sup> DUPAS, Gilberto. “As tecnologias e o mito do progresso”. *O Estado de São Paulo*, 06 de maio de 2000, p. A-2.

<sup>32</sup> SANTOS, Milton, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 24-25.

**desenvolvimento** no período pós-guerra. O debate anterior, a respeito do progresso ou do desenvolvimento, no entanto, tinha um conteúdo moral. A busca da competitividade, contrariamente, “parece bastar-se a si mesma, não necessita de qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer forma de violência”<sup>33</sup>.

Enquanto havia a divisão em dois blocos e alinhamentos mundiais antagônicos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, a tríade liberdade-igualdade-fraternidade, que embasava política e ideologicamente a sociedade capitalista, fomentava as promessas de que o desenvolvimento tecnocientífico iria permitir a inclusão progressiva de todos numa sociedade moderna. Com o fim da utopia socialista, explica Laymert Garcia dos Santos, essas promessas esfumaram-se, “tornando a integração na vida econômica e a ascensão social cada vez mais problemáticas”<sup>34</sup>. Em vez da sociedade do “eu e você”, prometida pelo progresso tecnocientífico, consolida-se essa do “ou eu ou você”<sup>35</sup>.

*“A lógica da sobrevivência se aguçou mais do que nunca com o acirramento da competição pelos recursos, pelo desenvolvimento tecnológico, pelos postos de trabalho que a reestruturação produtiva foi tornando cada vez mais escassos. O darwinismo social legitimou e naturalizou o ‘ou eu ou você’, intensificando a*

---

<sup>33</sup> SANTOS, Milton, *op.cit.* p. 35.

<sup>34</sup> SANTOS, Laymert Garcia dos. “Consumindo o futuro”. *Folha de São Paulo*, Caderno mais! 27 de fevereiro de 2000, p. 6.

<sup>35</sup> Citação de Buckminster-Fuller, feita por Laymert Garcia dos Santos. *Op.cit.*

*luta pela sobrevivência, agora ainda mais perversa com a introdução da questão da competência tecnológica*<sup>36</sup>.

Neste contexto, a partir da análise de Milton Santos, dois pontos se destacam:

1. A unicidade da técnica – pela primeira vez na história da humanidade, um sistema técnico se superpõe aos demais, unificando-se e tornando-se mundialmente hegemônico por força dos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura. “Esse é um dado essencial do processo de globalização, processo que não seria possível se essa unicidade não houvesse”<sup>37</sup>, pois é ela que conduz à unificação do espaço e do tempo em termos globais, ou, mais precisamente, à hegemonia de um tempo e de um espaço sobre os demais tempos e espaços;
2. A consolidação de espaços do mandar e espaços do fazer – há espaços da racionalidade (ciência, tecnologia, informação) e há outros espaços, “os espaços do obedecer”<sup>38</sup>.

A unicidade da técnica teve como precursor o chamado “imaginário da informática” que, segundo Philippe Breton, foi constituído a partir da efervescência de idéias ocorrida no período de 1942 a 1948<sup>39</sup>, quando:

---

<sup>36</sup> SANTOS, Laymert Garcia dos, *op.cit.*

<sup>37</sup> SANTOS, Milton, *op.cit.* p. 43.

<sup>38</sup> SANTOS, Milton, *op.cit.* p. 106.

<sup>39</sup> O primeiro computador colocado em funcionamento no mundo foi o Manchester MARK I, em junho de 1948, na Inglaterra. Sua construção foi iniciada em 1946, baseada nos princípios do computador moderno, escritos por John Von Newman, a partir da análise dos limites da grande calculadora ENIAC (BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: UNESP, 1991. Título original: *Histoire de L'informatique*. Tradução de Elcio Fernan, pp. 89-121).

*“... a comparação entre o cérebro e o computador e a visão de uma sociedade futura radicalmente transformada pelas novas máquinas logo irão fazer-se acompanhar da idéia, característica da informática, segundo a qual a lógica é um valor universal, um instrumento de compreensão do mundo tanto quanto de sua transformação”<sup>40</sup>.*

Meio século depois, tem-se no que Dertouzos<sup>41</sup> chama de “Mercado de Informação”<sup>42</sup> o corolário do que Adorno e Horkheimer já constatavam na sua *Dialética do Esclarecimento*: “O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”<sup>43</sup>.

Para Dertouzos, deixado por sua própria conta, devido a mecanismos intrínsecos, “o Mercado de Informação aumentará a brecha entre países ricos e pobres, e entre pessoas ricas e pobres<sup>44</sup>”. Da mesma forma, “abandonado à

---

<sup>40</sup> BRETON, *op.cit.* p. 164.

<sup>41</sup> DERTOUZOS, Michael L. **O que será: Como o novo mundo da Informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Título original: *What will be: How the new world of information will change our lives*. Tradução de Celso Nogueira. Dertouzos é diretor do Laboratório de Ciência da Computação do MIT (Massachusetts Institute of Technology) e colaborador da equipe do presidente Clinton na área de infraestrutura de informação.

<sup>42</sup> Para Dertouzos, o modelo do “Mercado de Informação” é mais adequado do que o de “Sociedade da Informação”, pois não acena com “expectativas irreais sobre o papel da informação”. O Mercado de Informação, segundo ele, abrange todas as atividades esperadas ou imaginadas na “era da informação”, tanto no plano físico quanto no funcional. Trata-se de um mercado comunitário, onde as pessoas e computadores podem “comprar, vender e trocar livremente informações e serviços informáticos”. Uma “reunião de pessoas, computadores, meios de comunicação, software e serviços que serão engajados nas transações de informações interpessoais e interinstitucionais do futuro” (Dertouzos, 1997: 29 a 47).

<sup>43</sup> HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Título original: *Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente*. Copyright: 1944. Tradução: Guido Antonio de Almeida, p. 114. O livro “Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos” foi escrito em 1944.

<sup>44</sup> DERTOUZOS, *op.cit.* p. 303.

própria sorte”, o Mercado de Informação agravará a polarização entre humanistas e tecnólogos (*humies e techies*):

*“Se as tecnologias físicas da Revolução Industrial foram responsáveis pela separação entre tecnologia e humanismo, então as tecnologias da informação, com seu caráter virtual e despersonalizado, além da abolição da proximidade física, contribuirão mais ainda para aumentar a brecha”<sup>45</sup>.*

Como solução, no entanto, Dertouzos não propõe freios ao mercado, nem o redirecionamento dos objetivos, da produção, da distribuição e do uso das inovações tecnológicas. Pelo contrário, faz uma conclamação à caridade, como se ela fosse (ou exatamente porque ela não é) o instrumento adequado e suficiente para influir na lógica interna própria com a qual se movimenta o capitalismo: “os ricos precisam ajudar os pobres a conseguir acesso e usufruto das novas tecnologias, o que pode ser feito por meio de diversos programas de auxílio”<sup>46</sup>.

No ponto relacionado à “reconciliação” entre humanismo e tecnologia, Dertouzos faz convergir toda a sua argumentação para o que ele chama de “chegada da Era da unificação”. Mas não indica quando nem de que forma essa “era” se viabilizará, fazendo novamente apenas conclamações, por exemplo: “os humanistas deverão abrir mão de suas crenças esnobes sobre a subordinação da tecnologia e os especialistas em tecnologia precisarão

---

<sup>45</sup> DERTOUZOS, *op.cit.* p. 386.

<sup>46</sup> DERTOUZOS, *op.cit.* p. 305.

esquecer seu desprezo pela irrelevância dos objetivos e ensinamentos humanistas<sup>47</sup>.

Quanto à consolidação dos “espaços do mandar e espaços do fazer”, citada anteriormente, vale citar mais uma vez Dertouzos, que, do ápice da pirâmide do poder global, lança ao mundo seus mandamentos (sem explicitar o que entende por democracia):

*“Um país em busca de crescimento econômico não terá escolha numa economia globalizada, exceto participar. Grande parte do controle do Mercado de Informação será feito pelos países industrializados ricos, que também se caracterizam pelo governo democrático. (...) Por sua própria natureza, como criação dos países industriais ricos e democráticos do mundo, o Mercado de Informação servirá como uma imensa propagadora de costumes e hábitos democráticos, que os aspirantes a participar terão que adotar, se quiserem entrar no jogo”<sup>48</sup>.*

### **3.4. Espaços e tempos hegemônicos**

A globalização não é um fenômeno do final do século XX. Como diz Octavio Ianni, “a rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história

---

<sup>47</sup> DERTOUZOS, *op.cit.* p. 387.

<sup>48</sup> Dertouzos, *op.cit.* pp. 362-363. Falando sobre a possibilidade de um “Grande Irmão”, através do Mercado de Informações, exercer “um controle insidioso sobre nossas vidas”, o autor faz um discurso contraditório, pois, ao mesmo tempo em que diz “por sua própria definição, o controle distribuído pelas pessoas que usam o Mercado de Informação se opõe ao controle centralizado de um Grande Irmão”, revela, com naturalidade, que este será um veículo apropriado para a propagação dos costumes e hábitos de alguns países.

da mundialização, da globalização do mundo. Um processo histórico de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação<sup>49</sup>.

Também não se trata de algo inerente à pós-modernidade. Pelo contrário, segundo Gabriele Muzio, “representa a realização acabada e a perfeição do projeto de modernidade e de seu paradigma de progresso”<sup>50</sup>. Isso porque um dos conceitos presentes no coração do processo de globalização é o conceito de escala<sup>51</sup> e, apresentando a perspectiva local como inferior e retrógrada em relação à perspectiva global, consegue-se “fortalecer a instauração de um código unificado de comportamento humano”, o que possibilita a realização plena da economia de escala e do modelo econômico:

*“Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou maior do que sendo global e é somente neste nível que sua primazia e universalidade são finalmente afirmadas, junto com a certeza de que jamais poderia surgir alguma alternativa viável ao sistema ideologicamente dominante fundado no livre mercado, dada a ausência de qualquer cultura ou sistema de pensamento alternativo”<sup>52</sup>.*

---

<sup>49</sup> IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 8ª edição, p. 55. Trata-se da 8ª edição do livro escrito por Ianni em 1992. O autor usa os termos “mundialização” e “globalização” indiscriminadamente, como sinônimos.

<sup>50</sup> MUZIO, Gabriele. “A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p 139.

<sup>51</sup> De acordo com Muzio, o conceito de escala “está relacionado à noção das economias de escala ou dos crescentes retornos à escala, por meio do qual se assevera que, quanto maior a escala, ou seja, a dimensão da produção ou das quantidades produzidas, maior será a eficiência total e mais baixos serão os custos. Este é o principal pressuposto com base no qual cresceu a indústria moderna” (MUZIO, *op.cit.* p. 136).

<sup>52</sup> MUZIO, *op.cit.* pp. 138-139.

Há, no entanto, alguns aspectos, ligados ao caráter tecnológico do processo de globalização em curso neste final do século XX, que se desdobram em fenômenos pertencentes ao âmbito do que vem sendo chamado aqui de crise do contrato social.

Segundo Milton Santos, os sistemas técnicos, que eram regionais ou locais e, portanto, numerosos, unificaram-se num sistema mundial, ainda que “sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e seu uso social seja, como antes, hierárquico”<sup>53</sup>. Esta unicidade da técnica, por sua vez, é impulsionada por outra unificação, a da mais-valia:

*“Quando apresentavam traços semelhantes não havia contemporaneidade entre eles, e muito menos interdependência funcional. Por outro lado, a impulsão que recebem esses conjuntos técnicos atuais (ou suas frações) é única, vinda de uma só fonte, a mais-valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais”<sup>54</sup>.*

Assim, a partir de um sistema técnico hegemônico, há a unificação do tempo e do espaço, que se tornam globais. Ou seja, para Milton Santos, não há a extinção do espaço em consequência da aceleração do tempo (como defende Paul Virilio<sup>55</sup>): tempo e espaço apenas mudam de qualidade<sup>56</sup>.

Os lugares se unificam por conta da convergência de momentos que se dá, atualmente, com a possibilidade de comunicação imediata, simultânea;

---

<sup>53</sup> SANTOS, *op.cit.* p. 42.

<sup>54</sup> SANTOS, Milton, *op.cit.* p. 125.

<sup>55</sup> VIRILIO, Paul. “Um monde surexposé: fin de l’ histoire, ou fin de la géographie?”. *Le Monde Diplomatique*, août 1997, p. 17. Tradução livre.

<sup>56</sup> SANTOS, Milton. *op.cit.* p. 41.

diferentemente do que ocorreu na história vivida pelo homem durante milênios, que foi “a história dos momentos divergentes, a soma dos acontecimentos dispersos, disparatados, desconexos”<sup>57</sup>. E, a partir da intercomunicação entre os lugares (assim como da “instauração de um código unificado de comportamento humano”<sup>58</sup>, necessário aos objetivos da economia de escala mundial), o espaço se torna único, se globaliza. Isso ocorre tanto em função de existirem relações entre todos os lugares – que “se diferenciam e se hierarquizam porque são todos mundiais” – como em função do fato de que “cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo”<sup>59</sup>.

Assim como os lugares se hierarquizam, desdobrando-se na instalação do que Milton Santos chama de “espaços hegemônicos” – lugares “da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares em que se exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças reguladoras da ação dos demais lugares” –, também os tempos se hierarquizam, não havendo, portanto, um tempo mundial único (o da aceleração, da velocidade tecnológica), mas tempos hegemônicos e tempos hegemonzados:

*“O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo”<sup>60</sup>. (...) E o chamado tempo mundial é dado pelas possibilidades mundiais concretamente existentes e pelas possibilidades mundiais efetivamente*

---

<sup>57</sup> SANTOS, Milton. *op.cit.* p. 43.

<sup>58</sup> MUZIO, *op.cit.* p. 139.

<sup>59</sup> SANTOS, Milton. *op.cit.* p. 43.

<sup>60</sup> SANTOS, Milton. *op.cit.* p. 83.

*utilizadas pelos atores hegemônicos. Os demais tempos são subalternos*<sup>61</sup>.

Com a consolidação destes espaços e tempos hegemônicos, situada no nível global, em estreita relação (de supremacia) com o nível local, o espaço-tempo nacional estatal perde primazia. Como observa Boaventura de Souza Santos, a compatibilidade/articulação entre os vários ritmos e temporalidades (a temporalidade judicial, a da segurança social, a da memória histórica nacional etc.) que compõem o espaço-tempo nacional fica cada vez mais problemática “porque é diferente o impacto produzido em cada uma das temporalidades pelo espaço-tempo global e local”<sup>62</sup>.

Esta desarticulação é favorecida por dois outros fenômenos talvez mais importantes: a redefinição do papel do Estado e a perda de centralidade do Estado-nação. O papel do Estado – que, durante a maior parte deste século, foi o de proteger a economia nacional das forças externas, visando garantir o bem estar dos seus cidadãos – passa a ser o “de adaptar a economia nacional às exigências da economia mundial”<sup>63</sup>. Segundo Ianni, “os dilemas do contrato social recolocam-se outra vez, de forma nova”, a partir da nova configuração histórica:

*“... é essencial dar-se conta pelo menos das conseqüências centrais da globalização: em primeiro lugar, da maneira pela qual os processos de interconexão econômica, política, legal e militar, entre outras, estão modificando por cima a natureza do Estado*

---

<sup>61</sup> SANTOS, Milton. *op.cit.* p. 47.

<sup>62</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 93.

<sup>63</sup> Citação de Robert W. Cox, no artigo “Globalization, Multilateralism and Social Change”, feita por IANNI, *op.cit.* p. 23.

*soberano; em segundo lugar, da maneira pela qual os nacionalismos locais e regionais estão erodindo os Estados-nação por baixo; e, em terceiro lugar, da maneira pela qual a interconexão global cria cadeias de decisões políticas e resultados interligados entre os Estados e seus cidadãos que alteram a natureza e a dinâmica dos próprios sistemas políticos nacionais*<sup>64</sup>.

### **3.5. Totalitarismo neoliberal**

Sob a aparência do contrato social reemergem, atualmente, relações marcadas por princípios pré-modernos, segundo Boaventura de Souza Santos: “a nova contratualização configura a reemergência do status, ou seja, dos princípios de ordenação hierárquica pré-moderna, onde as condições das relações sociais estavam diretamente ligadas às posições das partes na hierarquia social”<sup>65</sup>. Não é, porém, um simples regresso ao passado<sup>66</sup>:

*“O status é agora apenas o efeito da enorme desigualdade de poder econômico entre as partes no contrato individual e na capacidade que tal desigualdade dá à parte mais forte para impor sem discussão as condições que lhe são mais favoráveis*<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> David Held, citado por IANNI, *op.cit.* p. 112.

<sup>65</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 95.

<sup>66</sup> Sobre a cidadania configurada pelo direito feudal, ver p. 30.

<sup>67</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 96.

Isto se dá, de acordo com o autor, dentro de um quadro de rompimento dos “dispositivos operacionais” do contrato social (decorrente do chamado consenso liberal), ou seja, a partir:

- a) da dessocialização da economia (a socialização da economia se deu através do “reconhecimento progressivo da luta de classes” como instrumento de transformação do capitalismo, tendo este percurso histórico momentos decisivos – como a regulação do tempo e das condições de trabalho, a criação de seguros sociais obrigatórios e de segurança social, o reconhecimento da greve, dos sindicatos e da negociação e contratação coletiva – e aceitando o desempenho de um papel central por parte do Estado e dos sindicatos<sup>68</sup>);
- b) da despolitização do Estado (a politização do Estado aconteceu com a expansão da sua capacidade reguladora, o que aconteceu, nas sociedades capitalistas, através da implementação do “Estado-providência no centro do sistema mundial” e do “Estado desenvolvimentista na periferia e semiperiferia do sistema mundial”<sup>69</sup>);
- c) e da desnacionalização da identidade cultural (esta nacionalização foi “o processo pelo qual as identidades móveis e parcelares dos diferentes

---

<sup>68</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* pp. 88-89. Segundo o autor, “a materialidade normativa e institucional em que se traduziu a socialização da economia esteve a cargo do Estado, mediando os conflitos, reprimindo os trabalhadores até a ponto de extorquir consensos repressivos”.

<sup>69</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 89. O autor explica que a democracia esteve desde o início vinculada à socialização da economia, pois “a tensão entre capitalismo e democracia é constitutiva do Estado moderno e a legitimidade deste, maior ou menor, esteve sempre vinculada ao modo mais ou menos equilibrado como resolveu esta questão”. Grau zero de legitimidade: facismo (rendição total da democracia diante da acumulação do capitalismo). Grau máximo: conversão da tensão entre capitalismo e democracia “num círculo virtuoso em que cada um deles prospera aparentemente na medida em que os dois prosperam conjuntamente”, por exemplo, Estados-providência desenvolvidos na Europa do Norte e Canadá.

grupos sociais<sup>70</sup> firmaram-se tendo como referência o espaço-tempo nacional).

Nos países da periferia e semiperiferia do sistema mundial, estes processos não vieram, no entanto, retirar as bases de uma situação efetivamente estabelecida; apenas agravaram um quadro que sempre foi de grande precariedade, pois a contratualização nestes locais nunca chegou a se instalar, a não ser de forma limitada e inconstante:

*“... a economia foi socializada em pequenas ilhas de inclusão que passaram a existir em vastos arquipélagos de exclusão; a politização do Estado cedeu freqüentemente à privatização do Estado e à patrimonialização da dominação política; a identidade cultural nacionalizou muitas vezes apenas a caricatura de si mesma”<sup>71</sup>.*

Este é o caso do Brasil, onde a precarização do que já era precário pode ser observada na distribuição dos trabalhadores “por posição na ocupação”, por exemplo, apenas 59% dos trabalhadores tinham carteira assinada em 1989 e, em 1999, essa porcentagem baixou para 44,7%; ao mesmo tempo, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada (sem direitos trabalhistas), que era de 18,4%, em 1989, subiu para 26,9% em 1999, assim como a porcentagem dos chamados informais (por conta própria), que passou de 17,7%, em 1989, para 23,5% em 1999<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 89.

<sup>71</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* pp. 90-91.

<sup>72</sup> Distribuição dos ocupados por posição na ocupação. Total regiões metropolitanas – jun./1999. Fonte: PME/IBGE, citação feita por MATTOSO, *op.cit.* p. 15.

Em relação ao Estado e ao exercício da cidadania, Francisco de Oliveira reconstitui a formação da sociedade brasileira a partir da interpretação feita por diversos autores, chegando à conclusão de que todo o processo foi um “complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público ...”; em resumo, de silenciamento e anulação da construção política que as classes dominadas sempre tentaram realizar<sup>73</sup>. Para Oliveira, entre outros componentes deste processo, destaca-se a “incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia”, decorrendo da ação das classes dominadas, quase por inteiro, “o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política”<sup>74</sup>. Esforço inúmeras vezes anulado sob a busca do “consenso imposto”, que encontra atualmente, em Fernando Henrique Cardoso, expressão sem igual na história:

*“A arma da desmoralização da fala, do discurso, tem sido uma das tônicas mais presentes no governo FHC. Sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados, burros, neobobos, todos os que se opõem a seus métodos, não tem outro objetivo: a anulação da fala e, através dela, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras”<sup>75</sup>.*

Para Ignacio Ramonet, o paradoxo da mundialização expressa-se no fato de ela dissimular, “por trás da aparência de uma modernidade pós-industrial e

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Francisco de. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 59.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, *op.cit.* p. 60. Segundo o autor, neste contexto a política deve ser entendida dentro da concepção de Rancière: “a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, dissenso em relação aos que têm direito às parcelas, que é, portanto, desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que nada têm”.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, *op.cit.* p. 80.

informatizada”, uma evolução politicamente “reacionária” – com “o desmantelamento progressivo das conquistas democráticas, o abandono do contrato social europeu, o retorno – sob o pretexto de ‘adaptação’ e de ‘competitividade’ – ao capitalismo primitivo do século XIX”<sup>76</sup>. Segundo ele, isto se dá com a imposição de uma nova versão de totalitarismo:

*“Há pouco tempo, denominava-se ‘regimes totalitários’ os que tinham partido único, não admitiam qualquer oposição organizada e, em nome da razão de Estado, negligenciavam os direitos da pessoa; além disso, neles, o poder político dirigia soberanamente a totalidade das atividades da sociedade dominada. A esses regimes, característicos dos anos 30, sucede, neste final de século, outro tipo de totalitarismo, o dos ‘regimes globalitários’. Apoiando-se nos dogmas da globalização e do pensamento único, não admitem qualquer outra política econômica, negligenciam os direitos sociais do cidadão em nome da razão competitiva e abandonam aos mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada”<sup>77</sup>.*

Não é sem razão, então, que uma das vertentes do consenso liberal é o que Boaventura de Souza Santos chama de “consenso do primado do direito e dos tribunais”; ou seja, dada a total prioridade à propriedade privada e às relações mercantis, necessita-se de um novo quadro jurídico e da destinação de um papel central aos tribunais: “o marco político da contratualização social

---

<sup>76</sup> RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Título do original: *Géopolitique du chaos*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, p. 54.

<sup>77</sup> RAMONET, *op.cit.* p. 57.

deve, pois, ceder o lugar ao marco jurídico e judicial da contratualização individual<sup>78</sup>. Ou, como defendia Locke, constitui-se um poder governamental com natureza essencialmente judicial<sup>79</sup>.

Assim, ao mesmo tempo em que há, de acordo com Maria do Carmo A.A.Carvalho, uma progressiva destituição de direitos (principalmente dos direitos trabalhistas, do direito ao trabalho e dos direitos sociais) e a “deslegitimação das formas de organização e participação social”<sup>80</sup>, há o repasse das responsabilidades, por parte dos governos, às instâncias locais, ao mercado e à sociedade, promovendo não o fortalecimento da cidadania, mas o retorno aos favores e à caridade. Ou, em busca de legitimidade do sistema socioeconômico, político e cultural, promovendo uma intensa manipulação do conceito de cidadania, um “significado neoliberal de cidadania” e uma “disputa velada de significados”<sup>81</sup> no interior da sociedade – o que será discutido no capítulo a seguir.

---

<sup>78</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 99.

<sup>79</sup> Sobre o pensamento de Locke, ver pp. 39-42.

<sup>80</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.*, p. 26.

<sup>81</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.*, pp. 26-27.

#### 4. Concepções atualmente em disputa

As diversas concepções de cidadania, atualmente presentes no interior da sociedade, podem ser apreendidas a partir do conceito de projeto indentificatório, que, segundo Sonia Maria Rummert, consiste em “um conjunto de proposições que se apresentam como um modelo, carregado de positivities, com o qual é necessário identificar-se para assegurar a inserção exitosa, individual e/ou coletiva, em um dado momento histórico”<sup>1</sup>. Trata-se de uma formulação construída “por aqueles que possuem ou pretendem conquistar a hegemonia sobre grupos, classes ou sobre a totalidade social”, sendo que, para tornar-se hegemônico, o projeto identificatório precisa ser acolhido “pelo outro (indivíduo ou grupo)” e isto só ocorre se ele apresentar-se como algo factível.

*“Essa formulação inicial é construída a partir de diversos elementos, entre os quais os que provêm da concepção de mundo daqueles a quem o projeto visa a atingir, e que são apropriados e re-significados. Num segundo momento, os destinatários que a ele aderem transformam-se em novos enunciadores do projeto original, passando de destinatários a identificantes e*

---

<sup>1</sup> RUMMERT, Sonia Maria. “Projetos identificatórios: em disputa, os sonhos e a identidade do trabalhador”. In *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Moderna/IBASE, nº 4, nov. 1998, p. 8. Trata-se de um conceito formulado por Aulagnier, 1985 e Mendonça, s.n.b, citados pela autora.

*contribuindo, de forma decisiva, para sua disseminação no tecido social*<sup>2</sup>.

De acordo com a autora, um aspecto fundamental é o fato de as aspirações identificatórias investirem no futuro, “mas num futuro particular, no qual não cabe a idéia de retorno ao passado”<sup>3</sup>.

Neste contexto, dois amplos projetos identificatórios se colocam atualmente: o que tem a sua matriz discursiva centrada no projeto neoliberal e o que se inscreve em um projeto de sociedade antagônico ao capitalismo. Mais ou menos afinadas com um ou com outro destes projetos (ou contendo elementos de um e de outro) situam-se várias noções de cidadania, entre as quais:

#### **4.1. O conceito neoliberal**

A concepção liberal de cidadania, surgida com a cidade medieval<sup>4</sup> e fundamentada teoricamente, no século XVII, por Thomas Hobbes e John Locke<sup>5</sup>, reemerge<sup>6</sup> com força nas últimas décadas do século XX, período analisado no ponto anterior como sendo de crise do contrato social, de arrefecimento do coletivo e reedição do individualismo. E esta é a principal característica tanto do conceito liberal de cidadania como do neoliberal: a

---

<sup>2</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 9.

<sup>3</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 8.

<sup>4</sup> Tal como descrita por Max Weber – ver página 36.

<sup>5</sup> Sobre o que defendiam Hobbes e Locke, ver páginas 39 a 42.

<sup>6</sup> Não se trata, segundo Ianni, de uma simples réplica do liberalismo clássico, mas de uma versão ampliada (global) do núcleo de seu ideário, “agora sob a égide das multinacionais, corporações, conglomerados, organizações pouco localizáveis, no sentido de que estão em muitos lugares e às vezes operam à margem de instituições, códigos, estatutos ou constituições nacionais” ( IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 8ª edição. Copyright: 1992, p. 140).

primazia da identidade do Eu sobre a identidade do Nós. Atribui-se um valor elevado à singularidade, àquilo que distingue a pessoa em relação ao conjunto, à autonomia, à capacidade de reger-se a si próprio<sup>7</sup>. Ou seja, cada um pode e deve “agir de acordo com seus desejos e potencialidades, sendo o único limite a própria capacidade de vencer”<sup>8</sup>.

Ao individualismo junta-se uma segunda característica, também fundamental à concepção neoliberal: a competição, competitividade ou capacidade de superar as demais pessoas. Aliados, individualismo e competitividade significam a garantia de acessar o futuro desejado “aqui e agora”, ao contrário da valorização da solidariedade e da participação em coletivos ou lutas sociais que tradicionalmente oferecem apenas a possibilidade de se chegar (um dia) ao futuro desejado. Ou não oferecem a possibilidade de se chegar a lugar algum, pois, do ponto de vista neoliberal, o acesso à cidadania está condicionado à incorporação dos “novos valores de uma sociedade que superou as ideologias e os antagonismos estruturais de classe”, portanto, de uma nova percepção da realidade, a partir da qual o indivíduo deve “deixar de considerar-se um agente político para tornar-se um agente econômico, um consumidor, indivíduo vencedor nos processos competitivos”<sup>9</sup>.

Em outras palavras, nesta concepção, a lógica do mercado não só predomina como deve ser o eixo estruturador de todas as relações, sejam socioeconômicas no nível macro, sejam interpessoais; estruturador do processo de construção da identidade social de cada indivíduo. É a lógica do forte e

---

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. Título do original: *Die Gesellschaft Der Individuen*. Tradução de Mário Matos, pp. 178-184.

<sup>8</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 10.

<sup>9</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 12.

capaz vencendo o fraco e medíocre. É o que fundamenta a noção de que o acesso ao mercado (de trabalho e de bens materiais e simbólicos) – que, nesta concepção, significa acesso à cidadania – “é, tão-somente, uma questão de mérito e destina-se àqueles que são, efetivamente competentes e capazes”<sup>10</sup>. Para os demais, excluídos por sua própria culpa (incapacidade individual de obter sucesso), destina-se a caridade.

Mas, se a concepção neoliberal simplesmente negasse o conceito moderno de cidadania, os grupos hegemônicos perderiam a legitimidade. Então, usa intensamente a palavra cidadania, manipulando o conceito de forma a re-significar cada uma de suas dimensões<sup>11</sup>:

1. Na dimensão civil da cidadania, coloca a liberdade individual e o direito à propriedade acima de quaisquer outros aspectos (como a liberdade de expressão, de organização ...), dando visibilidade apenas a estes dois pontos, de forma interligada e relacionada ao mérito/sucesso individual;
2. Na dimensão política, impõe uma concepção minimalista de democracia, não aceitando o confronto de idéias e o conflito entre posições divergentes<sup>12</sup> e admitindo apenas a cidadania oficial ou o que José Murilo de Carvalho chamou de “estadania”<sup>13</sup>, isto é, a atuação política feita de dentro para fora do grupo político que está no poder, a atuação colaboracionista e não o direito indiscriminado de o cidadão participar no exercício do poder político;

---

<sup>10</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 10.

<sup>11</sup> Sobre as diversas dimensões da cidadania moderna, ver páginas 50 a 72.

<sup>12</sup> Ver a este respeito o ponto denominado “Totalitarismo neoliberal”.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 49-50.

3. No que Marshall chamou de dimensão industrial<sup>14</sup>, ao invés do direito de organizar associações e sindicatos para conseguir influenciar as condições de trabalho e salário, promove a transferência da dinâmica do conflito do coletivo de trabalhadores de uma categoria para o chão de cada empresa, implementando-se uma estratégia que visa:

*“... quebrar a representatividade sindical e deslocar o eixo da negociação para o terreno micro do interesse de cada um, onde a possibilidade da fala como recurso discursivo para a reivindicação é completamente anulada. Dá-se como contrapartida prêmios individuais, que reforçam a exclusão da fala”<sup>15</sup>;*

4. Na dimensão social, há uma volta ao século XVIII, se é que não ao obscurantismo da Idade Média, uma vez que o Estado passa não mais a produzir “políticas universais, mas políticas compensatórias, verdadeiras ‘cestas básicas’ de saúde, educação, previdência etc. para os mais pobres, privatizando tudo o mais”<sup>16</sup>. Ou seja, ao invés do respeito aos direitos (ao acesso público e universal à educação, saúde, assistência social etc.), há o retorno aos favores e à caridade<sup>17</sup>. O que é promovido principalmente através da chamada **cidadania empresarial**:

---

<sup>14</sup> Ver páginas 59 a 61.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Francisco de. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 71.

<sup>16</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo, Instituto PÓLIS, 1998, p. 26.

<sup>17</sup> Algo semelhante ocorre mesmo na utilização dos serviços públicos: com a oferta de serviços privados de todo tipo, qualidade e preço, acompanhada pela deterioração dos serviços oferecidos pelo Estado, recorre a estes somente quem se vê sem qualquer alternativa, passando a freqüentar as filas em busca de vaga numa escola ou de atendimento médico num posto de saúde com o mesmo espírito dos pobres que enfileiravam-se à porta das esmolarias medievais.

no Brasil, a indústria da filantropia movimentada por ano em torno de R\$ 11 bilhões, o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto, havendo cerca de 200 mil entidades ligadas a 53% do total de empresas do país<sup>18</sup>; nos EUA, o chamado capital filantrópico cresceu de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 22,8 bilhões na última década<sup>19</sup>. Para a cidadania, o impacto é duplamente negativo: primeiro, a educação, a saúde etc. passam a ser vistas não como direitos do cidadão e sim como uma boa ação da empresa tal ou da personalidade tal (Fundação Xuxa, Fundação Airton Senna etc.) para quem não teria acesso de outra forma, pois não podem pagar e os serviços públicos têm um alcance cada vez menor em quantidade e qualidade; e, segundo, não sendo um serviço público, não há como o cidadão exercer o direito, fruto de décadas de luta, ao controle social, à participação nas definições e na gestão dos serviços. Já para as empresas, trata-se de algo muito lucrativo (e obviamente é esta a razão de lançarem-se em tal empreitada), na medida em que seus funcionários:

*“... mostram-se mais orgulhosos da empresa na qual trabalham, têm mais motivação para desenvolver suas atividades e relacionam-se melhor com seus companheiros, mesmo os de cargo superior. Esse quadro traz à empresa um diferencial competitivo, agrega-se valor à sua imagem”<sup>20</sup>.*

---

<sup>18</sup> BREDAROLLI, Cláudia, “Investimento na área social facilita parcerias”. *O Estado de São Paulo*, 02/04/2000, p. B-16.

<sup>19</sup> CARR, Rebeca, “Fundações doam volume recorde de US\$ 22,8 bi”. *O Estado de São Paulo*, 02/04/2000, p. B-17.

<sup>20</sup> BREDAROLLI, Cláudia, *op.cit.*

5. Na dimensão cultural, limita-se a supervalorizar os “direitos do consumidor”, tratando-os como sinônimo de cidadania, mas restringe o exercício desta cidadania a reclamações que se desdobram apenas em incentivo à competitividade entre empresas e em legitimação das decisões sobre o que, como e quem consome. Ou, como diz Baudrillard: *“Da mesma maneira que o Povo é exaltado pela Democracia, contanto que fique por aí (ou seja, que não intervenha na cena política e social), assim se reconhece aos consumidores a soberania (...), com a condição de não tentarem influenciar a cena social. O Povo são os trabalhadores, desde que estejam desorganizados. O Público, a Opinião Pública são os consumidores, contanto que se contentem com consumir”*<sup>21</sup>.

Ou seja, a concepção neoliberal de cidadania não reconhece o consumo como “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”<sup>22</sup>, assim como não dá visibilidade à noção de que “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usa-lo”<sup>23</sup>. Segundo Canclini, para “articular o consumo com um exercício refletido de cidadania”, é preciso:

---

<sup>21</sup> BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995. Título do original: La Société de Consommation. Tradução: Artur Morão, pp. 86-87.

<sup>22</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 53. Segundo o autor, o consumo é mais do que “simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas” (p. 53). Além de ser útil para a expansão do mercado e a reprodução da força de trabalho, serve para a distinção das pessoas entre si e “constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (p. 56). Trata-se do “principal procedimento de identificação”, quando a comunidade nacional se debilita (p. 63).

<sup>23</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 54.

*“a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e eqüitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas, desde o julgamento dos especuladores que escondem produtos de primeira necessidade até os que administram informações estratégicas para a tomada de decisões”<sup>24</sup>.*

#### **4.2. O conceito socialista**

Elaborado por Karl Marx, em um estudo sobre as revoluções Americana e Francesa feito na década de 40 do século XIX, segundo Barbalet, o conceito socialista de cidadania baseia-se na crítica à “cidadania democrática”, entendendo que:

*“... os desfavorecidos pelo sistema de classes não podem participar, na prática, na comunidade da cidadania à qual*

---

<sup>24</sup> CANCLINI, *op.cit.* pp. 65-66.

*legalmente pertencem como membros. Esta possibilidade é dupla, porque nestas circunstâncias os direitos de cidadania apenas formais não podem influenciar os condicionalismos que tornam a posse da cidadania ineficaz, se não inútil*<sup>25</sup>.

Assim, para Marx, em vez da simples emancipação política, chamada de cidadania, é preciso uma emancipação humana geral, ficando as pessoas “libertas do poder determinante da propriedade privada e das instituições que lhes são associadas”. Ou seja, só há uma forma de romper os limites inerentes à cidadania: através de “uma revolução social em que a base de classe das desigualdades de condições sociais e de poder seja destruída”<sup>26</sup>.

Esta concepção, no entanto (que entendia a cidadania como algo que não podia modificar nem suavizar a desigualdade social, mas apenas legitimá-la), passou a ser reexaminada a partir do momento em que Lênin constata que o desenvolvimento da democracia, com o aparecimento do sufrágio universal dos homens adultos, “significa que o acordo da classe trabalhadora só pode ser comprado com reformas sociais”<sup>27</sup>. Assim, passa-se ao entendimento de que a cidadania deve estar relacionada principalmente à constituição de sujeitos/atores sociais e ao fortalecimento da sociedade civil, visando uma transformação social.

---

<sup>25</sup> BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989. Título do original: *Citizenship*. Tradução: M. F. Gonçalves de Azevedo, p. 13.

<sup>26</sup> BARBALET, *op.cit.* p. 14.

<sup>27</sup> BARBALET, *op.cit.* p.16.

### 4.3. A cidadania ativa

Para Rousseau, a democracia significava “confiar o Governo a todo o povo ou à maior parte do povo, de modo que haja mais cidadãos magistrados do que cidadãos simples particulares”<sup>28</sup>. Aristóteles, no entanto, dizia haver apenas uma forma de cidadania: cidadão é todo aquele “que desfruta o direito de chegar às magistraturas<sup>29</sup>”, sendo que o acesso à cidadania sim é que pode variar de um lugar para outro, dependendo do tipo de governo adotado: “Em certo tipo de república, o artesão e o mercenário serão obrigatoriamente cidadãos, enquanto que isso não é possível em outra, como no governo aristocrático ...”<sup>30</sup>. Ou seja, para Aristóteles, havendo o revezamento entre os cidadãos, de forma que todos assumam em algum período a função de “magistrado”, não há a necessidade de diferenciação entre os cidadãos (pois quem é cidadão também é, foi ou será magistrado), nem de que o maior número exerça permanentemente a magistratura.

No Brasil, a distinção entre cidadãos ativos e inativos nasce junto com o país: a Constituição Política do Império do Brasil, influenciada pela constituição francesa de 1791 e pela constituição portuguesa, diferencia os habitantes do país entre nacionais e estrangeiros, fazendo da palavra cidadão um sinônimo de nacional, e, “para discriminar os que gozam ou não dos

---

<sup>28</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”. *In Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original: *Du Contrat Social*, p. 88. Para Rousseau, quando se confina o governo nas mãos de um pequeno número, “de modo que haja mais simples cidadãos do que magistrados”, há uma aristocracia. Ou seja, as democracias modernas, por esse critério, na verdade seriam “aristocracias eletivas”, pois “o povo soberano escolhe um pequeno número de governantes aos quais confia a função de magistrados” (Nota do tradutor).

<sup>29</sup> ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Hemus, 1966. Tradução de Torrieri Guimarães, p. 83.

<sup>30</sup> ARISTÓTELES, *op.cit.* p. 84.

direitos políticos”, distingue os cidadãos em ativos e simples cidadãos<sup>31</sup>. Segundo a Constituição do Império, “a massa dos cidadãos ativos” elege, nas assembleias paroquiais, os eleitores de províncias, que posteriormente elegerão os representantes da nação e província. Isto é, tratava-se de uma cidadania hierarquizada em quatro níveis, indo desde os cidadãos inativos (excluídos de votar em qualquer instância e discriminados no artigo 92, incisos 1º a 5º) até o que Aristóteles chamaria de cidadãos magistrados (aqueles que podiam ser nomeados deputados), passando pelos cidadãos ativos (votantes nas eleições primárias) e pelo que se poderia chamar de cidadãos muito ativos (aquele que podiam votar nas eleições para deputados, senadores e membros dos conselhos de província)<sup>32</sup>.

Atualmente o conceito de cidadania ativa diz respeito não mais a uma discriminação legal incluída ou não nos limites da democracia representativa, mas aproxima-se da concepção rousseauiana de cidadania, ou seja, amplia a democracia, conferindo à cidadania um “significado instituinte, que garante e alarga continuamente o escopo dos direitos, que afirma, acima de tudo, o direito a participar da definição e da gestão de novos direitos”<sup>33</sup>. O que pode acontecer tanto através da construção, junto ao Estado, de “espaços de poder compartilhado”<sup>34</sup> como através do exercício da cidadania em espaços não institucionais, na constituição de atores sociais a partir da organização de associações, movimentos, ONGs, grupos culturais, fóruns de debates etc.,

---

<sup>31</sup> BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império**. Brasília: Senado Federal/Editora UNB, 1978, p. 442.

<sup>32</sup> Constituição Política do Império do Brasil, artigos 90 a 95. In BUENO, *op.cit.* pp. 483-508.

<sup>33</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A. *op.cit.* p. 27.

<sup>34</sup> CARVALHO, Maria do Carmo A.A, *op.cit.*, p. 24.

visando não só a garantia de velhos e novos direitos sociais, civis, políticos ..., mas também incorporar à opinião pública temas e valores que se contraponham ao capitalismo.

Trata-se, assim, de um conceito que “desqualifica a proposta de construção de identidade a partir do mercado e da competitividade”<sup>35</sup> e que bate de frente com a concepção minimalista de democracia (redução “a um simples método para a constituição da autoridade pública”<sup>36</sup>) inerente ao conceito neoliberal.

Ou seja, trata-se de uma concepção que, no interior da sociedade, entre outros aspectos, dá primazia aos valores da solidariedade, ética, pluralismo, tolerância e respeito ao diferente, participação em coletivos e organização para a integração, sendo esta entendida tal como a definiu Paulo Freire:

*“A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transforma-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade. (...) O homem integrado é o homem Sujeito. A adaptação é assim um conceito passivo – a integração ou comunhão, ativo. Este aspecto passivo se revela no fato de que não seria o homem capaz de alterar a realidade, pelo contrário, altera-se a si para adaptar-se”<sup>37</sup>.*

---

<sup>35</sup> RUMMERT, *op.cit.* p. 15.

<sup>36</sup> BORÓN, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 67. Para Borón, democracia é igual a método + substância: “Fala-se de democracia ‘sem sobrenome’ quando na realidade estamos falando de ‘capitalismos democráticos’, em que o substantivo é o capitalismo e o adjetivo, a democracia” (Borón, *op.cit.* p. 69). Em outras palavras, a substância da democracia é a igualdade social: não há um “céu político” compatível com “a existência terrena de uma sociedade classista e profundamente desigual” (BORÓN, *op.cit.* p. 72).

<sup>37</sup> FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 7ª edição, p. 42.

#### 4.4. A “cibercidadania”

A “cibercidadania”, cidadania virtual, “netizenship” ou cidadania no ciberespaço<sup>38</sup> é um fenômeno de pouco mais de duas décadas<sup>39</sup>, o que justifica o caráter indefinido e confuso do conceito, usado muitas vezes como sinônimo de militância virtual ou ativismo on-line, democracia eletrônica, transpolítica<sup>40</sup>, cibercultura<sup>41</sup> ou comunidade virtual<sup>42</sup>.

Numa visão histórica restrita, pode-se dizer que a noção de cibercidadania vem ganhando contornos mais claros no decorrer de cada uma

---

<sup>38</sup> A palavra ciberespaço foi criada por William Gibson, no livro de ficção científica “Neuromancer”, em 1984. “No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. (...) Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Título original: *Cyberculture*, p. 92). Tem como característica principal ou “marca distintiva”, de acordo com Lévy, a codificação digital, “pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação ...” (Lévy, *op.cit.* pp. 92-93).

<sup>39</sup> RHEINGOLD, Howard A *comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996. Título original: *The Virtual Community*. ©: 1993. Tradução: Helder Aranha, p. 92. Segundo o autor, a USENET e o MUD (Multi-user dungeons) tiveram origem no meio universitário nos anos 1979 e 1980, passando a possibilitar “conversas públicas múltiplas sobre tópicos específicos, conversas essas não localizadas e não centralizadas num núcleo principal, mas sim espalhadas por todo o sistema”. Tiveram como precursor, no entanto, de acordo com Dertouzos (1997: 50), o sistema de computador que permitia compartilhamento de uso, criado por John McCarthy e Fernando Corbató, no início dos anos 60: “pela primeira vez, as máquinas permitiam a existência de uma comunidade de pessoas que centravam suas atividades num computador”.

<sup>40</sup> A transpolítica, no sentido dado por Eugênio Trivinho, refere-se “às intencionalidade, investimentos e atos, às relações, interações e articulações, aos acontecimentos e campos de força que se efetuam única e exclusivamente nas e pelas redes e, em especial, no e pelo cyberspace”. Cf. Eugênio Trivinho. *Redes – Obliterrações no fim de século*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998, p. 134.

<sup>41</sup> Cibercultura, segundo Lévy, é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, *op.cit.* p. 17).

<sup>42</sup> Comunidades virtuais, no conceito de Rheingold, “são os agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço” (Rheingold, 1996: 18). Para Lévy, o desenvolvimento das comunidades virtuais se apóia na interconexão, que é o primeiro princípio, o “imperativo categórico” da cibercultura. “Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LÉVY, *op.cit.* p. 127).

das fases atribuídas por R.U. Sirius<sup>43</sup> ao imaginário da cibercultura: 1ª) Conhecida como “nerdismo puro”, a primeira fase durou de 1976 a 1988 e “caracterizou-se por uma subcultura da informática que pregava que toda informação deve ser livre, que o ciberespaço é de todos e que os computadores devem ser acessíveis e de fácil utilização”; 2ª) Chamada de “tecno-anarquista”, a segunda fase, de 1989 a 1992, foi o período de “amadurecimento do ciberespaço e da celebração do caráter rizomático e anárquico da rede”; 3ª) A terceira fase, de 1992 a 1998, foi a do chamado “tecnoliberalismo, tendo como expoente a revista *Wired*, mostrando a força dos conglomerados do capitalismo pós-industrial e a entrada da Internet na era do comércio eletrônico (e-commerce, e-business, e-money)”; 4ª) De acordo com Sirius, a quarta fase, que durou apenas uma semana, de 12 a 19 de março de 1998, foi a do “tecno-realismo”, já superada, porque tratou-se de um movimento formado por aqueles que “sem querer aderir à crítica radical, mas reconhecendo certos benefícios das novas tecnologias, pretendem-se hoje realistas. Isso beira o tecno-surrealismo”; ou seja, para Sirius, o tecnorealismo nasceu e morreu pela desejo impossível de encontrar “uma linearidade em uma época hipertextual”<sup>44</sup>.

Mais do que entrar na polêmica entre “otimistas” (tecno-utópicos, promotores da euforia tecnológica) e “pessimistas” (taxados de neoluddites, contrários a esta euforia), no entanto, importa aqui abordar a matriz discursiva em que está centrada a cibercidadania: a regeneração das cidadanias locais e a

---

<sup>43</sup> R.U. Sirius, citado por: LEMOS, André. “O imaginário da cibercultura”. In *São Paulo em Perspectiva, Comunicação & Informação*, vol. 12, nº 4, out-dez/1998. São Paulo: Fundação Seade, 1998, p. 52.

<sup>44</sup> LEMOS, *op.cit.* p. 52.

geração de uma cidadania mundial<sup>45</sup>, a retomada do contrato social, a reconstrução da esfera pública, a recuperação dos valores da liberdade, igualdade, fraternidade... O que implica um re-visitare a dois espaços-tempos históricos: a *ágora* ateniense e os salões da burguesia “ilustrada” europeia do século XVIII.

Re-visitare a democracia grega porque os teóricos do ciberespaço, em sua maioria norte-americanos, carregam a chamada tradição “jeffersoniana”, e Thomas Jefferson, um dos fundadores dos Estados Unidos da América, defendia uma democracia direta e descentralizada, com uma intermediação mínima do Estado, uma democracia “de explícita inspiração grega”<sup>46</sup>. O que era utopia na época de Jefferson, no entanto, passa a ser possível com a telecomunicação digital: segundo M. Kapor, um dos fundadores da EFF (Electronic Frontier Foundation), citado por Maldonado, “a vida no ciberespaço parece desenvolver-se exatamente como Thomas Jefferson havia querido: fundada na primazia da liberdade individual e no compromisso com o pluralismo, a diversidade e a comunidade”<sup>47</sup>. Ou, como diz John Perry Barlow em sua “Declaração de Independência do Ciberespaço”, que contesta a Lei de Telecomunicações aprovada pelos EUA em 1996: “Nos Estados Unidos, vocês estão criando uma lei, o Ato de Reforma das Telecomunicações, que repudia

---

<sup>45</sup> Cf. “Declaração de Natal”, aprovada pelo Encontro dos Pesquisadores do Ciberespaço (1998).

<sup>46</sup> MALDONADO, Tomás. *Crítica de la razón informática*. Barcelona: Paidós, 1998. Título original: *Crítica della ragione informatica*. Tradução: Juan Carlos Gentile Vitale. © : 1997, p. 28.

<sup>47</sup> MALDONADO, *op.cit.* p. 29.

sua própria Constituição e insulta os sonhos de Jefferson (...). Esses sonhos precisam nascer agora de novo dentro de nós”<sup>48</sup>.

A democracia direta da Grécia antiga, enaltecida por Jefferson e seus discípulos, está relacionada com o surgimento do que se chama hoje “esfera pública” a partir da criação do alfabeto e da disseminação do hábito de leitura, como lembra Lévy: “O surgimento do alfabeto na Grécia antiga é contemporâneo ao aparecimento da moeda, da cidade antiga e, sobretudo, da invenção da democracia: tendo a prática de leitura se difundido, todos podiam tomar conhecimento das leis e discuti-las”<sup>49</sup>.

Na sociedade moderna, essa “esfera pública” (cenário “em que os cidadãos discutem e decidem assuntos de interesse coletivo”<sup>50</sup>) passou a ser construída a partir do século XVIII na Europa, baseada nos ideais rousseauianos de democracia:

---

<sup>48</sup> Barlow é co-fundador da EFF e lançou a proposta de “Declaração de Independência do Ciberespaço” em 8 de fevereiro de 1996. <http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>

<sup>49</sup> LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Título original: *L' intelligence collective. Pour une anthropologie du cyberspace*, pp. 59-60.

<sup>50</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 24.

*“Aqueles que liam e participavam de círculos ilustrados estabeleceram uma cultura democrática centrada na crítica racional. Mas as regras e os rituais de ingresso aos salões da burguesia democratizadora limitavam o debate sobre o interesse comum àqueles que podiam informar-se lendo, compreendendo o social a partir das regras comunicativas da escrita”<sup>51</sup>.*

À medida que mais e mais pessoas assimilavam a cultura letrada, ampliava-se essa “esfera pública burguesa” (assim como crescia também uma “esfera pública plebéia, informal, organizada por meio de comunicações orais e visuais mais do que escritas”<sup>52</sup>). No século XX, porém, com a chegada da mídia audiovisual, em especial do rádio (nos anos 30 e 40) e da televisão (nos anos 60), a “esfera pública” foi deslocada, amplificada e confiscada<sup>53</sup>, dando lugar à chamada “sociedade do espetáculo”<sup>54</sup>, a uma “reestruturação geral das articulações entre o público e o privado”, a um deslocamento do desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo: “foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos”<sup>55</sup>; maneiras que, entre outros fatores de influência, são intermediadas pelo consumo de bens simbólicos oferecidos pelos meios de comunicação de massa<sup>56</sup>.

---

<sup>51</sup> CANCLINI, *op.cit.* pp. 24-25.

<sup>52</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 25.

<sup>53</sup> LÉVY, *op.cit.* p. 129.

<sup>54</sup> Cf. DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Título do original: *La société du spectacle – Commentaires sur la société du spectacle*. Tradução: Estela dos Santos Abreu; e SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Título do original: *L'État Spectacle*. Tradução: Heloysa de Lima Dantas.

<sup>55</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 26.

<sup>56</sup> Este ponto será retomado na 2ª parte: Mídia e cidadania.

A cibercidadania surge, então, a partir das possibilidades abertas pelo ciberespaço, como expressão da “desejabilidade” de mudanças diante das conseqüências do rompimento do contrato social<sup>57</sup>, como resposta à necessidade de autonomia sentida pelos sujeitos sociais e à proposta de utilização da estrutura tecnológica para a promoção da (re) construção da “esfera pública”.

Neste contexto, falando sobre as comunidades virtuais, Rheingold afirma suspeitar de que “uma das explicações para esse fenômeno seja o desejo de comunidade que cresce em toda a parte no interior dos indivíduos, à medida que desaparecem cada vez mais os espaços públicos da vida quotidiana”<sup>58</sup>. Na mesma direção, Lévy pergunta se não daria para entrever hoje “uma nova complicação da própria noção de ‘público’, já que as comunidades virtuais do ciberespaço oferecem, para debate coletivo, um campo de prática mais aberto, mais participativo, mais distribuído que aquele das mídias clássicas?”<sup>59</sup>.

Esta, no entanto, é uma discussão possível apenas a partir da consideração de um precedente fundamental: a diferença – explicitada por Rousseau como marco distintivo da cidadania – entre as noções de “vontade de todos” (expressão da soma das vontades particulares/individuais) e “vontade geral” (expressão do interesse comum, ou seja, o interesse de todos e de cada

---

<sup>57</sup> Analisado no capítulo anterior.

<sup>58</sup> RHEINGOLD, *op.cit.* p. 19.

<sup>59</sup> LÉVY, *op.cit.* p. 129.

um exclusivamente na condição de integrantes do coletivo)<sup>60</sup>. Em outras palavras, o contrato social é algo única e exclusivamente ligado à associação de cidadãos, sendo estes apenas os indivíduos imbuidos de vontade geral.

Assim, estes conceitos constituem um divisor de águas, delimitando os campos tanto entre as concepções tradicionais de cidadania como atualmente entre duas concepções de cibercidadania. Uma delas é a que Rheingold chama de “contrato social de caráter informal e não escrito”, baseado “numa mistura de relacionamentos mais ou menos fortes estabelecidos entre pessoas com uma diversidade de motivações e associações efêmeras”<sup>61</sup>. Ou seja, não há a “vontade geral”, há a “vontade de todos”, e para que esta seja atingida basta a troca, que, envolvendo um círculo razoável de pessoas, se torna lucrativa:

*“É necessário dar para poder receber algo em troca. Ao invés de mandar as minhas fontes de informação para o ferro-velho virtual, há que pensar nos amigos e enviar-lhes apontadores para essas fontes, o que, aliás, não me consome muita energia, porque também tenho de filtrar toda a informação quando procuro a que me interessa; basta premir duas teclas para apagar a informação e três teclas para enviar a outrem. Existindo um ror de gente atenta aos meus interesses enquanto explora sectores do espaço de informação não freqüentados por mim, descubro que a ajuda recebida ultrapassa em muito a energia que despendo a auxiliar o*

---

<sup>60</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”. In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original: *Du Contrat Social*, pp. 52-53. Ver sobre este ponto a discussão feita na revisão histórica do conceito de cidadania, páginas 40 a 42.

<sup>61</sup> RHEINGOLD, *op.cit.* p. 78.

*próximo: um verdadeiro casamento de altruísmo e interesse próprio*<sup>62</sup>.

Trata-se, então, do que Dertouzos chama de “Mercado de Informação”. Para ele, o ciberespaço é um mercado e a informação “uma mercadoria útil, descomplicada, mais próxima dos bens e serviços do que das ideologias, capaz de ser aproveitada no nosso dia-a-dia”<sup>63</sup>.

Outra é a concepção de cibercidadania por parte daqueles que estão empenhados em satisfazer a “vontade geral”: desde o Movimento dos Sem Tela, o Comitê de Democratização da Informática (CDI) e a Associação para o Progresso das Comunicações (APC), que é composta por 25 redes membros e 40 redes conveniadas com a finalidade de prover conectividade eletrônica para ONGs de 130 países<sup>64</sup>, até movimentos sociais, sindicatos, associações, grupos culturais e ONGs que atuam na Internet e via Internet não visando diretamente a democratização da informação e comunicação ou mais especificamente reverter “o perigo de uma cisão da sociedade local e global em uma camada *on-line* e um proletariado *off-line*”<sup>65</sup>. Utilizam a rede como suporte

---

<sup>62</sup> RHEINGOLD, *op.cit.* pp. 78-79.

<sup>63</sup> DERTOUZOS, Michael L. **O que será: Como o novo mundo da Informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Título original: *What will be: How the new world of information will change our lives*. Tradução de Celso Nogueira, p. 45.

<sup>64</sup> A APC foi fundada, em 1990, a partir da articulação de sete redes: o Institute for Global Communications (IGC), fundado em 1987 com a fusão das redes PeaceNet, EcoNet, ConflictNet e LaborNet, todas dos EUA; a GreenNet, da Inglaterra, que, em 1987, começou a colaborar com o IGC; a NordNet (da Suécia); a Web (Canadá); a AlterNex (do Brasil); a Nicarao (da Nicarágua); e a Pegasus (da Austrália). As últimas cinco redes tornaram-se parceiras do IGC e GreenNet em 1989 (<http://www.apc.org/>). A APC, assim como as suas redes integrantes, desde as primeiras fundadas em 1982, têm o objetivo de enfrentar os problemas decorrentes do monopólio global dos meios de comunicação, que se concentram nas mãos de um número extremamente reduzido de indivíduos não dispostos “a ceder a utilização das suas redes de comunicação para a disseminação do tipo de informação habitualmente produzido pelas ONGs” (Rheingold, *op.cit.* p. 321).

<sup>65</sup> Christiano German, no texto “On-line – off-line: Internet e democracia na sociedade da informação” (1999), disponível no site <http://www.fes.org.br>.

do exercício da cidadania, visando o fortalecimento do poder dos movimentos sociais, entre outras razões, para: acessar informações, divulgar suas causas, fornecer informações ausentes nos meios de comunicação de massa, fazer denúncias, estabelecer uma comunicação horizontal e em tempo real com participantes e entidades parceiras, criar redes em nível global para enfrentar as poderosas empresas multinacionais, discutir reivindicações e elaborar posições comuns a serem levadas aos protestos e às conferências mundiais<sup>66</sup>.

Esta atuação “cibercidadã” vive em permanente queda de braço com a concepção neoliberal de cidadania (e de cibercidadania), buscando a reconstrução do sentido de bem comum, da esfera pública e da vontade geral, que, ao nível dos pressupostos de um regime geral de valores, “parece ter se transformado numa proposição absurda”<sup>67</sup>. E, neste embate, a democracia não é concebida apenas como método, pois, ficando neste nível, corre-se o risco de o empreendimento de esforços na realização da igualdade em direitos abstratos servir unicamente para compensar e manter a desigualdade socioeconômica. Ou seja, reconhece-se que os dispositivos técnicos atualmente encarnam os valores da liberdade, igualdade e fraternidade, como explica Lévy:

*“Na era das mídias eletrônicas, a igualdade é realizada enquanto possibilidade para que cada um emita para todos; a liberdade é*

---

<sup>66</sup> Toda a articulação contra o Acordo Multinacional de Investimentos (AMI) desde a chamada Rodada do Uruguai, realizada em 1986, (que incluiu na globalização quatro setores até então mantidos como prerrogativas nacionais: a agricultura, o setor de serviços, a propriedade intelectual e os investimentos comerciais), até as manifestações em Seattle (EUA) contra a “Rodada do Milênio”, em novembro de 1999, assim como a luta pela democratização da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os protestos em Washington quando da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), em abril de 2000, teria sido quase impossível sem a cibercidadania. Sobre atividades neste âmbito (global) ver ponto “O cidadão do mundo e o novo contrato social”, p. 127.

<sup>67</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. “Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 91.

*objetivada por meio de programas de codificação e do acesso transfronteiriço a diversas comunidades virtuais; a fraternidade, enfim, transparece na interconexão mundial*<sup>68</sup>.

Mas busca-se fundamentalmente a substância, o conteúdo da democracia, a realização destas maravilhas da RV na VR (da realidade virtual na vida real), uma vez que já era sabido pelos gregos e romanos antigos, assim como por Montesquieu e Rousseau, que “a igualdade é a alma da democracia”<sup>69</sup> e sem ela sucumbem a liberdade e própria condição do cidadão:

*“A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um ‘prato de lentilhas’, e um outro disponha da riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nestas condições, a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo*<sup>70</sup>.

#### **4.5. O cidadão do mundo e o novo contrato social**

A cidadania global tem como primeiro pressuposto o fato de que, “entre a sociedade nacional dos séculos XVIII e XIX e a sociedade global do século XX, há muitas diferenças qualitativas e não só quantitativas”<sup>71</sup>. Além de serem

---

<sup>68</sup> Pierre Lévy, *op.cit.* p. 245. Neste ponto, o autor defende que o ciberespaço pode ser “uma espécie de materialização técnica dos ideais modernos” e a evolução da informática “constitui uma impressionante realização do objetivo marxista de apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores”.

<sup>69</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: as formas de governo: a divisão dos poderes**. São Paulo: Saraiva, 1992. Tradução de Pedro Vieira Mota, p. 119. Sobre este ponto, ver págs. 35 e 36.

<sup>70</sup> BORÓN, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 70.

<sup>71</sup> IANNI, *op.cit.*p. 109.

outros os atores sociais e os laços de dependência no nível global, “os princípios de liberdade, igualdade e propriedade, organizados no contrato (social), em geral, operam em termos econômicos”<sup>72</sup>. Isto é, o “livre” jogo global do mercado impera sobre os princípios políticos e culturais, impondo condições sociais, econômicas, políticas e culturais aos indivíduos. As referências nas quais se alicerçava a construção da identidade social dos indivíduos (língua, religião, história, tradições, hinos, bandeiras e outros elementos culturais) “são complementadas, impregnadas ou redescobertas por padrões, valores, ideais, signos e símbolos de circulação mundial”<sup>73</sup>.

Neste sentido, Canclini fala em “comunidades internacionais de consumidores (...) que dão sentido de pertencimento quando se diluem as lealdades nacionais”<sup>74</sup>. Através da constituição destas “redes internacionais”, o acordo entre “produtores, instituições, mercados e receptores” conduz à situação de o setor hegemônico de uma nação se afinar com o de outra, assim como os setores populares passam a adotar o que Renato Ortiz chama de “cultura internacional-popular”<sup>75</sup>, composta por fragmentos de diferentes nações e promovida pelos mídia: “Sem deixar de estar inscritos na memória nacional, os consumidores populares são capazes de ler as citações de um imaginário multilocalizado que a televisão e a publicidade reúnem”<sup>76</sup>. O que, para Ramonet, trata-se do triunfo da *world culture*:

---

<sup>72</sup> IANNI, *op.cit.* p. 110.

<sup>73</sup> IANNI, *op.cit.* p. 113.

<sup>74</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 62.

<sup>75</sup> Citado por CANCLINI, *op.cit.* p. 63.

<sup>76</sup> CANCLINI, *op.cit.* p. 63.

*“Um estilo de vida semelhante se impõe de um extremo ao outro do planeta, (...) mesmos filmes, mesmas séries de televisão, mesmas informações, mesmas canções, mesmos slogans publicitários, mesmos objetos, mesmas roupas, mesmos carros, mesmo urbanismo, mesma arquitetura, mesmo tipo de apartamentos, muitas vezes mobiliados e decorados de maneira idêntica ...”<sup>77</sup>.*

A constituição do “cidadão do mundo”<sup>78</sup>, no entanto, ainda é algo incipiente, que começa a se definir no contexto da necessidade de contraponto ao rolo compressor dos dois novos paradigmas colocados: comunicação e mercado. Segundo Ramonet, estes paradigmas constituem os pilares do sistema PPII, quer dizer, um sistema que “estimula todas as atividades (financeiras, comerciais, culturais, midiáticas) dotadas de quatro qualidades principais: planetário, permanente, imediato e imaterial”<sup>79</sup>.

Na tentativa de indicar caminhos que levem à construção desta cidadania global, as propostas vão no sentido da “reconstrução ou reinvenção de um espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática”<sup>80</sup>; ou seja, trata-se de atender à exigência de estabelecimento de um novo contrato social:

*“É antes de mais um contrato muito mais inclusivo porque deve abranger não apenas o homem e os grupos sociais, mas também a*

---

<sup>77</sup> RAMONET, Ignácio (1998a). *Geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Título do original: *Géopolitique du chaos*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, p. 47.

<sup>78</sup> Expressão usada por IANNI no título de um capítulo de seu livro “A sociedade global” (IANNI, *op.cit.*, p. 107).

<sup>79</sup> RAMONET, *op.cit.* p. 67.

<sup>80</sup> SANTOS, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 109.

*natureza. Em segundo lugar, é mais conflitual porque a inclusão se dá tanto por critérios de igualdade como por critérios de diferença. Em terceiro lugar, sendo certo que o objetivo último do contrato é reconstruir o espaço-tempo da deliberação democrática, este, ao contrário do que sucedeu no contrato social moderno, não pode confinar-se ao espaço-tempo nacional estatal e deve incluir os espaços-tempos local, regional e global. Por último, o novo contrato não assenta em distinções rígidas entre Estado e sociedade civil, entre economia, política e cultura, entre público e privado. A deliberação democrática, enquanto exigência cosmopolita, não tem sede própria, nem uma materialidade institucional específica*<sup>81</sup>.

Mais que isso: trata-se de reconstituir, em escala mundial, a tensão entre democracia e capitalismo, concebendo a democracia como democracia redistributiva, ou, como deliberou o Fórum da Sociedade Civil para o diálogo Europa, América Latina e Caribe na “Declaração do Rio de Janeiro”, promovendo a ampliação e o aprofundamento da democracia participativa; o direito internacional à livre organização e negociação coletiva; o fim da exclusão social e da pobreza; a submissão da racionalidade econômica à justiça social; e o desenvolvimento sustentável dos países, “o que exige a proteção do meio ambiente e o aprofundamento e ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Santos, Boaventura de Souza, *op.cit.* p. 112.

<sup>82</sup> “Declaração do Rio de Janeiro” – documento aprovado pelos representantes de organizações sociais e sindicais que participaram do Encontro da Sociedade Civil para o Diálogo Europa, América Latina e

Assim, de acordo com estes princípios, entre os temas que têm merecido prioridade na pauta da esfera pública planetária, destacam-se:

- 1) A transparência e o “controle cidadão” das decisões da Organização Mundial do Comércio, através da reunião pública de seus grupos especiais e da consideração dos documentos e argumentos apresentados pela sociedade civil;
- 2) A submissão da OMC, em qualquer circunstância, ao Direito Internacional reconhecido (Direitos do Homem: Declaração de 1948 e Protocolos de 1966), aos Acordos Multilaterais sobre Ambiente (AME) e às convenções básicas da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- 3) A moratória de todas as negociações comerciais em andamento ou programadas, até que sejam adotadas as medidas relacionadas acima e que se faça, com ampla participação da sociedade civil, um balanço completo do sistema GATT/OMC;
- 4) A taxação das transações financeiras, reivindicando-se “a adoção de medidas (fim do sigilo bancário, espaço judiciário ou tribunal penal internacional) que visem a supressão dos paraísos fiscais”;
- 5) A anulação das dívidas externas dos países pobres ou em desenvolvimento;

---

Caribe, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 de junho de 1999, numa tentativa de contraposição à “cimeira” (Conferência de Chefes de Estado da Europa, América Latina e Caribe) realizada na mesma data, que “reduziu os povos de nossa região à condição de meros espectadores das decisões oficiais”. De acordo com o documento, sem transparência, participação e informação da opinião pública, “as declarações oficiais com relação a temas como educação, erradicação da pobreza, cooperação para o desenvolvimento e proteção dos direitos sociais, normalmente adotadas nos encontros governamentais, permanecem como letra morta, enquanto as negociações comerciais avançam segundo os interesses dos investidores e das corporações multinacionais”. O Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa, América Latina e Caribe faz parte da construção de uma articulação entre organizações sociais e sindicais do Brasil e demais países das Américas, denominada Aliança Social Continental. <http://www.attac.org> e <http://www.diplo.com.br>.

- 6) A retirada da saúde, educação, cultura, transportes e todos os demais serviços públicos de interesse geral da esfera de negociação da OMC;
- 7) A proteção da segurança alimentar dos povos e da agricultura familiar das decisões da OMC;
- 8) A proibição do patenteamento de seres vivos, sendo os recursos genéticos declarados bem comum da humanidade e os acordos da OMC subordinados ao respeito da biodiversidade;
- 9) A consideração da água como bem comum da humanidade, sendo protegida das lógicas de mercado;
- 10) O direito de cada país produzir em seu território os medicamentos essenciais, em particular aqueles que podem frear epidemias como a AIDS, a malária e a tuberculose<sup>83</sup>.

A dimensão e a complexidade dos problemas que desafiam o atual cidadão global, portanto, revelam a importância de desvendar – agora, mais do que nunca – uma relação que, embora intrínseca e fundamental, nem sempre tem merecido a devida atenção: a relação entre cidadania e meios de comunicação. Isso porque, a necessidade de uma intervenção qualificada e concomitante tanto na esfera pública local como na mundial, visando “uma

---

<sup>83</sup> Attac (1999). Esta lista de temas foi elaborada a partir das propostas arroladas nos documentos “Petição Internacional pelo Controle Cidadão da Organização Mundial do Comércio” e Documento final do Encontro de Paris (24 a 26/junho/99) da ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) – <http://www.attac.org/brasil/>

outra globalização<sup>84</sup>, torna o exercício da cidadania cada vez mais articulado à informação e à comunicação, como será tratado nos quatro capítulos da segunda parte deste trabalho.

---

<sup>84</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## PARTE 2

### MÍDIA E CIDADANIA

Examinar a relação entre meios de comunicação e cidadania torna-se imprescindível na medida em que ser cidadão vem implicando, cada vez mais, entre outros fatores:

- a) dispor de condições de se informar e se posicionar, em tempo real<sup>1</sup>, diante dos acontecimentos mundiais, pois a construção da autoconsciência (condição da soberania, pré-requisito da cidadania) não pode mais prescindir da compreensão e intervenção nos mecanismos de funcionamento da sociedade global<sup>2</sup>;
- b) agir coletivamente e de forma sincronizada no espaço-tempo local, regional, nacional e global, a partir da troca de informações<sup>3</sup> e do debate

---

<sup>1</sup> O “tempo real”, de acordo com Paul Virilio, sendo o tempo mundial único, é algo inigualável na história: “Toda a história da humanidade se faz nos tempos locais, de um país, de uma região. A história de amanhã, a história que começa hoje, se faz no tempo único, o tempo mundial, o tempo do imediato, aquilo que se chama ‘live’, ‘tempo real’. Para mim, isto comporta um trauma. O tempo real, o tempo mundial se sobrepõe e subordina o espaço real, o espaço-tempo local, o espaço-tempo da história” – VIRILIO, Paul. “A desconstrução da solidariedade: o império da técnica e do tempo imediato”. Entrevista para a revista eletrônica CaffèEuropa, em 15/01/00. In CEPATinforma, Ano 6, nº 59, 10/03/00. Curitiba: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat), 2000, pp. 2-9.

<sup>2</sup> IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 8ª edição, p. 115.

<sup>3</sup> Isso é fundamental porque, apesar de o “tempo real” possibilitar teoricamente o “conhecimento instantâneo do acontecer do outro”, de acordo com Milton Santos, “a informação instantânea e globalizada

dos diversos pontos de vista sobre os processos envolvidos na mundialização, o que favorece a proposição de soluções aos problemas e de alternativas à “articulação pelo alto” da aldeia global (“desde centros decisórios desterritorializados”<sup>4</sup>);

- c) dominar o sistema técnico (hoje unificado pela técnica da informação) e passar a utiliza-lo de forma ativa, pois disso depende a autoconstrução de cada indivíduo e/ou grupo como sujeito de enunciação/ator social, abandonando a passividade diante da imposição dos “objetos técnicos” como “correias de transmissão dos objetivos dos atores hegemônicos da cultura, da política, da economia ...”<sup>5</sup>.

A apreensão dos diversos aspectos envolvidos na relação entre mídia e cidadania – dois fenômenos por natureza e historicamente ligados – depende primeiramente, no entanto, de resgatar alguns momentos de uma história que foi, desde o seu início, marcada pelo embate entre liberdade de expressão e controle dos meios de comunicação por detentores do poder e entre multiplicidade e monopólio. Com isso, busca-se subsidiar a discussão, feita no último ponto do quinto capítulo, das tendências atuais de concentração de toda a área de comunicação em mega-corporações (que passam a monopolizar o controle da infraestrutura das telecomunicações, a produção de hardware e software e a provisão de conteúdo).

---

por enquanto não é generalizada e veraz”, pois é intermediada pelas grandes empresas da informação – SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 28.

<sup>4</sup> IANNI, *op.cit.*, p. 116.

<sup>5</sup> SANTOS, Milton. (1997a). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 114.

No capítulo 6, um apanhado de momentos históricos considerados importantes no desenvolvimento da relação entre mídia e cidadania no Brasil tem o objetivo de levantar indicadores das especificidades a partir das quais circunscreve-se, nesta dissertação, a discussão do uso da Internet. E, no capítulo 8, tem lugar a apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa das informações sobre a cidade de Curitiba veiculadas por *sites* jornalísticos, o que é precedido por uma discussão sobre os limites e as possibilidades do chamado “infojornalismo” (Capítulo 7).

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE



## **5. Monopólio X liberdade de expressão**

A história dos meios de comunicação é a história da luta pelo poder – o poder de o cidadão controlar o Estado (como dizia Aristóteles, “cidadão é o homem que detém um certo poder”<sup>1</sup>) e o poder de o Estado controlar os cidadãos; o poder de Estado e cidadãos utilizarem a informação e o conhecimento para o controle das adversidades e melhoria das condições de vida; o poder da liberdade de expressão no combate ao autoritarismo, à corrupção, às injustiças sociais, ao desrespeito a direitos, aos preconceitos e discriminações etc; o poder econômico e político dos proprietários dos meios de comunicação e, mais ainda, dos monopólios sobre a sociedade; o poder de grupos e classes sociais lutarem pela hegemonia na sociedade e o poder de os poderosos perpetuarem sua hegemonia; o poder dos indivíduos e países que possuem e/ou dominam as tecnologias de comunicação e informação sobre os demais indivíduos e países etc.

### **5.1. Vício de origem**

Mais do que construção histórica, porém, a relação entre meios de comunicação, disputa de poder e exercício da cidadania caracteriza-se pela inerência da ligação entre estes fenômenos, como se observa desde o mito da

---

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Hemus, 1966. Tradução de Torrieri Guimarães, p. 80.

introdução do alfabeto fonético na Grécia, segundo o qual o rei Cadmo semeou os dentes do dragão e deles germinaram homens armados:

*“E não deixa de ser natural e adequado que a força das letras, como agentes da ordem e precisão agressivas, seja considerada como extensão dos dentes do dragão. Os dentes são claramente visuais em sua ordem linear. As letras são como os dentes, não só visualmente; seu poder de dotar de dentes o negócio da construção de impérios é manifesto em nossa história ocidental”<sup>2</sup>.*

Com a escrita, surgem os registros, os anais, os arquivos, a organização rigorosa do pagamento de impostos, a ordenação dos indivíduos sobre o território e a possibilidade de o Estado tentar “de todas as maneiras congelar, programar, represar ou estocar seu futuro e seu passado”<sup>3</sup>.

Por outro lado, com a difusão da prática de leitura, os cidadãos passam a tomar conhecimento das leis e a discuti-las, assim como passam a ter a possibilidade de fiscalizar o funcionamento do Estado. Através dos *Acta diurna populi romani*, precursores do jornal, por exemplo, Júlio César – que assumiu o consulado em Roma no ano de 69 a.c, pretendendo tornar-se ditador – expunha os dissídios e conflitos internos do Senado, conseguindo o seu objetivo: desmoralizar esta instituição perante os cidadãos romanos. Segundo Rizzini, “deve-se a esse subalterno propósito uma iniciativa que o andar dos séculos erigiria em direito fundamental dos povos: o exame e a crítica das

---

<sup>2</sup> MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1998. 10ª edição. © 1963. Título original em inglês: *Understanding Media: The Extensions of Man*. EUA, McGraw-Hill Book Company, 1964. Tradução: Décio Pignatari, p. 102.

<sup>3</sup> LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. Título original: *Les technologies de l'intelligence*. © 1993. Tradução de Carlos Irineu da Costa, p. 88.

resoluções do Estado”<sup>4</sup>. Estas *Actas urbanas* eram inicialmente escritas em tábuas e expostas no Fórum; mas logo passaram a circular “dentro e fora da metrópole por meio de cópias particulares” e, não muito tempo depois, distribuíam-se cópias em papiro. Na contraposição do caráter oficial e tendencioso das *Actas* vinham as cartas, que eram lidas, comentadas, transcritas e, algumas delas, afixadas em praças públicas<sup>5</sup>. Assim, durante cerca de quinhentos anos, a leitura destes dois tipos de publicações e sua discussão nas praças públicas fundamentou o exercício da cidadania: “... à tarde, gente de todas as condições ali acorria para fiar conversa, conferir projetos e criticar o governo”<sup>6</sup>.

Com a transferência da capital do Império para Bizâncio, passaram-se mil anos até que ressurgissem os *diurnais*, através das epístolas-circulares e das gazetas quinhentistas, que circulavam em tiragens manuscritas, mas “nem eram diárias, nem contínuas, nem tão variadas quanto as *actas urbanas*”<sup>7</sup>.

Na Idade Média – “por força a idade da palavra falada: os poucos indivíduos que sabiam escrever não tinham como nem a quem faze-lo”<sup>8</sup> – a informação voltou a circular “de boca em boca”, através da poesia narrativa e do canto dos troveiros e jograis, como relata Menéndez Pidal: “o canto era o meio de propagar a notícia dos sucessos coetâneos, sendo tal publicidade cuidadosamente fomentada pelos poderes públicos”<sup>9</sup>. Isso no mundo cristão,

---

<sup>4</sup> RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1945, pp. 12-13.

<sup>5</sup> RIZZINI, *op.cit.* p. 17.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>9</sup> Citado por RIZZINI, *op.cit.* p. 21.

onde os primeiros periódicos manuscritos surgiram (ou ressurgiram) somente durante o Renascimento, pois na China a impressão tabular ou xilográfica existia desde o século IX e, no século seguinte, a tipografia já estava em pleno funcionamento, sendo a folha palaciana *King-Pao* provavelmente a mais antiga do planeta<sup>10</sup>.

No Ocidente, a tipografia traz a possibilidade de universalização da educação, sendo o livro “a primeira máquina de ensinar e também a primeira utilidade produzida em massa”<sup>11</sup>. E traz também o nacionalismo, pois a impressão – caracterizada pela uniformidade e repetibilidade – promove a homogeneização de extensas regiões, conseguindo “a unificação política das populações por meio de agrupamentos vernáculos e lingüísticos”, transformando “cada idioma em meio de massa extensivo”<sup>12</sup>.

Mas o noticiário surge manuscrito – paralelamente à impressão de livros, também no século XV –, a partir da sede de informações ocasionada pelo Renascimento, Reforma, grandes navegações e descobertas no “novo continente” e, principalmente, a partir das exigências administrativas dos novos Estados modernos<sup>13</sup>. E se mantém em circulação – à margem dos periódicos impressos – até meados do século XIX, alimentando uma “literatura ambulante popular” de grande importância política, pois exercia “uma influência muitas vezes mais determinante que a da imprensa”<sup>14</sup>. Isto porque

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>11</sup> Mc LUHAN, *op.cit.* p. 199.

<sup>12</sup> Mc LUHAN, *op.cit.* p. 202.

<sup>13</sup> TERROU, Fernand e ALBERT, Pierre. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 4.

<sup>14</sup> TERROU e ALBERT, *op. cit.* p. 6.

“a instalação de oficinas tipográficas era dispendiosa e sua produção censurada”<sup>15</sup>.

*“... o primeiro incunábulo, a Bíblia de 42 linhas, é de 1456, o primeiro jornal impresso, o ‘Nieuwe Tijdinghen’, de 1605, e do segundo quartel do quinhentismo o primeiro jornal manuscrito. Aparente absurdo, explicável pela clandestinidade a que a perseguição dos governos condenou os primórdios do jornalismo e pelo elevado preço dos trabalhos tipográficos. Da comparação das datas verifica-se terem sido os correios, e não a tipografia, a determinante do periodismo”<sup>16</sup>.*

A censura à imprensa nasce, assim, antes da própria imprensa, ou seja, enquanto esta ainda estava em gestação; assim como o monopólio da mídia nasce antes da existência de veículos de comunicação concorrentes e o controle do Estado sobre os meios de comunicação é imposto antes de a comunicação se tornar efetivamente social através dos meios. As primeiras gazetas periódicas impressas começaram a circular somente no final do século XVI e início do século XVII, mas os censores tiveram suas funções oficializadas já em 1524, na Alemanha, em 1537, na França, e em 1586, na Inglaterra<sup>17</sup>, para atuarem sobre as “folhas volantes”, pasquins e “libelos” – todos editados em números avulsos ou com periodicidade irregular: “Nada saía dos prelos sem

---

<sup>15</sup> RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense e Olho D’Água, 1994, p. 20.

<sup>16</sup> RIZZINI, *op.cit.* p. 42.

<sup>17</sup> TERROU e ALBERT, *op. cit.* p. 6.

exames, beneplácitos e privilégios: nem livros, nem opúsculos, nem papéis volantes – nada. Nada e ainda menos notícias, absolutamente proibidas”<sup>18</sup>.

Ilustrativo do fato de a imprensa já ter nascido sob o conflito em torno da liberdade de expressão e do monopólio é o caso da França, onde o primeiro semanário (*Nouvelles ordinaires de divers endroits*, de Louis Vendosme) começou a circular em janeiro de 1631 e, em maio do mesmo ano, foi absorvido pela *Gazette de France*, de Théophraste Renaudot:

*“Renaudot lançou a sua Gazette em concorrência com Vendosme, mas graças ao apoio de Richelieu obteve para ela, em outubro de 1631, um privilégio confirmado em 1635 que lhe assegurava o ‘direito de fazer imprimir e vender por intermédio de quem lhe aprouver as gazetas de notícias e relatos de tudo o que aconteceu e acontece dentro e fora do reino, conferências, preços correntes das mercadorias e outras impressões das ditas agências (de informações), perpetuamente e enquanto as ditas gazetas de notícias ... tiverem curso neste dito reino, com a exclusão de quaisquer outras pessoas”*<sup>19</sup>.

Ou, como relata Schwartzberg: “a *Gazette de France* se transforma numa coletânea quase oficial de informações e artigos de propaganda, contando com a contribuição pessoal de Luís XIII e Richelieu. Ocultos sob pseudônimo”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> RIZZINI, *op.cit.* p. 66.

<sup>19</sup> TERROU e ALBERT, *op. cit.* p. 8.

<sup>20</sup> SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Título do original: *L’État Spectacle*. Tradução: Heloysa de Lima Dantas, p. 162.

Somando-se, então, à ligação intrínseca entre meios de comunicação e cidadania, este vício de origem – combinação de monopólio (no início estatal, depois privado, como se verá mais adiante), censura e investimento oficial –, perpassa toda a história da imprensa, chegando até os dias atuais, porque governar, sob qualquer regime<sup>21</sup>, é também e principalmente convencer, seja através da conquista da opinião pública para as próprias teses, seja através da ocultação das críticas e teses adversárias, da omissão e manipulação de informações ou de uma conjugação de todas estas estratégias.

Controle político de um lado, luta por liberdade de expressão de outro: um embate que acaba por acelerar o desenvolvimento da imprensa, que ganha a denominação de “o quarto poder” na Inglaterra do final do século XVIII<sup>22</sup>. Neste período, embora em outros países a imprensa ainda permanecesse passiva, submetida ao controle dos governos, informando “sem de fato questionar e deixando para a literatura tradicional a tarefa de combater”<sup>23</sup>, na Inglaterra o jornalismo político despontava, sustentado no interesse dos leitores pelas notícias políticas, pelas idéias liberais em ascensão e pelo caráter panfletário de muitos periódicos.

Mas é a Revolução Francesa que vem, mais do que qualquer outro fator, abrir uma brecha nas grades em que a ferrenha vigilância dos governos encerrava a imprensa. A partir de então, intercalam-se períodos em que os

---

<sup>21</sup> SCHWARTZENBERG (*op.cit.* p. 162) diz que “numa democracia, governar é convencer”. Mas, dada a histórica relação de promiscuidade existente entre o poder e a mídia, relatada pelo próprio Schwartzenberg e por outros autores (como se verá no decorrer deste texto), pode-se estender a afirmação para os demais regimes políticos.

<sup>22</sup> “Engajada na luta política desde o século XVII, ela mereceu ser chamada, por Burke, em 1787, de o quarto poder” (TERROU e ALBERT, *op.cit.* p.12).

<sup>23</sup> TERROU e ALBERT, *op.cit.* p.13.

princípios da liberdade de expressão são trazidos à tona e períodos em que eles parecem naufragar sem deixar vestígios.

*“... a Revolução, pela primeira vez, definiu e colocou em prática por algum tempo os grandes princípios da liberdade de imprensa que iriam, durante todo o século XIX, servir como programa para as reivindicações dos jornalistas de todo o mundo. Ainda hoje o artigo XI da Declaração dos Direitos do Homem de 26 de agosto de 1789<sup>24</sup> (...) continua sendo a proclamação mais notória do princípio da liberdade”<sup>25</sup>.*

Nos EUA, a chamada “Primeira Emenda” da Constituição (o “mais sagrado documento na quinta-essência da democracia”) passa a garantir a liberdade de expressão, dando a entender que “a diversidade de expressão fosse o estado natural de uma liberdade duradoura”. Mas, desde então, os princípios fundadores da economia americana foram se combinando com as inovações tecnológicas e engendrando “um novo tipo de autoridade central para a informação – a corporação nacional e multinacional”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> “A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão, portanto, pode falar, escrever e imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei” (Declaração dos Direitos do Homem, 26 de agosto de 1789, artigo XI).

<sup>25</sup> TERROU e ALBERT, *op.cit.* p. 21.

<sup>26</sup> BAGDIKIAN, Bem H. **O monopólio da mídia**. São Paulo: Página Aberta, 1993. Título original: *The media monopoly*. Tradução: Maristela M. de Faria Ribeiro, p. 15.

## **5.2. Mercado de informação e espetacularização da política**

A transformação do jornalismo político em indústria cultural tem início nos EUA em meados do século XIX, a partir das mudanças na economia, na política e na sociedade em geral, que são as mesmas ocorridas neste período também em toda a Europa: ampliação do acesso à instrução (por exemplo, na França, o número de alfabetizados atingia 30% da população no século XVIII, 60% em 1860 e 90% em 1890<sup>27</sup>), a democratização da política, a urbanização crescente, o desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação (o telégrafo elétrico foi criado por Morse, nos EUA, em 1837), a evolução nas técnicas de fabricação (invenção de tinta para impressão rápida de jornais em 1818, da prensa mecânica em 1811, da prensa a vapor em 1814, das rotativas entre 1860 e 1870, a composição em linotipo em 1884, a impressão heliográfica de ilustrações em 1895<sup>28</sup> etc.), a redução do preço dos exemplares (5 centimos na França, 1 pênì na Inglaterra, 1 cent nos EUA), o surgimento das agências de notícias (Havas em 1835, Associated Press em 1848, Wolff em 1849 e Reuter em 1851) e a ampliação do investimento dos empresários em publicidade. O grande marco destas mudanças, nos EUA, acontece ainda na primeira metade do século XIX:

*“Até os anos 1830, os jornais americanos prestavam serviços ou a partidos políticos ou a alguma atividade de negócio. Depois deles,*

---

<sup>27</sup> RIBEIRO, Jorge Claudio, *op.cit.* pp. 26-27.

<sup>28</sup> TERROU e ALBERT, *op.cit.* pp. 30-3 e 51-3.

*os jornais passaram a vender um produto (a notícia) a um público e a vender o seu público a anunciantes interessados em aumentar a venda de seus próprios produtos*<sup>29</sup>.

Esta “revolução” no jornalismo americano, que levou “ao triunfo da notícia sobre o editorial”, realizou-se como causa e consequência da transformação dos EUA “de uma república mercantilista ainda calcada em valores aristocráticos em uma democracia de mercado igualitária, onde o dinheiro tinha um novo poder, o indivíduo uma nova postura e a busca do auto-interesse uma nova honra...”<sup>30</sup>. Ou seja, ao mesmo tempo em que o jornalismo de mercado é resultado de uma transformação geral na sociedade, também contribuiu decisivamente para a constituição desta sociedade de mercado. E isto aconteceu de três formas, segundo Lins da Silva:

*“... com os anúncios, ampliaram a oferta de bens de consumo e incentivaram a produção e venda desses produtos; ao se transformarem eles mesmos em produto de consumo de massa, abriram uma nova frente de negócios e de mobilização e acumulação de capital; como vendedores de informações lidas por milhares de pessoas, se converteram em poderosos agentes veiculadores de ideologia, ajudando a construir a hegemonia cultural dos valores do livre mercado*<sup>31</sup>.

Com isso, são desencadeados três movimentos que vão marcar a atuação da mídia e a realização da democracia, em todo o mundo, do começo

---

<sup>29</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991, p. 61.

<sup>30</sup> Michael Schudson, citado por SILVA, *op.cit.* pp. 61-62.

<sup>31</sup> SILVA, *op.cit.* p. 62.

ao fim do século XX: a consolidação dos valores da liberdade de imprensa e da objetividade como dois princípios fundadores do modelo americano de jornalismo, que passa a influenciar práticas jornalísticas nos mais diversos lugares do mundo; a concentração dos veículos nas mãos de um número cada vez menor de proprietários, que passam a ter um nível de participação cada vez maior nos conglomerados da mídia mundial; e a maximização do funcionamento dos mecanismos geradores da “sociedade-espetáculo” e da “política-espetáculo”.

Liberdade de imprensa e objetividade: Do ponto de vista do exercício da cidadania, a liberdade absoluta de imprensa nos EUA, apesar do alarde em forma de polêmicos debates diante das medidas restritivas tomadas algumas vezes pelo governo Federal<sup>32</sup> e autoridades estaduais, não passa de artifício ideológico, pois “na sociedade capitalista não há liberdade de imprensa, mas sim de empresa”<sup>33</sup>. Quanto à objetividade (“textos desadjetivados, contidos, com vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade”<sup>34</sup>), mesmo que a maioria dos jornalistas e dos veículos americanos afirme acreditar na sua possibilidade, levando a população também a aceitar esta hipótese como razoável, é evidente que trata-se de algo impossível, já que, “ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos

---

<sup>32</sup> “Em 1798, por exemplo, o Congresso americano desrespeitou a Primeira Emenda ao aprovar duas leis contra a sedição que permitiam sanções contra qualquer pessoa que escrevesse, imprimissem ou manifestasse idéias que pudessem levar o Congresso, o governo ou as Forças Armadas a uma ruptura. Houve até condenados por essas leis. Mas elas eram tão impopulares que foram um dos principais temas da campanha de Thomas Jefferson à Presidência da República”. Na década de 1980, Ronald Reagan “resolveu impedir a presença de jornalistas na operação militar americana contra Granada, essa decisão teve o apoio da absoluta maioria da população” (Lins da Silva, *op.cit.* pp. 93-94).

<sup>33</sup> SILVA, *op.cit.* p. 89.

<sup>34</sup> SILVA, *op.cit.* p. 101.

e emoções”<sup>35</sup>. Antes, porém, trata-se de algo constituído historicamente em função da publicidade de massa, como ressalta Bagdikian, pois, para conseguir mais anúncios, era preciso “atrair leitores de todos os credos políticos” e, por outro lado, uma diretriz editorial mais moderada “interessava aos grandes anunciantes que, por sua vez, não apreciavam pontos de vista liberais ou esquerdistas que pudessem questionar o papel do grande capital”<sup>36</sup>. Desta forma, a resposta foi a técnica da “objetividade”, o que obviamente teve as suas conseqüências:

*“Na realidade, os noticiários americanos, sob o império dessa doutrina, tornaram-se cada vez mais conservadores, não verdadeiramente neutros e, muitas vezes, destituídos de significado. Ela levou os jornalistas da mídia padrão a procurar temas ‘seguros’, politicamente neutros, como crimes e desastres naturais, e atrasou por décadas o exame inteligente das causas dos eventos. (...) Ela deu ao modelo dos noticiários americanos uma tendência profundamente pró-establishment ...”<sup>37</sup>.*

Constituição de monopólios: Apesar de o monopólio ter se tornado regra nos EUA apenas depois da Segunda Guerra Mundial, quando “a publicidade de massa passou a destruir sistematicamente os jornais diários”<sup>38</sup> locais, no início do século alguns indícios desta tendência já se evidenciavam: em 1910 havia 13 “cadeias de jornais”, que reuniam “ao todo 63 diários, e as mais

---

<sup>35</sup> Folha de São Paulo. **Novo Manual da Redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992, p. 19.

<sup>36</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 160.

<sup>37</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 161.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 216.

importantes eram a de Hearst e a do grupo Scripps-Mac Rae-Howard<sup>39</sup>; e, “em 1960, a competição entre jornais locais já desaparecera em 97% das cidades americanas”<sup>40</sup>. O mesmo acontece na área de rádio, TV, cinema, vídeo, revistas, publicação de livros, gravadoras etc., por exemplo:

*“... a propriedade concentrada já estava nos genes da radiodifusão corporativa. A indústria começou como um cartel privado em 1919, quando se formou a Radio Corporation of América – RCA (Corporação de Rádio da América) – como um “monopólio guarda-chuva” sob o qual a General Electric, a Westinghouse, a AT&T e a United Fruit Company concordaram dividir entre si o novo e emergente mercado de radiodifusão”<sup>41</sup>.*

A partir daí, num acelerado movimento de concentração, através de fusões, compras, tomadas de controle acionário etc., toda a mídia (de massa ou não) tanto dos EUA como da maioria dos demais países, se move “em direção a um controle rígido exercido por um punhado de enormes corporações multinacionais”<sup>42</sup>, como se verá no item 5.3 deste capítulo.

Espetacularização das relações sociais e políticas: Desde que a sociedade se tornou numerosa ao ponto de deixar de ser possível a cada

---

<sup>39</sup> TERROU e ALBERT, *op.cit.* p. 58.

<sup>40</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 238.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>42</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 23. O autor refere-se exclusivamente à mídia dos EUA, mas, em seu livro, publicado em 1990, trabalha com dados pesquisados até setembro de 1988. Não avalia, portanto, a extensão do movimento detectado nos EUA ao mundo todo, através da integração das telecomunicações com a informática verificada a partir da consolidação da tecnologia digital, principalmente na segunda metade da década de 90. Dados atualizados permitem afirmar que se trata de um movimento mundial, obviamente com frequência liderado pelas corporações da mídia dos EUA, o que será melhor discutido no ponto 5.3. deste capítulo.

cidadão “sem esforço conhecer todos os demais”<sup>43</sup> e complexa ao ponto de não ser mais possível inteirar-se de todos os fatos de interesse público na praça pública, o exercício da cidadania passou a ser moldado e limitado pelos mecanismos de funcionamento das grandes máquinas produtoras de informações e imagens. Mas é principalmente no século XX que a realidade é transformada em imagens e as imagens em realidade, passando a mediar a relações sociais. Ou, como explica Guy Debord: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. (...) Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. (...) É o modelo atual da vida dominante na sociedade”<sup>44</sup>. Isto se dá, entre outros fatores, pelo ajuste cada vez maior do noticiário à idéia de que a única regra do jornalismo deve ser a “conquista do mercado pela adulação do consumidor”<sup>45</sup>. Com a criação da sociedade do entretenimento ou “sociedade do espetáculo”, a realidade vai se artificializando “pelo noticiário glamourizado que faz e desfaz personagens e assuntos da noite para o dia”<sup>46</sup>. O ritmo frenético dos acontecimentos transmitidos faz da realidade um show, superficializando o sentido dos fatos, impedindo a reflexão e a compreensão dos fenômenos. Ao mesmo tempo, a política ganha a sua própria “indústria de

---

<sup>43</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”. In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original: *Du Contrat Social*, p. 91. A citação refere-se a um dos pré-requisitos da democracia indicados por Rousseau. Os outros são: um Estado muito pequeno, uma grande simplicidade de costumes e “bastante igualdade entre as classes e fortunas”.

<sup>44</sup> DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Título do original: *La société du spectacle – Commentaires sur la société du spectacle*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Escrito em 1963 e lançado pela primeira vez em Paris, em 1967, pela editora Buchet-Chastel, o livro é composto de 221 teses. Em 1988, o autor acrescentou 33 novas teses, sob o título “Comentários sobre a sociedade do espetáculo”. Os trechos aqui citados fazem parte da tese nº 4 e tese nº 6.

<sup>45</sup> SILVA, *op.cit.* p. 24.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

espetáculos”<sup>47</sup>, com a construção de imagens se sobrepondo ao fornecimento de informações e substituindo o debate político, o confronto de idéias e a comparação de argumentos e programas, assim como desfavorecendo o desenvolvimento da capacidade de julgamento baseada em critérios e convicções político-ideológicas. Esta indústria se constitui quando, nos bastidores, a cena política passa a ser dirigida pelos princípios da publicidade:

*“Porque também os líderes desejam dirigir os apelos mais adequados à sua clientela eleitoral. Por conseguinte, eles ordenam que se investiguem da mesma maneira os móveis inconscientes da ‘compra política’; mandam, portanto, fazer sondagens das profundezas do ‘desejo’ político, para melhor influenciar os consumidores de ‘produtos’ políticos”<sup>48</sup>.*

O efeito sobre a cidadania desta construção de “imagem ou personalidade” dos produtos políticos (candidatos a cargos no Poder Legislativo e Executivo, plataformas eleitorais, projetos, emendas constitucionais, propostas específicas ou posições ideológicas de longo alcance) para a venda tal qual um sabão Ivory<sup>49</sup>, amplia-se na medida em que a publicidade de massa impõe a constituição de monopólios na mídia e estes andam de mãos dadas com os mandatários dos países e das instituições internacionais.

---

<sup>47</sup> SCHWARTZENBERG, *op.cit.* p. 215.

<sup>48</sup> SCHWARTZENBERG, *op.cit.* p. 218.

<sup>49</sup> Após ter feito a “investigação motivacional” encomendada pela sociedade do sabão Ivory, Ernest Dichter constatou: “O sabão não era avaliado tanto pelo preço, pela aparência, pela espuma ou pela cor e sim pelo conjunto dessas qualidades somadas a outra, imponderável e quase evanescente e que eu denominei ‘personalidade do sabão’” (SCHWARTZENBERG, *op.cit.* p. 217).

### **5.3. Do mercado ao monopólio**

De acordo com a clássica teoria da oferta e da procura, “o sucesso no mercado atrairia automaticamente novos vendedores que, por sua vez, baixariam os preços e impediriam que os já estabelecidos aumentassem-nos para explorar a alta dos negócios”<sup>50</sup>. Mas, com o início da fabricação de produtos complexos – “impossíveis de serem diretamente julgados pelo consumidor médio” – e da publicidade de massa, esta teoria se evapora:

*“Se um produto não preenche as expectativas ou é muito caro, uma grande campanha publicitária reduz a probabilidade de que um novo competidor entre em cena. O direcionamento emocional dos anúncios pode desviar a atenção do consumidor para longe das características repugnantes do produto; uma campanha pode varrer o campo antes que um outro concorrente (sem publicidade) alcance aprovação”<sup>51</sup>.*

Bagdikian explica que o processo publicitário de massas não só ajuda a esmagar os pequenos comerciantes e produtores em geral como conduz ao monopólio da mídia, eliminando veículos concorrentes. O preço de um anúncio num veículo de grande tiragem ou audiência é maior do que o preço do mesmo anúncio num veículo de pequena repercussão, embora o preço unitário por consumidor atingido pelo primeiro acabe sendo consideravelmente menor. Assim, o mecanismo de funcionamento da publicidade de massa prejudica

---

<sup>50</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 178.

<sup>51</sup> *Ibidem.*

duplamente o pequeno produtor ou comerciante: 1º) porque ele não pode pagar os preços de uma grande tiragem ou audiência e acaba pagando mais (num veículo de menor alcance) para ter um acesso menor aos consumidores; 2º) os grandes anunciantes conseguem bons descontos no preço da veiculação de seus anúncios, o que os leva a terem de somar um custo menor de publicidade ao preço final de seus produtos, que se tornam, assim, mais competitivos no mercado. Já os veículos de comunicação, quanto maiores mais beneficiados se tornam pela publicidade de massa, pois, com a receita cada vez maior, podem investir sempre mais “no pessoal das vendas, no editorial e na promoção da circulação”<sup>52</sup>.

Nem estes mecanismos, nem a consolidação de monopólios na área de informação e comunicação, no entanto, constituem novidade: “a inibição da competição como função da publicidade já era reconhecida nos primórdios da Revolução Industrial”<sup>53</sup>. O que ocorreu nos dois séculos seguintes foi o desenvolvimento do que já estava engendrado (nas sociedades industriais) e o aprofundamento das suas conseqüências, que só não foram maiores antes da década de 1980 por conta do papel de regulamentação/restricção desempenhado pelo Estado. Nos EUA, por exemplo, no final do século XVIII, quando “a produção em massa de bens cresceu além da capacidade de consumo, (...) os anunciantes gastavam, em média, US\$ 28,39 por ano, por família, incitando as pessoas a comprarem bens e serviços” e, em 1980, “já gastavam 691 dólares por família”<sup>54</sup>. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a

---

<sup>52</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* pp. 154 e 179.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 144-145.

tendência à concentração da mídia: por exemplo, em 1900, nos EUA, havia 1.737 centros urbanos e 2.226 jornais diários; em 1950, o número de cidades tinha quase triplicado, passando para 4.700, mas o número de jornais diários tinha se reduzido para 1.900; e, em 1980, havia 8.765 cidades e apenas 1.745 jornais diários <sup>55</sup>.

A novidade se apresenta, na década de 80, com as mudanças na forma de atuação do Estado e redução da sua intervenção, a partir do estabelecimento das políticas econômicas liberais<sup>56</sup> nos países do capitalismo central<sup>57</sup>, o que tem como desdobramento, na área de comunicação, medidas desregulamentadoras, liberando uma corrida desenfreada tanto no sentido específico da concentração de propriedade como na direção geral do que passou a ser chamado genericamente de “convergência”. Isto é, a novidade se configura com a reorganização do capitalismo como modelo hegemônico – para sair das sucessivas crises enfrentadas desde a década de 70 –, que se realiza sustentada pela tecnologia e a partir de um movimento amplo de convergências, como será visto mais adiante.

Assim, a legislação da área de radiodifusão dos EUA, por exemplo, impedia que uma companhia possuísse mais do que sete estações de rádio e

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, pp. 214 a 216.

<sup>56</sup> HERSCOVICI, Alain. “Convergências tecnológicas e sistemas de rede: uma análise econômica”. In TAPIA, Jorge Ruben Biton e RALLET, Alain (Org). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica. Uma análise comparada**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 2), pp. 154-155. O autor coloca a mudança, a partir dos anos 80, como rompimento da “lógica fordista”, explicando que “o fordismo caracteriza-se pelo consumo de massa, pela gestão planejada da economia por parte dos monopólios públicos e privados, pela forte intervenção do Estado na economia e na administração da relação salarial, assim como pela criação de um sistema comunicacional e tecnológico mundial ...”. Segundo o autor, este sistema comunicacional, na realidade, seria “a primeira fase da construção de um sistema mundial”, ou seja, seriam os “sistemas fundadores”, que, posteriormente, se transformam em “sistemas ligados às Novas Tecnologias da Informação” dentro da chamada regulação “pós-fordista”.

<sup>57</sup> Sobre esta “despolitização do Estado”, cf. item 3.5 – “Totalitarismo neoliberal” –, no capítulo 3.

sete de televisão; em 1984, no entanto, “com a tendência para a desregulamentação, a FCC permitiu que cada companhia pudesse expandir aquele número para 12 estações AM e 12 estações FM, além de 12 estações de televisão”<sup>58</sup>.

Da mesma forma, o ciclo de “convergências” (de televisão, telefonia e informática) tem como marco inicial o ano de 1956, com a tentativa, barrada pelo Estado norte-americano, “da empresa de telecomunicações AT&T em participar da nascente indústria da computação”<sup>59</sup>. No início da década de 90, as tentativas de fusões passam a impor maior pressão no sentido de eliminar os limites legais que coíbiam a propriedade cruzada (controlar jornais, revistas, rádio, televisão e outros meios em um mesmo mercado). E, em 1994, um acordo para a utilização conjunta dos cabos na cidade de Rochester, entre as empresas Rochester Telephone Co. e a Time-Warner, abre caminho para a mudança definitiva da legislação, que ocorre em 1996:

*“O governo do presidente Bill Clinton foi um dos principais incentivadores da convergência nos EUA e teve o seu exemplo seguido pelos principais países do resto do mundo. A partir do Telecommunications Act, de 1996, todas as barreiras para o investimento simultâneo em telecomunicações, comunicação eletrônica e informática foram eliminados e o mercado teve*

---

<sup>58</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 34.

<sup>59</sup> CAPPARELLI, Sérgio e SANTOS, Suzy dos. “Caminhos cruzados: a televisão entre a Web e as teles”. In TAPIA, Jorge Ruben Biton e RALLET, Alain (Org). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica. Uma análise comparada.** Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 2), p. 135.

*garantida a liberdade para preparar a sua atuação no cenário convergente*<sup>60</sup>.

Não se trata, portanto, apenas de convergência de tecnologias. A palavra “convergência”, segundo Capparelli, tem seu significado associado a cinco modalidades de mudanças:

- *“a convergência das tecnologias de distribuição de dados, imagens e sons através da digitalização da informação;*
- *a convergência de equipamentos de comunicação, telecomunicações e informática;*
- *a convergência dos modelos de consumo de informação, entre comunicação de massa e comunicação interativa;*
- *a convergência dos produtos das indústrias culturais em um único produto multimídia;*
- *a convergência da economia das comunicações que agrupa dois setores distintos – telecomunicações e comunicação eletrônica de massa – mediados pela informática*<sup>61</sup>.

Além destas, trata-se também da “convergência” dos espaços global e local, a partir de estratégias de atuação que, nas novas economia-mundo e comunicação-mundo, se tornam “glocalizadas”, integrando o local, o nacional e o internacional. Assim como diz respeito à “convergência” de conceitos, entre informação e publicidade: “conceitos similares são o de *advertorials* (*advertise*

---

<sup>60</sup> CAPPARELLI e SANTOS, *op.cit.* p. 135.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 136.

e *editorial*) e de *informacials* (informação e comercial), palavras que tentam expressar a fusão de tecnologias de informação e de comunicação<sup>62</sup>.

Mas trata-se, acima de tudo, da “convergência” de receitas para as mega-corporações, que passam, nos anos 90, a monopolizar o mercado tanto em nível local como mundial. Um monopólio que, no nível local, leva os índices de concentração dos meios audiovisuais a chegarem, por exemplo, ao extremo de “90% na Irlanda, ou um pouco menores como 75%, no Reino Unido; 65%, na Itália; e 50%, na Bélgica, Dinamarca e Holanda”<sup>63</sup>. E, no nível mundial, quando diz respeito a novos produtos, torna-se não só incontestável como definitivo. É o que ocorreu, por exemplo, com o desenvolvimento tecnológico do videodisco digital (DVD), onde um acordo de gigantes, firmado entre a Matsushita, Phillips, Sony, Time-Warner, Pioneer, JVC, Hitachi, Mitsubishi e Toshiba, permitiu a adoção de padrões e a introdução no mercado de um DVD de 8,5 gigabytes<sup>64</sup>.

“Convergência” para o monopólio, que hoje se potencializa na Internet, como fica evidente no caso da empresa Cisco Systems, por exemplo, que se tornou a maior do mundo – após ter superado, em valor de mercado, em 1999, a General Electric e, em março de 2000, a Microsoft<sup>65</sup>. Revolucionando as telecomunicações, a Cisco tornou possível “a virada do mundo da voz para o mundo dos dados”, passando a dominar, com a sua tecnologia de “roteadores”,

---

<sup>62</sup> MATOS, Heloiza. “Globalismo e localismo: encontros e desencontros”. In *Revista Libero*. Nº 1, ano 1, 1º semestre – 1998. São Paulo: Fundação Cásper Libero, 1998, p. 45.

<sup>63</sup> BRASIL, Sergio de Souza. “A internacionalização na produção das informações”. In MORAES, Denis (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra livre, 1997, p. 242.

<sup>64</sup> DREIFUSS, René Armand. “Corporações estratégicas e mundialização cultural”. In MORAES, Denis (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra livre, 1997, p. 202.

<sup>65</sup> Alexandrina Macedo. “Cisco vale mais que a Microsoft”. *Info Online* – <http://www.uol.com.br>, 28/03/2000, 10h47.

80% da circulação de informações na Internet<sup>66</sup>. Segundo seu presidente, John Chambers, a Cisco comprou 21 outras empresas em 1999: “E temos uma meta de 120 para este ano, ou seja, uma aquisição a cada 15 dias”. Isso, além da política de acordos e parcerias, desenvolvida com fabricantes de informática, fornecedores de serviços de Internet, consultores e desenvolvedores de programas, como a aliança estratégica firmada, em agosto de 1999, com a IBM para o desenvolvimento conjunto de soluções de ‘networking’ e comércio eletrônico<sup>67</sup>.

Na Internet, porém, a “convergência” adquire forma e expressão através dos “portais”, atingindo perniciosamente, então, o cidadão, uma vez que estes “convergem” para o monopólio da provisão de conteúdo (informativo, de entretenimento, de “e-mail”, “e-groups”, “e-commerce”, “e-business” etc). Os portais são “supersites”, que centralizam informações gerais e especializadas, assim como correio eletrônico, bate-papo online, fóruns de discussão, lojas virtuais e outros produtos e serviços. “Do ponto de vista do usuário, o objetivo é facilitar a obtenção de informações e serviços, o contato social e a aquisição de produtos na Internet. Já do ponto de vista dos proprietários das empresas, busca-se gerar uma receita líquida cada vez maior, através das inserções publicitárias, feitas – como em qualquer outra mídia – a partir da venda de audiência”<sup>68</sup>. Ou, como explica Capparelli:

---

<sup>66</sup> JAKUBYSZYN, Christophe. “O século Internet vai mudar tudo”, diz presidente da Cisco. *Le Monde* – 27/03/00. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

<sup>67</sup> *El Gobierno norteamericano da luz verde a la alianza estratégica entre Cisco e IBM.* <http://www.estrelladigital.es/ciberestrella/991217/articulos/eeuu>

<sup>68</sup> CAMARGO, Nelly de e BECKER, Maria Lúcia. “Dos portais à grande muralha”. *In Contato – Revista brasileira de comunicação, arte e educação*. Nº3, abril/junho/1999. Brasília (DF): Senado Federal, 1999, p. 50.

*“Não se cria assim uma dispersão muito grande dos investimentos publicitários, que de outra forma estariam divididos entre milhões de sites. São justamente esses ‘supersites’ os chamados portais, face oposta da WebTV, ou melhor, outro tipo de convergência ou de negócio, cuja evolução ainda não é de todo conhecida, mas que já movimenta milhões de dólares<sup>69</sup>”.*

Seguindo a lógica da maximização do lucro, os portais têm seu funcionamento baseado em dois mecanismos básicos: 1º) oferecem uma ampla gama de “estações”, com diversificados serviços e produtos, segurando por um tempo maior o visitante e agradando melhor, assim, os anunciantes; pois, se mantida a média de não mais que sete minutos de permanência do usuário em um *site* (segundo um estudo realizado pela Universidade de Minesota – EUA)<sup>70</sup>, o retorno do investimento publicitário ficaria aquém do desejado; 2º) oferecem serviços e produtos sedutores, obtidos por meio de contratos de franquia com empresas produtoras de conteúdo, conseguindo um retorno de milhões de dólares pela façanha de guiar os passos do usuário dentro de uma rota previamente traçada<sup>71</sup>. Ou seja, por este mecanismo, o deslocamento dos usuários de uma estação para outra do *site* portal é algo muito bem planejado de acordo com a remuneração que uma empresa faz à outra pelo tráfego “automático”. No caso do conteúdo informativo, esse mecanismo dos contratos

---

<sup>69</sup> CAPPARELLI, *op.cit.* p. 146.

<sup>70</sup> CAMARGO e BECKER, *op.cit.* p. 51.

<sup>71</sup> Um exemplo da efetividade deste último mecanismo foi a divulgação da renegociação do contrato do portal Infoseek com a Netscape, no final de 1998, quando esta estava sendo comprada pela América Online (AOL): pelo novo contrato, a partir de janeiro de 1999, “caiu de 15% para 5% o percentual de internautas direcionado automaticamente do Netcenter para o Infoseek, que passou a pagar 20% a mais pelo tráfego que recebe. Vale lembrar que, no primeiro trimestre de 1997, a Netscape gerou 44% de todo o tráfego do Infoseek” (CAMARGO e BECKER, *op.cit.* p. 50).

de franquia entre as empresas pode resultar na condução do usuário por um caminho único, fazendo com que ele tenha a sensação de estar bem informado sem gastar muito do seu precioso tempo:

*“E ele fica satisfeito, porque este caminho único é disfarçado através de dois mecanismos principais: primeiro, o reforço constante de que se trata ‘dos principais acontecimentos’, através ‘dos principais veículos de comunicação’; segundo, porque, através da possibilidade de personalização (criação de um ‘lar na Web’) do portal, dá ao usuário a sensação de estar recebendo exatamente tudo o que é do seu interesse”<sup>72</sup>.*

Assim, uma empresa de menor capacidade de atrair audiência paga à dona do portal pelo tráfego que recebe; já um veículo de grande repercussão pode ser altamente remunerado pela empresa dona do portal para que disponibilize seu conteúdo. Por exemplo, a Terra Networks, subsidiária do Grupo Telefônica, após lançar o “Terra livre” (serviço de acesso gratuito à Internet), fechou um contrato de licenciamento de conteúdo com o Grupo Estado (Agência Estado, jornal O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e Rádio Eldorado), no início de 2000, por um período de cinco anos: “Com isso, o portal vai desembolsar cerca de 68 milhões de dólares: US\$ 15 milhões, para cada um dos quatro primeiros anos, e US\$ 8 milhões para o último ano. Metade destes pagamentos será realizada com ações da Terra”<sup>73</sup>. A partir de então, o portal Terra passou a usar, com exclusividade, os conteúdos dos meios de

---

<sup>72</sup> CAMARGO e BECKER, *op.cit.* p. 52.

<sup>73</sup> MACEDO, Alexandrina. “Estadão levará conteúdo para o portal Terra”. *Info Online* – <http://www.uol.com.br> -, 01/02/2000, 18h41.

comunicação do Grupo Estado, disponibilizando-os apenas para os usuários que pagam pelo acesso a Web ou àqueles que compram o seu pacote de conteúdos.

Os maiores portais (mais visitados) pertencem a mega-corporações constituídas a partir do que Capparelli chama de “convergência cruzada”<sup>74</sup>, ou seja, empresas que exercem atividades em diferentes setores (de telecomunicações, informática, radioteledifusão, imprensa, editoria de livros e revistas, música, cinema etc). Este é o caso da AOL, terceiro maior portal e maior serviço de conexão à Internet, que alavancou seu poder na Web unindo a provisão de acesso com a provisão de conteúdo através da compra do gigante Time-Warner-CNN<sup>75</sup>, em janeiro de 2000<sup>76</sup>, além de ter comprado, em 1999, o ICQ e a Netscape, ter feito um contrato de parceria com a Sun Microsystems, formado uma joint-venture com o Grupo Cisneros, firmado um acordo com a Bell Atlantic e comprado a Movie-Fone<sup>77</sup>. É também o caso do portal Lycos, que, após ser comprado pelo Grupo Telefônica, em maio de 2000, fundiu-se com o Terra Networks, tornando-se “Terra Lycos Inc.” e firmando um acordo estratégico com o Grupo Bertelsmann (terceira empresa mediática do mundo, operando em 54 países), através do qual o Terra Lycos passa a ter “um acesso preferencial ao catálogo especial de livros, música, televisão, produção

---

<sup>74</sup> CAPPARELLI, *op.cit.* p. 146.

<sup>75</sup> A Time-Warner, por sua vez, depois de fundir-se com a rede Cable News Network (CNN), comprou a EMI, quarta maior gravadora de música do mundo, tornando-se responsável pela venda de um em cada 4 títulos comercializados nos EUA (MACEDO, Alexandrina. “Time Warner compra EMI por US\$ 1,3 bi”. **Info Online** – <http://www.uol.com.br> -, 24/01/2000, 10h14).

<sup>76</sup> MESQUITA, Renata. “AOL pode ser a nova mira nos processos antimonopólio?”. **Info Online** – <http://www.uol.com.br> -, 08/06/2000, 10h50.

<sup>77</sup> CAMARGO e BECKER, *op.cit.* p. 53.

cinematográfica e outros conteúdos mediáticos de Bertelsmann”<sup>78</sup>. É o caso, ainda, entre outros, do portal Go Network – criado através da fusão da Infoseek Corporation com a The Walt Disney Company – e do portal Excite, que foi comprado pela empresa At Home, cujo principal acionista passou a ser a AT&T, após esta ter absorvido a Tele-Communications Inc., segunda maior empresa de televisão a cabo dos Estados Unidos<sup>79</sup>.

Para Bagdikian, “dinheiro e influência” são as duas razões que levam as corporações a lutarem pelo estabelecimento do seu monopólio na mídia (não aquele à moda antiga, onde se visava ser a única firma do ramo: “é preciso ser simplesmente uma em um pequeno grupo de firmas e dominar uma porção maior dos negócios que todas as outras juntas”). Dinheiro, porque quem domina o mercado obtém lucros percentuais mais altos a cada dólar investido, e influência, porque dominar o mercado da mídia significa influenciar “as notícias que o público recebe, a informação, as idéias das pessoas, a cultura popular e as posturas políticas”, assim como influenciar os governos, uma vez que “detêm o poder de influenciar a percepção que suas audiências têm acerca da vida pública...”<sup>80</sup>. O que se efetiva segundo estratégias claras, configuradas não em reuniões conspiratórias, mas no bojo dos mecanismos intrínsecos ao funcionamento do sistema capitalista.

---

<sup>78</sup> “Nota de prensa oficial de Terra y Lycos anunciando el acuerdo”. **iBrujula.com** – Miércoles, 17 de mayo de 2000.

<sup>79</sup> CAMARGO e BECKER, *op.cit.* pp. 53-54.

<sup>80</sup> BAGDIKIAN, *op.cit.* p. 25.

## 6. Brasil: a dialética do dito/não dito e contradito

Segundo Gramsci, não é possível haver uma cultura antagonista ou alternativa, já que isso pressuporia “blocos compactos e contrapostos de cultura”<sup>1</sup>, excluindo a relação dialética entre o que se põe e o que se contrapõe momento a momento no interior de uma sociedade.

Deste ponto de vista, a história da relação entre mídia e cidadania no Brasil revela-se a história da tensão dialética entre o dito/não dito e o dito/contradito; uma tensão que adquire contornos mais nítidos em alguns períodos, como “o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos”, assim como com a chamada imprensa alternativa dos anos 70, especialmente durante o triênio 1975-1977, “quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea de todos os oito grandes somando até 160 mil exemplares por semana”<sup>2</sup>.

Não apenas nestes três casos, mas, desde os primeiros tempos, ainda quando colônia de Portugal, a consecução de um espaço público reflexo, contra-hegemônico, é tentada e efetivada em maior ou menor medida no

---

<sup>1</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Título do original: *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição, p. 92. Nas palavras do autor, há uma relação dialética entre a nova cultura “que vai se formando através da confrontação e do enfrentamento crítico” e a cultura tradicional: “a nova cultura avança acertando as contas com a cultura hegemônica, vinculando-se criticamente às aquisições da cultura burguesa e reelaborando criticamente a cultura subalterna”.

<sup>2</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991, p. XXI.

Brasil, conformando um exercício da cidadania sustentado no que pode ser chamado de uma articulação das contradições entre o *ponto* e o *contraponto*, cuja síntese só excepcionalmente é oferecida pela própria mídia, ficando via de regra na dependência do trabalho de politização realizado (ou não) pelas organizações dos cidadãos. Ou seja, o exercício da cidadania no Brasil não só mantém historicamente uma estreita vinculação com os meios de informação e comunicação alternativos como implica a própria produção de “meios de informação e comunicação alternativos, como antídoto frente ao monopólio da palavra por parte dos que usufruem também do poder político e econômico”<sup>3</sup> e a constante elaboração e reelaboração da realidade percebida, através da articulação de elementos da vivência cotidiana de cada cidadão com elementos integrantes do conteúdo veiculado seja pelos meios de comunicação controlados pelo Estado e/ou pelos interesses privados nacionais e multinacionais, seja pela chamada imprensa “esquerdista e popular”<sup>4</sup> ou ainda pelos veículos da chamada comunicação alternativa – em suas diversas dimensões.

Neste contexto, antes de passar ao recorte histórico que o desenvolvimento desta dissertação requer, cabe esclarecer o conceito de “alternativo”, usado aqui segundo a definição de Grinberg:

*“... é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis desde o*

---

<sup>3</sup> GRINBERG, Máximo Simpson. “Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades”. In GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 18.

<sup>4</sup> GRINBERG, *op.cit.* p.25.

*sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma **opção frente ao discurso dominante**; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares*<sup>5</sup>.

Em outras palavras, trata-se da adoção de uma concepção de comunicação alternativa fundada não na estrutura unidirecional dos meios<sup>6</sup>, nem no regime de propriedade e controle, mas no **caráter do discurso** (“sem discurso alternativo não há meio alternativo”<sup>7</sup>), que implica sempre um questionamento do *status quo*, ostentando uma **“diferença qualitativa”** em face da grande imprensa e não apenas assumindo uma existência complementar ou marginal em relação a ela<sup>8</sup>. Alternativo, portanto, é o conteúdo “claramente aberto e antiautoritário”, que questiona o discurso imposto a partir de posições de poder (político, econômico, ideológico) e identifica-se com os interesses das maiorias sociais; tendo como características adjuntas importantes, mas não imprescindíveis: o controle e a propriedade coletivos do meio, a participação na eleição dos temas e na elaboração das mensagens, a ambivalência dos papéis emissor-receptor e a

---

<sup>5</sup> GRINBERG, *op.cit.* p. 30.

<sup>6</sup> Segundo Grinberg, trata-se também de buscar “canais para um discurso que deve circular à margem da comunicação de massa”, mas não exclusivamente: “não propomos uma alternativa aos *media como tais*, mas enquanto instrumentos do poder; e, inversamente, o meio não é *em si* o alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, *op.cit.* pp. 19-20). A adoção deste conceito justifica-se especialmente pela atualidade que adquire na era da Internet.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 24.

multidirecionalidade das mensagens (por exemplo, pode ser alternativo tanto um veículo não-massivo como um massivo)<sup>9</sup>.

### **6.1. Brava gente “grasnadora”**

Durante os primeiros três séculos, Portugal reprimiu todas as tentativas de montar tipografias na colônia. Somando-se às dificuldades impostas pelo tamanho do território e pela existência de uma população dispersa e iletrada, a metrópole dirigia uma “repressão preventiva” às tentativas de difusão de informações e idéias. Em 1706, a Carta Régia de 8 de junho determinou o fechamento de uma pequena tipografia em Recife, instalada “para impressão de letras de câmbio e orações devotas”<sup>10</sup>. Com mais vigor, em 1747, foi fechada a oficina tipográfica montada no Rio de Janeiro por Antonio Isidoro da Fonseca: “mandou a Corte aboli-la e queima-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado”<sup>11</sup>. Apesar da censura, no entanto, neste período “há registros da ação de pasquineiros, ‘ruins de boca’ ou ‘grasnadores’”:

*“Que os pasquins podiam traduzir um parecer comum, exercendo efeito sedativo e atemorizador no ânimo dos governantes, equivalente ao dos editoriais da imprensa livre, vê-se no*

---

<sup>9</sup> Ibidem, pp. 19-29.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. 2ª edição, p. 20.

<sup>11</sup> Moreira de Azevedo, citado por Nelson Werneck Sodré, *op.cit.* p. 21.

*desassossego de D. Luís António de Souza, morgado de Mateus, o autoritário esclarecido capitão-general de S.Paulo, ao saber que um tremendo requisitório em verso contra a sua administração, misteriosamente colocado sobre o seu bofete, fora antes exposto no adro da igreja de Santa Teresa, em noite festiva de novena. (...)*  
*A base do ataque era a criação das Tropas de Auxiliares, cujos postos recusaram os principais paulistas da cidade e cercanias ...*<sup>12</sup>.

Entre os “grasnadores” destaca-se Gregório de Matos Guerra (1623-95), o “Boca do Inferno”, cuja obra é considerada por Ronald de Carvalho como “o nosso primeiro jornal, onde são registrados os escândalos miúdos e grandes da época, os roubos, os crimes, os adultérios e até as procissões, os aniversários e os nascimentos”<sup>13</sup>. Quanto aos pasquins, ainda no século XVIII, vale lembrar a sua influência decisiva na eclosão da inconfidência baiana e na “conspiração dos alfaiates” (as duas em 1798)<sup>14</sup>.

Em 1808, a família real portuguesa implanta formalmente no Brasil a tipografia e, com ela, a censura prévia e o *oficialismo* da imprensa. A contraposição, porém, não esperou este “acontecer”: com a abertura dos portos, começaram a entrar clandestinamente no país todo o tipo de impressos, inclusive jornais, como o Correio Brasiliense – editado em Londres. O declínio do absolutismo levou a uma mudança na atitude oficial: tratava-se agora não mais de simplesmente reprimir a liberdade de expressão, mas de

---

<sup>12</sup> RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1945, p. 241.

<sup>13</sup> Citado por RIZZINI, *op.cit.* p. 249.

<sup>14</sup> RIZZINI, *op.cit.* p. 245.

proclamar as virtudes do governo e, principalmente, de “combater as idéias que lhe eram contrárias”<sup>15</sup>. Para isso, do lado oficial, passaram a ser editados dois periódicos: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que começou a ser publicada em 1808, chegando a ter três edições por semana enquanto circulou (até 1821), e a “*Idade de Ouro do Brasil*”, que circulou nas terças e sextas-feiras, de 1811 a 1823, na Bahia, patrocinado pelo conde dos Arcos, apresentando “as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública”<sup>16</sup>. O que não deveria impedi-la “de mostrar ‘como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão ao seu governo e à religião’”<sup>17</sup>. Além destes, no âmbito da imprensa forjada ou amparada pelo governo, circularam também, entre outros: “*Variedades ou Ensaaios de Literatura*”, em 1812; “*O Patriota*”, em 1813 e 1814; “*Reflexões sobre o Correio Brasiliense*”, em 1809, cujos seis números publicados saíram da *Imprensa Régia*; “*O Investigador Português*”, editado em Londres, de 1811 a 1818, sob encomenda dos governantes portugueses; “*O Contemporâneo*”, em 1818, redigido por Inácio Martins Pamplona, que recebia mil francos mensais para isso do embaixador de Portugal em Londres<sup>18</sup>. Neste contexto – do “aluguel de penas” em defesa da monarquia portuguesa –, porém, o destaque fica com o padre Joaquim Ferreira de Freitas, como relata Nelson Werneck Sodré:

---

<sup>15</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 34.

<sup>16</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 34.

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> *Ibidem*, pp. 34-37.

*“Alugado o padre, verificou o alugador, logo depois, que ele se vendia a todos. Fez-se necessário aumentar-lhe o subsídio. O padre se tornaria profissional do mister: foi alugado, adiante, por Caldeira Brant, quando das negociações para o reconhecimento de nossa Independência e, mais tarde, pelo Chalaça, para descompor o Brasil e os que haviam levado D. Pedro I à abdicação. Notável precursor, esse, de alguns notórios jornalistas atuais, desonra da classe que não pode por eles ser aferida”<sup>19</sup>.*

Do outro lado estava Hipólito José da Costa, ex-diretor da Imprensa Régia de Portugal, que, perseguido pela Inquisição, encontrava-se exilado em Londres desde 1805 e, três meses antes de a Gazeta do Rio de Janeiro começar a circular no Brasil, lançou o Correio Brasiliense ou Armazém Literário. Tratava-se de uma mistura de jornal, revista e livro, publicada em forma de brochura mensal de capa dura:

*“O jornal entrava clandestinamente no Brasil, sempre com atraso. Suas 140 páginas reuniam cartas dos patriotas brasileiros, notícias, produção literária e opinião política. O “Correio” defendia a monarquia constitucional, a liberdade de opinião, a abolição da escravatura, a criação da universidade e a independência do Brasil. Foi editado até 1822, num total de 175 números”<sup>20</sup>.*

Para Nelson Werneck Sodré, o problema do Correio Brasiliense era a perspectiva externa de ver o Brasil: “todos os nossos grandes problemas foram

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>20</sup> RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense e Olho D'Água, 1994, p. 23.

por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que das nacionais”<sup>21</sup>. Assim, entre seus méritos está a independência em relação ao governo português, sendo “o exclusivo repositório das falhas da administração brasileira”<sup>22</sup>. Entre os defeitos, está o fato de não ter sido precursor do abolicionismo, nem da defesa da imigração européia, nem da idéia da transferência da capital para o interior; além de ter ficado “ao lado das Cortes, quando estas tentaram recolonizar o Brasil...”<sup>23</sup>.

Em 1821, no entanto, surgem dois periódicos que defendem os interesses brasileiros: o “Diário Constitucional”, na Bahia, e o “Revérbero Constitucional Fluminense”, no Rio de Janeiro. O “Diário Constitucional” nasce com o objetivo explícito de travar a luta política e o faz, já de início, em defesa da renovação da “Junta Provisional” da Bahia, para que os membros nacionais ficassem em maioria. Do lado dos portugueses, estavam o “Semanário Cívico” e a “Idade de Ouro do Brasil”. Esta foi a primeira campanha eleitoral travada pela imprensa no Brasil e, com a vitória dos brasileiros, “um dos primeiros atos da nova Junta foi a extinção da comissão da censura”<sup>24</sup>. Contra “O Constitucional”, as forças metropolitanas fomentaram a publicação de vários periódicos: “A Sentinela Baiense”, “O Analisador Constitucional”, “O Baluarte Constitucional”, “O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais” e “A Abelha”. Sem vencer por meio dos argumentos, acabou “suprimindo violentamente o órgão nativista, por assalto

---

<sup>21</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 24.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>23</sup> Tese de Fernando Segismundo, apresentada ao VI Congresso Nacional dos Jornalistas, citada por SODRÉ, *op.cit.* p. 25.

<sup>24</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 60.

militar...”<sup>25</sup>. Já o “Revérbero Constitucional Fluminense” configurou-se como órgão doutrinário em prol da independência e durou treze meses, passando de quinzenário em 1821 para semanário em 1822: “Além dos artigos doutrinários, publicava extratos dos jornais de Londres, Paris e Lisboa, abundantes transcrições do Correio Brasiliense, resumos dos trabalhos das Cortes, comentários sobre o Prata e contestações aos ‘chumbeiros’ do Semanário Cívico, da Baía”<sup>26</sup>.

Dom Pedro I proclamou o fim da censura prévia, em 28 de agosto de 1821 (“tomando S. A. Real em consideração o quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretendem imprimir”); ou seja, oficialmente, por determinação das Cortes Constitucionais de Lisboa, foi abolida a censura prévia<sup>27</sup>. Mas a imposição de “estorvos à publicação dos escritos” é amenizada por pouco tempo: em outubro de 1822 começa a “liquidação da imprensa liberal”, que vai ganhando força gradativamente até a suspensão propriamente dita da liberdade de imprensa em novembro de 1823 – por ocasião da dissolução da Assembléia Constituinte<sup>28</sup>.

Neste período, inaugura-se uma nova fase na imprensa brasileira: de um lado, impera a implantação dos precursores do desenvolvimento de um “jornalismo empresarial” no país. O Diário do Rio de Janeiro, por exemplo,

---

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> RIZZINI, *op.cit.*, p. 375.

<sup>27</sup> RIZZINI, *op.cit.* p. 329. O texto citado por Rizzini faz parte do “aviso de 28 de agosto”, publicado por D. Pedro I.

<sup>28</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 90.

lançado em junho de 1821, é considerado o primeiro “jornal informativo” a circular no Brasil:

*“Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros”<sup>29</sup>.*

Assim, tal como é entendida a imprensa atualmente, o Diário do Rio de Janeiro “foi precursor originalíssimo. (...) Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro<sup>30</sup>”. Isso, pelo menos, na maior parte de seus 57 anos de existência, pois em 1860 torna-se republicano<sup>31</sup>. Este distanciamento da política caracteriza o que Jorge Cláudio Ribeiro chama de “publicações politicamente conservadoras”<sup>32</sup>, ou seja, aquelas que evitavam, entre outros temas, os da Abolição e da República, abordados com todo o vigor pelo chamado jornalismo da “tribuna ampliada”. O espírito empresarial que inspira o modelo de jornal independente segue o exemplo dos Estados Unidos, distanciando-se do “engajamento partidário à imagem européia” e fomentando

---

<sup>29</sup> Idem, pp. 58-59.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>31</sup> BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990. 4ª edição, p. 81. Segundo o autor, esta é o momento em que o Diário passa a contar em sua redação com Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e José de Alencar. Em 1878, o Diário do Rio de Janeiro encerra a sua circulação.

<sup>32</sup> RIBEIRO, *op.cit.* p. 24.

iniciativas como o “Diário de Pernambuco”, o “Jornal do Commercio”, o “Correio Mercantil” e “A Pátria”, além do já citado “Diário do Rio de Janeiro”<sup>33</sup>.

Do outro lado, trabalhando com a concepção de “tribuna ampliada”, na qual “o jornalista era um ativista político e o jornal, veículo de suas idéias”<sup>34</sup>, destacaram-se Cipriano José Barata de Almeida, com suas “Sentinelas da Liberdade”<sup>35</sup>; Luis Augusto May, com “A Malagueta”; frei Joaquim do Amor Divino Caneca, com o “Tiphis Pernambucano”; assim como muitíssimos outros:

*“Não é a imprensa influente como o Diário do Rio de Janeiro ou o Jornal do Commercio, a exhibir neutralidade e indiferença olímpicas diante dos acontecimentos, que abala o governo e o questiona. Esse papel cabe ao jornalismo de oposição, desde o ‘Aurora’ de Evaristo aos panfletos, folhetos, pequenos títulos depreciativamente chamados de pasquins. São incontáveis. Editados no Rio, reimpressos nas províncias; fechados em uma cidade, ressuscitam em outra. Perseguidos, processados, condenados, voltam com nomes diferentes”<sup>36</sup>.*

Mas, com a expansão do comércio e da indústria, “a aliança da burguesia ascendente nas cidades com a aristocracia rural investe em jornais

---

<sup>33</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 61.

<sup>34</sup> RIBEIRO, *op.cit.* p. 23.

<sup>35</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré, as Sentinelas “mudavam de nome de acordo com os lugares em que apareciam e as prisões a que era levado Barata”, tendo recebido, entre outros, os seguintes nomes: Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, com 66 números; Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida, com um número; Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande, com 32 números; e Nova Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Bahia de Todos os Santos, com 37 números (SODRÉ, *op.cit.* p. 78).

<sup>36</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 59.

prósperos”, convergindo para o liberalismo: “é o momento em que a defesa dos direitos do cidadão envolve a defesa dos direitos dos comerciantes de explorar seus negócios à margem da intervenção arbitrária da Coroa”<sup>37</sup>. O número de jornais políticos não diminui, mas “a sua duração é cada vez mais efêmera”<sup>38</sup>. Neste período, que se estende até o final do século XIX, a imprensa tem como característica a convivência do repórter com o chamado publicista (misto de jornalista e político): “José Maria da Silva Paranhos, José Clemente Pereira, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Justiniano José da Rocha, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Ferreira de Araújo e tantos outros são jornalistas e estadistas”<sup>39</sup>.

## **6.2. *Imprensa-empresa e imprensa-operária***

Com o crescimento econômico proporcionado pelo café, a urbanização, a ampliação das linhas de navegação e das estradas de ferro e a chegada de imigrantes (entre eles, gráficos experientes), a imprensa alcança outro patamar em termos de quantidade (em 1880, no Rio de Janeiro, “havia 42 jornais e revistas; em 1881 esse número subiu para 95”<sup>40</sup>) e de qualidade: tanto por conta de melhorias no nível técnico-editorial de alguns veículos que se autoconstituem como empresas quanto por conta do surgimento da imprensa

---

<sup>37</sup> BAHIA, *op.cit.* pp. 62-63.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>40</sup> RIBEIRO, *op.cit.* p. 30.

operária e seus desdobramentos na proliferação de veículos que se auto-afirmam como organizadores sociais.

Seguindo a tendência empresarial, em 1874 surge no Rio de Janeiro “A Gazeta de Notícias” e, em 1875, nasce “A Província de São Paulo” – futuro “O Estado de São Paulo” – que, neste período, “vivia de anúncios (de casas comerciais de amigos, de falecimentos, de missas, de partida de navios em Santos, de espetáculos de teatro, de chegada de médicos da Corte, de negros fugidos), e de assinaturas, estimuladas por prêmios sorteados com a loteria ...<sup>41</sup>”. Assim, em 1891, com o nascimento do Jornal do Brasil, mais um passo é dado em direção à concepção do jornalismo como empresa:

*“A 2 de abril (de 1900) aparecia a edição vespertina do Jornal do Brasil, primeiro jornal em nosso país a tirar duas edições diárias, circulando a vespertina às 15 horas. (...) Atingia, então, a 50.000 exemplares, índice singular para a época, que a redação timbrava em lembrar ser superior à de La Prensa, de Buenos Aires...”<sup>42</sup>.*

Apesar do analfabetismo, que, em 1890, era a condição de 84% da população brasileira (e, em 1920, ainda afetava 75%)<sup>43</sup>, as inovações tecnológicas impulsionam a ampliação das tiragens – em 1905 foram introduzidas máquinas linotipo de composição de textos<sup>44</sup> e, em 1908, O Estado de São Paulo imprimia suas edições já em rotativas. Em 1913, é fundada a primeira agência de publicidade, a Eclética, e, em 1914, o Jornal do Brasil veicula os primeiros anúncios a cores. A partir daí, o mercado

---

<sup>41</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 260.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 313.

<sup>43</sup> RIBEIRO, *op.cit.* p. 31.

<sup>44</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 137.

publicitário avança, com “a organização de agências, o reconhecimento da função profissional do corretor de anúncios, a prática de preços mediante uma tabela, a caracterização do anúncio de varejo”<sup>45</sup>. Somando-se à tendência de dinamismo editorial (jornalismo especializado, com veículos cobrindo especificamente a área da agricultura, ou dos esportes, ou da indústria; criação de vespertinos; valorização visual, através de fotos e desenhos; fundação da primeira agência noticiosa nacional, a Americana; lançamentos de múltiplos clichês e edições extraordinárias<sup>46</sup> etc.), a evolução no mercado de publicidade contribui para a adesão das maiores empresas às regras do capitalismo industrial:

*“Em editorial, O Estado de São Paulo chama a atenção em 1915 para o ‘industrialismo’ que afasta a imprensa do ‘conflito dos partidos’. Na prática, esse caminho é comprovado pelo reaparelhamento gráfico e editorial, pela descoberta de novas áreas de cobertura, além da política – os esportes, principalmente o futebol, o carnaval, eventos populares –, e pelo crescimento da fatura publicitária”<sup>47</sup>.*

Porém, ao mesmo tempo, “órgãos do maior prestígio no Rio e em São Paulo” beneficiam-se de “suborno governamental”, expressando não mais que opiniões de aluguel, como revelou o próprio presidente Campos Sales, que, além de afirmar “ter subvencionado os jornais que apoiaram seu governo

---

<sup>45</sup> BAHIA, *op.cit.* pp. 166-167.

<sup>46</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré, por ocasião da revolta dos marinheiros, em 1910, o Jornal do Brasil já chegava a tirar cinco ou seis edições diárias, assim como em 1917 chega a publicar cinco clichês sobre a Guerra Mundial. Em 1912, passa a dedicar página inteira aos esportes (SODRÉ, *op.cit.* pp. 397-398).

<sup>47</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 150.

(1898-1902)”, justifica-se, “alegando que seguia precedente republicano aberto por Prudente de Moraes, cujo ministro da Fazenda distribuía verbas a jornais e jornalistas da confiança do presidente”. Ainda segundo testemunho de Campos Sales, citado por Juarez Bahia, durante seu governo, “o Banco da República pagou cheques por ‘serviços de imprensa’ num total de 1 milhão de contos de réis ou 250 mil contos de réis por ano”<sup>48</sup>.

Do outro lado, desenvolve-se uma imprensa que se propõe a não só informar, mas “politizar” e “organizar os trabalhadores brasileiros”<sup>49</sup>: a chamada imprensa operária ou reivindicatória. Fruto da atividade política intensa das lideranças operárias imigrantes, a proliferação da imprensa operária ocupa um período de aproximadamente cinqüenta anos (desde os anos 80 do século XIX até as primeiras três décadas do século XX<sup>50</sup>); período em que são editados 343 títulos em todo o território brasileiro, sendo que, deste total, 149 eram editados no estado de São Paulo (22 fora da capital), 100 no Rio de Janeiro (7 fora da capital) e 94 distribuídos pelos outros estados<sup>51</sup>.

Neste período (imediatamente pré e pós proclamação da República), esta “imprensa radical” desempenha um papel fundamental no debate e elaboração de diferentes concepções de cidadania, que passam a ganhar expressão no interior da sociedade: o grupo ligado a Silva Jardim introduz “uma concepção de cidadania que se aproximava do modelo rousseauiano: a visão do povo

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>49</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 88.

<sup>50</sup> Segundo Ferreira, os mais antigos jornais operários são “O Proletário”, fundado em 1847 por um grupo de intelectuais do Recife, e o “Jornal dos Tipógrafos”, lançado em 1858 no Rio de Janeiro pela Associação dos Tipógrafos. A autora ressalva, no entanto, que, “pelo próprio contexto histórico em que apareceram”, estes jornais não tiveram maior expressão (FERREIRA, *op.cit.* p. 93).

<sup>51</sup> FERREIRA, *op.cit.* p. 89.

como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns<sup>52</sup>; os socialistas disseminam a noção de República como a possibilidade de extensão do direito de intervir nos negócios públicos a todos os cidadãos, onde os operários, “até então vivendo como forasteiros no solo da pátria, vinham agora reivindicar este direito através de uma organização partidária que se propunha defender seus interesses dentro das regras do sistema representativo”<sup>53</sup>; os positivistas defendem uma noção de cidadania que “não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa”, admitindo apenas os direitos civis e sociais, que deveriam ser concedidos pela “ação iluminada do Estado”<sup>54</sup> – o que implicou uma ação cooptativa do Estado em relação à classe operária (noção de “estadania”)<sup>55</sup>; já os anarquistas repudiavam qualquer tipo de autoridade, assim como a luta política através de partidos e eleições e se dividiam em “anarquistas comunistas” e “anarquistas individualistas”<sup>56</sup>, sendo o primeiro grupo defensor da revolução social, através da abolição da propriedade privada e do Estado, mas admitindo “o sindicalismo como arma de luta”, e o segundo grupo adepto também da abolição do Estado, mas contra toda forma de organização que não fosse espontânea e pela manutenção da propriedade privada após a revolução<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 47.

<sup>53</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 55.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>55</sup> Sobre o conceito de “estadania”, cf. capítulo 2, p. 80.

<sup>56</sup> CARVALHO, *op.cit.* p. 57.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 58.

É essa imprensa que, até 1930, não apenas sustenta a organização do movimento operário, mas desbrava os difíceis caminhos do exercício da cidadania para a sociedade brasileira em geral:

*“Ela abre espaço às transformações que se operam nas relações de trabalho na Europa e nos Estados Unidos, cobre com mais detalhes a revolução soviética (1917) e impulsiona greves como a de 3 de maio de 1919, em São Paulo, em que 10 mil homens suspendem o trabalho para exigir a jornada de 8 horas (em lugar da de 11 horas) e reclamar o direito de comprar alimentos pelos preços das tabelas oficiais ou ter suas associações reconhecidas pelo poder público”<sup>58</sup>.*

Com a agitação operária e, principalmente, com as greves de 1917 e 1918, intensifica-se a violência da repressão, piorando as já precárias condições de existência da imprensa operária. Mas, mesmo com a Lei Adolfo Gordo, de 1922, que limita a liberdade de imprensa e com o “estado de sítio”, só suspenso em 1926, a imprensa operária sobrevive, desenvolvendo-se paralelamente à “imprensa capitalista”; o que significa, para Nelson Werneck Sodré, a existência desde o início do século XX de uma imprensa de classe: “ou da classe dominante, ou da classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo”<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> BAHIA, *op.cit.* nota da p. 152.

<sup>59</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 370.

### **6.3. Um passo à frente, dois atrás**

Embora Juarez Bahia e Nelson Werneck Sodré chamem o período compreendido entre as duas décadas finais do século XIX e as primeiras três do século XX de fase de consolidação da imprensa brasileira como indústria, “a fragilidade desta ‘aventura industrial’ até a segunda metade deste século é inquestionável”, pois faltam condições à economia local para sustentar tal empreendimento<sup>60</sup>. O que Bahia chama de “reaparelhamento técnico” e de “reaparelhamento editorial” dos jornais, no entanto, iniciados ainda na década de 20, implanta as bases para o desenvolvimento da empresa jornalística “como um investimento atraente, duradouro, responsável”, o que substitui “a concepção de risco inevitável, quase sempre associada a uma conveniência de ocasião, ao partidarismo, ao aventureirismo”<sup>61</sup>.

Junto com a incorporação de equipamentos que atualizam a composição, ilustração e impressão do material noticioso e da ampliação das receitas da publicidade (incluindo as verbas oficiais da União, dos estados e municípios, que passam a entrar regularmente na contabilidade da imprensa<sup>62</sup>), após a Primeira Guerra Mundial, a influência norte-americana começa a disputar terreno com a européia na imprensa brasileira. Tal influência, como observa Lins da Silva, acompanha o jornalismo brasileiro desde os seus primórdios, pois Hipólito da Costa Pereira esteve nos EUA por

---

<sup>60</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991, p. 64.

<sup>61</sup> BAHIA, *op.cit.* pp. 172-173.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 172.

alguns anos antes de começar a editar, em 1808, o *Correio Braziliense*<sup>63</sup>. É a partir da década iniciada em 1920, no entanto, que o avanço americano se faz sentir sobre o jornalismo no Brasil:

*“As agências americanas monopolizavam praticamente o noticiário do Exterior na imprensa brasileira. Pessoas com maior boa vontade em relação aos EUA passaram a exercer cargos influentes na categoria dos jornalistas. Por exemplo, Herbert Moses, nascido no Rio de Janeiro, filho de pai austríaco e mãe americana, que em 1911 fundou A noite e em 1925 O Globo e que em 1931 assumiu a presidência da Associação Brasileira de Imprensa ...”*<sup>64</sup>.

Com o material das agências americanas veio o “lide” clássico, criado nos EUA “para resolver um problema prático”: como o mesmo texto era utilizado por milhares de jornais de todas as partes do mundo, as agências criaram a fórmula da pirâmide invertida, de forma que cada jornal pudesse fazer os cortes necessários para adaptação do material às suas necessidades “sem perder as informações fundamentais”<sup>65</sup>.

Mas as bases do estilo americano de jornalismo<sup>66</sup> começam a alterar de fato os padrões da imprensa brasileira somente na década de 40, quando os jornalistas Pompeu de Souza e Samuel Wainer retornam dos EUA, passando a

---

<sup>63</sup> SILVA, *op.cit.* p. 71. Sobre o *Correio Braziliense*, cf. p. 168.

<sup>64</sup> SILVA, *op.cit.*, p. 75.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>66</sup> Em síntese, segundo Lins da Silva, caracterizado por: notícias escritas no modo indicativo, em ordem direta, na fórmula de pirâmide invertida, com respostas às seis perguntas principais – quem, que, quando, onde, como e por que – nos dois primeiros parágrafos, frases curtas, vocabulário simples (SILVA, *op.cit.* p. 108).

implantar aqui transformações convergentes com o modelo “mais dinâmico e moderno”, e, principalmente, quando o governo americano passa a “gastar mais dinheiro para promover a influência dos EUA no Brasil, como parte de seu esforço de guerra no setor ideológico”, sendo que este procedimento incluía, entre outras atividades, a distribuição de artigos à imprensa e o patrocínio de viagens de jornalistas aos EUA – o que implicou, por exemplo, um investimento na ordem de US\$ 3,5 milhões em 1940 e de US\$ 38 milhões em 1942<sup>67</sup>.

Além da influência americana, as empresas de comunicações no Brasil (jornais, rádio, edição de revistas e livros, agências noticiosas, empresas de propaganda ...) mantêm sua relação de dependência frente ao governo, situação reforçada enormemente durante o Estado Novo, quando recursos governamentais são “maciçamente empregados na publicidade dos atos oficiais”, entrando tanto diretamente nas receitas das empresas que colaboram com o poder como através de subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som:

*“Essa cumplicidade, contudo, dificulta e atrasa a luta pelo restabelecimento das franquias democráticas, por instituições livres e pelo respeito aos direitos individuais. A legalidade da Constituição de 37 determina no artigo 122 que ‘nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do governo’, reduzindo o noticiário político a um mero abrigo do pensamento dominante”<sup>68</sup>.*

---

<sup>67</sup> SILVA, *op.cit.* p. 79.

<sup>68</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 309.

Getúlio Vargas entendia o papel da imprensa e dos meios de comunicação em geral como “dispositivos de controle e mudança da opinião pública”, chamando o exercício do jornalismo de “sacerdócio cívico”<sup>69</sup>. A importância atribuída aos meios de comunicação fica expressa na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, que passa a ter como funções tanto controlar como exercer a propaganda e a censura, “assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo”<sup>70</sup>. Portanto, com uma mão, afaga e atrai jornais, revistas, agências noticiosas, rádio etc., que se adaptam e passam a colaborar com o sistema ditatorial, e, com a outra bate, persegue e tenta calar aqueles poucos que, compondo a exceção à regra, ousam se opor.

A poderosa “máquina de propaganda” funciona como peça fundamental no estabelecimento da concepção de cidadania que foi chamada por Wanderley Guilherme dos Santos de “cidadania regulada”<sup>71</sup>. Além do DIP, a “máquina” inclui desde a “Hora do Brasil” até a Agência Nacional (distribuidora de notícias) e o Conselho Nacional de Imprensa: “Calcula-se que 60% das matérias dos jornais eram fornecidas pelo DIP. O restante, obviamente censurado”<sup>72</sup>.

O lugar central, no entanto, é ocupado pelo rádio, utilizado em larga escala por Vargas. Como o sindicalismo corporativo não consegue angariar forças suficientes para “capturar os desejos dos trabalhadores”, a tática

---

<sup>69</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986, p. 39.

<sup>70</sup> LENHARO, *op.cit.* pp. 39-40.

<sup>71</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 3ª edição. Sobre o conceito de “cidadania regulada”, cf. capítulo 2, p. 71.

<sup>72</sup> LENHARO, *op.cit.* p. 40.

adotada passa a ser, então, a de “uniformizar o inimigo” a partir da generalização de uma visão otimista das ações do governo: “Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. (...) O poder apresenta pois a Nação como sua obra acabada, a dimensão orgânica de uma sociedade que superara as suas disparidades”<sup>73</sup>. Prevalece a idéia de organismo, de “arcabouço anatômico”, de corpo social, onde as vértebras seriam as organizações sindicais e as classes. E a voz “única” (do Estado) unifica os brasileiros através do rádio, visando a criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional:

*“Pelo rádio, o poder se faz presente em todo o país e personaliza a relação política com cada cidadão, a quem é imposta a restrição de sua participação política, através de ‘palestras afetuosas com os trabalhadores’. Pelo rádio, o poder vasculha a intimidade de cada um, atomiza a condição política de cada cidadão para condensá-lo simbolicamente no coletivo da Nação: ‘Se eu pudesse, andaria de casa em casa, para conhecer as necessidades de cada família ...’”<sup>74</sup>.*

Objetivo não atingido totalmente, porque, entre outros fatores, do outro lado, sobrevivem na clandestinidade alguns jornais resistentes e “uma imprensa ideológica (...), pregando a redemocratização do país”<sup>75</sup>. Ou, como ressalta Lenharo: “Evidentemente que a contrapartida popular não se fazia ausente. Se para os filmes de notícias do DIP era só chegar 10 minutos

---

<sup>73</sup> LENHARO, *op.cit.* p. 34.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>75</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 304.

atrasados ao cinema, a Hora do Brasil foi popularmente apelidada de 'o fala sozinho'<sup>76</sup>.

Embora se possa dizer que a imprensa como um todo "fora uma das grandes vítimas da ditadura estadonovista", que se voltou contra jornais e revistas, aviltou o mister de informar e proibiu o de discutir e opinar<sup>77</sup>, em linhas gerais, do ponto de vista da relação entre mídia e cidadania, no entanto, a Era Vargas significou um passo à frente na constituição das bases da mídia-indústria (verbas oficiais, subsídios para importação de equipamentos etc.)<sup>78</sup> e dois passos atrás no já incipiente desenvolvimento do que se poderia chamar de mídia-cidadã.

Pior que isso: após a Segunda Guerra Mundial, apesar de se abrir "amplo horizonte à liberdade de pensamento; cada vez mais se verificava, na prática, que tal liberdade era meramente teórica: só grandes capitais poderiam montar grandes empresas, como os jornais"<sup>79</sup>. Assim, a tendência à concentração da mídia, já presente de forma marcante desde as décadas de 30 e 40, acentua-se na segunda metade deste século, definindo-se como movimento irreversível com o desenvolvimento do rádio e da televisão: "a tendência às grandes corporações, de que os *Diários Associados* constituem o

---

<sup>76</sup> LENHARO, *op.cit.* p. 40, nota 35.

<sup>77</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 454.

<sup>78</sup> "Entre os jornais empresariais, raríssimos foram os que não se corromperam. Constitui exemplo digno de lembrança, o caso excepcional do *Diário de Notícias*, do Rio, em que Orlando Ribeiro Dantas manteve atitude de compostura" (SODRÉ, *op.cit.* pág. 439). Vale citar também os casos de *O Estado de São Paulo*, *Diretrizes*, *A Noite* e *A Manhã*, que sofreram suspensões, ocupações, fechamento e desapropriações" (BAHIA, *op.cit.* p. 305).

<sup>79</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 454.

primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão”<sup>80</sup>.

Com os *Diários e Emissoras Associados*, Assis Chateaubriand consegue estabelecer no Brasil uma rede de comunicação, que, nos anos de apogeu, chega a contar com 31 jornais diários, três revistas, 23 emissoras de rádio, treze estações de televisão e uma agência de notícias. A chamada “Era Chateaubriand” – décadas de 30 a 70 –, significa uma ruptura com o passado, pois representa um momento de modernização do jornalismo, antecipando “o desenvolvimento da tecnologia de comunicação de massa no Brasil, num arco histórico da composição manual ao satélite ou da escrita a mão ao telex e ao vídeo-terminal”<sup>81</sup>. Mas significa também um período de aprofundamento da cumplicidade política entre mídia e poder:

*“Sob a sua inspiração a imprensa não só aumenta a participação nas verbas da publicidade oficial como aprofunda os vínculos com o poder, garantindo benefícios além da venda normal do espaço, como abatimento de 50% em passagens, nomeações no serviço público etc”<sup>82</sup>.*

Outro passo adiante, tanto no sentido da antecipação de elementos que “se tornariam dominantes bem mais tarde na fase da indústria cultural”<sup>83</sup> como no do estreitamento das relações com o poder, é a cadeia *Última Hora*, de Samuel Wainer. Lançada em 1951, no Rio de Janeiro, o jornal se espalha já em 1952 por São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco.

---

<sup>80</sup> SODRÉ, *op.cit.* p. 446-447.

<sup>81</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 263.

<sup>82</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 262.

<sup>83</sup> TASCHNER, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987, p. 43.

Sob o patrocínio de Getúlio Vargas, tem como objetivo principal ser o porta-voz do populismo, ou seja, promover a colaboração de classes:

*“...Última Hora deveria ter uma mensagem que expressasse a possibilidade desta colaboração, isto é, deveria ter uma mensagem que escamoteasse um conteúdo nitidamente classista (no sentido de um conteúdo particular a uma determinada classe por oposição a outra). Neste aspecto, as técnicas da indústria cultural, desenvolvidas com vistas à maximização de consumo de seus produtos, e, por isto mesmo, tendo como eixo orientador a possibilidade de agradar a um público de composição policlassista, poderiam ser adaptadas aos objetivos do jornal”<sup>84</sup>.*

Do ponto de vista da relação entre mídia e cidadania, portanto, trata-se da criação do instrumento, por excelência, adequado à política de “incorporação subordinada” das classes populares<sup>85</sup>, que, com o processo de urbanização, o surto industrial pós crise de 1929 e a redemocratização a partir de 1945, passam a “ter maior peso no jogo do poder”<sup>86</sup>. Nesta política, os líderes populistas ao mesmo tempo em que acolhiam alguns interesses das classes populares, “assumindo-as como interlocutores legítimos e concedendo-lhes deste modo cidadania, por este mesmo mecanismo limitavam a sua cidadania e impediam sua emancipação, mantendo-as sob controle...”<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> TASCHNER, 1987, pp. 43-44.

<sup>85</sup> Segundo Francisco Weffort, citado por TASCHNER, por classes populares entende-se um conjunto heterogêneo de agentes sociais, incluindo “em seu componente urbano”, além da classe operária, “camadas inferiores de assalariados não industriais e trabalhadores autônomos” (TASCHNER, 1987, p. 35).

<sup>86</sup> TASCHNER, 1987, p. 36.

<sup>87</sup> TASCHNER, 1987, p. 44.

Mas até esta “incorporação subordinada”, no entendimento da oposição liberal – agrupada na União Democrática Nacional (UDN), a partir de 1945 – constitui-se em algo inaceitável. Formada durante o Estado Novo, esta oposição liberal concebe, em contraposição à democracia populista, uma democracia aristocrática, “que supõe uma vaga e inexistente cidadania”<sup>88</sup>. Assim, com o objetivo de “neutralizar o *Última Hora*” e “como parte das articulações que levariam ao Golpe de 1964”<sup>89</sup>, é lançado, em outubro de 1963, sob o patrocínio do grupo ligado à UDN, o jornal *Notícias Populares*, dirigido especialmente para as classes populares. “Mas como não reconhecia cidadania a estas classes, o objetivo do jornal seria menos o de obter a sua adesão política do que impedir que a dessem aos grupos de que *Última Hora* era porta-voz”<sup>90</sup>. Objetivo buscado, segundo Taschner, através do estabelecimento da seguinte estratégia:

*“... o jornal não iria polemizar com *Última Hora*; teria os ingredientes que, segundo supunha o grupo, eram o que estas classes queriam ‘beber’ (sexo, crimes etc.) e que faziam com que lessem *Última Hora*. Mas não teria o ‘algo mais’, o ingrediente político. A idéia subjacente a esta formulação era simples: se o povo lê *Última Hora* por causa da ‘alimentação’ que ela lhe dá, vamos dar esta ‘alimentação’ em um jornal nosso, assim o povo lerá o nosso jornal e não *Última Hora*”<sup>91</sup>.*

---

<sup>88</sup> TASCHNER, 1987, pp. 36-37.

<sup>89</sup> TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 143.

<sup>90</sup> TASCHNER, 1987, p. 80.

<sup>91</sup> TASCHNER, 1987, p. 81.

Tendo, portanto, neste período, a lógica política como característica principal, tanto o *Última Hora* como o *Notícias Populares* fracassaram como empresas. A partir de 1965, quando adquiridos pelo complexo empresarial atualmente conhecido como “Grupo Folhas”, passam a integrar a lógica da indústria cultural (da cadeia Última Hora, apenas o de São Paulo foi incorporado, pois os de Porto Alegre, Pernambuco, Minas, Paraná e Estado do Rio, sendo deficitários, foram fechados). O “Grupo Folhas” se constituiu a partir de 1962, tendo como sócios principais Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, “com a compra e fusão de diversas empresas jornalísticas já existentes”<sup>92</sup>.

#### **6.4. Indústria cultural e mídia alternativa**

Da mesma forma como fez o Estado Novo, a ditadura militar que se instala no país em 1964 investe ao mesmo tempo na repressão e no incentivo de determinadas atividades culturais. Vargas criou o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, museus, bibliotecas etc; o governo militar cria o Conselho Nacional de Cultura, o Instituto Nacional do Cinema, a Embrafilme, a Funarte, o Pró-Memória etc. Da mesma forma que Vargas, o regime militar reconhece “a importância dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais

---

<sup>92</sup> TASCHNER, 1992, p. 21.

coletivos”<sup>93</sup>. Mas, assim como há analogias, há diferenças entre 37 e 64 na relação do Estado com a cultura, pois “o regime militar se insere dentro de um quadro econômico distinto”, onde os grupos empresariais se assumem já “como portadores de um capitalismo que aos poucos se desprende de sua incipiência”, o que possibilita uma relação mais orgânica com o governo<sup>94</sup>. E a convergência de visão quanto ao projeto de desenvolvimento capitalista para o país desdobra-se em uma convergência de interesses, o que se dá através da idéia da “integração nacional”, ponto central da realização da ideologia da Segurança Nacional e causa da transformação promovida pelos militares na área de comunicação:

*“... a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares, muito embora ela seja interpretada pelos industriais em termos diferenciados. Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado. (...) Mas se tivermos em conta que a indústria cultural opera segundo um padrão de despolitização dos conteúdos, temos nesse nível, senão uma coincidência de perspectiva, pelo menos uma concordância”<sup>95</sup>.*

Daí a possibilidade de convivência até amigável com a ditadura, pois a crítica e os conflitos, quando surgem, deslocam-se “do pólo político para o pólo

---

<sup>93</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 5ª ed, p. 116.

<sup>94</sup> ORTIZ, *op.cit.* p. 117.

<sup>95</sup> ORTIZ, *op.cit.* pp. 118-119.

econômico”, calcada no fato de a censura ser muito rigorosa, ou não acompanhar a evolução dos costumes, “o que significa que sua atuação traz prejuízos materiais para o lado empresarial”<sup>96</sup>. Daí o desenvolvimento da autocensura, como atesta, por exemplo, o protocolo firmado pelo Departamento de Polícia Federal e as emissoras produtoras de programas de televisão, em setembro de 1970, que tem entre seus objetivos “o apaziguamento da vida nacional, inspirado na cooperação mútua e na preservação da tranqüilidade do país”<sup>97</sup>. Como a sociedade “pouco ou nada percebe da autocensura”, chega-se ao ponto de não conseguir mais “distinguir entre desinformação e censura”<sup>98</sup>.

Isto pode ser melhor entendido se forem consideradas algumas das especificidades do desenvolvimento do capitalismo e da indústria cultural no Brasil: 1º) o Brasil insere-se no universo do chamado “capitalismo tardio”, cuja industrialização é caracterizada “tanto por seu ponto de partida, a ‘economia exportadora capitalista nacional’, como pelo momento em que se inicia: ‘aquele em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial’”<sup>99</sup>; 2º) os interesses dos militares e os dos empresários “se articulam para a derrubada do regime de Goulart”, resultando num golpe que não é simplesmente uma manifestação militar, mas a expressão autoritária de “uma via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”<sup>100</sup>; 3º) diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil, é o Estado que implanta o suporte tecnológico

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>97</sup> BAHIA, *op.cit.*, p. 330.

<sup>98</sup> BAHIA, *op.cit.*, p. 346.

<sup>99</sup> TASCHNER, 1987, p. 30.

<sup>100</sup> ORTIZ, *op.cit.*, p. 117.

(sistema de redes) necessário para o funcionamento da indústria cultural, o que é feito a partir da criação da Embratel (em 1965), da associação ao sistema internacional de satélites (Intelsat), da criação do Ministério das Comunicações (em 1967) e da construção do sistema de microondas que vai permitir a interligação de todo o território nacional<sup>101</sup>; 4º) um sistema de comunicações economicamente forte depende da publicidade, e, no caso brasileiro, a evolução do mercado de propaganda “está intimamente associada ao Estado, que é um dos principais anunciantes”<sup>102</sup>.

Assim, além de promover a consolidação do capitalismo tardio no Brasil – o que, por si só, já significaria a criação das condições para a consolidação da indústria cultural, condições estas presentes nos EUA desde meados do século XIX –, o Estado autoritário investe fortemente no desenvolvimento do mercado de bens simbólicos, fazendo parte deste período histórico a constituição dos grandes conglomerados que passam a controlar a mídia e a produção cultural de massas no Brasil. A indústria editorial (livros, revistas, fascículos etc.) beneficia-se tanto da política de estímulo à produção de papel e redução de seu custo como da que favorece a importação de novas máquinas impressoras<sup>103</sup>. A produção cinematográfica expande-se com a criação do Instituto Nacional do Cinema e da Embrafilme. A indústria fonográfica tem seu faturamento ampliado em 1375% entre 1970 e 1976, devido “em grande parte

---

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>102</sup> ORTIZ, *op.cit.* p. 121. Segundo o autor, sendo uma das forças que compõem o mercado, “o governo, através de suas agências, detém um poder de ‘censura econômica’. (...) Não há, portanto, um conflito aberto entre desenvolvimento econômico e censura. (...) A censura ‘excessiva’ é certamente um incômodo para o crescimento da indústria cultural, mas este é o preço a ser pago pelo fato de ser o pólo militar o incentivador do próprio desenvolvimento brasileiro”.

<sup>103</sup> ORTIZ, *op.cit.* p. 122.

às inúmeras facilidades que o comércio passou a apresentar para a aquisição de eletrodomésticos”<sup>104</sup>. As emissoras de rádio, adquirindo o “traço integrador” com a possibilidade de transmissão em rede, constituem-se também como indústria cultural, conseguindo oferecer uma programação unificada e, ao mesmo tempo, específica, para “responder à demanda de um mercado onde existem faixas econômicas diferenciadas a serem exploradas”<sup>105</sup>. E a televisão, obviamente, tem o maior crescimento, porque concentra o maior investimento:

*“A expansão das redes nacionais a partir da década de 70 foi incentivada e mesmo financiada – com a criação das estações retransmissoras da Embratel – pelos governos dos generais Médici, Geisel e Figueiredo, com uma missão de unificação nacional. (...) A televisão foi designada pelos militares para uniformizar o Brasil pelo menos em termos de: 1) controle da informação que deveria percorrer o país de Norte a Sul, eliminando ‘bolsões de desinformação’ que poderiam transformar-se em focos de descontentamento e subversão; e 2) criação de uma imagem de país ‘em vias de desenvolvimento’ na direção dos modernos padrões mundiais de industrialização e consumo”<sup>106</sup>.*

Segundo Maria Rita Kehl, a história da televisão brasileira foi “praticamente” escrita na década de 70, pois “foi a partir do momento em que a televisão no Brasil ‘criou seu próprio modelo’ – e isso significa exatamente o advento da Rede Globo – que ela passou a existir como fenômeno social

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>105</sup> ORTIZ, *op. cit.*, p. 132.

<sup>106</sup> KEHL, Maria Rita. “Um só povo, uma só cabeça, uma só nação”. In *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Editora Moderna e Ibase, 1998. Nº 4, p. 18.

significativo e como sistema abrangente”<sup>107</sup>. Esse modelo, o chamado padrão Globo de qualidade – firmado a partir de 1973, com a chegada da televisão colorida – “contribuiu para apagar definitivamente do imaginário brasileiro a idéia de miséria, de atraso econômico e cultural”, contaminando “a linguagem visual de todos os setores da produção cultural e artística que se propõem a atingir o grande público”<sup>108</sup>. Rapidamente, no entanto, a Globo encontra a fórmula que vai lhe possibilitar o sucesso tanto no nível mercadológico como no político: “os ideólogos da Globo simplesmente perceberam que, melhor do que omitir os problemas e exigências da realidade social, é encampá-los sob sua tutela”. Desta maneira, atendendo “as reclamações vindas de setores mais avançados do público e dos próprios críticos”, falando da realidade brasileira e colocando o “povo” no vídeo, os programas tornam-se “excelentes chamarizes para a curiosidade das massas menos informadas e marginalizadas”<sup>109</sup>, ao mesmo tempo em que, com isso, passa a dirigir “o próprio debate que pode ocorrer em torno desses fatos: porque, na sociedade dos mídias, um fato social também é a sua versão – e, freqüentemente, a versão pode se tornar mais poderosa que o fato”<sup>110</sup>.

Quanto aos jornais, este também é o período da consolidação de sua natureza empresarial:

---

<sup>107</sup> KEHL, *op.cit.* p. 19.

<sup>108</sup> KEHL, *op.cit.* p. 22.

<sup>109</sup> De acordo com Mauro Salles, publicitário e ex-jornalista da Globo, “o trabalho urgente das ‘empresas de comunicação social’ consistiria em ‘incorporar ao mercado de consumo o 4º estrato da população, esses 20 milhões de sub-brasileiros que são responsabilidade de toda a nação...’, pois: ‘Na miséria, na fome, na opressão e na desesperança existe opinião pública’”. Citado por KEHL, *op.cit.* p. 22.

<sup>110</sup> KEHL, *op.cit.* p. 23.

*“Os investimentos nos anos 60 e 70 – superiores aos 100 milhões de dólares aplicados na década de 80 a 90 – definem a natureza empresarial dos veículos, reformam os seus métodos administrativos, reaparelham os seus sistemas gráficos e habilitam a redação a tarefas que tanto dizem respeito à instituição pública do jornalismo quanto à competição de mercado com os meios eletrônicos”<sup>111</sup>.*

Mas a concepção de “instituição pública do jornalismo” também muda, sendo despolitizada, ao passar “da idéia de ‘missão’ para a de ‘atendimento das necessidades do público”<sup>112</sup>, o que é reforçado com a ampliação da influência americana em substituição ao modelo europeu de jornalismo anteriormente seguido pelos brasileiros. Da década de 60 em diante, a hegemonia americana passa a se expressar nos vários aspectos do jornalismo brasileiro: apresentação gráfica, conceito de primeira página, normas de estilo para redação e edição, publicação de pesquisas de opinião, gerenciamento das redações, estruturação de Departamento de Pesquisa (a exemplo dos *research department*) etc<sup>113</sup>.

Em síntese, após 1964, a conformação da esfera pública burguesa, através do realinhamento das esferas pública e privada, leva a uma “reestruturação dos mecanismos ideológicos institucionais que ligavam essas duas esferas”: a grande imprensa “regride” a funções mercantis, sofrendo “uma

---

<sup>111</sup> BAHIA, *op.cit.* p. 438.

<sup>112</sup> ORTIZ, *op.cit.* p. 152.

<sup>113</sup> SILVA, *op.cit.* pp. 114-142.

grande inflexão no seu papel social”, enquanto “é acionado como mecanismo de persuasão ideológica dominante o padrão Globo de televisão”<sup>114</sup>.

Do outro lado, após o fechamento de todos os veículos do chamado campo popular (a maioria defensores das *reformas de base*), a partir de 1964, nascem dezenas de jornais e revistas alternativos, que passam a constituir, “com as organizações e movimentos a eles ligados, uma esfera pública alternativa à esfera pública burguesa”<sup>115</sup>. Isso porque, mais do que uma resistência conjuntural à ditadura, o fenômeno alternativo constitui uma maneira de “criar todo um ‘modelo ético-político’, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica”; um modelo ético-político fundado, principalmente, no “repúdio ao lucro” e, em alguns casos, até mesmo no “desprezo por questões de administração, organização e comercialização”<sup>116</sup>.

Entre os cerca de 150 títulos do ciclo alternativo, podem ser identificadas, segundo Kucinski, várias fases ou gerações de jornais: 1<sup>a</sup>) do lançamento do *Pif-Paf*, em junho de 1964, até o fim da *Folha da Semana*, em 1966, quando há “o desmoronamento do universo político do populismo; 2<sup>a</sup>) a partir de 1967, com o “imaginário oriundo da revolução cubana” e da proposta de uma guerrilha continental, onde destacam-se *O Sol*, *Poder Jovem* e *Amanhã*; 3<sup>a</sup>) a partir de fins de 1969, com o desenvolvimento de “uma das fases mais ricas, incluindo os primeiros semanários de circulação nacional sob o signo da

---

<sup>114</sup> KUCINSKI, *op.cit.* pp. XXII-XXIII.

<sup>115</sup> KUCINSKI, *op.cit.* p. 10.

<sup>116</sup> KUCINSKI, *op.cit.* pp. XXV-XXVI.

resistência político-cultural, entre os quais *O Pasquim* e *Opinião*"; 4ª) a partir de 1974, "quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam", destacando-se *Versus* e *Movimento*; 5ª) em 1975, "com a crise do padrão complacente da grande imprensa, precipitada pelo assassinato de Vladimir Herzog", surgem *De Fato* e *Coojornal*, ocorrendo simultaneamente a "diversificação temática e regional da imprensa alternativa"; 6ª) a partir de 1977, com o nascimento dos jornais "motivados essencialmente pela campanha da anistia", entre os quais *Repórter*, *Resistência* e *Maria Quitéria*<sup>117</sup>.

Com a redemocratização do país, encerra-se o chamado "ciclo da imprensa alternativa", tendo contribuído para essa não sobrevivência vários fatores, entre os quais, de acordo com Kucinski: a) a grande imprensa vai recriando uma esfera pública, por meio da apropriação de temas "até então exclusivos da imprensa alternativa"; b) os partidos políticos retomam a atividade política clássica, tendo como veículos seus próprios jornais, o que "esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sócio-política"; c) divergências políticas internas acabaram vitimando jornais importantes, como o *Opinião*, o *Movimento*, *De Fato*, *Em Tempo* e *Versus*; d) o "engajamento jornalístico" e a articulação entre jornalismo e política mudaram de lugar social a partir da década de 80, continuando a existir apenas "em órgãos de sindicatos e partidos políticos, anteriormente reprimidos, e nos jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica e por outras entidades da sociedade civil" – nestas propostas, o jornalista deixa

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 3-5.

de ser sujeito do processo e “desaparece a autonomia jornalística”; e) a falta de “tradição cooperativista, assim como de educação democrática no âmbito das relações cotidianas”; f) a “implosão do paradigma leninista, operada pelo surgimento inesperado (e por isso, em parte, indesejado) do Partido dos Trabalhadores”<sup>118</sup>.

Mas, além dos jornais e revistas, nas décadas de 60 e 70 surgem movimentos de produção e veiculação alternativa de audiovisuais, que serão precursores dos movimentos culturais e de democratização da mídia desenvolvidos nos anos 90. Entre eles, destaca-se o “Movimiento Del Nuevo Cine Latinoamericano” (MNCLA) – do qual “o Cinema Novo no Brasil é uma referência importante” –, que vem estabelecer “uma oposição radical à indústria cultural dominante, configurando-se como um movimento ‘centrípeto’, ou seja, de ações que convergem para uma proposta cultural, política e estética própria”. Na década de 80, quando movimentos sociais, ONGs e grupos de comunicação popular optam pelo uso do vídeo no trabalho de documentação e educação popular, o MNCLA se transforma em Movimento Latino-Americano de Vídeo (MLAV), que passa a reunir associações nacionais de diversos países do continente, entre as quais, a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP)<sup>119</sup>. Do ponto de vista da relação com a cidadania, o vídeo popular adquire importância não apenas por tratar-se de um instrumento de democratização da criação e veiculação, mas por privilegiar o espaço público, “onde uma coletividade aglutinada em torno da exibição

---

<sup>118</sup> KUCINSKI, *op.cit.* pp. XXV-XXIX.

<sup>119</sup> MEJÍA, Alberto. “Movimiento Latino-americano de Vídeo e coalizão mundial”. In *Proposta*, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 33-34.

interage de forma verdadeiramente participativa”, debatendo idéias e buscando alternativas para os problemas sociais que enfrentam<sup>120</sup>.

Surgidas também nos anos 60 e 70, as rádios populares dão origem mais tarde às rádios comunitárias. Tiveram como ponto de partida a rádio católica, durante a década de 60 – que, através do Movimento Eclesial de Base – MEB – utilizava o método Paulo Freire em programas radiofônicos para alfabetização e evangelização nas comunidades<sup>121</sup>. Na década de 70, este movimento das rádios católicas deu origem à Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (Aler), que passou a fazer capacitação e assessoria em rádio popular. No final da década de 70 e início dos anos 80 surge o movimento das rádios de alto-falante em São Paulo e no Nordeste, que “não só coloca no ar as rádios alto-falantes, como promove assessoria e capacitação para comunicadores populares”<sup>122</sup>. Surge também o Movimento Nacional de Rádios Livres, embora, nesta época, a maioria das rádios funcionasse mais “como denúncia para processos políticos importantes”, com entradas e saídas súbitas do ar, anunciadas por panfletos. No final dos anos 80 e início dos 90, no entanto, a rádio livre deixa de ser apenas uma ousadia – principalmente dos jovens –, mudando seu caráter, quando os movimentos de trabalhadores rurais, sindicatos, associações de bairros e outras entidades populares passam a colocar no ar a sua rádio, agora chamada de “livre e comunitária”. Na década de 90, este movimento se expande, surgindo milhares de emissoras em todo o

---

<sup>120</sup> MEJÍA, Alberto. “Periferia parabólica”. In *Proposta*, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993.

<sup>121</sup> CARVALHO, Marcus Aurélio. “As rádios populares em todo o mundo”. In *Proposta*, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, p. 37.

<sup>122</sup> CARVALHO, Marcos Aurélio, *op.cit.* p. 38.

país, num embate permanente com as delegacias regionais do Ministério das Comunicações, que as persegue e apreende (equipamentos e, não raro, operadores) como “piratas”.

No final de 1990, os esforços convergem para a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que lança (em 1992) a proposta da Lei da Informação Democrática (LID) e chega a reunir “35 grandes entidades nacionais (entre as quais a UNE, CUT, Ibase, Enecos, Fenaj, Fitert, UCBC, ABVP, Fittel) e 44 comitês estaduais e municipais em todo o país”<sup>123</sup>. No conjunto, o Fórum coordena as atividades de cerca de 500 entidades da sociedade civil brasileira, tendo como fio condutor de seu trabalho a defesa do “controle público” dos sistemas de comunicação de massa, o que implicaria não apenas a participação das decisões sobre a distribuição das frequências e canais de rádio e televisão, mas principalmente o desenvolvimento de “meios de controle público sobre a programação”<sup>124</sup>.

Entre os frutos desta organização e das mobilizações que se seguiram durante toda a década de 90 está a regulamentação de TVs e rádios comunitárias – o que ocorre, obviamente, de uma forma muito aquém do pretendido pelo Fórum. Sem entrar nos meandros da discussão da regulamentação, da legislação aprovada e das conseqüentes reações a ela – o que ultrapassa o escopo desta dissertação –, importa citar, porém, um aspecto fundamental: a não aprovação da utilização de verbas públicas para a

---

<sup>123</sup> GUILLON, Orlando. “Lei da Informação Democrática: uma questão de cidadania”. In *Proposta*, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, p. 8.

<sup>124</sup> HERZ, Daniel. “Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil”. In *Proposta*, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, p. 6.

sustentação das TVs e rádios comunitárias, reivindicação justificada pelo caráter exclusivamente de utilidade pública das emissoras. Assim, dada a fragilidade financeira, rádios e TVs comunitárias não conseguem viabilizar a qualidade desejada para sua programação (quando conseguem viabilizar alguma programação), enquanto o dinheiro público continua financiando grandes empresas e suas respectivas diminutas preocupações com a utilidade pública:

*“No passado isso foi mais freqüente e escandaloso – jornais eram diretamente financiados pelo Tesouro. O caso histórico é o da Última Hora, financiada pelo Banco do Brasil num negócio entre Getúlio Vargas e o jornalista Samuel Wainer. Mas até hoje os cofres públicos socorrem jornais, revistas e TVs. O Jornal do Brasil tem uma conta escarlate no Banco do Brasil. Recentemente, a Globopar, das Organizações Globo, a mais influente corporação da mídia no país, obteve da Caixa Econômica Federal um empréstimo com juros especiais que um juiz do Rio considerou lesivo à Caixa e anulou. A editora Três (Istoé), o Diário Comércio e Indústria e a Gazeta Mercantil já tomaram empréstimos no Banespa, e a Três e o DCI, pelo menos, não pagaram nem foram executados ...”<sup>125</sup>.*

Na década de 90, principalmente na sua segunda metade, no entanto, surgem novos títulos de publicações alternativas, sendo a maioria dos jornais e revistas de iniciativa dos veteranos dos jornais alternativos dos anos 70, entre os quais: “Caros Amigos”, fundada por Sérgio de Souza, contém artigos de Frei

<sup>125</sup> INSTITUTO GUTENBERG. “A imprensa-fiscal pode receber dinheiro dos governos que ela fiscaliza?” Artigo divulgado no Boletim nº 1, março de 1995, <http://www.igutenberg.com.br>.

Betto, José Arbex Jr., Roberto Freire e Aloísio Biondi; Oficina de Informações, com a revista Reportagem e o *site* [www.oficinainforma.com.br](http://www.oficinainforma.com.br), fundada em 1997, tem como editor Raimundo Pereira; Bundas, lançada em 1999 através de uma parceria entre Ziraldo, Jaguar e Millôr; Correio da Cidadania ([www.correiocidadania.com.br](http://www.correiocidadania.com.br)), dirigido por Plínio de Arruda Sampaio; Observatório da Imprensa ([www.uol.com.br/observatório](http://www.uol.com.br/observatório)), dirigido por Alberto Dines; Instituto Gutenberg ([www.igutenberg.org](http://www.igutenberg.org)), dirigido por Sérgio Buarque de Gusmão; e a versão brasileira do Le Monde Diplomatique ([www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br)).

Ao mesmo tempo, com o início do acesso privado dos brasileiros à Internet, na segunda metade da década de 90<sup>126</sup>, novas perspectivas se abrem, tanto no sentido estrito de uma “reinvenção” da grande imprensa como no da democratização geral do acesso dos cidadãos à informação e à comunicação – o que será tratado no próximo capítulo.

---

<sup>126</sup> O ano de 1988 é considerado o “momento zero da Internet no Brasil”, quando a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp) faz os contatos em busca de uma conexão do país com as redes mundiais. O serviço é inaugurado oficialmente em abril de 1989, mas a liberação da operação comercial, com a criação da figura do provedor de acesso privado, só é feita em 1995, através de uma portaria conjunta do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência e Tecnologia (LIMA, Luiz Octavio. “A implantação da Rede no Brasil”. <http://www.agemado.com.br> ).

## 7. Jornalismo *online*: perspectivas e limites

O início do jornalismo *online*, ainda na primeira metade da década de 90, é marcado por um otimismo que admite poucas ressalvas, como indica Arlindo Machado<sup>1</sup>, uma vez que se sustenta na possibilidade de: a) menores custos – tanto de investimento inicial (em equipamentos e pessoal) como de manutenção da produção e distribuição do material noticioso; b) introdução de som e imagem em movimento, tornando a recepção mais atraente e ocupando o espaço até então exclusivo da televisão e rádio; c) atualização permanente, posteriormente chamada de “em tempo real”; d) desenvolvimento de mecanismos de busca para pesquisa de temas e informações específicas, proporcionando a contextualização de informações de acordo com o interesse do usuário; e) ligações entre matérias afins; f) conservação de edições anteriores, de forma que o leitor possa pesquisar a evolução de um acontecimento; g) ter matérias de interesse muito específico, de natureza local ou destinadas a segmentos específicos de público restrito; h) acesso dos leitores ao banco de dados do jornal; i) interatividade com os leitores, a partir da realização de debates ou do diálogo dos leitores diretamente com os jornalistas; j) acesso dos leitores a matérias ainda não publicadas, permitindo que dêem opinião sobre o conteúdo e que os textos possam ser corrigidos; k) acesso dos leitores à versão integral do boletim da agência de notícias ou do

---

<sup>1</sup> Na Aula Inaugural proferida na Escola de Comunicação e Artes da USP, em março de 1994, e publicada sob o título de “As comunicações sob o impacto da informática”. *In Revista Comunicação & Educação*. Ano I, nº 2, Janeiro/abril. São Paulo: Moderna/USP, 1995, pp. 14-20.

texto original do repórter ou colaborador (sem os cortes da edição); l) publicação de material especializado e personalizado, superando a “idealização do consumidor médio”, e permitindo a “afirmação das singularidades e florescimento das diferenças”, assim como a assinatura somente do que interessa a cada um<sup>2</sup>.

Imaginava-se, então, que o chamado “infojornalismo” não seria simplesmente uma versão *online* da forma impressa: “na versão impressa, as matérias serão mais compactas (o jornal será mais fino), de modo a dar o essencial sobre os acontecimentos do dia. Se o leitor quiser se aprofundar no assunto (...), ele poderá fazê-lo acessando a versão *online*”<sup>3</sup>. E, além destas diferenças, imaginava-se muitas outras, pois na rede não há a limitação de espaço, um dos grandes entraves presentes na forma impressa, o que possibilitaria, entre outros benefícios ao leitor, a divulgação dos endereços eletrônicos das fontes ouvidas em cada matéria ou de *sites* relacionados com o assunto, através da introdução de *links* no final do texto ou mesmo no ponto em que é feita a citação. No caso de uma reportagem sobre conflitos agrários no Paraná, por exemplo, o texto traria os *links* para acesso imediato do leitor tanto ao *site* oficial do governo estadual, ao da regional do INCRA, ao da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ao da União Democrática Ruralista (UDR-seção Paraná), como ao *site* do Movimento dos Sem Terra (MST), ao da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEG) e aos de outras ONGs que de alguma forma estivessem tratando do problema.

---

<sup>2</sup> MACHADO, *op.cit.* pp. 19-20.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 19.

Por outro lado, já de início previa-se que as mudanças poderiam não ser de tal magnitude e que os problemas se avolumariam tanto relacionados às características intrínsecas ao novo meio como às condicionantes advindas do jornalismo empresarial, da publicidade, do poder do capital e dos próprios mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista em geral.

A velocidade logo se revelou como característica primeira do jornalismo *online*: 1º) a velocidade de disponibilização, através da atualização permanente, que passou a ser feita 30 vezes ou mais por dia nos maiores veículos noticiosos; 2º) a velocidade de transmissão, através da compactação de imagens para *download* instantâneo; 3º) a velocidade de absorção pelo leitor, através de textos curtos (raramente maiores do que cinco parágrafos) em linguagem corrente. Combinando-se, então, a atualização em “tempo real” com a falta de tempo do usuário, tem-se como resultado um verdadeiro fechamento de perspectivas, que acabam reduzidas ao que o *site* portal<sup>4</sup> oferece:

*“É o que revela a pesquisa feita pela Júpiter Communications: ‘a maioria dos leitores de notícias na Internet prefere ler apenas títulos que resumam os principais assuntos do dia em centrais de notícias online como os sites portais’. A pesquisa, realizada junto a 2.200 usuários da Internet, constatou ainda que os leitores gastam no máximo 10 minutos com um único texto e que preferem empregar seu tempo lendo títulos em uma lista de reportagens”<sup>5</sup>.*

---

<sup>4</sup> Sobre os portais, cf. Capítulo 5, ponto 5.3, “Do mercado ao monopólio”, p. 162.

<sup>5</sup> CAMARGO, Nelly de e BECKER, Maria Lúcia. “Dos portais à grande muralha”. *In Contato – Revista brasileira de comunicação, arte e educação*. Nº3, abril/junho/1999. Brasília (DF): Senado Federal, p. 52.

Assim, a informação jornalística ganha velocidade, mas, ao mesmo tempo, perde qualidade (relacionada ao número e diversidade das fontes consultadas, ao volume de dados incluídos no texto, à abrangência e profundidade da análise etc). E quanto ao leitor poder acessar outros veículos e outros *sites* relacionados com o tema, via de regra isso não acontece, como informa a pesquisa acima citada, pois, além de raramente algum noticioso fornecer *links* de *sites* afins, o desenvolvimento dos “supersites” portais altera completamente a situação de equanimidade de acesso dentro da Internet. Embora todos os *sites* continuem dispostos lado a lado dentro da rede mundial, alguns são sobrevalorizados, através da chamada propriedade cruzada dos meios (“no Brasil, os três principais portais, Universo Online – UOL, Zaz e SBT Online – SOL, têm origem em grupos tradicionais de comunicação – Grupo Folha; RBS e SBT<sup>6</sup>), onde um veículo reforça o outro; por exemplo, o portal UOL, constituído através de parceria entre o Grupo Folha e a Editora Abril, tem uma média diária de 485.388 visitantes e 29.858.437 *page views*, sendo o líder no país com quase o dobro de audiência do segundo colocado, o Terra<sup>7</sup>. Já o portal [www.globo.com](http://www.globo.com), imediatamente após entrar no ar passou a ocupar um dos cinco primeiros lugares em audiência, pois inclui o *site* da TV Globo, *chats* com os artistas da emissora, o Sistema Globo de Rádio – com a transmissão de todas as emissoras em tempo real –, as revistas, o jornal O Globo, a Agência Globo etc.

---

<sup>6</sup> CAPPARELLI, Sérgio e SANTOS, Suzy dos. “Caminhos cruzados: a televisão entre a Web e as teles”. In TAPIA, Jorge Ruben Biton e RALLET, Alain (Org). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica. Uma análise comparada**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 2), p. 146.

<sup>7</sup> MESQUITA, Renata. “IVC confirma liderança do UOL na audiência da Internet”. **Info Online** – <http://www.uol.com.br> -, 15/06/2000, 10h39.

Do ponto de vista do meio e sua relação com a cidadania, McLuhan descreveu o jornal como “mosaico comunal”, uma vez que neste “os múltiplos itens informacionais são dispostos em mosaico numa página”, sendo “uma forma confessional de grupo que induz à participação comunitária”, ao contrário do livro, que “é uma forma privada e confessional que induz ao ‘ponto de vista’”. Assim, para McLuhan, “é a exposição comunitária diária de múltiplos itens em justaposição, que confere ao jornal sua complexa dimensão de interesse humano”<sup>8</sup>. Característica bastante prejudicada, senão perdida, pelo jornal *online* ou infojornal, que “é uma ‘colagem’ de fragmentos autônomos e comercialmente desmembráveis”: enquanto o jornal impresso é vendido em bloco, o infojornal é acessado separadamente; o que, lhe confere a vantagem de atingir públicos específicos e permitir a personalização do conjunto de notícias que o usuário quer ler ou até mesmo assinar, mas, ao mesmo tempo, promove um “constrangimento da visão e da subjetividade” do leitor, pois o restante das matérias fica descartado e “a realidade passa então a se reduzir a tais fragmentos superestimados”<sup>9</sup>. Problema já previsto por Arlindo Machado, em 1994, que pergunta:

*“Se o leitor só acessa aquilo que ele quer, como saberá que ele não quer o que não acessou?”. (...) O problema mais grave é que a empresa jornalística, ao optar por colocar tal ou qual matéria nesta ou naquela seção, poderá estar também decidindo o que o*

---

<sup>8</sup> Mc LUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 1998. 10ª edição. Título original em inglês: *Understanding Media: The Extensions of Man*. EUA, McGraw-Hill Book Company, 1964. Tradução: Décio Pignatari, p. 231.

<sup>9</sup> TRIVINHO, Eugênio. **Redes – Obliterrações no fim de século**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998, p. 145.

*leitor vai ou não ler. Lembremo-nos de que muitos eventos têm repercussão em várias áreas ao mesmo tempo. Optar por colocar uma matéria nesta ou naquela seção, neste ou naquele caderno, é uma questão de interpretação que pode ser subjetiva ou, até mesmo, mal-intencionada*<sup>10</sup>.

Outro problema, que não surgiu com a Internet, mas ganhou com ela um agravamento sem precedentes, é a dissipação da fronteira entre informação e publicidade. Com o desenvolvimento da publicidade de massa, após a II Guerra Mundial, uma das mudanças no jornalismo foi o aparecimento da chamada “matéria fria”, uma área nebulosa que não se reconhece nem como notícia nem como publicidade, sendo “em parte entretenimento de interesse dos leitores, mas quase sempre material ‘light’, projetado para criar uma disposição consumista que servisse de isca para atrair mais anúncios”<sup>11</sup>. Com a Internet acelera-se ao máximo a consolidação deste modelo, a tal ponto que “está ficando difícil encontrar um *site* informativo sem vínculos financeiros entre o que é publicado e seus efeitos sobre o público”<sup>12</sup>. E isso ocorre tanto porque a Internet oferece a justificativa da cobertura dos custos do acesso gratuito dos usuários às informações como simplesmente porque, tratando-se de uma nova mídia, novas regras podem ser reivindicadas: “muitas empresas líderes na Internet dizem que os limites tradicionais entre publicidade e

---

<sup>10</sup> MACHADO, *op.cit.* p. 20.

<sup>11</sup> BAGDIKIAN, Bem H. **O monopólio da mídia**. São Paulo: Página Aberta, 1993. Título original: *The media monopoly*. Tradução: Maristela M. de Faria Ribeiro, p. 216.

<sup>12</sup> HANSELL, Saul e HARMON, Amy. “Limite entre informação e publicidade na Internet é nebuloso”. *The New York Times*, 26/02/1999. Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

conteúdo não se aplicam à rede”<sup>13</sup>. Entre os inúmeros exemplos deste tipo de “informacial” (informação e comercial), pode-se citar o do *site* de notícias financeiras CNNfn, onde “a página de turismo listada no menu principal mistura reportagens turísticas da CNN com serviços de reservas e promoções de uma agência de viagens que a patrocina”<sup>14</sup>. Assim, o jornalismo *online*, ao mesmo tempo em que se nega a oferecer ao leitor os *links* dos *sites* relacionados ao tema ou às fontes ouvidas na matéria, impõe – sem qualquer constrangimento – a ligação com seus anunciantes:

*“Serviços aos usuários são apenas a justificativa de muitos sites de notícias e informações que começaram a incluir links de patrocinadores nas matérias relacionadas. Hoje vários deles colocam anúncios em qualquer artigo, oferecendo livros da Amazon ou da Barnes & Noble relacionados ao assunto. Com frequência o site recebe uma comissão sobre cada venda. ‘The New York Times’ tem esses links em suas resenhas de livros online”*<sup>15</sup>.

Estes limites e alguns outros problemas de fundo emergentes da relação entre informação, Internet e cidadania serão tratados, no próximo capítulo, à luz dos dados de uma pesquisa documental, feita com periódicos *online* que trazem material noticioso da cidade de Curitiba (PR).

---

<sup>13</sup> HANSELL e HARMON, *op.cit.*

<sup>14</sup> HANSELL e HARMON, *op.cit.*

<sup>15</sup> HANSELL e HARMON, *op.cit.*



## **8. A pauta da cidade e a cidade da pauta**

Com o objetivo de verificar o que concretamente está sendo feito em termos de disponibilização *online* de informações e como este conteúdo pode se relacionar com o exercício cotidiano da cidadania, foram recolhidas – durante doze meses, de 01 de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2000 – e analisadas edições eletrônicas de quatro jornais diários que veiculam material noticioso relacionado à cidade de Curitiba.

### **8.1. Metodologia**

#### Universo e composição da amostra

A escolha inicial recaiu sobre os três jornais mais antigos, de maior tiragem no Estado do Paraná e pertencentes a grupos empresariais proprietários também de veículos audiovisuais. Avaliando o tempo disponível como insuficiente para a análise das edições completas destes jornais, decidiu-se pelo recolhimento apenas da seção “Curitiba” dos jornais Gazeta do Povo e Folha do Paraná e da seção “Cidades” do jornal O Estado do Paraná, o que foi realizado de fevereiro/99 a janeiro/00. No início do mês de agosto/99, no entanto, o provedor de Internet Universo Online lançou a seção “Curitiba” na estação “Cidades Online”, que faz parte do seu portal. Dada a importância da audiência do UOL, este material passou a fazer parte do estudo a partir de então (agosto/99 a fevereiro/00), porém recebendo um tratamento diferenciado, conforme explicitação feita a seguir.

Gazeta do Povo: Lançada em 19 de janeiro de 1919 e circulando diariamente desde o dia 3 de fevereiro do mesmo ano, a Gazeta mantém até hoje a mesma linha editorial. É dirigida por Francisco Cunha Pereira desde 1962, teve seu sistema de composição computadorizado em 1975 e toda a redação informatizada em 1989, sendo que a edição *online* foi lançada em 96. Caracteriza-se, desde a sua primeira edição, pelo grande número de anúncios publicitários. Com uma tiragem de mais de 100 mil exemplares aos domingos, é o maior jornal do Paraná e situa-se entre os dez maiores jornais brasileiros<sup>1</sup>.

O Estado do Paraná: O título existe desde 1889, mas o jornal vem sendo publicado diariamente, sem interrupções, desde 1951. Foi adquirido por Paulo Pimentel em 1964, quando este era Secretário da Agricultura e em seguida passou a ser governador do Estado. Primeiro jornal paranaense a ser impresso pelo sistema “off-set” e em policromia, em 1974, O Estado do Paraná mantém a característica de veículo estadual, com 12 sucursais espalhadas pelo interior. O Grupo Paulo Pimentel é proprietário também do jornal Tribuna do Paraná e de uma rede de TV, membro do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT): TV Iguaçu, TV Tibagi, TV Naipi e TV Cidade.

Folha do Paraná (edição estadual da Folha de Londrina): Criada em 1948 e circulando diariamente desde 1952, a Folha de Londrina ofereceu as bases para o crescimento da Empresa Jornalística Folha de Londrina, que assumiu a condição de grupo de comunicação em 1979, quando instalou a TV Tarobá em Cascavel (oeste do Estado) e três emissoras de rádio na cidade de

---

<sup>1</sup> Edição comemorativa de 80 anos. “Propósitos claros marcam o nascimento da Gazeta”. <http://www.gazetadopovo.com.br/universo/gazeta>

Londrina (norte do Paraná). Em 1996, torna-se o primeiro jornal do mundo a receber o certificado ISO 9002 e, em 97, passa a editar a Folha do Paraná, com um caderno específico para Curitiba e Região. Orgulha-se também de possuir o maior índice de fidelidade a um jornal em todo o país, com 90% de seus leitores sendo assinantes, 51% deles há mais de 10 anos. Segundo o próprio jornal, a tiragem média durante a semana é de 50 mil exemplares, sendo 60 mil aos domingos, com circulação em 491 localidades (do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, além de Brasília, Porto Alegre, Joinville e Florianópolis).

Cidades Online – Curitiba: *Homepage* veiculada pelo provedor de Internet Universo Online, tendo como conteúdo o material noticioso de um periódico chamado “Agora Paraná”. Segundo auditoria da empresa Ernst & Young<sup>2</sup>, o UOL concentra 80% da navegação em Internet no Brasil, sendo o maior provedor de Internet do Brasil. Tendo como proprietários o Grupo Folha (que edita a Folha de São Paulo, jornal de maior circulação do país, com um milhão de exemplares aos domingos) e o Grupo Abril (maior organização editorial brasileira, que publica nove das dez maiores revistas brasileiras e tem 245 títulos circulando no Brasil, Portugal e Argentina), o UOL destaca-se como provedor de conteúdo, sendo o maior *site* em língua portuguesa do mundo, com 28 estações, 500 canais e 2,4 milhões de páginas disponíveis. Duas razões levaram, porém, o material do “Cidades Online – Curitiba” a ter um tratamento diferenciado: 1<sup>a</sup>) O período de coleta do material não coincide com o realizado para os outros três jornais; 2<sup>a</sup>) O conteúdo das matérias jornalísticas

---

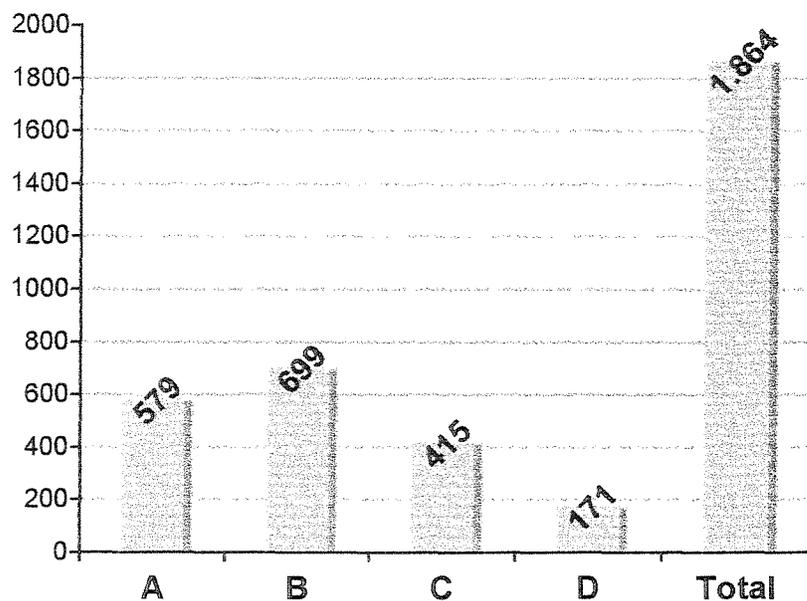
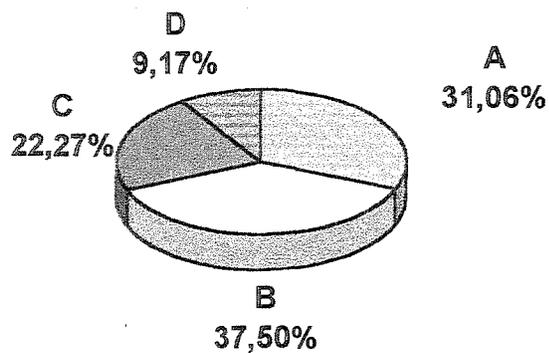
<sup>2</sup> Mundo Digital. Quatro em cada cinco internautas brasileiros visitam o UOL. <http://www.uol.com.br>. 24/03/99.

recolhidas de agosto/99 a janeiro/00 neste *site* coincide integralmente com o conteúdo de matérias produzidas pela Agência de Notícias da Prefeitura Municipal de Curitiba no mesmo período.

Para a constituição da amostra, foi elaborada uma planilha – contendo os dias em que seriam recolhidas as edições de todos os jornais –, através de sorteio de datas baseado em uma Tabela de Números Aleatórios. Foram, então, coletadas 60 edições da seção “Curitiba” do jornal Gazeta do Povo (doravante denominado veículo “A”), 60 edições da seção “Curitiba” do jornal Folha do Paraná (veículo “B”), 60 edições da seção “Cidades” do jornal O Estado do Paraná (veículo “C”) e 33 edições da seção “Curitiba” do Cidades Online (veículo “D”). No pacote de material de cada veículo, foram selecionadas apenas as matérias com conteúdo diretamente relacionado a Curitiba (fatos ocorridos em Curitiba, envolvendo pessoas, aspectos e/ou locais desta cidade), desconsiderando-se as demais<sup>3</sup> – o que resultou em um total de 1.864 matérias para a análise, composto conforme os números especificados no gráfico abaixo:

---

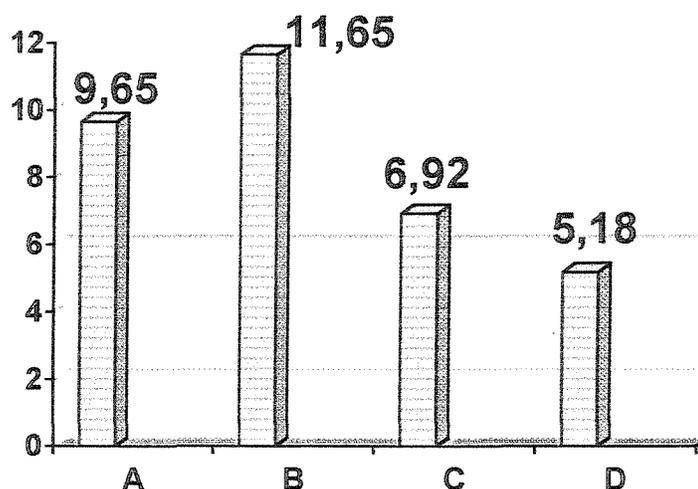
<sup>3</sup> A seção “Curitiba” dos jornais Gazeta do Povo e Folha do Paraná inclui matérias de municípios da Região Metropolitana, do litoral do Paraná ou de localidades próximas, por exemplo, Ponta Grossa, Lapa etc. Já a seção “Cidades” do jornal O Estado do Paraná, por natureza, invariavelmente contém material de outras cidades além da capital.

**GRÁFICO 1. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA****NÚMERO DE MATÉRIAS TOTAL E POR VEÍCULO****GRÁFICO 2. DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL****PERCENTUAL POR VEÍCULO**

A disparidade dos números entre os veículos se deve principalmente ao fato de que cada veículo edita diariamente (na respectiva seção “Curitiba” ou “Cidades”) um número diferente de matérias com conteúdo relacionado a Curitiba, sendo que no material analisado foi constatada a ocorrência em cada veículo de uma média diária que varia de aproximadamente cinco (veículo “D”) a doze matérias (veículo “B”), conforme demonstra o gráfico a seguir:

**GRÁFICO 3. MÉDIA DIÁRIA**

**(DE MATÉRIAS RELACIONADAS COM A CIDADE DE CURITIBA)**



#### Tratamento e análise dos dados

A consecução de uma leitura semântica do conteúdo sobre a cidade publicado por estes veículos se deu no transcorrer de uma seqüência de etapas de organização, categorização e análise do material coletado:

1. Análise comparativa do conteúdo de edições eletrônicas e edições impressas dos jornais Gazeta do Povo, Folha do Paraná e O Estado do Paraná;
2. Elaboração de uma lista de categorias temáticas, a partir de uma leitura exploratória inicial do material das edições eletrônicas;
3. Confeção de quadros com a incidência de cada tema por veículo e data;
4. Confeção de um quadro com a incidência de cada tema (em números absolutos e porcentagens), por veículo, no total da amostra, distinguindo os totais da amostra 1 (veículos “A”, “B” e “C”) e amostra 2 (veículo “D”);
5. Elaboração de um conjunto de categorias e subcategorias para análise e classificação das fontes de informação;
6. Montagem de uma matriz de dados brutos, tendo como unidades de registro as palavras-chave indicativas do tipo de fonte de informação que aparece no interior de cada matéria analisada e como unidades de contexto as matérias (especificando a data e o veículo em que foi publicada);
7. Montagem de quadros e/ou gráficos para visualização dos totais de ocorrências no conjunto das matérias, por tema e por veículo analisado;

8. Elaboração de quadros com os seguintes cruzamentos de dados: número de matérias total e por veículo X número de fontes por veículo; número de matérias total e por veículo X número de *releases* total e por veículo; número de matérias total e por veículo X citação ou não da fonte;
9. Elaboração de quadros com os cruzamentos das subcategorias;
8. Exame das significações emergentes a partir do cruzamento das diversas categorias e subcategorias analisadas.

## **8.2. Versão online da forma impressa**

A análise comparativa de edições eletrônicas e edições impressas dos veículos “A”, “B” e “C” permite chegar às seguintes indicações quanto ao material noticioso referente à cidade de Curitiba disponibilizado na *Web* por estes periódicos:

- 1) O número de matérias é igual ou menor que o da publicação impressa, sendo o tamanho e o conteúdo dos textos da edição eletrônica – com raras exceções – exatamente os mesmos da forma impressa. Ou seja, todas as matérias que circulam *online* aparecem na edição impressa, mas, no caso dos veículos “A” e “C”, a recíproca não é verdadeira, não aparecendo *online* desde reportagens inteiras (o que se deve, em vários casos, à não coincidência das seções, como será comentado no ponto 6)

até alguns “boxes”, “sides”, “gravatas”, “olhos”, “sobretítulos”, “sub-retrancas”, “linhas-finas”, “textos-legenda” e outros recursos de edição usados na forma impressa;

- 2) O número de ilustrações e fotos também é igual (veículo “B”) ou menor (veículos “A” e “C”) que o do jornal impresso, sendo que não aparecem *online* desde “artes”, de página inteira, existentes na edição impressa até “storyboards”, gráficos, mapas etc;
- 3) Embora com arquiteturas de navegação diferenciadas, os três *sites* apresentam problemas quanto à ligação entre matérias afins e/ou visualização global do conteúdo existente na seção: Veículo “A” – a seção “Curitiba” do veículo “A” traz a(s) chamada(s) da(s) matéria(s) principal(is) – uma ou duas –, acompanhada(s) de pequeno(s) resumo(s) ou dos títulos das matérias ligadas à primeira, os títulos das demais matérias e as barras de navegação (editorias, seções, serviços etc.), não trazendo, portanto, os títulos das matérias complementares, que são visualizados do lado direito da página somente quando o leitor acessa cada matéria; Veículo “B” – a seção “Curitiba” do veículo “B” apresenta todos os títulos – das matérias principais, das complementares e até das notinhas – dispostos verticalmente numa coluna à esquerda da página, de forma que o leitor pode visualizar todo o conteúdo da seção; porém os títulos são ordenados de acordo com o que foi prioridade na edição impressa, ou seja, entre o título da matéria que abriu uma página e os das matérias a ela vinculados aparecem até cinco ou seis outros completamente alheios ao assunto; Veículo “C” – a seção “Estadual” do veículo “C”, onde entram

- as matérias referentes a Curitiba, apresenta os títulos das matérias dispostos em duas colunas no topo da seção e, em seguida, todos os textos, um após o outro na mesma página, incluindo as matérias complementares, cujos títulos não aparecem na lista que inicia a seção;
- 4) Nas três publicações eletrônicas, a edição é diária, tal como ocorre no jornal impresso, mas, às vezes, o material impresso é mais atualizado, por exemplo: na matéria sobre o bancário que assassinou a mulher, publicada pelo veículo “B” no dia 16/09/99, o texto impresso relata a prisão do assassino, enquanto o texto eletrônico indica ainda o pedido de prisão preventiva;
  - 5) A interatividade com os leitores fica por conta da disponibilização de mecanismos como “Fórum” (no veículo “A”) e “Quero dar minha opinião”/ “Quero ver as opiniões”/ “Envie essa matéria a um amigo” (no veículo “B”).
  - 6) Nos três veículos analisados, constatam-se os problemas ligados à fragmentação do jornal eletrônico, ou seja, como previu Machado<sup>4</sup>, se o leitor – interessado em notícias de Curitiba – opta por ler apenas a seção “Curitiba” ou “Estadual” destes jornais, acaba conseguindo conteúdos diferentes, dependendo do veículo acessado, por exemplo: algumas matérias que estão na seção “local” do veículo “A” aparecem na seção “política” do veículo “C”; no período analisado, a seção “Cidades” do veículo “C” impresso não tem o mesmo conteúdo da seção correspondente do jornal eletrônico, pois inclui matérias policiais,

---

<sup>4</sup> Ver página 213.

falecimentos e meteorologia, enquanto no jornal eletrônico há uma seção exclusiva para “Polícia”; no caso dos veículos “A” e “B”, não há seção policial na publicação eletrônica, sendo as matérias desta editoria incluídas na seção “Curitiba”.

Os pontos arrolados acima permitem afirmar que, no período analisado, o conteúdo referente a Curitiba disponibilizado na Internet por estes periódicos é uma versão *online* da forma impressa; em vários aspectos, uma versão piorada, o que é compensado pela gratuidade do acesso e pela possibilidade de alguma interatividade do leitor com o jornal e com outros leitores.

Apesar de considerado suficiente para os objetivos desta dissertação, que não requer uma análise exaustiva no âmbito técnico do jornalismo eletrônico, este é, no entanto, um estudo preliminar, cujo caráter indicativo deve-se à constatação da necessidade de uma investigação mais ampla e pormenorizada dos diversos pontos implicados na disponibilização e debate *online* de informações locais (da cidade), fundamentais para o exercício da cidadania em seu patamar mais básico e imediato.

### **8.3. Circularidade excludente**

Para verificar que cidade emerge das páginas eletrônicas dos jornais e o nível de correspondência desta cidade com a que é vivida e construída cotidiana e coletivamente pela maioria dos seus cidadãos, a análise incidiu

sobre três aspectos fundamentais da operacionalização da edição: a seleção temática, a constituição das fontes de informação e a publicação de *releases*.

### **8.3.1. O repertório temático**

Uma leitura exploratória inicial do material identificou a presença de 44 categorias temáticas, compostas basicamente por (listagem em ordem alfabética):

1. **Aeroportos** – Afonso Pena e Bacacheri –, incluindo: nevoeiro, construção de pista, instalação de novos equipamentos, cancelamento de vôos, fechamento etc;
2. **Água e saneamento**, incluindo: interrupção no fornecimento de água, falta de saneamento básico, rompimento de adutora, interligação de redes etc;
3. **Alimentação/dietas/abastecimento**, incluindo: alimentação no centro da cidade, produtos para emagrecimento, Associação dos Gordos Convictos, etc;
4. **Assistência social**, incluindo: instituições assistenciais, convênios, repasse de recursos para entidades, campanhas de arrecadação, indigentes, FAS (Fundação de Ação Social), Conselho de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mendicância etc;
5. **Cães e outros animais**, incluindo: animais de estimação, mordida de cão, Sociedade Protetora dos Animais, adestramento, barulho de animais, granjas e canis, feiras de filhotes e pequenos animais, lei da

- focinheira, urubus, jacaré, reprodução de papagaios, mosquitos borrachudos etc;
6. **Cemitérios/serviços funerários**, incluindo: custo de lotes e gavetas, taxas de manutenção, planos funerários, controle/cartel de funerárias, lista de espera por lotes em cemitério público etc;
  7. **Ciência & tecnologia**, incluindo: novas tecnologias, genética, Vila Tecnológica, conferências, descobertas científicas, implicações éticas etc;
  8. **Comércio/serviços**, incluindo: serviços bancários, vendas no comércio, consulados, serviço de táxi, correios, turismo etc;
  9. **Conservação do patrimônio**, incluindo: abandono de equipamentos públicos, reformas, imóveis interditados, restauração de patrimônio histórico, programa Revivendo Curitiba, irregularidades no sistema de proteção contra incêndio etc;
  10. **Criança e adolescente**, incluindo: uso de drogas, bebê abandonado, meninas infratoras, dependência precoce etc;
  11. **Cultura/lazer/eventos/costumes**, incluindo: datas comemorativas, lançamento de livros, clubes, loterias, escolas de samba, desfiles de carnaval, circos, espetáculos de teatro, museu, bailes, bingos, filmagem de documentário, bibliotecas, shows, congressos, seminários, inaugurações (de livraria, centro cultural ...) etc;
  12. **Curitiba**, incluindo: aniversário da cidade, escolha do símbolo da cidade, imagem da cidade, perfil da população, migração etc;

13. **Direitos do consumidor**, incluindo: loteamentos clandestinos, qualidade de combustíveis, consórcio ilegal, serviços de atendimento ao cliente, Código de Defesa do Consumidor; Semana do Consumidor etc;
14. **Direitos humanos/violência**, incluindo: superlotação em presídios, cumprimento de pena em cadeias, trabalho para detentos, proibição de venda de armas, causas da violência etc;
15. **Educação (fundamental, médio/pós-médio e profissionalizante)**, incluindo: falta/sobra de salas/escolas, criação de turnos intermediários, recursos financeiros, currículos, supletivos, orientação profissional, creches, métodos de aprendizagem, ensino de “tino comercial”, censo nas escolas, reciclagem de professores, escolarização especial, violência nas escolas etc;
16. **Educação (nível superior)**, incluindo: vestibular, reopção de curso, pós-graduação, reconhecimento de cursos, bolsas de estudo, ações sociais de universidades, matrículas, trotes, fraude em vestibular, aniversário de universidades, eleição na Associação de Professores da UFPR, proliferação de cursos particulares, pesquisas acadêmicas etc;
17. **Empresas/empreendimentos**, incluindo: entidades empresariais, programa de treinamento de empreendedores etc;
18. **Enchentes/estiagem/meteorologia**, incluindo: enchentes, prejuízos, desabamentos, temporais, previsão do tempo, risco de doenças, ajuda às vítimas, Defesa Civil, desabrigados, obras emergenciais, estiagem, Plano de Combate às Enchentes etc;

19. **Energia elétrica**, incluindo: corte em fornecimento, nova subestação da Copel etc;
20. **Funcionários municipais**, incluindo: Instituto de Previdência do Município de Curitiba (IPMC), reajuste salarial, novo sistema de saúde para funcionários etc;
21. **Idosos/terceira idade**, incluindo: programas da FAS (Fundação de Ação Social), mis Terceira Idade, prevenção de acidentes, vacinação etc;
22. **Igrejas/religiosidade**, incluindo: Quaresma, palestra sobre espiritismo, meditação, Campanha da Fraternidade, romarias, Igreja Cigana, Budismo, Santa que chora, Pastoral Familiar, construção de santuário etc;
23. **Inflação/preços**, incluindo: preços de alimentos, índice de inflação etc;
24. **Internet/informática**, incluindo: grupos originados em “chats”, namoro virtual, digitalização de dados, bug do milênio, programa “Internet nos Faróis”, “Cartão cidadão” etc;
25. **Judiciário/advocacia**, incluindo: brigas judiciais, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, seção PR), Fórum, julgamentos, processos etc;
26. **Irregularidades/improbidade administrativa**, incluindo: corrupção na administração pública e privada, irregularidades em instituições, desperdício, fraudes etc;
27. **Legislativo**, incluindo: Câmara de vereadores, Assembléia Legislativa, discursos, votações, projetos etc;
28. **Meio ambiente**, incluindo: ampliação dos parques lineares, lixo nos rios, jacaré no Barigüi, terrenos baldios, separação do lixo, retirada de

árvores mortas, doação de mudas, espécies protegidas, aterros sanitários, lixo tóxico, poluição do ar, curso de gestão ambiental, Universidade Livre do Meio Ambiente, áreas de preservação, contaminação do solo e lençol freático, poluição sonora etc;

29. **Meios de comunicação/jornalismo**, incluindo: campanha de assinatura de jornais, prêmio para jornalistas, lançamento de revista, prêmio Sangue Novo, Sindicato dos Jornalistas, novo formato de jornal etc;
30. **Moradia**, incluindo: sem-teto, “invasões”, novas opções de moradia para classe A e B, perfil dos inscritos na Cohab, financiamento da Caixa Econômica, valor da prestação de loteamentos populares etc;
31. **Obras**, incluindo: inaugurações, Plano 1.000 (construção de anti-pó em bairros), recuperação de parques e praças, obras inacabadas, buracos nas ruas, recapeamento, recursos financeiros para obras etc;
32. **Orçamento/finanças/impostos**, incluindo: orçamento, dívida municipal, empréstimos, prazo de pagamento do IPTU etc;
33. **Personalidades**, incluindo: pessoas “ilustres” (bispo que faleceu, ex-governador homenageado, empresário homenageado ...) ou destacadas por alguma razão especial, por exemplo: curitibana que integra o Tribunal de Guerra, alpinista bem sucedido que retorna à cidade etc;
34. **Polícia/segurança**, incluindo: assaltos, detenções, tiroteios, seqüestros, pedofilia, extorsão, fuga de presos, raptos, blitz em bares, instalação de “totens” (equipamento para comunicação com a polícia), homicídios, tráfico de drogas, falsificação de dinheiro, desmanche de carros, perícia

técnica, latrocínios, armas, tráfico de bebês, violência sexual, abuso de autoridade, contravenções, peculato, fraudes, falsificação de CDs e software, treinamento de policiais etc;

35. **Portadores de deficiência**, incluindo: instituições educacionais, denúncias de discriminação, aprendizado de profissão, direitos etc;
36. **Previdência social**, incluindo: postos do INSS nas Ruas da Cidadania, aposentadoria por invalidez, auxílio doença etc;
37. **Racismo e outras discriminações**, incluindo: SOS Racismo, denúncias de discriminação racial, denúncias de preconceitos e discriminações em geral;
38. **Reclamações/manifestações populares**, incluindo: protestos da população, manifestações de estudantes, funcionários públicos, bancários, sem-terra, entidades comunitárias, comerciantes, agricultores, índios etc;
39. **Saúde**, incluindo: campanhas de vacinação, prevenção de câncer, Hospital de Clínicas, intoxicação, hipertensão, erros médicos, musicoterapia, depressão, alergias, cólera, febre reumática, mortalidade materna e infantil, programa Cidadão Saudável, transporte de pacientes, central de leitos, dívida da Santa Casa, planos de saúde etc;
40. **Trabalho/emprego/geração de renda**, incluindo: taxa de desemprego, população economicamente ativa, salários atrasados, programa "Linhão do Emprego", reajustes salariais, assembleias de trabalhadores, demissões, paralisações, relações de trabalho etc;

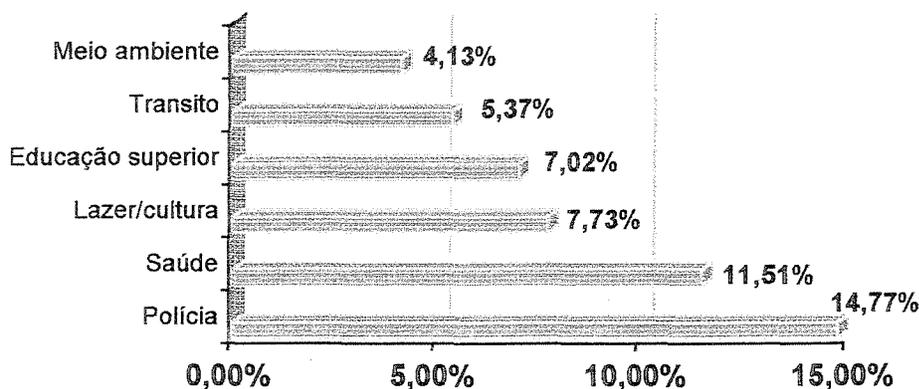
41. **Trânsito**, incluindo: multas, inspeção de veículos, acidentes, velocidade, lombadas eletrônicas, tráfego, radares, aumento da frota de veículos, congestionamentos, sentido de ruas, campanha “Cidadão em trânsito”, Código de Trânsito, Diretran (Diretoria de Trânsito de Curitiba) etc;
42. **Transporte coletivo (urbano e interurbano)**, incluindo: inauguração de novas linhas, “cartão inteligente”, embarque de isentos, aumento de tarifas, rodoviária, falta de troco, acidentes com ônibus, campanha salarial dos motoristas etc;
43. **Urbanismo/planejamento/administração**, incluindo: Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Uso do Solo, imóveis da área central, prêmio Mercocidades etc;
44. **Vandalismo**, incluindo: depredação de escolas, parques, praças, transporte coletivo e rede elétrica; caça de capivaras no zôo; destruição da flora urbana; pichações etc.

Ao contrário da cobertura abrangente e qualificada dos acontecimentos da cidade, sugerida à primeira vista pela presença de tão amplo repertório de temas, a análise do conjunto das matérias<sup>5</sup> indica que há uma orientação na seleção editorial no sentido da incidência recorrente em alguns pontos da lista acima citada, ocorrendo a concentração de aproximadamente 50% do conteúdo em apenas seis temas, conforme se pode verificar no gráfico a seguir:

---

<sup>5</sup> Considerando apenas os veículos “A”, “B” e “C”, num total de 1.693 matérias, pois o material do veículo “D”, devido às circunstâncias relatadas anteriormente, teve tratamento em separado.

**GRÁFICO 4. RECORRÊNCIA DE TEMAS (PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE MATÉRIAS DOS VEÍCULOS “A”, “B” E “C”)**



Separadamente, cada veículo revela desempenho semelhante quanto à concentração de cerca de 50% do conteúdo em não mais que 5 a 8 temas (ver gráficos no Anexo1). Quanto aos outros 50%, distribuem-se de forma pulverizada entre as demais 38 categorias temáticas. Entre elas, verifica-se que temas fundamentais, como moradia, por exemplo, têm presença quase insignificante: 1% do conteúdo publicado pelos veículos “A”, “B” e “C” nas seções estudadas<sup>6</sup>. A educação básica (incluindo o nível fundamental, médio e pós-médio) fica com pouco mais que a metade do espaço (ou do número de bytes) ocupado pela educação superior (3,54% e 7,02%, respectivamente), ou com  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do que é ocupado pela editoria de “Polícia” (14,77%). O mesmo acontece com a categoria “Reclamações/manifestações populares”, que, mesmo incluindo todos os casos de reclamações individuais e de manifestações de grupos externos à cidade (vindos do interior do estado, como os sem-terra,

<sup>6</sup> Seção “Curitiba” dos veículos “A” e “B” e seção “Cidades” do veículo “C”.

índios etc), consegue presença pouco expressiva (3,18%) no conjunto do material noticioso divulgado.

Do ponto de vista do exercício da cidadania, no que depender das informações disponibilizadas por estes veículos da imprensa, dificilmente o cidadão pode conseguir uma compreensão global e algum nível de intervenção na sua cidade, uma vez que, por exemplo, o tema “Orçamento/finanças” significa apenas 0,35% do conteúdo total veiculado, ou seja, cerca de dez vezes menos que o tema “Obras” (3,31%). Diferentemente de matérias que tratam do “Orçamento”, a partir do tema “Obras” se toma conhecimento apenas de forma fragmentada, pontual e, conseqüentemente, superdimensionada da destinação dada a parcelas do dinheiro público pela administração municipal (ver, no Anexo 2, o quadro completo da incidência de temas com respectivas porcentagens sobre o total e por veículo).

Uma visão mais nítida do quadro que aqui se esboça, no entanto, deve aguardar a contribuição dos dados levantados na análise das fontes de informação e na comparação do material publicado pelos veículos com os textos produzidos pela Prefeitura de Curitiba (pontos apresentados na seqüência).

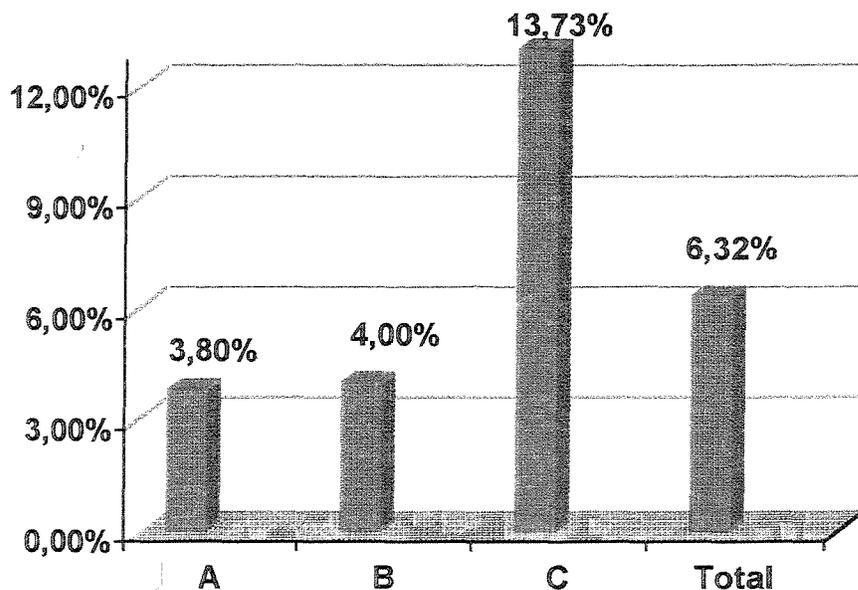
### **8.3.2. Publicação de “releases”**

Os quatro veículos estudados publicam materiais produzidos pela “Agência de Notícias” da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Curitiba,

em proporção que varia de cerca de 4% a quase 14% das matérias editadas pelos jornais “A”, “B” e “C” (ver dados no gráfico abaixo). No caso do veículo “D” (Cidades Online – Curitiba, do UOL), 100% do material editado faz parte do pacote de *releases* da Prefeitura (embora nem todas as matérias produzidas pela Prefeitura façam parte da edição diária disponibilizada no *site* do veículo), sendo publicados os textos integralmente, inclusive com os mesmos títulos e entretítulos, acrescentados de fotos também produzidas pela Prefeitura.

**GRÁFICO 5. PUBLICAÇÃO DE “RELEASES” DA PREFEITURA DE CURITIBA**

**PERCENTUAL SOBRE O NÚMERO DE MATÉRIAS (VEÍCULOS “A”, “B” E “C”)**



Mais do que constatar, através dos dados acima, a publicação de *releases* (que, às vezes, vêm disfarçados sob outro título, corte de frases ou parágrafos, outras vezes vêm publicados integralmente), no entanto, importa discutir aqui a lógica condutora de tal prática. O exame do material divulgado revela que:

1. O argumento de que se trata de publicação de informação de “utilidade pública” é infundado, pois muitos textos reconhecidamente de utilidade pública produzidos pela Prefeitura não são editados pelos veículos “A”, “B” e “C”; por exemplo, matérias sobre data limite para pagamento de impostos municipais, sobre eleição de diretores nas escolas municipais, sobre calendário de campanha de vacinação de adultos e adolescentes etc;
2. Se fosse o caso, porém, de publicação de informação de utilidade pública, caberia perguntar aos veículos por que o cidadão deve pagar duas (ou mais) vezes por este tipo de informação, uma vez que, após ter pago a produção da notícia por parte da Prefeitura (os impostos remuneram os jornalistas contratados pela Secretaria de Comunicação), paga novamente ao adquirir um exemplar do jornal impresso, ou ao assinar o jornal eletrônico, e/ou ao ser alvo da publicidade que sustenta os veículos de acesso “gratuito” (TVs, rádios, alguns provedores de Internet etc);
3. Em momentos cruciais de conflito entre a administração municipal e os cidadãos, verifica-se a publicação exclusiva da versão oficial (tanto

através de cópia literal do *release* produzido pela Prefeitura como através da redação de matérias com informações e opiniões apenas de fonte oficial). Este foi o caso, por exemplo, da “remodelação” da Praça Nossa Senhora da Salete, localizada no Centro Cívico e palco tradicional de manifestações populares, que, após a expulsão dos Sem-terra (acampados no local há 172 dias), foi transformada num centro esportivo, onde as canchas, pistas de atletismo, equipamentos de ginástica e estacionamentos ficam fechados no interior de uma cerca. A partir do início das obras, que se deu em 14 de dezembro de 1999, os jornais passaram a publicar os *releases* (ver Anexo 4) ou matérias que em nada diferem de um *release* oficial; por exemplo, a matéria do Veículo “A”, intitulada “Prefeitura acelera obra na praça do Centro Cívico”, assinada por uma jornalista, informa exclusivamente a partir da fonte oficial – o diretor de Parques e Praças da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Reinaldo Pilotto. A polêmica entre a administração municipal e os cidadãos levou ao embargo das obras no dia 21 de janeiro/00, sendo liberadas no dia 25 do mesmo mês através de um despacho do Tribunal de Justiça, que negou (pela segunda vez) a liminar solicitando a paralisação dos trabalhos impetrada pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Associação Nacional de Pesquisa Ambiental e Associação dos Professores da UFPR (Universidade Federal do Paraná). No dia 26/01/00, a imprensa encerra o noticiário sobre o conflito tal como o havia iniciado e mantido no período: divulgando apenas a versão oficial. O veículo “B” publica integralmente três parágrafos do *release*,

alterando o título da matéria, adequando algumas frases e cortando dois parágrafos do texto original; o veículo “C” publica integralmente três textos produzidos pela Prefeitura, alterando apenas os títulos dos originais, que passam à seguinte redação: “Obras na Praça Salete continuarão”, “Centro esportivo vai atender comunidade” e “Sistema viário será alterado”; o veículo “D” publica integralmente (inclusive títulos e entretítulos) dois textos da prefeitura: “Tribunal de Justiça nega liminar contrária às obras na praça Nossa Senhora da Salete” e “Praça no Centro Cívico será transformada em centro poliesportivo”. O veículo “A”, porém, faz mais que isso: sob o título “Obras no Centro Cívico estão encaminhadas”, além de publicar somente as informações passadas pelo *release* (não ouvindo outras fontes), edita uma longa entrevista, no estilo “ping-pong”, com o diretor presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), Luiz Hayakawa, alegando que o entrevistado estava respondendo “as principais dúvidas sobre o projeto”<sup>7</sup>.

### **8.3.3. Fontes de informação: a construção do discurso e do silêncio**

Na relação entre informação e cidadania, mais grave do que a influência da seleção temática (com efeitos na definição da agenda pública, como indicam

---

<sup>7</sup> “Obras no Centro Cívico estão encaminhadas”. *Gazeta do Povo*, matéria publicada na edição eletrônica do dia 26 de janeiro de 2000, seção “Curitiba”.

estudos realizados por diversos pesquisadores<sup>8</sup>), no entanto, é a interferência dos mecanismos de constituição de fontes de informação, da forma de qualificar estas fontes e da determinação do caráter assumido pela presença de cada tipo de fonte no interior da matéria jornalística.

Para verificar a pertinência desta hipótese, a pesquisa analisou as 3.301 fontes de informação citadas nas 1.864 matérias em estudo. No caso dos veículos “A”, “B” e “C”, constatou-se, primeiramente que em cerca de 12% das matérias, as fontes não são explicitadas, sendo este número de 11,74%, no veículo “A”; 13,16%, no veículo “B”; e 12,28%, no veículo “C”. Uma leitura exploratória das matérias em que as fontes de informação são citadas constatou, então, a presença de nove tipos distintos de fontes, que, do ponto de vista quantitativo, aparecem nas proporções indicadas pelos gráficos a seguir (ver também os quadros com a especificação das frequências absolutas e dos percentuais das categorias no Anexo 3):

1. **Estado** – representantes de órgãos oficiais (principalmente municipais) ou respectivas assessorias de imprensa, considerando-se “oficial” não apenas tudo o que está relacionado a autoridades (do poder Executivo, Legislativo e Judiciário), ou delas é emanado, mas também o que diz respeito ao funcionalismo público e à ordem legal, isto é, todo o que está sob orientação do Estado (incluindo empresas de economia mista, autarquias, “Organizações Sociais”<sup>9</sup> etc);

---

<sup>8</sup> Sobre “agenda setting”, entre outras pesquisas, cf. BARROS FILHO, Clóvis e DAL FABRO, Antônio. “Jornalismo didático e agenda do leitor”. In *Comunicação & Educação*. São Paulo: Moderna/USP, 1998. Nº 11, jan./abr. 1998, pp. 22-28.

<sup>9</sup> “Organização social” (OS) é o nome dado a entidades públicas não-estatais, que têm personalidade jurídica de direito privado, mas não têm fins lucrativos. A proposta faz parte do programa federal de

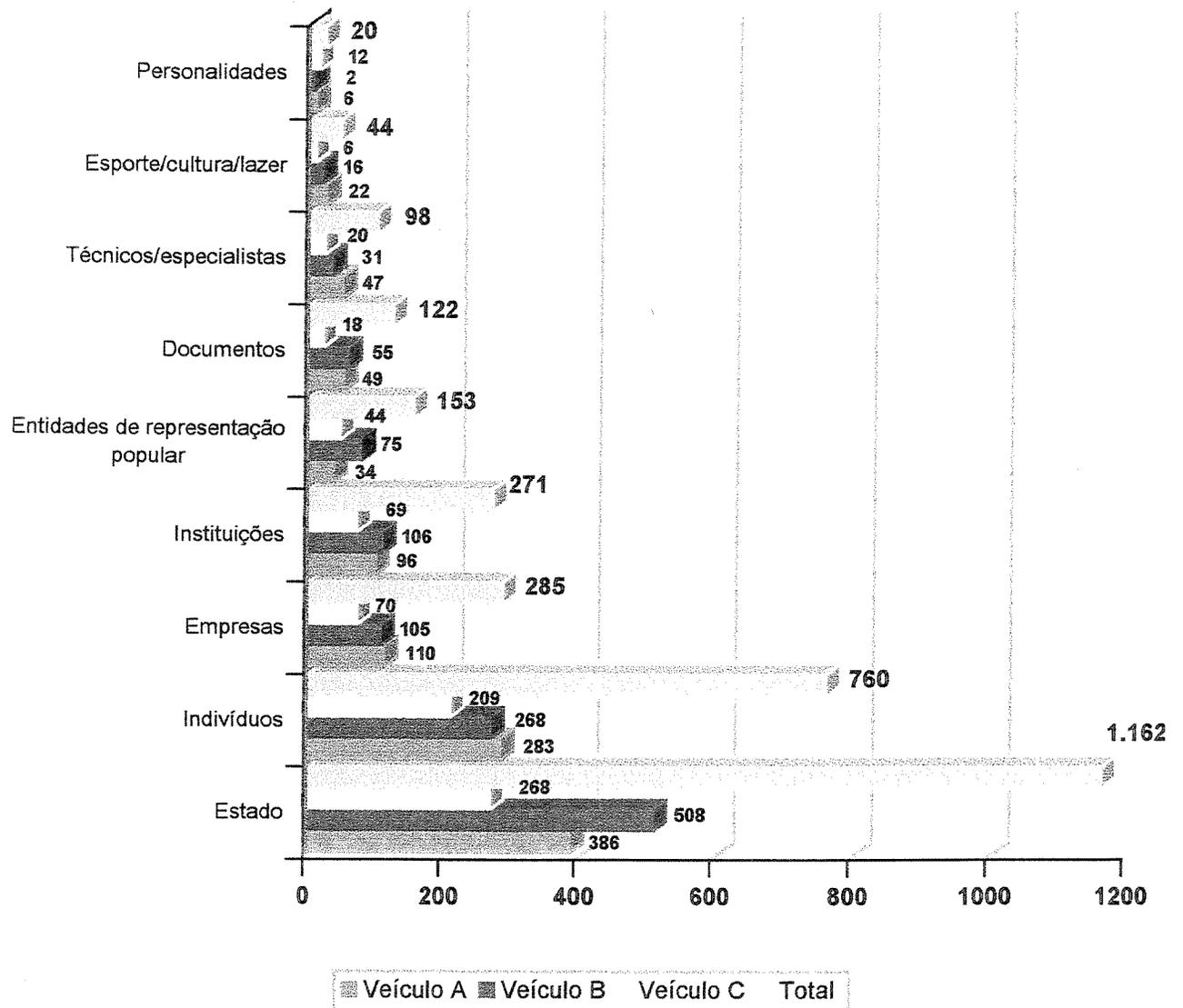
2. **Indivíduos** – cidadãos envolvidos individualmente no acontecimento;
3. **Empresas** – representantes de empresas e/ou entidades empresariais da área comercial, industrial e prestação de serviços;
4. **Instituições** – religiosas, educacionais, filantrópicas, de assistência à saúde etc., incluindo as associações profissionais (como CREA, Associação Médica etc) e os Conselhos (Conselho Municipal de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho de Defesa da Criança e Adolescente etc);
5. **Entidades de representação popular** – representantes de associações de moradores, ONGs, sindicatos de trabalhadores/empregados, entidades estudantis, associações de pais e mestres etc;
6. **Documentos** – registros, levantamentos, estudos, ofícios, projetos, pesquisas, portarias, dados etc;
7. **Técnicos/especialistas** – profissionais ou pessoas reconhecidamente qualificadas em alguma área específica;
8. **Esporte/cultura/lazer** – indivíduos ou grupos pertencentes às áreas de esporte, lazer, cultura ou entretenimento (por exemplo, técnicos ou times de futebol, torcidas organizadas, carnavalescos ou escolas de samba, grupos de teatro, trupe de circo etc);

---

publicização, do Ministério da Administração e Reforma do Estado, e Curitiba foi pioneira na sua implantação ao transformar o Centro de Processamento de Dados da Prefeitura em Instituto Curitiba Informática (ICI), criando a primeira OS municipal do país. Mesmo sendo órgãos não-estatais, porém, são completamente submetidos ao Estado, pois cada OS de Curitiba, por exemplo, assina com a Prefeitura Municipal um Contrato de Gestão, que estabelece o seu programa de trabalho, os objetivos e metas a serem alcançados, os prazos de execução, critérios de avaliação e desempenho, assim como os indicadores de qualidade e produtividade (<http://www.curitiba.pr.gov.br/agencia/29jul98qua/materia01.html>)

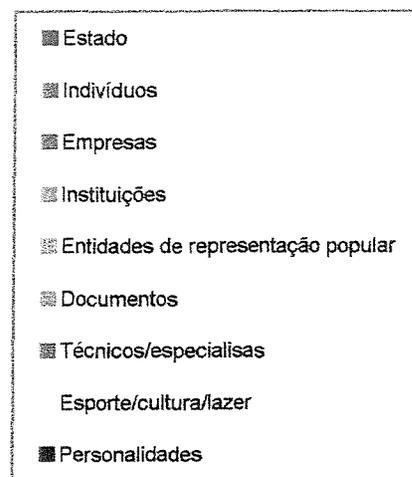
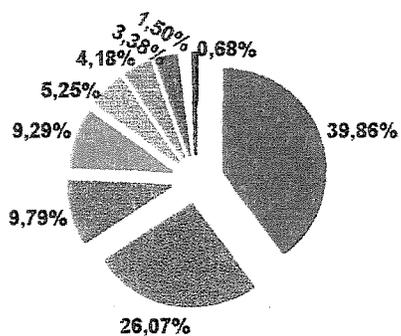
9. **Personalidades** – pessoas das áreas de artes, cultura, esportes, educação, ciência e tecnologia etc.

**GRÁFICO 6. FONTES DE INFORMAÇÃO**  
**POR VEÍCULO (“A”, “B” E “C”) E TOTAL DE CITAÇÕES NA CATEGORIA**



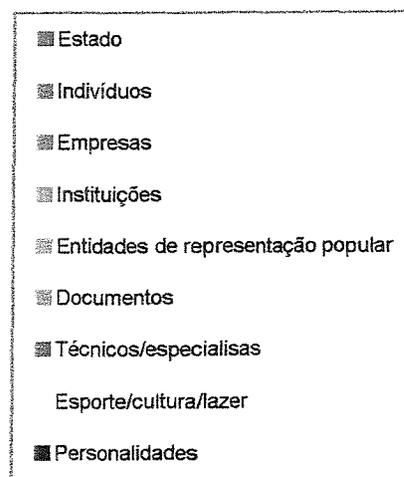
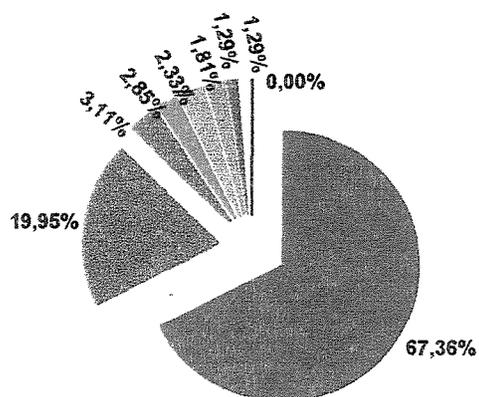
## GRÁFICO 7. FONTES DE INFORMAÇÃO

VEÍCULOS "A", "B" E "C" (DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CATEGORIA)



## GRÁFICO 8. FONTES DE INFORMAÇÃO

VEÍCULO "D" (DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CATEGORIA)



Da leitura dos gráficos, portanto, depreende-se que as fontes oficiais fornecem cerca de 40% (veículos “A”, “B” e “C”) e 67% (veículo “D”) das informações sobre a cidade recebidas pelos leitores destes veículos, enquanto o cidadão comum constitui a segunda fonte quantitativamente mais importante (26% nos veículos “A”, “B” e “C” e 20% no veículo “D”). Mas, do ponto de vista qualitativo, o quadro se apresenta mais complexo, pois a grande maioria (63,16% nos veículos “A”, “B” e “C” e 79,22% no veículo “D”) das citações da categoria “Indivíduos” integram o que pode ser chamado de enquete, ou seja, uma reunião de testemunhos ou respostas sobre determinada questão, onde, geralmente, são listadas de três a oito declarações de não mais que uma ou duas frases.

A relativização do significado dos percentuais computados para a categoria “Indivíduos” precisa ser feita ainda especialmente por outra razão: a citação da profissão do entrevistado (feita em cerca de 65% dos casos).

Na categoria “Estado”, as fontes oficiais são qualificadas a partir do cargo exercido pela pessoa (secretário municipal ou estadual, superintendente ou diretor de um órgão, comandante da polícia, chefe de departamento, prefeito, coordenador de programa ou projeto, chefe de gabinete, presidente de um instituto ou fundação etc); na categoria “Empresas”, é destacada a posição em relação à propriedade, ao gerenciamento ou à representação (o dono ou proprietário, o gerente, o sócio-proprietário, o procurador da empresa, o diretor-técnico, o diretor-executivo, o presidente da Federação das Indústrias etc); na categoria “Instituições”, o nome citado vem precedido geralmente pelo posto ocupado na hierarquia interna (o presidente, o arcebispo, o reitor, o

coordenador, o pastor, o diretor, diretor-geral, o diretor-presidente, o secretário, o coordenador-administrativo, o membro do Conselho etc); e, na categoria “Entidades de representação popular”, a constituição da fonte tem como referência a autoridade do cargo exercido (geralmente são citados presidentes e coordenadores).

Quanto à caracterização a partir da profissão, porém, diferentemente da categoria de “Técnicos/especialistas” – onde a qualificação profissional do entrevistado funciona como referência imprescindível à credibilidade da informação – e das categorias “Personalidades” e “Esporte/cultura/lazer”, onde o exercício profissional pode estar ligado ao destaque (por exemplo, “o teólogo Leonardo Boff”, “o escritor Nicolau Felipe” ou “o produtor e ator” fulano de tal), na categoria “Indivíduos” tal procedimento é:

1º) desnecessário – que acréscimo de informação tem o leitor de uma matéria sobre a imprudência dos pedestres ao saber que um entrevistado é estudante, outro é auxiliar de produção, outra é cozinheira e outro é comerciante? E se fosse uma cabeleireira, um pintor, um jardineiro e um bancário? As declarações seriam lidas com outros olhos se os entrevistados fossem engenheiros, advogados, médicos e empresários? Não caso de confirmação desta hipótese, além de desnecessária, a citação da profissão funcionaria como mecanismo de hierarquização das fontes;

2º) usado, muitas vezes, de forma discriminatória – por exemplo, em matérias sobre penitenciárias, onde a citação de qualquer profissão seria bem-vinda, invariavelmente o nome do personagem é precedido apenas pela palavra “detento”, ou “detenta”, ou “presidiário”;

3º) e, principalmente, instrumento de conformação (ou conservação) de um conceito de cidadania: a inclusão social fundamentada na estratificação profissional – sistema instaurado no Brasil por Getúlio Vargas e chamado por Wanderlei Guilherme dos Santos<sup>10</sup> de “cidadania regulada”<sup>11</sup>.

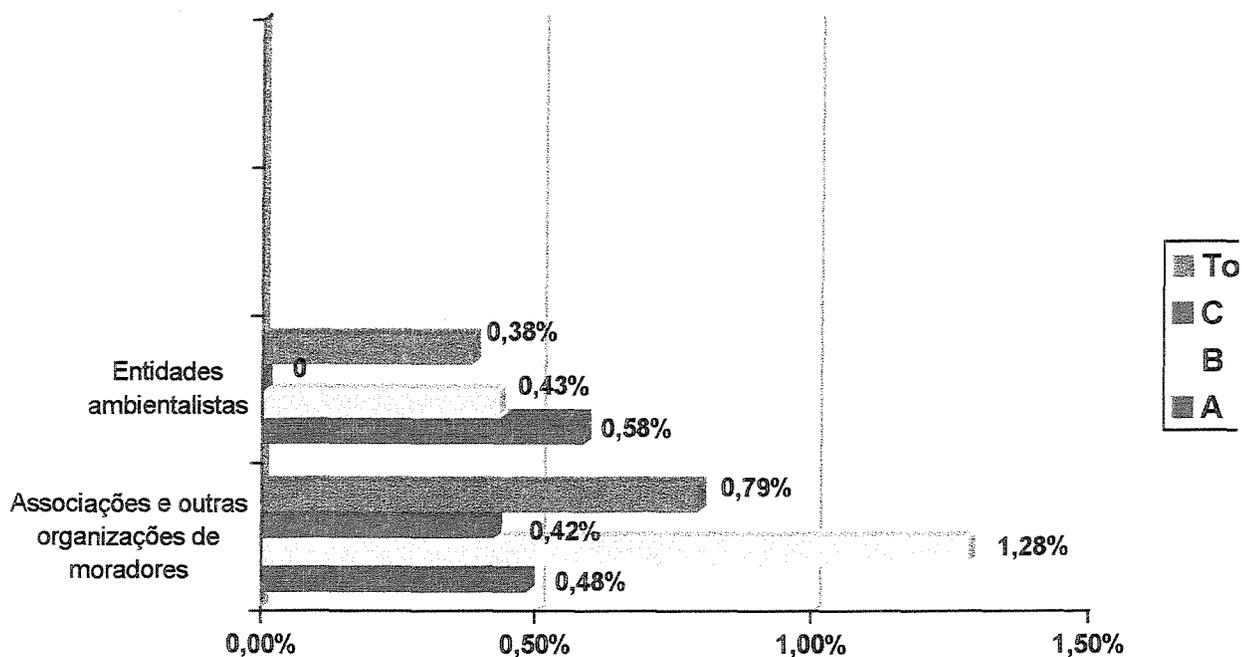
Do ponto de vista do conceito de cidadania, no entanto, além destas ressalvas pontuais, uma questão de fundo emerge dos dados apresentados: como indivíduo, o cidadão tem cinco vezes mais chance de alcançar a possibilidade da fala do que como coletivo ou organização. E, se consideradas apenas as organizações mais diretamente relacionadas com a vida da cidade, por exemplo, associações de moradores e entidades ambientalistas, a frequência constatada nos veículos “A”, “B” e “C” é diminuta (menos de 1%) em comparação com a presença das fontes oficiais (40%) e da expressão individual (26%), conforme se pode ver no gráfico a seguir:

---

<sup>10</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 3ª edição, pp. 67-68.

<sup>11</sup> Sobre o conceito de “cidadania regulada”, cf. capítulo 2, ponto 2.2.

**GRÁFICO 9. FONTES DE INFORMAÇÃO**  
**(DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL – VEÍCULOS “A”, “B” E “C”)**



O impacto dos dados acima abre naturalmente a porta que dá acesso a uma compreensão ao mesmo tempo abrangente e profunda do problema: o entendimento de que “em cada discurso há um projeto social explícito ou, ao menos, implícito, [sugerindo que, no mínimo] é sempre possível reconduzir cada discurso a um projeto social claramente distinguível de todos os

outros<sup>12</sup>. Tal porta, como não poderia deixar de ser, liga o particular com o geral através de diversas contextualizações<sup>13</sup>:

1. O contexto local. O trabalho dos veículos aqui estudados localiza-se na cidade de Curitiba; uma cidade que segue há cerca de 20 anos<sup>14</sup> uma mesma estratégia de governo – desde o primeiro mandato de Jaime Lerner como prefeito, iniciado em 1971 –, com grande probabilidade de seqüência desta linha por mais quatro anos, dada a reeleição de Cássio Taniguchi como prefeito. E, não sendo uma estratégia qualquer, mas a que unifica planejamento urbano e marketing, o Estado acaba ganhando sempre mais e mais força e expressão perante a sociedade. Estratégia que passou a ser ampliada e reforçada quando Jaime Lerner alçou o governo do Estado há duas gestões (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002). O fato de o Estado ocupar permanentemente quase toda a cena social configura no Paraná – e especialmente na capital – um quadro que lembra o descrito por José Murilo de Carvalho<sup>15</sup> (na análise da Primeira República no Brasil) como “estadania”, ou seja, onde se busca circunscrever toda a possibilidade de participação e expressão à

---

<sup>12</sup> ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. São Paulo: DIFEL, 1985. Título original: “Il Linguaggio come lavoro e come mercato” (1968). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini, p. 146.

<sup>13</sup> Como explica Edgar Morin: “... todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário (MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Título original: *La Tête Bien Faite – Repenser la réforme, réformer la pensée* (1999). Tradução de Eloá Jacobina, pp. 14-15).

<sup>14</sup> Contando o mandato atual de Cássio Taniguchi (1997-2000), os quatro anos de seu antecessor, Rafael Greca de Macedo (1993-1996) e os três mandatos de Jaime Lerner (PFL), de 1971 a 1974; de 1979 a 1983 e de 1989 a 1992.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 50-65.

condição de pertencimento/identificação com o Estado e/ou com o grupo político que está em seu controle.

2. O contexto da relação entre Estado e mídia. O estabelecimento da estratégia de governo, acima citada, implica, desde o seu primeiro momento, a construção de um imaginário e a conquista de um consenso, a partir da luta “pela interpretação hegemônica do espaço da cidade e da vida coletiva”, o que se dá através de níveis cada vez mais sofisticados de controle “subsidiados pelo marketing moderno”<sup>16</sup>. Assim, desenvolve-se o processo de elaboração de uma série de imagens-síntese da cidade: “Curitiba, cidade planejada”; “Cidade modelo”; “Capital brasileira da qualidade de vida”; “Cidade moderna e humana”; “Capital ecológica”; “Cidade de primeiro mundo”; “Cidade que deu certo”; “Cidade de todos nós” e “A cidade que a gente quer”. Estas imagens, constantemente recicladas através da incorporação de novos elementos, se impõem a outras imagens, conquistando adesão social e conformando um “consenso mítico”<sup>17</sup>. A construção das imagens-síntese tem como suporte uma ligação estreita do trabalho da Agência de Notícias da Secretaria Municipal de Comunicação Social com a mídia local e nacional, como descreve Garcia:

*“Neste processo, cada vez mais integrado, a gestão dos meios tecnológicos de comunicação e o controle social se aproximam e se tornam essenciais à reprodução da prática*

---

<sup>16</sup> GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997, p.37.

<sup>17</sup> GARCIA, *op. cit.* p. 23.

*totalizante do planejamento. Com as imagens síntese da cidade modelo incorporadas na mídia, os fluxos de informação constituem-se no sangue do sistema de poder. E este novo exercício do poder tem uma capacidade, até recentemente pouco conhecida, de dominar e racionalizar o conjunto da organização social e as categorias da prática social através do crescente controle dos processos contemporâneos de comunicação*<sup>18</sup>.

Neste contexto, tanto como o alto índice de presença de fontes oficiais nas matérias da imprensa, detectado por esta pesquisa, é condizente com a estratégia de construção do imaginário social necessário à legitimação e reforço do poder estabelecido (porque “em cada discurso há um projeto social”<sup>19</sup>), também a constituição de um repertório de temas prioritários tem menos relação com o acaso do que com a difusão da positividade de certas imagens. Por exemplo, o “meio ambiente”, segundo constatação desta pesquisa, está entre os seis temas com maior presença nos veículos e a deferência provavelmente guarda alto grau de compatibilidade com o fato de a ecologia constituir uma das imagens-síntese mais consolidadas da cidade (“Curitiba – capital ecológica”). Outro exemplo é o tema da “saúde”, cuja recorrência (segunda maior incidência na imprensa analisada neste estudo) vai ao encontro do fato de a atual administração municipal buscar construir a imagem-síntese da inclusão social (“Curitiba, a cidade de todos nós”) e,

---

<sup>18</sup> GARCIA, *op.cit.* p. 41.

<sup>19</sup> ROSSI-LANDI, *op.cit.* p. 146.

para isso, assumir o lema “coração social” – na tentativa de se contrapor às críticas da oposição sobre o que chama de elitismo da gestão do grupo político ligado ao governador Jaime Lerner.

Além da articulação com os meios tradicionais, a atual gestão municipal instalou a “Rede Digitando o Futuro”, que conta com 567 computadores instalados em 55 pontos de bairros e do centro da cidade para o acesso gratuito da população à Internet, o que se dá, via de regra (a menos que o usuário traga os endereços dos *sites* aonde quer ir), através do portal criado pela Prefeitura (<http://www.digitandoofuturo.org.br>), onde, entre outras estações, há um sistema de busca de *sites*, agências de notícias (da Prefeitura e do governo estadual), cartões postais, “Rede cidadão” (*site* oficial do governo do Estado) e serviço de e-mail gratuito.

3. O contexto político. Cerca de 50% do espaço público circunscrito aos veículos analisados neste estudo é ocupado pelo discurso do Estado somado ao das empresas (ver Gráfico 6). Considerando que, no caso de Curitiba, com raras exceções, as fontes oficiais ou são diretamente ligadas ao Partido da Frente Liberal (PFL), ou seguem esta linha política; que outras fontes incluídas nas demais categorias também se alinham ideologicamente com a elite política local; e que a presença de uns, neste âmbito, significa a ausência de outros (por exemplo, das entidades ambientalistas e organizações de moradores); pode-se afirmar que há indícios claros da configuração de um quadro idêntico ao indicado por Kucinski em relação à imprensa nacional:

*“A elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias; uma circularidade que exclui a massa da população da dimensão da escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa. (...) O caráter auto-referente da circulação dos jornais nacionais contribui para o caráter excludente da agenda nacional, em cuja definição eles desempenham papel decisivo”<sup>20</sup>.*

O fato de a elite ser a fonte e a protagonista das notícias – evidenciado nos dados da pesquisa aqui apresentada – coloca, no entanto, pelo menos dois problemas para o exercício da cidadania: o primeiro diz respeito à criação de um descompasso entre a imprensa e a sociedade, uma vez que, para a maioria dos cidadãos, as notícias soam alheias ao seu dia-a-dia, distantes da sua ação, “como boletins meteorológicos”<sup>21</sup>, situação agravada com a quase eliminação do trabalho de reportagem e investigação por parte da imprensa: “e a democracia fracassa se os cidadãos perdem a noção de seu vínculo concreto com os acontecimentos políticos e sociais”<sup>22</sup>. O outro problema decorre do trabalho de “enquadramento” (*framing*) feito pelos meios de comunicação, ou seja, a seleção de aspectos da realidade de forma a “promover uma interpretação causal particular” (“... um

---

<sup>20</sup> KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 26.

<sup>21</sup> CALLIGARIS, Contardo. “O vazio da informação”. *Folha de São Paulo*, Caderno mais! de 12 de junho de 1998.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

enquadramento pode ser definido como uma 'idéia organizadora' que dá forma às nossas conversas e entendimentos<sup>23</sup>). Ora, para que o cidadão tenha respeitado o seu direito de ser "construtor de significados", é preciso que "exista uma pluralidade de pontos de vista ou enquadramentos da realidade disponíveis na esfera pública, particularmente nos meios de comunicação"<sup>24</sup> e não o enquadramento único proveniente das fontes oficiais e dos grupos privilegiados da sociedade.

Quanto à afirmação de que a elite é "a leitora" das notícias, porém, cabe uma ressalva, pois é preciso lembrar a reprodução das notícias da imprensa em outras modalidades de veículos – principalmente o rádio – e a própria produção unificada de notícias dentro dos grupos empresariais que, além de proprietários de jornais, operam redes de televisão, cadeias de emissoras de rádio, sites noticiosos na Internet etc; assim como se deve prever uma possibilidade de aumento da leitura de jornais através da Internet, por exemplo, nos postos de acesso público e gratuito instalados em Curitiba.

4. O contexto político global. A presença muito maior de "Indivíduos" do que de coletivos organizados de cidadãos pode ser situada no contexto maior de uma "ação transformadora" – definida por Bourdieu como "a essência do neoliberalismo" –, que visa:

---

<sup>23</sup> PORTO, Mauro P. "Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático". In **São Paulo em Perspectiva**, vol. 12, nº 4, out-dez/1998. São Paulo: Fundação Seade, 1998, p. 24.

<sup>24</sup> PORTO, *op.cit.* p. 24.

*“... questionar todas as estruturas coletivas capazes de colocar obstáculos à lógica do mercado puro: a nação, cuja margem de manobra não pára de diminuir; grupos de trabalho, com, por exemplo, a individualização dos salários e das carreiras em função das competências individuais e a resultante atomização dos trabalhadores; coletivos de defesa dos direitos dos trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas; e, inclusive, a família, a qual, através da constituição de mercados por classes de idade, perde uma parte de seu controle sobre o consumo”<sup>25</sup>.*

Além destes contextos, há um ainda mais amplo, o contexto cultural no qual se insere não só o *“modus faciendī”* da imprensa como toda civilização ocidental (letrada), que, fundado na separação “em detrimento da ligação”, na análise “em detrimento da síntese”<sup>26</sup>, tem como consequência de longo prazo uma redução da capacidade de percepção global, com graves implicações no âmbito da cidadania, como explica Morin:

*“O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade – cada um tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada –, bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos”<sup>27</sup>.*

---

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. “L’ essence du néolibéralisme”. *Le Monde Diplomatique*, mars 1998, p. 3. Tradução livre. Sobre o neoliberalismo, ver também Capítulo 3, ponto 3.5. “Totalitarismo neoliberal”.

<sup>26</sup> MORIN, *op.cit.* p. 24.

<sup>27</sup> *Ibidem.*

## Considerações finais

O desenvolvimento do trabalho aqui apresentado conduziu a algumas respostas que, embora parciais, têm importância estratégica na discussão da questão que definiu o objetivo geral do estudo – “Em que medida o acesso à Internet pode favorecer o exercício da cidadania e a ampliação da democracia?”.

A sistematização dos elementos levantados na revisão bibliográfica, no acompanhamento da evolução das tensões e desafios mais recentes relacionados à Internet e, principalmente, nos resultados da pesquisa documental evidenciou que **Informação, Internet e Cidadania** não se relacionam de forma simples e direta tal como pode parecer à primeira vista. Trata-se de uma relação complexa, dependente de fatores que, num nível mais profundo de cada um destes três âmbitos, atuam no sentido de conduzir ou não à constituição de elos de ligação mais ou menos conseqüentes: **no âmbito da informação**, a existência da pluralidade; **no âmbito da Internet**, a postura ou atitude-guia assumida pelo usuário durante a navegação pelos meandros do ciberespaço; **no âmbito da cidadania**, o “projeto identificador”<sup>1</sup> tomado como referencia para os valores e ações de cada pessoa.

---

<sup>1</sup> Sobre “projetos identificatórios”, cf. Capítulo 4, pág. 115.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a informação se tornou imprescindível na sociedade global (ou, mais precisamente, “glocal”<sup>2</sup>), dada a complexidade dos caminhos pelos quais se enredou a cidadania atualmente<sup>3</sup>, o acesso a informações úteis para o que se pode chamar de desenvolvimento do **conhecimento cidadão**<sup>4</sup> somente se efetiva sob algumas condições, entre as quais:

- a) que estejam acessíveis noticiários cuja estratégia de cobertura vise abranger o maior número possível de fatos das mais diversas áreas de interesse da maioria dos cidadãos – diferentemente, portanto, do que revelaram os dados sobre a recorrência temática nos veículos analisados neste estudo;
- b) que os relatos e as análises dos acontecimentos expressem a diversidade de pontos de vista existente na sociedade (e não majoritariamente a visão de fontes oficiais ou identificadas com a elite como foi verificado nos veículos estudados), especialmente aqueles representativos das organizações de cidadãos, pois não há como falar em “*ágora*” (virtual ou real) sem lembrar um dos maiores sustentáculos

---

<sup>2</sup> O conceito de “glocalização” é utilizado aqui na acepção defendida por Philippe Quéau, ou seja, referindo-se ao impacto local de causas globais; um impacto que, segundo este autor, “escraviza as pessoas incapazes de entender as verdadeiras forças que estão em operação” (QUÉAU, Philippe. “A revolução da informação: em busca do bem comum”. In revista *Ciência da Informação* – v. 27, n.2, pp. 198-205, maio/ago. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998. Versão eletrônica: <http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>).

<sup>3</sup> Sobre este ponto ver, na parte sobre o conceito de cidadania, em especial os capítulos “Crise e mudança paradigmática” e “Concepções atualmente em disputa”.

<sup>4</sup> O **conhecimento cidadão** tem como pressuposto o fato de a informação não ser conhecimento e sim “uma matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar” (MORIN, 2000: 18), e é desenvolvido a partir de princípios organizadores das informações fundados na “vontade geral” do coletivo de cidadãos, portanto, no senso político, no bem comum e não em interesses privados de indivíduos ou grupos. Sobre a “vontade geral”, ver no capítulo de Revisão histórica a discussão das concepções rousseauianas – pp. 40-42.

da cidadania grega: o pertencimento a pelo menos uma organização de base<sup>5</sup>;

- c) que os *links* das fontes sejam incluídos nos textos das matérias, de forma a não só oferecer acesso a mais informações sobre o ponto específico em questão como, principalmente, divulgar endereços, estimulando no usuário o hábito de consulta a diversas fontes ou viabilizando a consulta àquelas que lhe parecem mais confiáveis;
- d) que, na ausência das três condições anteriores (ou exatamente para que esta ausência não se amplie e se consolide cada vez mais no jornalismo eletrônico), proliferem-se os *sites* noticiosos alternativos em quantidade e qualidade suficiente para relatar fatos e opiniões concernentes aos diversos setores da sociedade, em condições de acessibilidade iguais às dos grandes veículos da mídia (o que significa, entre outros aspectos, iguais condições de divulgação e de recebimento de tráfego automático através dos portais dos provedores de acesso).

Quanto à Internet – mesmo que seu caráter esteja sendo moldado cada vez mais pelo processo de “convergência” das áreas de telecomunicações, informática e provisão de conteúdo para as mega-corporações mundiais<sup>6</sup> –, pode desempenhar um papel fundamental na promoção do exercício da cidadania se cada usuário assumir uma postura crítica, por exemplo: a) passando a obter informações através de uma navegação na contracorrente do

---

<sup>5</sup> Cf. ponto 1.1. “A cidadania clássica”, no capítulo “Referenciais históricos”, pág. 21-.

<sup>6</sup> Sobre a “convergência” ou concentração, ver discussão no capítulo intitulado “Monopólio X liberdade de expressão”, pp. 166-169.

fluxo impulsionado pelos grandes “portais”<sup>7</sup> – ou seja, traçando suas próprias rotas e acessando diretamente fontes diversificadas de informação; b) colocando-se como sujeito enunciador e, principalmente no caso de sujeitos coletivos (em especial, as organizações populares), constituindo-se em fonte de informação<sup>8</sup> capaz de participar da construção da pluralidade e da desconstrução de cenários montados pelos gigantes da mídia, ou, pelo menos, de acrescentar elementos que alterem de alguma forma estes cenários; c) promovendo o compartilhamento do **conhecimento cidadão** – através de fóruns, “chats”, “groupware” etc.

Tal postura não se viabiliza, entretanto, senão em relação direta com uma concepção de cidadania referenciada em um projeto identificatório que – contrariando o modelo da sociedade da informação baseada no mercado – assegure valores e diretrizes de ação compatíveis com o aprofundamento permanente da democracia, em direção não ao seu aperfeiçoamento como método (forma de constituição da autoridade pública), mas à geração de sua substância, a igualdade social.

Estas conclusões obviamente não esgotam a discussão sobre a relação entre o acesso à Internet, a cidadania e a ampliação da democracia. Constituem, contudo, a base essencial de sustentação para os novos campos de investigação que se abrem, entre os quais se destacam:

---

<sup>7</sup> Uma análise do papel desempenhado pelos portais pode ser encontrada no capítulo “Monopólio X liberdade de expressão”, págs. 169-170.

<sup>8</sup> Em relação à informação “alternativa”, o Brasil vem acumulando, desde os tempos coloniais, uma vasta e rica experiência, discutida aqui no capítulo “Brasil: a dialética do dito/não dito e contradito”, págs. 173 a 212.

- os padrões de percepção e compreensão com os quais os moradores de bairros de periferia (de cidades como Curitiba, por exemplo, que conta com postos de acesso público e gratuito à Internet) se relacionam com a Internet/tecnologia digital;
- o processo de modernização/“virtualização” das cidades, a partir da hegemonia do paradigma informacional;
- a perspectiva de o acesso à Internet produzir alterações nos padrões culturais em geral e, especificamente, na relação do morador de periferia com a cidade e a cidadania;
- a possibilidade de a Internet complementar, modificar ou substituir as formas tradicionais de informação, comunicação e interação social locais;
- a forma como a Internet é (ou não) acolhida e utilizada por membros de organizações populares, vinculando (ou não) o uso da rede à atividade fim realizada por suas entidades;
- os aspectos culturais relacionados com o significado atribuído pelos diversos agentes sociais tanto à cidadania como à Internet/tecnologia digital;
- a influência do “otimismo tecnológico”na elaboração de perspectivas de médio e longo prazo por parte de jovens e adolescentes.



**Bibliografia**

APC. **Una Comunidad Sin Fronteras**. Asociacion para el Progreso de las Comunicaciones (APC). <http://www.apc.org/> e <http://www.alternex.com.br>

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Hemus, 1966. Tradução de Torrieri Guimarães.

ATTAC (1999) – Documento final do Encontro de Paris, realizados nos dias 24 a 26 de junho de 1999 pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC). <http://www.attac.org/brasil/>

BAGDIKIAN, Bem H. **O monopólio da mídia**. São Paulo: Página Aberta, 1993. Título original: The media monopoly. Tradução: Maristela M. de Faria Ribeiro. © 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990. 4ª edição.

BARBALET, J.M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989. Título do original: Citizenship. Tradução: M. F. Gonçalves de Azevedo.

BARLOW, John Perry. **Declaração de Independência do Ciberespaço**. Davos, Suíça 8 de fevereiro de 1996. <http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>

BARROS FILHO, Clóvis e DAL FABBRO, Antônio. “Jornalismo didático e agenda do leitor”. In **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna/USP, 1998. Nº 11, jan./abr. 1998, pp. 22-28.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995. Título do original: La Sociéte de Consommation. Tradução: Artur Morão.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1998.

BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORÓN, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 63-118.

BOURDIEU, Pierre. “L’essence du néolibéralisme”. **Le Monde Diplomatique**, mars 1998, p. 3. Tradução livre.

BREDARIOLI, Cláudia. “Investimento na área social facilita parcerias”. **O Estado de São Paulo**, 02/04/2000, p. B-16.

BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: UNESP, 1991. Título original: Histoire de L’informatique. Tradução de Elcio Fernandes.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império**. Brasília: Senado Federal/Editora UNB, 1978.

CALLIGARIS, Contardo. “O vazio da informação”. **Folha de São Paulo**, Caderno **mais!** de 12 de junho de 1998.

CAMARGO, Nelly e BECKER, Maria Lúcia. “Dos portais à grande muralha”. In **Contato – Revista brasileira de comunicação, arte e educação**. Nº3, abril/junho/1999. Brasília (DF): Senado Federal, 1999, pp. 47-63.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CAPPARELLI, Sérgio e SANTOS, Suzy dos. "Caminhos cruzados: a televisão entre a Web e as teles". In TAPIA, Jorge Ruben Biton e RALLET, Alain (Orgs). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica. Uma análise comparada**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 2), pp. 133-152.

CARR, Rebecca. "Fundações doam volume recorde de US\$ 22,8 bi". **O Estado de São Paulo**, 02/04/2000, p. B-17.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil**. México: Colegio de México, 1995. Tradução livre.

CARVALHO, Marcus Aurélio. "As rádios populares em todo o mundo". In **Proposta**, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 37-40.

CARVALHO, Maria do Carmo A.A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo, Instituto PÓLIS, 1998.

CASTEL, Robert. (1998a) **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. Título original: Les metamorphoses de la question sociale. Tradução de Iraci D. Poleti. © 1995.

\_\_\_\_\_. (1998b) "Le Monde du travail". **Le Monde Diplomatique**, septembre 1998, pp. 24-25. Tradução livre.

CDI. **Democratização da informática: do sonho para a realidade – um guia para a criação de Escolas de Informática e Cidadania**. Rio de Janeiro: Comitê para Democratização da Informática (CDI), 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL. In BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império**. Brasília: Senado Federal/Editora UNB, 1978, pp. 483-508.

COULANGES, Fustel de (1961, v. I) **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Título do original: La cité antique. Tradução de Frederico Ozanan Pessoa de Barros.

\_\_\_\_\_. (1961, v. II) **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Título do original: La cité antique. Tradução de Frederico Ozanan Pessoa de Barros.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Título do original: La société du spectacle – Commentaires sur la société du spectacle. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Lançado pela primeira vez em Paris, em 1967, pela editora Buchet-Chastel.

DECLARAÇÃO DE NATAL. Documento aprovado pelo Encontro dos Pesquisadores do Ciberespaço, realizado durante a Assembléia da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), julho/1998.  
<http://www.dhnet.org.br>

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Documento lançado pelo Fórum da sociedade civil para o diálogo Europa, América Latina e Caribe, reunido nos dias 28 e 29 de junho de 1999, no Rio de Janeiro, durante a “cimeira” (Conferência de Chefes de Estado da Europa, América Latina e Caribe).  
<http://www.attac.org> e <http://www.diplo.com.br>.

DETOUZOS, Michael L. **O que será: Como o novo mundo da Informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Título

original: What will be: How the new world of information will change our lives.  
Tradução de Celso Nogueira.

DREIFUSS, René Armand (1997). "Corporações estratégicas e mundialização cultural". In MORAES, Denis (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra livre, 1997, pp. 167-234.

DUARTE, Adriano Luiz (1999). **Cidadania & Exclusão: Brasil 1937-1945**. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 1999.

DUPAS, Gilberto (2000). "As tecnologias e o mito do progresso". **O Estado de São Paulo**, 06 de maio de 2000, p. A-2.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.  
Título do original: Die Gesellschaft Der Individuen. Tradução de Mário Matos.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil - 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 7ª edição.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Título do original: *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. © 1978.

GUILLON, Orlando. “Lei da Informação Democrática: uma questão de cidadania”. In **Proposta**, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 8-11.

HANSELL, Saul e HARMON, Amy. “Limite entre informação e publicidade na Internet é nebuloso”. **The New York Times**, 26/02/1999. Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

HERSCOVICI, Alain. “Convergências tecnológicas e sistemas de rede: uma análise econômica”. In TAPIA, Jorge Ruben Biton e RALLET, Alain (Org). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica. Uma análise comparada**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 2), pp. 153-168.

HERZ, Daniel. “Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil”. In **Proposta**, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 5-7.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Título do original: *DE CIVE*. Tradução de Renato Janine Ribeiro.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. (1985). **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Título original: *Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente*. Copyright: 1944. Tradução: Guido Antonio de Almeida.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. 8ª edição. Copyright: 1992.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 99 traça o perfil da sociedade brasileira**. Release à imprensa, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 28/04/2000. <http://www.ibge.gov.br/presidencia/noticias/28042000>

INSTITUTO GUTENBERG. “A imprensa-fiscal pode receber dinheiro dos governos que ela fiscaliza?” Artigo divulgado no Boletim nº 1, março de 1995. <http://www.igutenberg.com.br>

JAKUBYSZYN, Christophe. “O século Internet vai mudar tudo”, diz presidente da Cisco. **Le Monde** – 27/03/00. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

KEHL, Maria Rita. “Um só povo, uma só cabeça, uma só nação”. In **Democracia Viva**. Rio de Janeiro: Editora Moderna e Ibase, 1998. Nº 4, pp. 18-24.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

\_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica: Ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEMONS, André. “O imaginário da cibercultura”. In **São Paulo em Perspectiva**, Comunicação & Informação, vol. 12, nº 4, out-dez/1998. São Paulo: Fundação Seade, 1998, pp. 46-53.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Título original: Cyberculture.

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. Título original: Les technologies de l'intelligence. Tradução de Carlos Irineu da Costa.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Título original: L' intelligence collective. Pour une anthropologie du cyberspace.

LIMA, Venício A. de. "Sociedade da informação, comunicações e democracia". *In São Paulo em Perspectiva*, vol. 12, n° 4, out-dez/1998. São Paulo: Fundação Seade, 1998, pp. 26-29.

LORAUX, Nicole. "A cidade grega pensa o um e o dois". *In* CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; e PESCHANSKI, Catherine. **Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, pp. 75-97.

MACEDO, Alexandrina. "Estadão levará conteúdo para o portal Terra". **Info Online** - <http://www.uol.com.br> -, 01/02/2000, 18h41.

\_\_\_\_\_. "Cisco vale mais que a Microsoft". **Info Online** - <http://www.uol.com.br> -, 28/03/2000, 10h47.

\_\_\_\_\_. "Time Warner compra EMI por US\$ 1,3 bi". **Info Online** - <http://www.uol.com.br> -, 24/01/2000, 10h14.

MACHADO, Arlindo. "As comunicações sob o impacto da informática". *In* **Revista Comunicação & Educação**. Ano I, n° 2, Janeiro/abril. São Paulo: Moderna/USP, 1995, pp. 14-20.

MALDONADO, Tomás. **Crítica de la razón informática**. Barcelona: Paidós, 1998. Título original: Critica della ragione informatica. Tradução: Juan Carlos Gentile Vitale. © : 1997.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Título do original: *Sociology at the Crossroads and other essays*. Tradução: Meton Porto Gadelha.

MATOS, Heloiza. "Globalismo e localismo: encontros e desencontros". In **Revista Líbero**. Nº 1, ano 1, 1º semestre - 1998. São Paulo: Fundação Cásper Líbero, 1998, pp. 42-45.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 1998. 10ª edição. Título original em inglês: *Understanding Media: The Extensions of Man*. EUA, McGraw-Hill Book Company, 1964. Tradução: Décio Pignatari.

MESQUITA, Renata. "AOL pode ser a nova mira nos processos antimonopólio?". **Info Online** - <http://www.uol.com.br> -, 08/06/2000, 10h50. \_\_\_\_\_ . "IVC confirma liderança do UOL na audiência da Internet". **Info Online** - <http://www.uol.com.br> -, 15/06/2000, 10h39.

MEJÍA, Alberto. "Movimento Latino-americano de Vídeo e coalizão mundial". In **Proposta**, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 33-36. \_\_\_\_\_ . "Periferia parabólica". In **Proposta**, nº 58, ano XVII, setembro 1993. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1993, pp. 15-19.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: as formas de governo: a divisão dos poderes**. São Paulo: Saraiva, 1992. Tradução de Pedro Vieira Mota.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Título original: *La Tête Bien Faite – Repenser la réforme, réformer la pensée* (1999). Tradução de Eloá Jacobina.

MUZIO, Gabriele. “A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo”. *In* OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 133-161.

NICOLET, Claude. **Le métier de citoyen dans la Rome républicaine**. Paris: Gallimard, 1995. 2ª ed. Tradução livre.

NIEDDU, Victor. “L’exclusion: la cohésion sociale menacée”. *In* **TDC – Suplément d’informations culturelles pour les enseignants**, nº 721, du 1er na 15 octobre 1996, pp. 5-16.

OLIVEIRA, Francisco de. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. *In* OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 55-81.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 5ª ed.

PORTO, Mauro P. “Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático”. *In* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 12, nº 4, out-dez/1998. São Paulo: Fundação Seade, 1998, pp. 17-25.

QUÉAU, Philippe. "A revolução da informação: em busca do bem comum". In revista **Ciência da Informação** - v. 27, n.2, pp. 198-205, maio/ago. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998. Versão eletrônica: <http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>

RAMONET, Ignácio (1998a). **Geopolítica do caos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Título do original: Géopolitique du chãos. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira.

\_\_\_\_\_ (1998b). "Stratégies de la faim". **Le Monde Diplomatique**, novembre 1998. Pág. 1. Tradução livre.

RELATÓRIO POBREZA (1999) . **Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996. Título original: The Virtual Community. ©: 1993. Tradução: Helder Aranha.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense e Olho D'Água, 1994.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1945.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas**. São Paulo: DIFEL, 1985. Título original: "Il Linguaggio come lavoro e come mercato" (1968). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. "Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político". In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Título original: Du Contrat Social. Págs. 21 a 151.

RUMMERT, Sonia Maria. "Projetos identificatórios: em disputa, os sonhos e a identidade do trabalhador". In **Democracia Viva**. Rio de Janeiro: Moderna/IBASE, n° 4, nov. 1998, pp. 7-17.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 83-129.

SANTOS, Laymert Garcia dos. "Consumindo o futuro". **Folha de São Paulo**, Caderno mais! 27 de fevereiro de 2000, p. 4-8.

SANTOS, Milton (2000). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_(1997a). **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 3ª edição.

\_\_\_\_\_. "Globalização: convergências e exclusões". In OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 163-176.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Título do original: L'État Spectacle. Tradução: Heloysa de Lima Dantas.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. 2ª edição.

TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

\_\_\_\_\_. **Folhas ao Vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TERROU, Fernand e ALBERT, Pierre. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. © 1970.

TRIVINHO, Eugênio. **Redes - Obliterações no fim de século**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.

VIDAL, Dominique. "Dans le Sud, développement ou régression?". **Le Monde Diplomatique**, octobre 1998, p. 26. Tradução livre.

VIRILIO, Paul. (1997) "Um monde surexposé: fin de l'histoire, ou fin de la géographie?". **Le Monde Diplomatique**, août 1997. Pág. 17. Tradução livre.

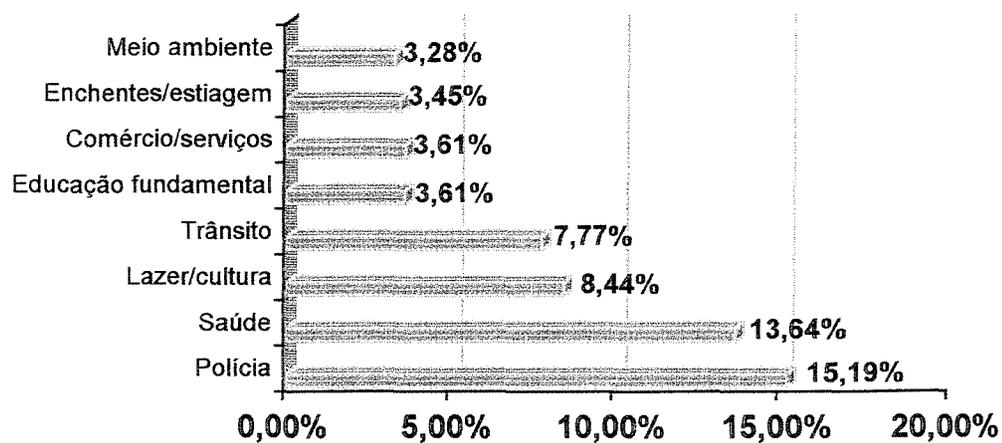
\_\_\_\_\_. (2000). "A desconstrução da solidariedade: o império da técnica e do tempo imediato". Entrevista para a revista eletrônica CaffêEuropa, em 15/01/00. In **CEPATinforma**, Ano 6, nº 59, 10/03/00. Curitiba: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat), 2000, pp. 2-9.

WEBER, Max. "Conceito e categorias da cidade". Tradução: Antônio Carlos Pinto Peixoto. In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 68-89.

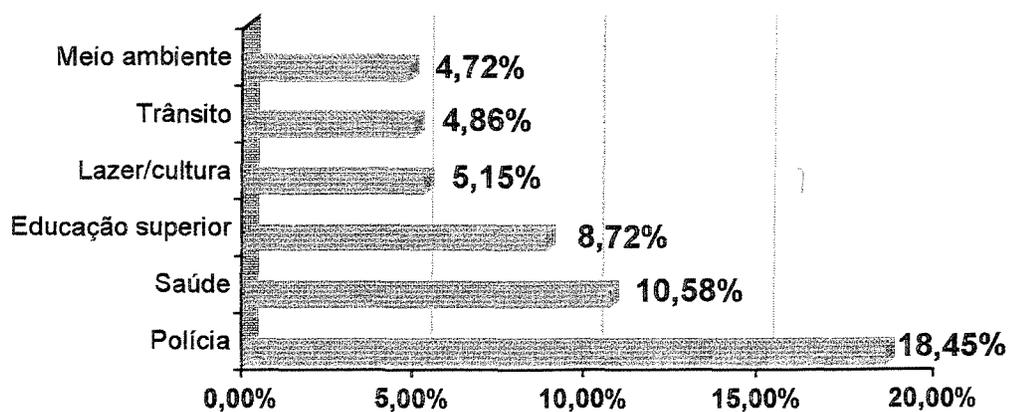


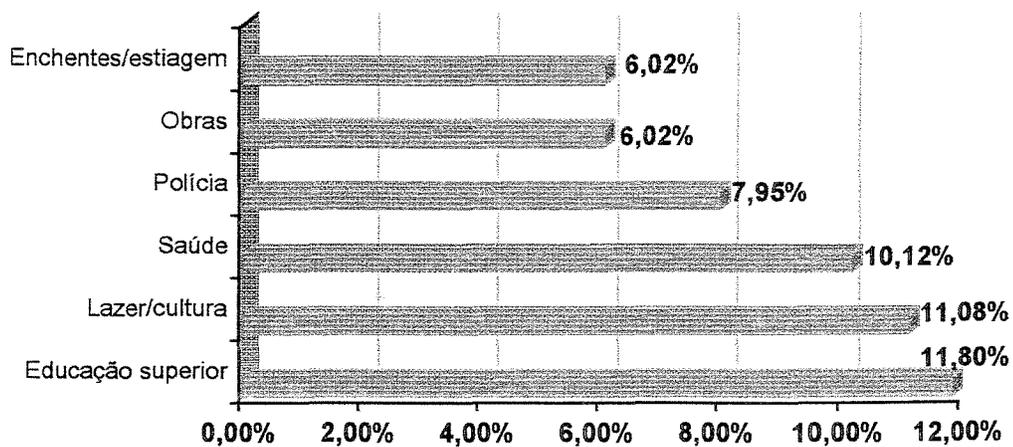
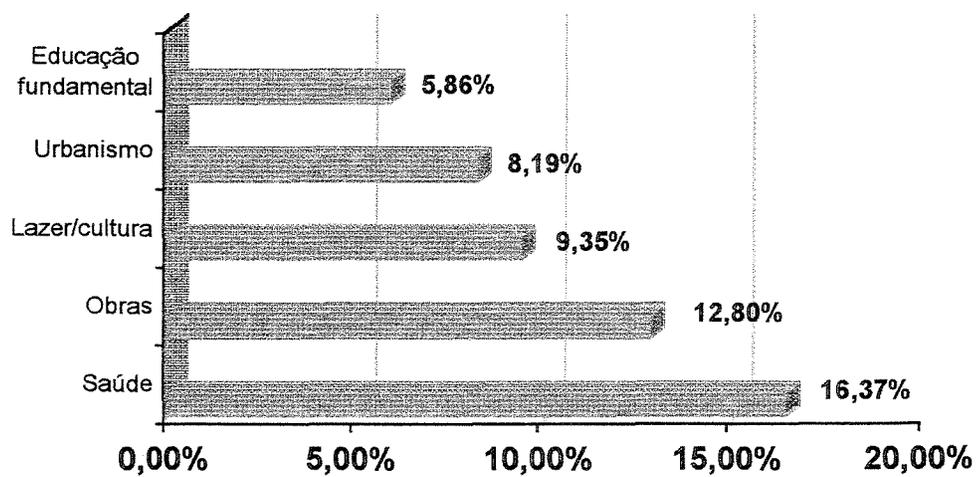
## ANEXO 1

## RECORRÊNCIA DE TEMAS (VEÍCULO A)



## RECORRÊNCIA DE TEMAS (VEÍCULO B)



**RECORRÊNCIA DE TEMAS (VEÍCULO C)****RECORRÊNCIA DE TEMAS (VEÍCULO D)**

## ANEXO 2

**INCIDÊNCIA DE TEMAS**  
(PERCENTUAL SOBRE O TOTAL E POR VEÍCULO)

<b>Tema</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>Total*</b>	<b>D</b>
1) Aeroportos	1,20	0,14	0,72	0,64	0,00
2) Água/saneamento	2,23	1,43	1,20	1,65	1,76
3) Alimentação/dietas/abastecimento	0,17	0,00	0,48	0,18	0,58
4) Assistência social	1,88	1,58	0,96	1,53	4,68
5) Cães e outros animais	1,73	1,00	0,72	1,18	1,76
6) Cemitérios/serviços funerários	1,02	0,14	0,48	0,53	0,00
7) Ciência & tecnologia	0,85	1,88	0,96	1,30	0,00
8) Comércio/serviços	3,61	1,48	2,65	2,48	3,51
9) Conservação/preservação do patrimônio	1,53	0,58	0,48	0,92	0,00
10) Criança e adolescente	2,23	3,00	3,37	2,83	5,26
11) Cultura/lazer/eventos/costumes	8,44	5,15	11,08	7,75	9,35
12) Curitiba	2,41	0,71	0,24	1,18	2,34
13) Direitos do consumidor	0,68	1,14	0,48	0,88	0,00
14) Direitos humanos	0,34	1,58	0,48	0,92	0,00
15) Educação (fund./médio/pós-médio)	3,61	3,58	3,37	3,54	5,86
16) Educação superior	1,54	8,72	11,80	7,02	1,18
17) Empresas/empreendimentos	0,17	0,28	0,72	0,35	4,09
18) Enchentes/estiagem/meteorologia	3,45	2,48	6,02	3,66	0,00
19) Energia elétrica	0,17	0,00	0,00	0,05	0,00
20) Funcionários municipais	0,00	0,85	0,72	0,53	1,18
21) Idosos/terceira idade	0,85	0,58	1,98	0,88	1,76
22) Igrejas/religiosidade	2,41	3,14	2,89	2,83	0,00
23) Inflação/preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58
24) Internet/informática	0,85	0,14	0,24	0,41	1,76
25) Judiciário/advocacia	1,38	1,43	0,96	1,29	0,58

26) Irregularidades/improbidade	1,20	2,00	0,24	1,29	0,00
27) Legislativo	0,00	1,14	0,00	0,47	0,58
28) Meio ambiente	3,28	4,72	4,38	4,13	2,92
29) Meios de comunicação/jornalismo	1,20	0,28	0,96	0,76	0,00
30) Moradia	0,34	1,57	0,96	1,00	2,33
31) Obras	3,79	1,28	6,02	3,31	12,28
32) Orçamento/finanças/impostos	0,00	0,85	0,00	0,35	1,76
33) Personalidades	1,20	0,71	0,72	0,89	0,00
34) Polícia/segurança	15,19	18,45	7,95	14,77	0,58
35) Portadores de deficiências	0,69	1,00	1,44	1,00	0,58
36) Previdência social	0,17	0,28	0,00	0,17	0,00
37) Racismo/discriminação	0,17	0,14	0,96	0,35	0,00
38) Reclamações/manifestações populares	2,41	3,00	4,58	3,18	0,00
39) Saúde	13,64	10,58	10,12	11,51	16,37
40) Trabalho/emprego/geração de renda	1,20	1,28	0,72	1,12	1,76
41) Trânsito	7,77	4,86	2,89	5,37	2,92
42) Transporte coletivo	2,24	1,57	2,65	2,06	2,92
43) Urbanismo	1,38	4,00	2,17	2,66	8,19
44) Vandalismo	1,38	1,28	0,24	1,06	0,58

(\*) Os números desta coluna correspondem ao percentual da somatória dos dados (em números absolutos) dos veículos "A", "B" e "C" em cada categoria temática, excluindo-se, portanto, os dados do veículo "D" - que, por terem resultado de material coletado em período diferente dos demais, requer tratamento em separado.

## ANEXO 3

**FONTES DE INFORMAÇÃO**  
**FREQÜÊNCIA ABSOLUTA TOTAL E POR VEÍCULO**

<b>Categoria</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>Total</b>	<b>D</b>
1. Estado	386	508	268	1.162	260
2. Indivíduos	283	268	209	760	77
3. Empresas	110	105	70	285	12
4. Instituições	96	106	69	271	9
5. Entidades de representação popular	34	75	44	153	11
6. Documentos	49	55	18	122	7
7. Técnicos/especialistas	47	31	20	98	5
8. Esporte/cultura/lazer	22	16	6	44	5
9. Personalidades	6	2	12	20	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.033</b>	<b>1.166</b>	<b>716</b>	<b>2.915</b>	<b>386</b>

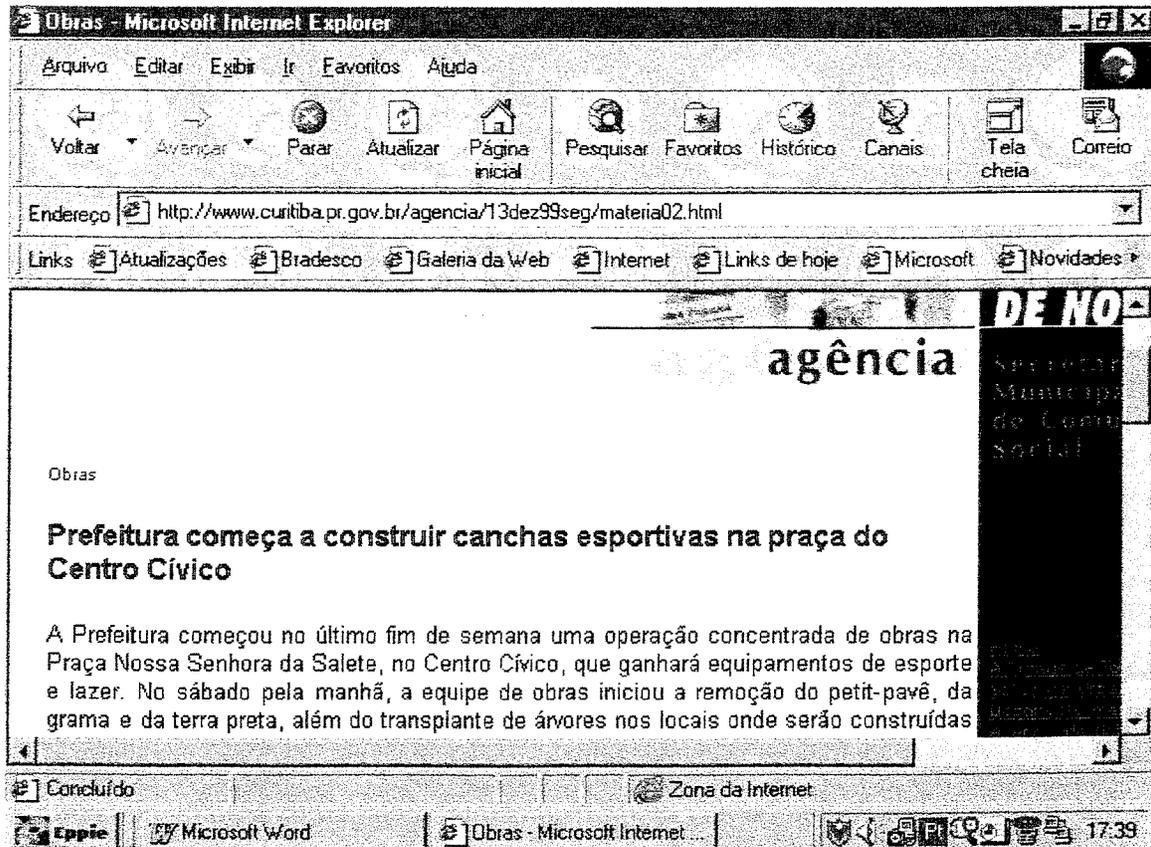
**FONTES DE INFORMAÇÃO**  
**PERCENTUAL TOTAL E POR VEÍCULO**

<b>Categoria</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>Total</b>	<b>D</b>
1. Estado	37,36	43,56	37,43	39,86	67,36
2. Indivíduos	27,39	22,98	29,19	26,07	19,95
3. Empresas	10,65	9,00	9,78	9,79	3,11
4. Instituições	9,29	9,09	9,64	9,29	2,33
5. Entidades de representação popular	3,29	6,43	6,14	5,25	2,85
6. Documentos	4,75	4,73	2,51	4,18	1,81
7. Técnicos/especialistas	4,56	2,66	2,79	3,33	1,29
8. Esporte/cultura/lazer	2,13	1,38	0,84	1,50	1,29
9. Personalidades	0,58	0,17	1,68	0,68	0,00



## ANEXO 4





UOL | INDICE | CORREIO | SERVIÇO AO ASSINANTE | BATE-PAPO | FÓRUM | COMPRAS | RADAR UOL

JORNALS

Univoco **G**

Manchetes  
Política  
Economia  
Brasil  
Curitiba  
Paraná  
Esportes  
Internacional  
Colunistas  
Caderno G  
Estudantes  
Meteorologia

80  
A GAZETA DO POVO

e-mail

**GAZETA DO POVO**  Pesquisa

Home | Clube do Assinante | Comercial / Marketing | Serviços | - EDITORIAS -

Terça-feira, 14 de dezembro de 1999

**Curitiba**

**Prefeitura acelera obra na praça do Centro Cívico**

Pressa em concluir a reforma do local "esconde" temor de nova ocupação do MST

Andréa Moraes

A pressa da prefeitura de Curitiba e do governo do estado em concluir os trabalhos de remodelação na Praça



